



FRANCISCO MARTINS RODRIGUES

A REVOLUÇÃO QUE NÃO PÔDE SER SOCIALISTA

DINOSSAURO edições

A REVOLUÇÃO
QUE NÃO PÔDE SER
SOCIALISTA

DINOSSAURO

Título: A revolução que não pôde ser socialista

Autor: Francisco Martins Rodrigues

Capa: António Barata

Data da edição: Janeiro 2025

Edições Dinossauro

Agradecimentos a Dmitry e Sofiya Lozhechnikova pela tradução dos dizeres dos cartazes, do russo para o português

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES

A REVOLUÇÃO
QUE NÃO PÔDE SER
SOCIALISTA

EDIÇÕES DINOSSAURO
LISBOA 2025

ÍNDICE

- 5 - Nota prévia
- 7 - Notas sobre Stalin
- 27 - Bukarine, o precursor
- 39 - Ainda Stalin
- 49 - Novas lições da revolução
- 73 - O pacto Hitler-Stalin foi a causa da guerra?
- 77 - Os desvios de Lenine segundo os comunistas indianos
- 81 - Assalto ao poder ou revolução?
- 91 - Foram os erros que perderam a revolução russa?
- 99 - Pode o socialismo evaporar-se?
- 105 - Os bolcheviques no tribunal da social-democracia
- 119 - Os bolcheviques no tribunal do anarquismo
- 133 - A derrota de Lenine
- 145 - O malogro da Internacional Comunista
- 159 - Afinal Kautsky tinha razão?
- 175 - “O comunismo ainda vai dar que falar”
- 191 - O erro de Lenine
- 197 - A revolução russa respeitou os direitos humanos?
- 201 - Europa - o eclipse da revolução
- 213 - A revolução que não pôde ser socialista
- 225 - Dislates sobre a revolução russa
- 229 - Idealização da revolução russa atrasa o avanço do comunismo
- 241 - Os últimos anos de Bukarine
- 245 - O terror na URSS: um caso de puritanismo antiburocrático?
- 249 - Stalinismo ou comunismo?
- 257 - Ligeiras falhas
- 259 - Oitenta anos a enterrar Lenine
- 267 - Renascimento Comunista - basta de mal-entendidos
- 271 - A revolução russa e os seus equívocos
- 277 - Deformação stalinista do leninismo
- 281 - Correntes marxistas do século XX

Nunca foram publicados em livro os artigos de Francisco Martins Rodrigues sobre a Revolução Russa de 1917. Contudo, ele foi um dos autores mais desassombrados e dos críticos menos ortodoxos e mais ousados desse grande acontecimento que tanto admirava e conhecia. Embora ainda hoje não haja um consenso geral sobre as suas ideias a este respeito, estamos certos de que a sua originalidade merecerá no futuro a consagração que se reserva apenas aos teóricos clássicos.

Com a publicação deste *e-book*, o colectivo Bandeira Vermelha tenta reparar essa dificuldade em aceder ao essencial do pensamento de Francisco Martins Rodrigues sobre a Revolução Russa. Embora haja muitas outras menções de Francisco Martins Rodrigues à Revolução de Outubro esparsas no meio de outros artigos, cartas e intervenções orais, esta edição contém apenas os artigos especificamente dedicados ao tema, bem como alguns textos inéditos ou publicados em órgãos de debate interno da Política Operária. A reprodução dos artigos é livre, bem como citações, desde que claramente mencionada a sua origem. Assim: Fonte: Rodrigues, Francisco Martins, “A Revolução que não pôde ser socialista”, *e-book* editado pelo colectivo Bandeira Vermelha, edições Dinossauro.

Os editores



Condenação severa pela autoridade revolucionária dos ladrões da propriedade socialista - inimigos do povo.



Condenados pela "justiça proletária" chegam ao gulag.

NOTAS SOBRE STALIN

Defendendo as repressões de Stalin como “justiça proletária”, pretende-se mascarar, sob as cores da firmeza de classe, uma política de equilíbrio entre a classe operária e a pequena burguesia. O mesmo equilíbrio que levou a Rússia dos soviets para o capitalismo de Estado e para o revisionismo.

1. “JUSTIÇA PROLETÁRIA”

Em 1936-1938, em três grandes processos sucessivos, 90 dirigentes e membros destacados do Partido Bolchevique (Zinoviev, Kamenev, Bukarine, Rikov, Radek, Smirnov, Piatakov, etc.) confessaram publicamente ter organizado dois centros paralelos de espionagem e terrorismo, em ligação com Trotsky e com a Gestapo. Foram na quase totalidade fuzilados. Pela mesma altura, num outro julgamento à porta fechada, foram condenados e fuzilados alguns dos principais comandantes do Exército Vermelho, acusados de traição ao serviço do nazismo.

Veio a saber-se depois que esta era apenas a ponta de um gigantesco *iceberg*. Durante esses três anos foram julgados em processo secreto ou fuzilados sem processo muitos milhares de membros do partido, numa verdadeira caça aos cúmplices, apoiantes ou simples familiares dos “espões”. As deportações contaram-se por centenas de milhares ou milhões. A tortura era procedimento corrente.

Soube-se também que a caça aos “*espões trotsko-fascistas*” se alargou aos meios da Internacional Comunista, levando à execução de mais de uma centena de dirigentes e quadros de diversos partidos que se encontravam em Moscovo. Por fim, para completar a macabra *limpeza*, o próprio Trotsky foi assassinado no México.

Para a crítica burguesa e pequeno-burguesa, este balanço esmagador seria a prova de que a teoria leninista da ditadura do proletariado e do papel dirigente do partido comunista desemboca na ditadura mais feroz. O “socialismo nacional” de Stalin seria a réplica de “esquerda” ao nacional-socialismo de Hitler. Conclusão: a pretensão marxista de subverter a democracia burguesa conduz a uma barbárie simétrica do nazismo; a revolução proletária é uma aberração totalitária adornada com retórica marxista.

Os modernos dirigentes soviéticos tentaram, com o relatório secreto de Kruchov, lançar pela borda fora esse lastro insustentável.

Horrorizaram-se com as “*violações da legalidade socialista*” (em que todos eles estavam implicados até ao pescoço e de que só contaram uma pequena parte), fizeram uma chorosa reabilitação póstuma das vítimas do “culto da personalidade” e fuzilaram Béria, o braço direito de Stalin, desmascarado à porta fechada como espião do imperialismo desde 1921...

O ponto final nos julgamentos de Moscovo foi um novo e não menos tenebroso julgamento de Moscovo. Ficou por explicar o principal: como é que o socialismo podia produzir por acidente tais monstruosidades.

Com a sua paródia de autocrítica, os dirigentes soviéticos só mostraram uma coisa: que a consolidação do seu poder lhes permite evoluir da violência repressiva do tempo de Stalin para uma pseudo-democracia socialista, tão hipócrita à sua maneira como a democracia burguesa.

Contra esta baixeza, a corrente marxista-leninista manteve-se a pé firme na tese de que as repressões de Stalin serviam a “justiça proletária”.

Castigando os espiões, assassinos e sabotadores trotskistas-zinovievistas-bukarinistas, Stalin teria assegurado o triunfo do socialismo na URSS. Os excessos cometidos deveriam considerar-se uma tragédia, resultante de se ter entregue à polícia política a vigilância que incumbia sobretudo às massas. Havia que ter em conta as atenuantes – a inexperiência, a tensão provocada pelo cerco capitalista, os abusos cometidos sem conhecimento de Stalin. De qualquer modo, ainda não teria chegado a altura propícia para discutir os possíveis erros de Stalin, porque fazê-lo agora é dar armas à campanha anticomunista do imperialismo.

Todas estas justificações se desmoronaram porém como duplicidade tortuosa a fazer figura de firmeza de classe.

Podem absolver-se como meros “excessos” a tortura, os processos forjados, o fuzilamento sumário de milhares de inocentes, a deportação de populações inteiras? O terror policial pode ser confundido com o terror revolucionário de massas? Saber se os opositores a Stalin eram ou não espiões é uma questão secundária? Se as *deapurações* reforçaram o socialismo, como se compreende a fácil vitória dos revisionistas depois de Stalin? E se o socialismo repousava apenas sobre a vigilância de um “*sentinela*”, que espécie de poder operário e camponês era esse?

A reabilitação do stalinismo revelou-se indefensável. Sobretudo quando a vida mostrou que a veneração da corrente “marxista-leninista” por Stalin visava mais do que a mera justificação do passado. A recente eliminação na Albânia de Mehmet Shehu (e de centenas de partidários seus), acusado sem processo público de ter sido um “*triplo espião*” do

imperialismo durante 40 anos mostra que a chamada corrente marxista-leninista não admite que se ponham em causa os processos de Moscovo porque precisa de continuar a fazê-los.

Assim, revisionistas e “marxistas-leninistas”, cada um à sua maneira e em campos antagónicos, alimentam com as suas desculpas a campanha da burguesia tendente a desacreditar a ditadura do proletariado como um regime de arbítrio.

2. A RÚSSIA GRÁVIDA DE TERROR

A escalada do terror acompanhou a gestação de um novo regime social na União Soviética, já sem nada de comum com a revolução de Outubro, a não ser nos *slogans*. Do processo de Chakhty em 1928 ao fuzilamento de Bukarine vão dez anos de transformação violenta de toda a estrutura da sociedade soviética, durante os quais a repressão se alarga em crescendo. É nessa convulsão social que se deve procurar a chave do terror e não nos maus folhetins sobre a “*desconfiança doentia*” e o “*espírito vingativo caucasiano*” de Stalin.

Mas não podia essa convulsão ter sido evitada, uma vez que o poder dos bolcheviques já se estabilizara, após os combates de 1917 e da guerra civil?

Para a corrente crítica inspirada na escola maoísta, o terror teria resultado da obsessão de Stalin pela industrialização a todo o vapor e pela colectivização agrária forçada, que provocaram a ruptura da aliança operário-camponesa e obrigaram ao reforço desmesurado da intervenção do Estado, do partido e da polícia. O prosseguimento da NEP, como era defendido por Bukarine, teria proporcionado um crescimento económico menos acelerado mas mais equilibrado, conservaria a aliança operário-camponesa e daria base a uma genuína democracia socialista.

Esta ideia de um período de transição gradual e moderada para o socialismo depois da tomada do poder é sem dúvida atraente mas esquece a resistência exasperada da pequena burguesia à expropriação e à perda de privilégios.

Em 1927, a revolução russa chegara a uma encruzilhada que impunha escolhas antagónicas: ou, para manter a economia em funcionamento, se alargavam as cedências à pequena burguesia, engordada à sombra da NEP, e a partir daí já não se poderia travar a evolução para a direita; ou se declarava guerra à burguesia nepista e nesse caso a única saída era substituir rapidamente a economia *kulak* por uma agricultura colectivizada e uma grande indústria a servir-lhe de base.

A polémica, que vinha subindo de tom entre a ala direita e a ala esquerda do partido, decidiu-se a favor da segunda quando a corrente

stalinista, maioritária, que até aí se aliara à direita, se resolveu a “*mandar ao diabo a NEP*”, ajustar contas com os *kulaks*, cuja pressão económica e política se tornava ameaçadora, e proceder à “socialização integral”.

Uma vez iniciada a “*grande viragem*”, a dinâmica da luta de classes imprimiu-lhe uma dimensão gigantesca e um ritmo vertiginoso. Em **quatro anos**, milhões de explorações familiares foram expropriadas, toda a economia privada foi suprimida, o país cobriu-se de grandes herdades cooperativas assentes no trabalho mecanizado, a produção industrial mais que triplicou, a classe operária passou para o dobro, houve uma promoção maciça de operários a postos de chefia.

Esta revolução (pode-se-lhe chamar outro nome?) foi marcada pela violência que acompanha os grandes embates de classe. O terror surgiu, numa primeira fase, da necessidade de aniquilar o poder económico e político dos *kulaks* e *nepmen*, da velha elite técnica e intelectual e da fracção do partido que exprimia os seus interesses.

Sabemos hoje que a “*terceira revolução*” de Stalin não era a revolução socialista que imaginavam os seus promotores. Mas o que interessa sublinhar aqui é que, no ponto a que chegara a correlação entre as classes na URSS em 1928, uma saída violenta era inevitável, para um ou para o outro lado.

Mais: a via proposta pela oposição de direita teria arrastado, com a gradual restauração do capitalismo e a nova disputa entre burguesia e proletariado, uma explosão de terror provavelmente não menor mas maior do que a de Stalin. À medida que o capitalismo ganhasse posições seriam implacavelmente varridas as ilusões de Bukarine numa “*pacificação soviética*” à custa de concessões. O retrocesso à antiga ordem social custaria rios de sangue.

A verdade é que a Rússia “popular” de 1928 estava grávida de terror, tal como veio a acontecer com a China “popular” de 1966. E isto porque o ajuste de contas com a pequena burguesia se revelou como uma segunda etapa inevitável após o derrubamento da velha ordem social, sobretudo em países de economia largamente pré-capitalista.

As receitas maoístas do consenso “democrático-popular” procuraram adaptar o bukarinismo, não tanto aos campos chineses, onde o impulso revolucionário era indomável, mas à integração pacífica da pequena burguesia comercial, industrial e intelectual. Afinal, a “*democracia nova*” para a “*justa solução das contradições no seio do povo*” não conseguiu evitar um confronto violento e teve um desenlace pouco diferente do da Rússia.

Esta experiência ajuda a compreender que o stalinismo não foi uma aberração mas uma tentativa para romper o laço pequeno-burguês

que estrangulava a revolução russa. Tentativa tardia e lançada por cima da cabeça da classe operária, acabou de liquidar o poder soviético, já profundamente enfraquecido durante a NEP.

3. “A VELHA GUARDA BOLCHEVIQUE”

A imagem do bloco oposicionista como a “*velha guarda bolchevique*”, fiel ao leninismo e por isso vítima de Stalin, pode agradar aos trotskistas mas não tem nenhum fundamento.

A “velha guarda” (de que Stalin também fazia parte) dispersara-se ao longo dos anos da NEP por tendências de direita, de esquerda e de centro. Muitos dos seus membros oscilavam e passavam de uma posição a outra ao sabor das pressões de classe opostas. A tentativa de Trotsky para reunir os opositores a Stalin e Bukarine num bloco unificado, em 1926, fracassou, antes de mais, porque pretendia fundir, à velha maneira de Trotsky, o leque de posições antagónicas em que se tinham separado os bolcheviques.

De qualquer modo, a ruptura de Stalin com Bukarine, quando se tornou evidente o resultado desastroso da política de cedências à burguesia “aliada”, no plano interno como no internacional (China, trabalhadores ingleses), provocou um realinhamento de toda a luta interna no partido.

Ao adoptar o caminho da “*socialização a marchas forçadas*”, Stalin ganhou a adesão da maioria da ala esquerda do partido, que via finalmente entrar em aplicação o seu programa e afastado o perigo agitado por Trotsky de uma capitulação “*termidoriana*”. Bukarine e os adeptos da NEP, privados do apoio correctivo de Stalin, deslocaram-se francamente para a direita. E Trotsky, obrigado a celebrar no exílio as realizações do regime que o expulsara, encontrou-se sem base política.

A realidade, que tentam piedosamente velar os anti-stalinistas, é que, depois de 1930, o reagrupamento das oposições só se podia fazer sobre uma plataforma de direita porque ninguém tinha uma alternativa revolucionária para opor aos planos quinquenais, à colectivização e à nova linha da Internacional.

Fragments de uma crítica de esquerda à via stalinista tinham sido formulados por Trotsky e por outros (ao crescimento da burocracia, à supressão do debate no partido, à falsificação da sua história). Houve mesmo oposicionistas, como Rakovsky, que tiveram a percepção de que o regime chefiado por Stalin iria desembocar num capitalismo estatal de tipo novo. Mas não estava claro para ninguém como é que a ditadura proletária dos primeiros anos se desvanecera e o que deveria ser feito para lhe voltar a dar vida. Não havia um programa proletário revolucio-

nário para contrapor ao ambíguo radicalismo de Stalin e ao direito evidente de Bukarine – e isto diz tudo sobre o impasse a que chegara a revolução.

Precisamente porque só surgiam como possíveis estes dois caminhos, a “*velha guarda bolchevique*” perdeu a base social de apoio e entrou em decomposição política. Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Radek, Bukarine – antigos direitistas e esquerdistas convergiram, na luta contra Stalin, para uma oposição comum de direita. Não é o facto de terem sido vítimas de uma repressão injusta e cruel que pode ocultá-lo.

A autocrítica de Bukarine em tribunal, que não se confunde com qualquer “confissão” extorquida pela tortura, retratou lucidamente esse afundamento político dos opositoristas:

“Começámos por um desvio, pelo descontentamento face à colectivização e à industrialização. Ironizávamos sobre os kolkozoes e defendíamos a multiplicação dos proprietários abastados. Considerávamos as gigantescas fábricas em desenvolvimento como monstros insaciáveis que iam devorar tudo e privar as massas de bens de consumo. E depois, viemos a encontrar-nos, literalmente da noite para o dia, do outro lado da barricada, do lado dos kulaks, dos contra-revolucionários, dos restos capitalistas.

Qual de nós teria em 1919 a ideia de atribuir a ruína da economia aos bolcheviques? Ninguém. Isso seria considerado pura e simplesmente como traição. Contudo, já a minha crítica de 1928 sobre a ‘exploração militar-feudal’ do campesinato imputava ao proletariado a responsabilidade pelo acirramento da luta de classes.

Se quisermos resumir a minha plataforma-programa para a economia, ela era: capitalismo de Estado, defesa dos camponeses abastados, redução das cooperativas agrícolas, concessões ao capital estrangeiro, abandono do monopólio estatal sobre o comércio externo; em conclusão, restauração do capitalismo no país.

No terreno político, o nosso programa implicava um deslizar para a liberdade democrático-burguesa, para uma coligação com os mencheviques, socialistas-revolucionários e outros. E poderia mesmo, na medida em que prevíamos a necessidade de um bloco com eles e de uma ‘revolução de palácio’, tender para uma ditadura”.¹

4. A “CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO”

A natureza social da tumultuosa “construção do socialismo” realizada no início dos anos 30 sob a direcção de Stalin surge mais clara quando a observamos através dos seus diferentes períodos (Bettelheim):

1) Les procès de Moscou, Pierre Broué, Julliard, 1964, págs. 193-196.

No **primeiro**, de 1928 a 1931, há um impetuoso ascenso de massas, quando o grupo dirigente se apoia nos operários e camponeses pobres para a destruição das bases do capitalismo privado. A expropriação dos *kulaks*, o controle sobre os técnicos burgueses, a realização do primeiro plano quinquenal, chamam para a vanguarda da luta grandes massas trabalhadoras, sobretudo da juventude operária, galvanizada pelo objectivo de acabar com a exploração, erguer em ritmo febril grandes fábricas e novas cidades, dominar a técnica, extirpar a ignorância. A classe operária enfrenta com ânimo revolucionário as tremendas provocações económicas, convicta de que está finalmente a construir o socialismo e a avançar para o comunismo.

É o período da crítica ao desvio de direita, da proletarização do aparelho do partido e do aparelho de Estado, da *“revolução cultural”*, das assembleias de fábrica, do ataque aos privilégios e aos especuladores, da campanha de formação de milhão e meio de novos técnicos e quadros *“peritos e vermelhos”*. Duplica o número de alunos nas escolas, abrem as universidades operárias, triplica a tiragem da imprensa, largamente aberta à crítica da base.

É também o período em que o partido imprime à Internacional Comunista uma nova orientação combativa, em ruptura com as vacilações anteriores. Os partidos comunistas saem da dependência da social-democracia e transformam-se em partidos de luta operária contra a crise capitalista.

No **segundo** período (1932-34), quando se confirma o êxito do plano quinquenal e a liquidação da pequena burguesia tradicional, o grupo dirigente orienta-se para a moderação dos excessos e para passar da agitação revolucionária à restauração da ordem. Promove a luta contra o *“igualitarismo”*, alarga o leque salarial (1 para 30!), institui o livrete de trabalho e uma severa disciplina nas fábricas, apoia a autoridade e os privilégios dos novos quadros, suprime as limitações nos salários dos comunistas, reabilita a elite intelectual anteriormente marginalizada.

O *“Congresso dos vencedores”* em 1934 é a consagração da nova ordem social, formalmente *“socialista”*, em que os quadros assumem uma posição de comando inatacável e as massas operárias e camponesas são expropriadas de todas as conquistas e relegadas à função de simples produtores.

Ao mesmo tempo, perante o ascenso do nazismo, a política internacional do Partido Bolchevique abandona o curso anterior, inflecte-se numa direcção moderada e lança-se à busca de alianças com a social-democracia e a burguesia liberal.

Terceiro período (1935-38): o novo regime, que se pretende baseado na aliança *"harmoniosa"* dos operários, kolkozianos, empregados e intelectuais, é modelado através do terror. Culto do chefe *"genial"*, poder absoluto da polícia política, caça aos *"sabotadores, traidores e espiões"*, execuções em massa.

A melhoria geral do nível de vida acompanha a supressão de todos os direitos políticos dos operários a coberto da nova Constituição, *"a mais democrática do mundo"*, a consolidação dos privilégios dos quadros e o seu recrutamento em massa para o partido.

Degradação da vida intelectual, renascimento do nacionalismo sob cores socialistas, pragmatismo oportunista da política externa. A nova linha de Dimitrov no 7º Congresso da Internacional Comunista alimenta, em nome da política das Frentes Populares, a degeneração reformista dos partidos comunistas. O apoio à revolução proletária é sacrificado como um estorvo às manobras diplomáticas com a burguesia liberal (guerra de Espanha). O terror *ultrabolchevique* no interior casa-se com o oportunismo no exterior.

Assim, a revolução que triunfa na União Soviética nos anos 30 começa por se apoiar na classe operária para eliminar a pequena burguesia e acaba subordinando operários, camponeses e quadros ao poder autocrático de Stalin, que parece reinar acima das classes. Este *"totalitarismo do Partido-Estado"* não é um *"desvio perverso"* (Bettelheim) mas um sistema político de compromisso, edificado sobre o fracasso da revolução proletária, abortada nos anos da NEP.

5. MONOLITISMO E COMPROMISSO DE CLASSE

O monolitismo deu os primeiros passos nos anos de 1922-28, quando o esforço para manter o equilíbrio instável da NEP contra as pressões de esquerda e de direita levou o grupo dirigente stalinista a entrincheirar-se num aparelho dotado de poderes cada vez mais vastos.

Sob a acção dos interesses de classe contraditórios, o Partido Bolchevique, partido único no poder, corria o risco de se transformar num mosaico de tendências e desagregar-se. Para Stalin, a resposta estava na edificação de um partido monolítico, do qual fosse banido o risco de tendências, correntes ou fracções. Tratava-se de demonstrar que o partido único podia ser simultaneamente um partido *"feito de um só bloco"*, *"limpo de escórias"*, órgão infalível da ditadura do proletariado.

Esta nova concepção de partido (que só pôde ser aplicada graças à corrente maioritária de apoio a Stalin) exprimia, sem disso ter consciência, as exigências da política intermédia da NEP. Para refrear as

aspirações socialistas dos operários, congelar a revolta dos camponeses pobres, manter sob controle a pequena burguesia, era preciso um partido independente dos impulsos de classe, um suposto árbitro da luta de classes – e, como árbitro, absolutamente monolítico.

Tornaram-se lei permanente as restrições excepcionais à polémica instituídas pelo 10º Congresso, procedeu-se à *homogeneização* do aparelho pelas sanções sumárias aos discordantes, transformaram-se os secretários dos comités em controleiros nomeados a partir de cima, criou-se um corpo gigantesco de funcionários para compensar a paralisia política forçada da base, limitou-se o debate ao âmbito do comité central, depois só do Bureau Político, até acabar suprimindo-o por completo.

A unidade monolítica afastava os perigos de divisão mas era uma engrenagem que exigia sempre mais; tinha que ser sempre *aperfeiçoada* para não se desmoronar. Admitir vozes públicas discordantes não era minar a autoridade da direcção e a disciplina nas fileiras? A expulsão de Trotsky e Zinoviev em 1927, antes do 15º Congresso, iniciou a tradição dos congressos *depurados* e unânimes, reduzidos à função de órgãos consultivos e legitimadores *democráticos* do grupo dirigente.

Na situação de *estado de sítio* permanente que se viveu a partir de 1928, completou-se a remodelação monolítica do partido e de toda a sociedade. O partido tornou-se um superaparelho administrativo de Estado, rigorosamente hierarquizado em estilo militar. Toda a rica tradição de luta ideológica dos bolcheviques, que tinha permitido manter um amplo debate mesmo nos anos dramáticos da guerra civil e da intervenção estrangeira, tornava-se agora obsoleta.

Por qualquer razão misteriosa que escapava aos stalinistas, a entrada no “socialismo” produzia um regime diferente do que fora imaginado por Lenine. Poder dos soviets, democracia operária, liberdade criadora, tornavam-se *slogans* vazios de propaganda. A realidade que se impunha era a da unidade férrea em torno do núcleo dirigente. Qualquer brecha por onde se deixasse passar o germe da divisão podia trazer a ruína do partido e do regime.

Assim se chegou ao culto pela autoridade e perspicácia infalíveis do chefe, como o cimento unificador, sem o qual todo o edifício cairia em pedaços. E assim se concluiu, pela lógica das coisas, que os que teimavam em discordar já não eram só oportunistas; tinham que ser forçosamente inimigos e traidores. O monolitismo ia começar a dar os seus frutos de terror.

O que interessa reter é que monolitismo e terror, surgindo sob a aparência de uma “*lei implacável do proletariado*”, exprimiam uma política de compromisso entre proletariado, pequena burguesia e quadros. Era

a manutenção desse equilíbrio instável que forçava a elevar o aparelho burocrático como um poder acima de toda a sociedade.

A evolução posterior viria a revelar que, apesar dos seus esforços convulsivos para se manter como o fiel da balança entre as classes soviéticas, o sistema stalinista serviu de veículo à formação de uma nova burguesia de Estado.

Quando Mao Tsetung tentou, trinta anos mais tarde, evitar na China a repetição da espiral do monolitismo e do terror, admitindo o debate interno no partido, a *“luta entre duas linhas”* e a *“educação pela luta ideológica”*, ele só conseguiu adiar o confronto. Mas o descalabro da revolução abriu caminho por outra via. Porque o problema não era de métodos de luta interna – era do compromisso de classe em que a revolução, na Rússia como na China, se via forçada a manter-se, por falta de força do proletariado para a levar por diante.

6. A RODAGEM DO TERROR

De 1928 a 1932 decorreu a primeira etapa da escalada repressiva. Técnicos e administradores implicados em actos de sabotagem ou resistência ao I plano quinquenal (e teleguiados a partir dos círculos da burguesia emigrada), foram condenados em diversos processos. A repressão era ainda selectiva, as penas de morte excepcionais, mas o regime descobria a vantagem da manipulação policial dos processos.

Avolumando os embriões contra-revolucionários à dimensão de partidos clandestinos estruturados (o *“partido industrial”*, o *“partido camponês”*, o *“bureau do interior do partido menchevique”*) podia-se reforçar o carácter educativo dos processos: dava-se um exemplo severo e demolidor a todos os opositores potenciais, sacudia-se o torpor político dos operários, fazendo-lhes sentir mais concreto o perigo de restauração capitalista se não apoiassem o regime, lançava-se sobre os réus o odioso por todas as falhas do sistema, desviando sobre eles a má-vontade que existisse contra o regime.

Mas para apanhar os réus na armadilha das suas faltas reais e levá-los a confessar não só o que tinham feito como o que poderiam vir a fazer, havia que pôr de lado os escrúpulos de legalidade. A tortura tornou-se prática corrente: privação do sono e de alimentação, interrogatórios de dezenas de horas, espancamentos. E por que não? Afinal os réus eram antigos burgueses, mencheviques, não havia nada de mal em fazer-lhes sentir o agulhão da justiça proletária...

Esta manipulação do ódio de classe à burguesia foi aplicada em larga escala na *“deskulakização”* de 1930. Os *kulaks* resistiam às requisi-

ções, enterravam o trigo, abatiam o gado, assassinavam agitadores comunistas nas aldeias, provocavam motins – estavam a pedir uma lição definitiva. Massas enormes de famílias *kulaks* e “pró-*kulaks*” (milhões, segundo cálculos impossíveis de verificar) foram expropriadas; homens, mulheres e crianças foram deportados para regiões longínquas, condenados a trabalhos forçados, onde muitos pereceram à falta de condições de subsistência.

O “*Outubro camponês*”, como foi chamado, foi uma caricatura do outro Outubro. Os camponeses pobres e jornaleiros, sacrificados e reprimidos por dez anos de mordada da NEP, serviram apenas de alavanca. A iniciativa da “revolução” coube ao aparelho do partido e à polícia, com todo o estendal de arbitrariedades que isso acarretava.

Mas o êxito espectacular desta operação de deportação massiva, que remodelou em poucos anos toda a estrutura agrária, reforçou no aparelho dirigente a confiança eufórica em que o caminho para o socialismo consistia em pôr de lado todos os escrúpulos *liberais* acerca de custos humanos, métodos de luta, democracia de massas.

Os bolcheviques “*podiam tudo*” desde que se libertassem da confiança ingénuo do tempo de Lenine, fossem dez vezes mais vigilantes e implacáveis do que o inimigo, não hesitassem em eliminar fisicamente os adversários e conduzissem os operários para o “socialismo” com mão firme.

Não é de estranhar que o grupo stalinista, que construía uma sociedade nova a golpes de audácia, não desse sinais de vitalidade revolucionária mas de insegurança e medo. O sentimento exaltante de que “*não há barreiras que resistam ao assalto dos bolcheviques*” combinava-se com uma tensão sobre-humana para antecipar-se aos golpes que poderiam surgir donde menos se esperasse e para arrastar na “revolução” as massas politicamente inertes.

Quanto mais se internava no “socialismo”, mais cercado o regime se sentia: pelos quadros corruptos ou sabotadores, pelos dissidentes que minavam a disciplina do partido, pelos operários *desagregadores*, pelos camponeses que resistiam à colectivização, pelos traficantes e especuladores, pelos espíões do estrangeiro, pelos carreiristas trapaceiros, pelos dirigentes ávidos de poder pessoal.

A única arma capaz de pôr ordem neste vespeiro era a polícia política. Ela tornou-se em breve “*o reduto supremo da ditadura do proletariado*” e, como seria de esperar, transformou a luta de classes num caso de polícia. O regime, que continuava a falar em nome da classe operária mas que na realidade se considerava livre de quaisquer amarras de classe, ia pagar o preço dessa *liberdade* com o poder terrorista da polícia.

7. OS VENCEDORES NA ENCRUZILHADA

Em 1934, no “congresso dos vencedores”, Stalin celebrou o triunfo da revolução, o fim das oposições, a consolidação da unidade do partido. Depois de cinco anos de convulsões, a NEP passara à história, a socialização integral tornara-se uma realidade indiscutível, desaparecera o motivo das antigas divergências. Bukarine, Zinoviev, Kamenev reconheceram o erro das suas posições anteriores e declararam o apoio à linha stalinista.

Parecia ir-se entrar numa época de pacificação acompanhando a prosperidade que se anunciava. Foram libertados milhares de presos e anulados muitos processos; a polícia política, a GPU, foi reestruturada como NKVD e privada do poder de instruir processos e decretar penas de morte; uma comissão especial foi encarregada de redigir uma nova Constituição, que reflectisse a harmonia social da nova sociedade; o I Congresso dos Escritores exaltou o novo “*humanismo soviético*”. Viviam-se um vento de mudança.

Hoje sabe-se que este clima de liberalização do 17º Congresso do partido ocultava uma nova luta de tendências, mais secreta e mais exacerbada do que todas as anteriores. As grandes transformações sociais tinham projectado uma imprevista corrente tecnocrática e intelectual, céptica quanto ao modelo stalinista, ansiosa por desfrutar os seus privilégios em clima de pacificação.

Sob os louvores unânimes a Stalin disputava-se a forma que deveria tomar o novo regime. Muitos dos que tinham aderido sem reservas à batalha da “socialização” convergiam agora com antigos opositoristas na opinião de que já não se justificava a centralização desmedida de poderes nas mãos de Stalin e do seu aparelho. Queriam institucionalizar uma legalidade que neutralizasse Iejov, Kaganovitch, Molotov, Malenkov, Béria, Proskrebitchev, temidos pelo seu estilo de perseguição implacável em nome da “*firmeza de classe*”.

A corrente liberal, que encontrara em Kirov, o primeiro secretário de Leninegrado, o seu líder político, já tinha feito sentir a sua força no Bureau Político e no Comité Central ao impedir em 1932 e 1933 a condenação à morte de dissidentes de direita (Riutine) ou trotskistas, como Smirnov e o seu grupo.

A sua influência no congresso foi inesperada e preponderante. Kirov, eleito para o Secretariado do CC, ficou numa posição mais destacada do que Stalin, que teve grande número de votos contrários. Bukarine, nomeado responsável pelo *Izvestia*, voltou a ser reconhecido como ideólogo eminente do partido, apesar da desautorização que sofrera anos antes. E, sobretudo, os poderes da polícia foram restringidos.

O assassinato de Kirov, em Dezembro desse ano, veio desmoroar as vantagens com que a ala liberal se iludia. Atribuído aos meios oposicionistas (o assassino pertencia a um núcleo de jovens adeptos do terrorismo), o crime fora, como veio a saber-se posteriormente, facilitado pela própria polícia e, directa ou indirectamente, montado pelo aparelho de Stalin.

Assim, a ala stalinista, que fora forçada a contemporizar nos meses imediatos ao congresso, via-se livre da principal personalidade liberal e arranjava um pretexto para um ataque em toda a linha. O crime viera demonstrar que a centralização não devia ser afrouxada mas, pelo contrário, tinha que se tornar mais rigorosa.

Um decreto instituindo o procedimento judicial de excepção entrou em vigor no dia seguinte ao crime. (Já no mês anterior fora criado um organismo policial com poderes para deportar sem julgamento elementos "*socialmente perigosos*"). Uma centena de presos foram fuzilados em processo sumário nos dias imediatos. Milhares de militantes de Leninegrado foram deportados para a Sibéria por suspeita de estarem associados de uma forma ou de outra aos oposicionistas. Zinoviev e Kamenev, considerados "*moralmente responsáveis*" pelo crime, foram condenados a pesadas penas.

Mas isto eram só os preliminares do ajuste de contas. Os stalinistas, que tinham estado, contra ventos e marés, na brecha da "revolução" e que se sentiam como os construtores do socialismo, não podiam tolerar esse inesperado reaparecimento de uma corrente que ameaçava a sua centralização de poderes. Se esse liberais frouxos queriam deitar a perder todas as conquistas dos anos anteriores, iam ter a lição merecida.

O ano de 35 passou-se com os liberais a queimar os últimos cartuchos para tentar deter a avalanche repressiva. Inscrevendo no projecto de Constituição o direito de voto universal, a independência da justiça, o direito de defesa dos acusados, Bukarine e Radek esperavam ainda manietar os ultras. Na realidade, só o que conseguiram com essa barreira de papel foi fornecer-lhes uma nova cobertura legal.

O aparente compasso de espera de 1935 serviu aos stalinistas para uma acumulação massiva de forças. Lejov veio tomar no secretariado o lugar que fora de Kirov. Adoptou-se uma cascata de decretos a servir de armadura à repressão (entre eles a possibilidade de condenar à morte crianças de 12 anos e os que não denunciasses crimes). Prepararam-se meticulosamente todas as peças dos grandes processos. Em 1936 tudo estava a postos para "arrancar o mal pela raiz" e aniquilar os "homens de duas caras".

Já depois de iniciados os processos e fuzilada a primeira leva, Stalin e Molotov insurgiram-se contra a *brandura* da polícia que parecia hesitar em liquidar os restantes dirigentes oposicionistas: “*Os nossos serviços de segurança têm quatro anos de atraso*”. A partir de 1937, com Jejev na chefia do NKVD, a máquina pôde ceifar sem entraves todas as “*ervas daninhas*”. E um dos alvos a castigar era naturalmente o 17º Congresso de má memória: mais de metade dos delegados e mais de dois terços dos membros do CC aí eleitos foram fuzilados.

8. “MONSTROS DE PERVERSIDADE”

A história dos processos de Moscovo continuará por fazer enquanto se conservar secreta a massa da documentação sobre o assunto. Em todo o caso, dois factos parecem hoje incontestáveis. Primeiro, havia entre os oposicionistas uma conspiração real para limitar os poderes de Stalin ou para o derrubar. Muito estranho seria aliás que não o tentassem. A rede de ligações de Trotsky com os meios oposicionistas, a articulação destes no seio do partido, do exército e da polícia, o contacto de Bukarine com mencheviques em Paris, não foram inventados.

Segundo, nunca chegou a existir o “*centro de espionagem e terrorismo*” descrito em tribunal e confessado pelos réus. Zinoviev, Kamenev, Bukarine, Rikov, Piatakov foram fuzilados sob falsas acusações.

Na realidade, os processos, aceites na época como verídicos devido à confissão pública dos principais réus, vieram a revelar-se forjados: não foram apresentados documentos comprovativos das acusações, mas apenas uma teia de denúncias mútuas e confissões; a tortura foi aplicada em larga escala; só uma pequena parte dos réus (os “*confessos*”) foi julgada em público; muitas das testemunhas de acusação citadas não chegaram a comparecer em tribunal; nenhum dos supostos espões e criminosos profissionais tentou refugiar-se no Ocidente como seria natural; nada foi encontrado nos arquivos nazis no fim da guerra sobre os alegados financiamentos e directivas aos oposicionistas.

A verdade é que se alguns reais agentes nazis tinham sido descobertos na Ucrânia em 1933 e 1936, nada permite supor que houvesse qualquer implicação dos responsáveis do partido nessa actividade. Existem mesmo fortes indicações de que Tukhatchevski e outros generais fuzilados como espões e mais tarde reabilitados, tivessem sido vítimas de documentos forjados pelos próprios nazis e feitos chegar às mãos de Stalin através da Checoslováquia.

A organização terrorista e de espionagem foi pois um cenário montado pela acusação para castigar uma “*traição*” diferente – a resis-

tência a Stalin. Quando o procurador Vichinsky estigmatizava os réus como “*monstros de perversidade*”, atribuindo-lhes actos de sabotagem e espionagem por vezes delirantes (misturavam vidro moído no pão, abatiam árvores para destruir o património florestal...), ele tratava de objectivar a sua traição política em crimes contra o Estado, em crimes de delito comum. Não se podia, à face da “legalidade socialista”, fuzilar Zinoviev ou Kamenev só porque tinham conspirado para mudar o rumo da política e apear Stalin do poder. O crime político, para ser castigado, precisava de algo mais palpável, de uma *tradução popular* convincente para as massas.

Daí o trabalho da acusação para extorquir confissões e confundir com elas os réus que negavam, até construir um edifício convincente. As simples opiniões contrárias a Stalin eram avolumadas em “*directivas incitando ao crime*”; os encontros forçosamente clandestinos dos opositores apareciam como reuniões de organismos estruturados; os casos de negligência eram transformados em crimes deliberados; as meras intenções em actos consumados.

Smirnov recebera um manifesto de Trotsky? Porque não dizer que trouxera instruções para assassinar Stalin e Vorochilov? Alguns dos opositores tinham contactado nos anos 20 o general alemão von Seekt em missão oficial do governo soviético? O que impedia de supor que tivessem sido aí recrutados para o serviço secreto? Um opositor fora culpado de grave negligência económica? Porque não atribuí-la a sabotagem organizada? Molotov sofrera um ligeiro acidente de automóvel? E se o motorista o tivesse feito propositadamente, às ordens dos espões? Bukarine esboçara em 1918 uma conspiração para afastar Lenine do poder? Daí até “*tentativa de assassinar Lenine*”, qual era a diferença?

Assim, a organização mal articulada dos opositores em pânico foi completada com minúcia implacável até tomar as dimensões de uma máquina terrorista eficiente, conduzida a partir do exterior por Trotsky e paga pelo dinheiro dos nazis.

Sobretudo Trotsky tinha que ser definitivamente *queimado* como um “superespão”. À primeira vista, dir-se-ia que não era difícil demonstrar que esse “bolchevique-leninista”, como ele gostava de se rotular, apenas continuava a sua carreira de talentoso social-democrata de esquerda, perito em combinar análises argutas e demolidoras com soluções reformistas e manobras mais do que ambíguas. Mas uma crítica de princípios a Trotsky já não estava ao alcance dos stalinistas por que iria ferir ao vivo as suas próprias contradições: o mais expedito era classificar as desesperadas iniciativas de Trotsky como espionagem.

No esforço para apresentar provas convincentes dos crimes, os acusadores não se apercebiam do quadro tenebroso que por vezes revelavam do próprio regime. Foi assim que Iagoda, vice-chefe da policia preso como cúmplice do “centro terrorista”, confessou em tribunal que teria forçado médicos seus subordinados a envenenar e assassinar diversas pessoas (entre as quais Máximo Gorky) e que teria colocado espíões em postos-chave, porque “*sendo eu chefe do NKVD, ameaçava de morte os que não me obedecessem*”!

E à medida que a engrenagem das denúncias rodava, tornava-se mais difícil de controlar. Executavam-se pessoas falsamente acusadas por vingança, ou denunciadas apenas pelo desejo de demonstrar vigilância e fidelidade ao regime; executavam-se depois os caluniadores porque tinham acusado vítimas inocentes; e executavam-se polícias por terem participado em crimes e saberem demais. Entretanto, faziam-se aprovar sob coacção moções “unânicas” em assembleias de trabalhadores aplaudindo a repressão. Até que o próprio Iejov teve que ser *depu-rado* para deter o *carrossel* do terror.

A luta para manter o regime em equilíbrio entre as pressões opostas do proletariado, dos camponeses e dos quadros desembocava no arbítrio. Por fim, esse enorme aparelho regulador do “socialismo” acabou por ser absorvido, passo a passo, pela força social dominante, os quadros, e posto ao seu serviço para a estruturação plena de um capitalismo de novo tipo.

9. A TEORIA DOS ESPÍÕES

“Na pessoa dos trotskistas e zinovievistas o fascismo encontrou servidores fiéis”, comentava a *História do Partido Bolchevique* no balanço dos processos. *“O poder dos soviets castiga com mão de ferro este refugio do género humano, reprime-os implacavelmente como inimigos do povo e traidores à pátria”.*

Os opositoristas eram pois e apenas elementos degenerados que, por avidez de poder e de dinheiro, se tinham posto a soldo do imperialismo – logo, “*escória*” à margem da sociedade e não porta-vozes de qualquer corrente de classe hostil. Ia longe o ano de 1930, quando se compunham nomes de partidos e plataformas políticas para enquadrar os réus. Agora nem a categoria de opositores políticos podiam ter – eram a escumalha da sociedade.

Na realidade, que oposição política podia haver numa sociedade que, por definição, era constituída apenas por “classes amigas”? Os conflitos que surgiam só podiam ter uma fonte externa – os réus tinham que ser forçosamente espíões e assassinos, estranhos à sociedade soviética.

Stalin pôde assim constatar em 1939, no final da macabra limpeza: “*Já não há ninguém a reprimir. Trata-se apenas de castigar alguns criminosos ao serviço do imperialismo*”. Afinal, até numa sociedade perfeita como era a União Soviética, não se podia impedir que surgissem elementos degenerados...

Esta teoria obrigava a forjar processos, mas era a única que garantia coerência ao sistema político. Se o socialismo estava em risco de ser derrocado pela infiltração de espões ao mais alto nível, então o reforço do aparelho de Estado, do centralismo e dos poderes da polícia era a questão decisiva para a consolidação do socialismo. Engels (para não citar Marx e Lenine) enganara-se ao prever a gradual redução dos poderes do Estado sob o socialismo.

Por outro lado, se os espões recorriam a pseudocríticas políticas para criar terreno favorável à sua acção de sabotagem, então era preciso que todos estivessem atentos às vozes críticas, porque podiam ter um espião por detrás. O mais seguro, para “não dar o flanco à provocação”, era cortar cerce com quaisquer críticas, denunciar os críticos, confiar cegamente no partido e em Stalin. A “guerra aos espões” deu assim um poderoso impulso à monolitização integral do partido e do Estado.

A liquidação dos opositoristas como espões nazis tinha ainda outra vantagem: demonstrava à Inglaterra, França e Estados Unidos a disponibilidade da União Soviética para uma luta comum contra o expansionismo de Hitler. O acolhimento favorável que tiveram os processos em largos meios do Ocidente mostrou que a mensagem fora captada. E deu base, depois do ziguezague brutal da capitulação de Munique e do pacto germano-soviético, à aliança antifascista durante a guerra.

A teoria dos espões foi apenas uma entre as muitas manipulações arbitrárias dos factos, para *baterem certo* com o edifício ideológico construído pelo stalinismo. Para manter a ficção de um “poder operário e camponês” e negar a evidência da ascensão social dos quadros ao lugar de uma nova burguesia de Estado, era necessário *reconstruir* o marxismo-leninismo de alto a baixo. A teoria stalinista da manutenção do Estado mesmo sob o comunismo foi o fecho da abóbada da luta contra os *espões*.

10. O MISTÉRIO DAS CONFISSÕES

A confissão dos crimes por parte dos principais réus, na presença do público e de correspondentes de imprensa e embaixadores estrangeiros, era a arma definitiva da acusação. Se estivessem inocentes, o que os impediria de o dizer, em vez de fazerem relatos circunstanciados dos seus actos criminosos?

Aqui não basta invocar as torturas (que nem todos sofreram), ou as promessas de perdão, ou a ameaça de represálias sobre as famílias. A causa de fundo era política.

A oposição descobria em 1936 que o seu projecto ruíra como um castelo de cartas. Apostara na falência inevitável da “revolução a marchas forçadas” e predissera a ruína da economia e o caos social, mas deparava com um país em progresso impetuoso, com um povo que finalmente saía da miséria e da ignorância. Denunciara Stalin como o “coveiro da revolução” e encontrava-o rodeado de prestígio e do carinho autêntico do povo. Deixara-se seduzir pela agudeza das críticas de Trotsky e via-o transformado em colaborador da social-democracia, inventor de uma “IV Internacional” fantasma, dirigida contra a União Soviética. Mentira dúzias de vezes proclamando fidelidade a Stalin e era desmascarada no seu jogo duplo. Deixara-se enredar em cumplicidades com gente desclassificada e ficara na vizinhança de contra-revolucionários autênticos.

E tudo isto acontecia no momento em que se adensava dramaticamente a iminência de um ataque externo contra esse novo regime “socialista” que tinham combatido. O pacto anti-Comintern, o ataque japonês à China, a sublevação fascista em Espanha, anunciando a guerra mundial e um assalto imperialista contra a União Soviética, faziam-nos sentir-se degradados ao papel de “quinta coluna” de Hitler.

Este era o lugar em que tinham vindo a colocar-se objectivamente, fossem quais fossem as suas intenções – diziam-lhes os interrogadores ao longo de semanas e meses. Iam persistir nessa traição negando tudo, ou teriam um último acto favorável à revolução, confessando? E se era necessário arrepender-se, que diferença fazia confessar mesmo aquilo que não tinham feito?

“Confessa as suas actividades de espionagem?” – perguntava Vichinsky a um dos réus. “De facto, não valho mais do que um espião”. O essencial era a culpa política, o resto eram *detalhes*.

Assim, as confissões dos acusados e os seus hinos de louvor aos êxitos do socialismo soviético e ao seu chefe Stalin não foram forçosamente o rastejar abjecto de presos quebrados pela tortura e pelo medo da morte. Foram, pelo menos para muitos, a rendição ideológica de quem se sentia esmagado pelo ódio do seu próprio partido, pelo desprezo do seu próprio povo, e não queria morrer no campo do inimigo. “Quando nos perguntamos: se morreres, morres em nome de quê? – aparece de súbito diante de nós um abismo negro”. As últimas palavras de Bukarine em tribunal são eloquentes.

Na perspectiva histórica, verificamos hoje que as confissões de Moscovo exprimem o impasse a que chegara a revolução russa e o próprio marxismo. Ninguém sabia como criticar pela esquerda o terrorismo

de Stalin. Mesmo os seus adversários sentiam que continuar a combatê-lo iria servir o imperialismo.

O regime nascido da revolução de Outubro já nada tinha a ver com a ditadura do proletariado. Mas o prestígio das suas origens e o poderio do seu sistema nacionalizado projectavam-no como uma ameaça para a burguesia imperialista e uma bandeira revolucionária para o proletariado e os povos oprimidos. Essa seria ainda durante duas décadas a base para a adesão popular a Stalin.

11. STALINE - A TRANSIÇÃO

A explosão de terror dos anos 30 na União Soviética não foi a loucura sanguinária dos comunistas entredevorando-se na disputa do poder que nos pinta a propaganda burguesa; nem um desvio accidental (e incompreensível) na marcha do socialismo, como nos tentam convencer os revisionistas modernos; muito menos um exemplo positivo de justiça proletária, como defende aberrantemente a chamada corrente marxista-leninista.

Os processos de Moscovo surgem-nos como o culminar de uma convulsão revolucionária que se desenvolveu na URSS na passagem dos anos 20 para os anos 30. Convulsão revolucionária **burguesa** nascida sobre o estrangulamento da revolução proletária e do poder dos soviets. Fechado o caminho para o socialismo pela fraqueza do proletariado e pela vitalidade da pequena burguesia (e também pela ausência de revoluções proletárias na Europa, ainda em fase embrionária), os bolcheviques encontraram-se numa terra de ninguém. Já não podiam refazer a ditadura do proletariado e queriam impedir a restauração da ditadura da burguesia.

A contradição essencial do stalinismo resume-se nessa sua situação intermédia: depois de ter feito demasiadas concessões à pequena burguesia durante a NEP e de ter feito perder ao partido o carácter de vanguarda revolucionária do proletariado, Stalin tentou liquidar a pequena burguesia e assegurar a passagem ao socialismo à custa de uma concentração inaudita de poderes. Assim paralisou todas as potencialidades revolucionárias do proletariado e reforçou o campo para o renascimento da burguesia.

Quanto mais se afiavam as armas defensivas do Estado “socialista”, mais ele se ia destacando como um poder acima da sociedade, mais se transformava numa armadura sob cuja protecção medrava de novo a burguesia, metamorfoseada em *comunista*. A pequena burguesia, perseguida e exterminada em 1930, renascia das cinzas sob a forma dos directores e quadros *vermelhos*.

O poder de aço que tomou sobre si a tarefa de dar o socialismo ao povo, como se pairasse acima das classes, acabou por servir de berço a uma nova e imprevista burguesia de Estado sob cores socialistas.

Stalin foi o ideólogo e condutor político dessa dolorosa transição da Rússia soviética e internacionalista de 1920 para a URSS capitalista e social-imperialista dos anos 50. Como representante de um período transitório, contraditório, era-lhe impossível compreender o conteúdo de classe da transformação que liderava. Reprimia indiscriminadamente *kulaks*, quadros, operários, dirigentes do partido, para manter o rumo em direcção ao que considerava ser a meta socialista – uma economia nacionalizada. Lutava contra a esquerda e contra a direita, buscando desesperadamente a passagem de saída para a sociedade sem classes. Mas ao fim do túnel encontrava-se de novo a burguesia.

A ideologia stalinista retrata esta natureza social dupla e contraditória do grupo dirigente bolchevique nos anos 30: A sua face crítica, feita com restos de marxismo, combina-se com uma face conservadora, defensora dos privilégios da hierarquia, amparada a um nacionalismo renascente.

Morto Stalin, bastou aos Kruchov e Brejnev dar um passo mais em frente para proclamarem o programa do revisionismo. Talvez isto explique porque precisou a nova burguesia soviética de começar por renegar Stalin para hoje voltar lentamente a incorporá-lo como seu herói nacional. Fossem quais fossem as suas intenções e os seus excessos, ele ficou como o precursor do capitalismo de Estado na URSS.

(Política Operária nº7, Nov./Dez. 1986)



Cartaz em língua uzbeque em defesa da “justiça proletária”.

BUKARINE, O PRECURSOR

Vítima de um processo forjado, Bukarine ressurgiu como o arauto de um “socialismo de rosto humano”. Mas a sua alternativa conduzia à contra-revolução.

1

Meio século depois de ter sido condenado e fuzilado como chefe de um bando de espões e sabotadores ao serviço do imperialismo, Bukarine acaba de ser formalmente reabilitado pelo Supremo Tribunal de Moscovo. As acusações contra ele formuladas eram falsas, as “provas” forjadas. Tudo se resumiu a uma monstruosa maquinação para dar cobertura à sua eliminação política.

A luta que opôs Bukarine a Stalin volta assim a primeiro plano. Embora as autoridades soviéticas tenham o cuidado de sublinhar que a reabilitação é apenas judicial e Gorbachov tenha recapitulado, nas comemorações de 7 de Novembro, os “erros de Bukarine”, parece fora de dúvida que **o processo da sua reabilitação política está em marcha.**

O que é perfeitamente lógico. No momento em que os responsáveis da URSS procuram relançar o crescimento económico combinando a planificação com o mercado, o sector estatal com um renascido sector privado, e libertando a sociedade da canga estagnante de uma burocracia *monolítica*, as ideias de Bukarine ganham nova actualidade.

Bukarine defendia a necessidade da cooperação harmoniosa entre as grandes empresas estatais e os pequenos produtores; avisava que o perigo de degeneração do socialismo não vinha tanto da prosperidade da pequena burguesia como do “*supermonopolismo de Estado*”, que acabaria por asfixiar a concorrência e o crescimento das forças produtivas; batia-se pela liberdade de criação e de discussão, pela paz civil, pela tolerância; no plano internacional, punha em dúvida a proximidade da revolução nos países imperialistas, propunha a colaboração a longo prazo dos partidos comunistas com a social-democracia e apostava no apoio às revoluções nacionais dos países dependentes.

Como poderia ele hoje não surgir aos dirigentes da URSS como um precursor dotado de clarividência quase profética?

Naturalmente, admitem, Stalin tinha *mais razão* em 1930, porque a criação acelerada da grande indústria e a colectivização agrícola eram a condição da sobrevivência da URSS face à iminência da guerra mun-

dial. Mas muitas desgraças teriam sido evitadas se o stalinismo tivesse sido desde início temperado com um pouco de bukarinismo e sobretudo, se lhe tivesse cedido a primazia depois de cumpridas as tarefas prementes da edificação económica.

Passar de Bukarine a Stalin e de Stalin a Bukarine parece ser o destino dos partidos que ao longo deste século tomaram a cabeça das revoluções proletárias em países atrasados. É como se o leninismo, de que todos se reivindicam, se tivesse bifurcado em duas alternativas extremas, cada uma delas incapaz, só por si, de fornecer a solução para o problema da construção da nova sociedade, mas ambas captando aspectos essenciais.

Mao Tsé-tung foi talvez o dirigente que mais longe levou a tentativa de fundir num sistema único as ideias contraditórias de Stalin e de Bukarine, mas o fracasso da revolução cultural retirou à sua “nova via” o crédito internacional de que chegou a desfrutar. E hoje, na URSS como na China, na Europa Oriental ou no Vietname, pode dizer-se que a escola bukarinista ascende vigorosamente. Bukarine vai ter finalmente a oportunidade de mostrar o que vale, 50 anos depois de ter sido caluniado e fuzilado.

Se para nós é certo que daí não sairá mais socialismo do que saiu da via stalinista, nem por isso deixamos de considerar positiva a experiência. Quando as duas teorias tiverem feito a prova da prática será mais fácil compreender porque é que ambas são incapazes de romper os marcos do capitalismo, melhores condições haverá para o marxismo-leninismo sair do dilema em que foi aprisionado há meio século.

2

Para os PCs do Ocidente e para todos os “marxistas” mais ou menos social-democratas que lhes estão próximos, a opção está feita de há muito, mesmo que não se declarem expressamente seguidores de Bukarine. O stalinismo aparece-lhes como uma colossal perversão totalitária, que veio interromper brutalmente a marcha da União Soviética em direcção a um socialismo “de rosto humano” e fazer a história recuar de vários decénios.

As “aberrações” que apontam a Stalin, na passagem dos anos 20 para os anos 30, têm sido largamente catalogadas em livros de história, manuais, revistas, e podem enumerar-se assim:

- Stalin tinha a ideia fixa de que uma edificação económica independente só poderia repousar sobre o crescimento “a marchas forçadas” da indústria pesada, sem olhar aos custos humanos que isso acarretaria;
- Stalin alimentava uma convicção “maníaca” de que a luta de classes se intensificaria à medida que a União Soviética avançasse em direcção

ao socialismo, o que o levou a criar um clima de exasperação desnecessária dos conflitos no país;

- Stalin desprezava os camponeses, em que via pequenos capitalistas em germe e que tratou de “reeducar” brutalmente pela colectivização forçada; rejeitava de facto as ideias de Lenine sobre a aliança operário-camponesa;
- Stalin quis descobrir um imaginário “terceiro período” na luta de classes internacional, propício a novas explosões revolucionárias, eliminando em consequência como “direitistas” os dirigentes comunistas que não aceitavam esta tese;
- Stalin acusou caluniosamente a social-democracia de ser uma “reserva” e “irmã gémea” do fascismo, e com isto tornou-se responsável pela divisão da classe operária alemã e pelo ascenso do nazismo;
- Stalin reduziu o marxismo a um amontoado de fórmulas estereotipadas e dogmáticas, ao serviço do seu voluntarismo cego, que asfixiou toda a vida interna do partido bolchevique;
- Stalin tinha um carácter dúplice e desconfiado, que o levou a suprimir por meios bárbaros todos os opositores e a mergulhar a União Soviética num regime de terror.

Todas estas acusações foram feitas no seu tempo por Bukarine. De modo que adquire agora um interesse renovado, no momento da sua reabilitação, recordar as críticas que fazia, as soluções que propunha, os interesses que defendia e as condições em que foi desalojado do poder. Desse confronto resultará talvez mais claro que nem Stalin era um demónio nem Bukarine um santo, como tende a crer a democracia pequeno-burguesa. E que, se o stalinismo fracassou na sua tentativa desesperada de edificar uma URSS socialista, o bukarinismo preparava um desastre de iguais ou maiores proporções.

3

Em 1926, o regime soviético, sob a direcção partilhada de Bukarine e Stalin, demonstrava com brilho a viabilidade da nova organização social fundada pela revolução. Deixando para trás a miséria e o caos provocados pela intervenção estrangeira e pela guerra civil, a URSS afastava definitivamente o espectro da catástrofe económica, recuperava o nível produtivo de antes da guerra e tomava o caminho da prosperidade.

A propaganda antibolchevista dos meios imperialistas já não conseguia esconder o sucesso da experiência soviética. Subia o nível de vida das massas, consagravam-se direitos até então desconhecidos para a classe operária, faziam-se progressos espectaculares no campo da

saúde, da educação, da libertação da mulher. Havia ainda pesadas sequelas da guerra civil – desemprego, prostituição, delinquência juvenil – mas estavam em vias de ser reabsorvidas.

A nova cultura soviética vivia uma autêntica “idade de ouro”, de impacto mundial. No cinema, na literatura, no teatro, na arquitectura, floresciam as escolas e as realizações de vanguarda.

O regime não tinha nada da pesada uniformidade que tornou mais tarde. A ditadura política do Partido Bolchevique não excluía uma grande liberdade de expressão, dentro e fora do partido, e a participação de muitos não-bolcheviques em órgãos superiores do Estado. Nos soviets, onde se tinham realizado eleições livres, os comunistas eram uma reduzida minoria.

Esta sociedade dinâmica, cheia de diversidade mas harmoniosa, era obra da NEP, instituída em 1921 sob a direcção de Lenine. Combinava um forte sector estatal com uma vasta rede de cooperativas de comércio e consumo e com a liberdade controlada para os pequenos produtores e comerciantes. Conseguira-se que o novo regime instituído pela insurreição operária fosse adoptado pela massa dos camponeses, pela intelectualidade e os empregados, por grande parte da pequena burguesia – era uma verdadeira democracia popular.

Não era de estranhar por isso a derrota das últimas resistências dos opositoristas “de esquerda”, que apontavam deformações e perigos, mas não tinham nenhuma alternativa real a oferecer para a via da NEP.

4

Bukarine atingia então o auge da influência e popularidade. As suas capacidades teóricas tinham-no elevado a chefe de uma corrente de pensamento que dominava no partido e no Estado. Tinha grande autoridade no Bureau Político, onde contava com o apoio de Rikov, o chefe do governo, e de Tomsky, líder da organização sindical. Os bukarinistas tinham as posições-chave na imprensa central e no aparelho ideológico do partido, assim como nos órgãos económicos centrais. O comité de Moscovo do partido era completamente dominado pelos seus apoiantes.

Ao ser designado para a direcção da Internacional Comunista em substituição de Zinoviev, Bukarine passou a dispor de poderes vastíssimos, no plano interno e internacional, para levar à prática as suas ideias.

Depois que ultrapassara as suas teses “ultra-revolucionárias” desesperadas de 1918, quando entrara em conflito com Lenine a propósito da paz de Brest-Litovsk, Bukarine adaptara o seu pensamento às

condições de isolamento da revolução russa. Fortalecera-se na convicção de que não havia alternativa para a integração lenta e gradual da pequena economia camponesa no socialismo: a NEP era o “*Brest-Litovsk camponês*”.

Mais: a NEP surgia-lhe agora, não como um compromisso de recurso, mas como uma política a longo prazo, a forma particular e original da ditadura do proletariado nas condições da Rússia atrasada, a transição segura para o socialismo.

Concluía que o crescimento em direcção ao socialismo seria um longo processo de decénios, conseguido pela paz civil sob direcção do proletariado, pela competição pacífica entre o sector estatal e o sector privado, em que o primeiro se imporia gradualmente pela própria superioridade que lhe dava a organização centralizada. O capitalismo seria batido no seu próprio terreno, como dissera Lenine, sem necessidade de supressão violenta.

Tratava-se, dizia Bukarine, de “*ultrapassar o mercado através do mercado*”, mesmo que isso implicasse construir o socialismo “*a passo de tartaruga*”.

Que perigos principais ameaçavam esta via? Para Bukarine, o perigo de falhar existiria se não se fizesse uma combinação tolerante e harmoniosa dos interesses privados com o interesse geral, e não se soubesse pôr os camponeses, os artesãos, mesmo a burguesia, ao serviço do projecto de industrialização socialista.

E aos que o acusavam de “*neopopulismo*”, de idealizar a NEP, de substituir a revolução pelo evolucionismo, Bukarine retorquia que a sua perspectiva nada tinha de reformista porque assentava nas conquistas da revolução. Os bolcheviques detinham as alavancas do poder – era isso que abria possibilidades ilimitadas de evolução gradual, pela “*extinção progressiva da luta de classes*”.

Nos camponeses, que constituíam a esmagadora massa da população, via a pedra de toque do regime soviético. “*Sob a direcção do proletariado, o campesinato tornar-se-á – está já a tornar-se – a grande força libertadora da nossa época*”. O desenvolvimento industrial promovido pelo Estado tinha que ser ligado à prosperidade dos camponeses e à expansão do mercado rural. Os planos “*hiperindustrialistas*” da oposição pareciam-lhe aberrantes, porque encaravam o campesinato como uma espécie de carne de canhão numa guerra entre o proletariado e a burguesia. Os opositoristas, acusava, queriam romper a aliança operário-camponesa e isso levaria a revolução ao desastre, ao suicídio.

Mas defender a liberdade sem peias para a economia camponesa era defender a pequena burguesia. Em 1925, no calor da polémica, Buka-

rine teve a frase que mais tarde viria a ser-lhe dirigida como acusação: “É preciso repetir a todas as camadas do campesinato: enriquecei, acumulai, desenvolvei a vossa economia”.

5

A NEP trazia no bojo dos seus êxitos os factores de uma grande crise e era nos campos que ela se gerava. O equilíbrio de classes conseguido não era estável e o seu dinamismo próprio conduzia à sua ruína. Tudo se resumia a isto: o sector privado revelava maior vitalidade e crescia mais aceleradamente do que o sector estatal. A pequena burguesia, insaciável, reclamava sempre mais e a classe operária não tinha força para lhe opor formas socialistas eficazes. A “guerra de posições” da NEP estava em risco de ser perdida, tal como fora perdido o assalto frontal do “comunismo de guerra”.

Primeiro foram as concessões iniciais de 1921: a requisição estatal de cereais fora substituída por um imposto, para interessar os camponeses no cultivo das terras; autorizara-se o reaparecimento do capital privado; numerosas empresas tinham sido desnacionalizadas e devolvidas aos antigos proprietários.

Três anos depois, perante as más colheitas e o descontentamento dos camponeses, foi necessário alargar as concessões. Reduziram-se os impostos agrícolas e a intervenção do Estado nos preços do trigo, levantaram-se entraves administrativos à liberdade de comércio, alargaram-se os prazos de arrendamento das terras, legalizou-se o emprego de trabalho assalariado mesmo fora da época das colheitas.

Mas tudo continuava em questão. A realidade da NEP saía para fora dos limites traçados na lei com força indomável. Dizia-se que a reforma agrária fizera da Rússia um país de camponeses médios, firmes aliados do proletariado, mas a influência dos camponeses ricos, dos *kulaks*, tornava-se determinante nas aldeias, no comércio, nos sovietes. Só eles dispunham de gado em abundância, de máquinas agrícolas, de capital. As cooperativas de comercialização tornavam-se na prática um veículo do seu enriquecimento. Em muitos casos, os camponeses pobres e médios eram obrigados por falta de meios a dar as terras de renda aos ricos, a trabalhar à jorna para eles, a alugar-lhes o gado. Assim, se os *kulaks* eram apenas 3% das famílias do campo, eles vendiam ao Estado 20% do total do trigo comercializado, ocupando um lugar-chave na economia.

Além disso, os comerciantes privados, que pagavam os produtos agrícolas a melhor preço do que os organismos estatais, já detinham mais de um terço do volume dos negócios no comércio a retalho e alimentavam a especulação e a corrupção. Os *nepmen* enriqueciam, ganha-

vam influência nos órgãos do poder soviético, tornavam ilusórios os planos do partido.

A democracia popular soviética revelava-se menos estável e harmoniosa do que supunha Bukarine. Preparava-se nela uma prova de força. **O controlo a que se sujeitava a economia de mercado tinha que ser levantado, como reclamavam os novos burgueses, ou drasticamente reforçado.** Esta a realidade social que geralmente omitem ou minimizam os que discutem as alternativas de Bukarine e Stalin como se elas fossem um debate entre ideologias e não a expressão de uma luta de classes acesa que já não consentia mais meios-termos.

A prova de força que fora lançada contra a pequena burguesia não tinha porém outra alternativa senão desdobrar-se em medidas cada vez mais violentas para lhe quebrar a resistência, justamente porque não dispunha de um forte sector operário socialista que lhe servisse de apoio. A tendência irreprimível dos stalinistas, para não perder a batalha, era recorrer aos meios repressivos do estado numa escala cada vez mais vasta. A “grande viragem” ia varrer tudo à sua frente.

6

Uma grande crise fermentava na política internacional, sob a aparência enganosa da estabilização do capitalismo, mas também aqui Bukarine não se apercebia dela.

Assumindo a chefia da IC, Bukarine deu novo desenvolvimento às concepções já antes elaboradas por Zinoviev. Em sua opinião, a estabilização do capitalismo não devia ser vista como um fenómeno passageiro mas como o produto de alterações estruturais geradas pela concentração e centralização dos capitais. O capitalismo imperialista conseguia aquilo que parecia impossível – *“racionalizar os elementos irracionais que contém”*.

Este retorno às suas teses de 1915/16, em que previra que as capacidades organizadoras do *“capitalismo colectivo”* fariam evoluir o sistema para uma etapa de capitalismo de Estado, implicava de facto a ideia de que a burguesia conseguiria superar as crises cíclicas e as convulsões nos países imperialistas. Queria isto dizer que Marx se enganara?

Bukarine tinha uma resposta para esta objecção. Sem dúvida, admitia, a anarquia e as contradições inerentes ao sistema persistiam, mas tinham-se transferido para um plano incomparavelmente mais vasto e manifestavam-se agora nas relações entre os centros imperialistas e os países coloniais e dependentes. E usou pela primeira vez a imagem dos países avançados como as “cidades” mundiais e as colónias como os “campos”. Era a partir desses “campos” miseráveis que a revolução mundial teria a sua nova onda.

Isto implicava duas conclusões políticas de grande alcance para a orientação dos partidos comunistas. Nos países imperialistas, devia considerar-se afastada a perspectiva de conflitos sociais violentos; os comunistas deveriam concentrar esforços em superar a “*tragédia da divisão da classe operária*”, lutar por uma frente comum com a social-democracia, dado que ela mantinha sólida implantação no movimento operário e sindical. Acordos a nível de direcção com os partidos social-democratas eram vigorosamente defendidos por Bukarine, que exigia que se pusessem de parte velhos complexos “esquerdistas”. Mesmo depois que a clamorosa traição dos chefes trabalhistas ingleses à greve geral de 1926 desencadeou uma onda de críticas à sua linha. Bukarine manteve-a sem vacilação.

Quanto aos países coloniais e semi-coloniais, defendia uma ruptura com o que considerava velhos preconceitos “esquerdistas”. O atraso do capitalismo nesses países obrigava os comunistas a uma política muito ampla de alianças que os projectasse como força preponderante do movimento nacional-revolucionário. A resistência às frentes unidas com as pequenas burguesias e as burguesias nacionalistas parecia-lhe um sectarismo suicida. E dava como exemplo o espectacular crescimento do PC da China, por se manter flexivelmente integrado no Kuomintang e ter derrotado o “esquerdismo” nas suas fileiras.

7

Em 1927/28, todo o sistema de ideias políticas que Bukarine edificara, à frente do Partido Bolchevique e da IC, sofreu um rude abalo, que marcou o começo do fim da sua autoridade como principal teórico do bolchevismo.

A derrocada do bukarinismo começou precisamente na China, onde o massacre de milhares de comunistas na Primavera de 27 lançou por terra as suas perspectivas optimistas sobre a marcha gradual da revolução chinesa sob a direcção do Kuomintang. Tentou ainda, com o apoio de Stalin, salvar a aliança dos comunistas com uma fracção de “esquerda” do Kuomintang, mas em breve foi forçoso reconhecer aquilo que lhe parecera uma aberração inventada pelos “esquerdistas”: a burguesia nacional atraía a luta pela sua própria emancipação e não hesitava em aliar-se ao imperialismo para esmagar a classe operária. Toda a política das frentes unidas estava posta em causa.

No Verão, começou a tornar-se claro que se caminhava para nova crise na frente agrícola, com os *kulaks* a tomar a direcção dos camponeses médios e a fazer novas exigências. A oposição, que já desde a colheita anterior começara a alertar para a “*greve dos kulaks*”, redobrou nas críticas acerbas a Bukarine, Rikov, Tomsky, esses “*nepistas a 150%*”, que insis-

tiam em sonhar com uma sociedade de harmonia quando se desenhavam grandes confrontos de classes.

No Outono, começou a viver-se uma atmosfera de crise no país e na direcção do partido. Com os desaires na frente internacional, com as reservas de cereais do Estado reduzidas a menos de metade do ano anterior, com as manobras ameaçadoras das grandes potências ocidentais, surgia em primeiro plano a urgência de pôr termo à política de concessões, de reforçar o poder económico do Estado e de avançar por qualquer meio na industrialização, como base de uma indústria de defesa eficaz.

O 15º congresso do partido, em Dezembro desse ano, iniciou a ruptura da aliança que ligava Stalin a Bukarine. Muitos que até aí tinham apoiado as teses de Bukarine começaram a demarcar-se dele, Stalin em primeiro lugar. Para lançar finalmente as bases da indústria pesada, era preciso ir buscar o dinheiro à burguesia e minar a influência dos *kulaks* pelo apoio às cooperativas de produção agrícola. Adiar por mais tempo medidas radicais seria abrir as portas à fome, à contra-revolução ou ao esmagamento da União Soviética na guerra que se desenhava.

Bukarine viu-se forçado, pela evidência dos factos e pelo receio de perder o apoio no CC, a concordar com as "*medidas extraordinárias contra os especuladores*" propostas por Stalin: confiscação das reservas de cereais escondidas, agravamento dos impostos sobre a pequena burguesia, vigilância sobre a negociação clandestina de terras, limitação do trabalho assalariado e da duração dos arrendamentos, restrições aos direitos eleitorais dos *kulaks* nos organismos de aldeia.

Um mês depois, já protestava, apoiado por Rikov e Tomsky, contra os excessos e violências cometidos na aplicação da lei, que atingiam em muitos casos os camponeses médios. Ao longo de 1928, os três travam a sua batalha perdida em defesa da NEP. Tentam demonstrar que "*por muitos anos ainda o abastecimento em cereais dependerá da economia camponesa privada*" e que a ideia de cobrir o país com uma rede de quintas colectivas é um sonho insensato que conduzirá na realidade à "*exploração militar e feudal do campesinato*"; aceitam o projecto de industrialização e planificação da economia, mas pretendem que se desenvolvam a um ritmo "*razoável*", deixando algum espaço ao jogo do mercado; reconhecem que há um perigo de direita a combater, mas alertam contra a tendência para o arbítrio.

8

Assim se tornou Bukarine, "*o mais eminente teórico do partido*" no dizer de Lenine, no representante político da pequena burguesia da NEP em luta pela sobrevivência.

A evolução parece tão absurda aos “marxistas democráticos” do nosso tempo que a atribuem a invenção malévola de Stalin e procuram fazer crer que Bukarine se situava na linha de continuidade do leninismo “autêntico”, apresentando para esse efeito diversos escritos de Lenine dos anos 1921/22. Não tomam em conta que Lenine se pronunciou sobre os passos iniciais da NEP e não pode ser chamado como testemunha na luta que se travou mais tarde. E omitem que, batendo-se pela adopção da NEP como único recurso de sobrevivência do regime soviético, Lenine nunca deixou dúvidas sobre a concessão que representava.

Já em 1918, poucos meses depois da revolução, intervindo na polémica que se gerara em torno dos perigos do capitalismo de Estado, Lenine tocara no fundo da questão:

“Não é o capitalismo de Estado que está em luta com o socialismo, mas a pequena burguesia e o capitalismo privado que lutam, lado a lado, simultaneamente contra o capitalismo de Estado e contra o socialismo. A pequena burguesia opõe-se a qualquer intervenção da parte do Estado, a qualquer inventário, a qualquer controlo, quer emane de um capitalismo de Estado ou de um socialismo de Estado”. (Oeuvres, tomo 27, p. 351).

Esta era a raiz do conflito que viria a explodir em 1927. Que os actuais bukarinistas não a consigam divisar, nada tem de estranho. Quando está em jogo a perda das conquistas revolucionárias e a recuperação do capital, os ideólogos da pequena burguesia tendem sempre a considerar os perigos da reacção burguesa como imaginários, descobrem sempre novas razões para “ter esperança”, opõem-se a tudo o que restrinja o campo de acção da burguesia.

Era o que se passava com Bukarine e por isso a resistência pequeno-burguesa se polarizava à sua volta. Em pouco tempo, os *kulaks* e comerciantes, os funcionários que deles dependiam, os quadros técnicos não-bolcheviques, os burocratas do aparelho sindical, aperceberam-se do alcance da polémica que opunha Bukarine a Stalin e tomaram partido pelo primeiro.

Bukarine tornou-se contra sua vontade o porta-voz da pequena burguesia. O seu desabafo com Kamenev em 1928 é eloquente: *“Se nós dizemos – este homem conduz o país à fome e à ruína, ele responde – vocês defendem os kulaks e os nepmen”.*

O mesmo aconteceu quando a luta de tendências que se travava no Partido Bolchevique se alargou à Internacional Comunista. As teses de Bukarine sobre a estabilização *estrutural* do capitalismo, de colaboração com a social-democracia e com as burguesias nacionalistas, tinham levado aos lugares cimeiros da organização e dos partidos comunistas os elementos mais propensos ao reformismo.

E à medida que se definiam os contornos do novo período, marcado pela grande crise, pelo ascenso do fascismo, pelo papel reaccionário da social-democracia, pela traição da burguesia chinesa, pela preparação acelerada de nova guerra mundial imperialista, revelava-se o carácter direitista dos bukarinistas da IC. Brandler, Talheimer, Ewert, Lovestone, Togliatti, Droz, Tasca, não tinham outra resposta para a nova situação a não ser alargar a política da *“concessão permanente”*, para tentar a todo o preço ganhar alianças do lado da pequena burguesia.

Por isso, se a viragem imposta por Stalin na IC a partir de Julho de 1929 devesse ser responsabilizada pelos desastres posteriores, como pretende o actual anti-stalinismo de direita, cabe perguntar quais teriam sido as consequências para o movimento operário internacional se tivessem levado a melhor os partidários de Bukarine.

Stalin não errava quando afirmou, no decurso da polémica: *“Se o desvio de direita triunfasse no nosso partido, nada deteria as forças do capitalismo; as posições revolucionárias do proletariado seriam minadas e o capitalismo poderia voltar a instaurar-se no nosso país”*.

9

E contudo, Bukarine também tinha a sua parte de razão. A história demonstrou-o. Quando insistia que o perigo de degeneração do socialismo não vinha apenas do lado da pequena burguesia e entrevia no horizonte a ameaça de uma burocracia todo-poderosa que poderia afogar a ditadura do proletariado, ele antecipava o que veio a suceder sob Stalin.

Num ponto a sua lógica era inatacável: o salto prodigioso para o socialismo que entusiasmava os stalinistas, não estando reunidas as condições económico-sociais necessárias, só poderia ter como resultado a elevação da casta de administradores a uma nova classe dirigente, reinando despoticamente sobre toda a sociedade. A revolução soviética evitaria o derrubamento contra revolucionário mas conheceria uma degenerescência trágica, desembocando num Estado policial sem precedente histórico.

Também não o convencia a ideia de que, mediante o preço da centralização absoluta de poderes, se poderia assegurar uma verdadeira explosão das forças produtivas e encontrar de algum modo o caminho para o socialismo: o *“supermonopólio de Estado”* acabaria por arrastar, mais cedo ou mais tarde, a *“decadência inerente a este tipo de estrutura”*.

Foi o que na realidade aconteceu. Depois de ter criado uma economia *“socialista”* moderna à custa de uma tremenda repressão na qual foi aniquilada a pequena burguesia mas também o poder da classe operária, a URSS é hoje forçada a regressar à encruzilhada de 1928 e a

procurar no renascimento do mercado o dinamismo de que carece a sua economia estatizada. A meio século de distância, Bukarine vingasse de Stalin. *Os nepmen ressurgem na Rússia.*

Quem tinha razão, finalmente? Hoje, instruídos pelo desastre histórico da URSS, não nos é difícil concluir que nenhum dos dois caminhos antagónicos, o de Bukarine e o de Stalin, podia conduzir ao socialismo, pela simples razão de que na URSS de 1927, privada do apoio da revolução internacional a que se adiantara brilhantemente, já não havia caminho para o socialismo. O retorno à via da acumulação capitalista, pela contra-revolução burguesa, ou pela degenerescência do capitalismo de Estado, tornara-se inevitável.

Por isso mesmo, seria absurdo para os comunistas do tempo presente declarar-se herdeiros de Bukarine ou de Staline (Trotsky, que conserva os seus fiéis, representou uma variante particularmente incoerente entre as duas linhas extremas). No que respeita à experiência russa, a tarefa actual dos comunistas é compreender plenamente as causas da perda da revolução. E isso passa pela denúncia da campanha pseudo-marxista em curso de recuperação do bukarinismo e da via da NEP, como pretensa alternativa “leninista” ao stalinismo.

(Política Operária nº 15, Mai./Jun. 1988)



Nas placas: “A via de Lenine”, apontando para onde se encontra Stalin, e a “Via da perdição” por onde seguem *kulaks*, burgueses e padres conduzidos por Bukarine e Rikov.

AINDA SOBRE STALIN

Em Outubro de 1920, discursando numa conferência de comunistas do sul da Rússia, Stalin fazia um balanço otimista das perspectivas do poder soviético: a ideia inicial de que a revolução proletária não poderia manter-se na Rússia atrasada se não estalasse no Ocidente uma revolução mais profunda e avançada fora desmentida pelos factos; os soviets podiam manter-se, seguir em frente e até mesmo vir a “*servir de exemplo aos países capitalistas desenvolvidos*”; esta era uma conclusão nova do marxismo. (Stalin, *A estratégia e a tática dos comunistas*, ed. Maria da Fonte, Lisboa, 1976, pp. 123-124).

Durante todo um período histórico, o movimento comunista alimentou-se desta convicção de que a Rússia atrasada estava a indicar o caminho do socialismo ao mundo. E com a nova onda de revoluções inspiradas em Outubro de 1917 que precederam e coroaram a crise da 2ª Guerra Mundial (China, Europa oriental, Coreia, Vietname), mais se fortaleceu a ideia de que o socialismo avançava precisamente pelos “elos fracos da cadeia imperialista”.

A revolução socialista seguia um caminho mais sinuoso do que o previsto por Marx, mas de nada servia ao imperialismo entrincheirar-se nas suas cidadelas: à sua volta ia-se apertando um anel de revoluções proletárias vitoriosas nos países camponeses, capazes de passar directamente ao socialismo e de arrastar na sua esteira a vaga das revoluções de libertação nacional.



Hoje todo isso pertence ao passado. No preciso momento em que parecia atingir o auge do poderio e da influência mundial, o movimento comunista começou a declinar. A “crise do comunismo”, cem vezes anunciada pela burguesia, acabou por deflagrar e tem vindo a propagar-se em abalos sucessivos e crescentes, até tornar irreconhecível o panorama da luta de classes internacional.

O orgulhoso campo socialista que proclamava a derrocada próxima do capitalismo vem agora mendigar tecnologia, reconhecer as virtudes da economia de mercado, propor tréguas. Um após outro, através de convulsões variadas, os países socialistas desembocam no capitalismo, como rios que vão dar ao mar, sejam quais forem os meandros do seu curso.

Não é de estranhar que as novas nações que emergiram das lutas de libertação nacional, hoje exaustas e falidas, estejam reduzidas a suplicar à finança ocidental moratórias para pagar as dívidas.

Atribuída inicialmente a acidentes (a traição de Tito) ou a desvios ideológicos (o revisionismo de Kruchoy), esta crise aparece hoje como uma crise de estrutura, tornada inevitável a prazo mais ou menos longo pela fragilidade interna de que sofria esse socialismo instaurado em países atrasados.

A vida obriga pois a reabrir a questão posta por Stalin em 1920: pode realmente a revolução proletária triunfar e avançar para o socialismo em países atrasados? Ou será que o século XX foi palco de um ciclo de revoluções prematuras, condenadas pela sua própria imaturidade a ser reabsorvidas pelo capitalismo? E, nesse caso, que esperanças restam para o socialismo, uma vez que nos países avançados parece cada vez mais distante a possibilidade da revolução?

DUAS FALSIFICAÇÕES E MEIA

A dúvida, claro, não se põe aos “comunistas” da escola soviética moderna. Para esses é ponto de fé, contra toda a evidência dos factos, que a “comunidade socialista” continua a progredir vitoriosamente para o comunismo, encabeçada pela União Soviética. E se são hoje forçados a admitir que muita coisa não corresponde ao que se esperava do socialismo, defendem-se com o argumento dos atrasos e “distorções” causados pelas “violações da legalidade” por parte de Stalin, pelos “desvios subjectivistas e aventureiros” de Mao, pela estagnação burocrática de Brejnev... Todo, porém, estaria agora em vias de ser corrigido.

É uma desculpa que cai no ridículo quando as novidades que diariamente chegam da tal “comunidade socialista” são as greves operárias, os conflitos nacionais e a ascensão dos novos ricos, o alargamento das leis do mercado, o lucro no posto de comando da economia, a restauração da empresa privada, o entrelaçamento com as multinacionais – tudo envolvido numa imensa vaga de ideologia burguesa e pequeno-burguesa.

Até mesmo as *provas irrefutáveis* do “não capitalismo” da União Soviética – a planificação, a inexistência de uma classe proprietária, a força de trabalho que já não era uma mercadoria... – começam a desmoronar-se sob o choque da *perestroika*.

Décadas atrás, a URSS ou a China podiam suscitar interrogações mas perfilavam-se como sociedades novas, diferentes. Hoje, a sua nova via *correctora* do stalinismo e do maoísmo ganha cada vez mais claramente os contornos do capitalismo.

A transformação é tão profunda que já não fazem sentido as polémicas de há vinte anos: o que se pode discutir agora são os ritmos e as modalidades que vai tomar este renascimento capitalista nos antigos “baluartes socialistas”.

Se fosse preciso uma contraprova para a regressão que se opera no Leste, bastaria comparar o movimento “comunista” actual com o dos primeiros tempos. Quem hoje se revê na União Soviética como modelo já não são os operários revolucionários mas uma certa pequena burguesia tacanha, que idealiza o socialismo à sua imagem e semelhança.

Encantada com este novo “socialismo de mercado”, “pluralista”, nem demasiado burguês nem demasiado proletário, que vem mesmo a calhar para a colocação da sua banha de cobra junto dos operários, redobra de apelos para se “*impor aos monopólios uma democracia ampliada, a paz e o progresso social*” como primeiro passo para a passagem pacífica ao socialismo...

Infelizmente para estes especialistas em lavar o rabo à burguesia, o “comunismo humanista” de Gorbatchov é um breve momento na trajectória acelerada que leva a URSS para a luta nua e crua entre proprietários e proletários. À velocidade a que as coisas progridem, não serão precisos muitos anos para o “socialismo” *perestroika* confluir com o capitalismo, privando os seus adeptos do lado de cá de referencial e deixando-os cair nos braços da social-democracia.

Nada mais justo, aliás: se os restos das revoluções proletárias são digeridos pelo capitalismo, porque não há-de o revisionismo moderno ser devorado pela social-democracia?



É de facto a social-democracia, essa versão popular da política imperialista, quem tira a desforra dos anos do grande medo do bolchevismo. Agora ela pode saborear o sentimento reconfortante de que todo entra na ordem, comentar com condescendência a “*morte dos mitos revolucionários*” o “*fim das utopias igualitárias*” e proclamar a confirmação das suas previsões.

Eles bem tinham dito, desde Kautsky, que a revolução russa não podia conduzir ao socialismo; que os bolcheviques estavam a tentar forçar a marcha da história, fazendo um salto impossível sobre a etapa capitalista na Rússia; que não só Stalin mas também Lenine representavam um desvio voluntarista e autoritário do marxismo; que a “*perversão totalitária stalinista*” não era mais do que o fruto acabado das ideias leninistas sobre o partido de vanguarda e a conquista do poder pela violência; que o próprio Marx devia ser responsabilizado por ter aberto as portas à barbárie com a sua invenção de uma “ditadura do proletariado” chamada a destruir as liberdades individuais...

Agora pode-se reescrever a história e dar como provado que as revoluções dirigidas pelos comunistas em nome dos interesses do proletariado e do socialismo não passaram de revoluções nacionais burguesas, recorrendo a *slogans* marxistas para arrancar às massas sacrifícios desumanos e obter uma acumulação maciça de capital; que Stalin foi um émulo de Hitler, senão o seu mestre no crime; que os comunistas foram culpados de tudo, até do fascismo, até da 2ª Guerra Mundial, e que os social-democratas foram as suas vítimas.

Os comunistas deveriam pois renunciar ao seu “messianismo revolucionário” que já não faz sentido nesta época da informática e da robótica, deixar-se de tiradas “demagógicas” contra a exploração, abandonar o leninismo, distanciar-se criticamente de Marx, reconhecer finalmente que o ideal do socialismo só pode ser aproximado pelo alargamento dos “*espaços de consenso democrático*” abertos pela revolução técnico-científica.

O mais flagrante em tudo isto nem é o cinismo desta gente – é a sua miopia. Mas que outra coisa podem fazer as osgas e as ratazanas senão espanejar-se ao sol depois de passada a tempestade, convencidas de que ela nunca mais se repetirá? A social-democracia tem que convencer-se de que a revolução foi um pesadelo felizmente acabado e que o proletariado nunca mais tomará o freio nos dentes.



Pintar a actual degeneração capitalista da URSS como uma marcha triunfal para o comunismo; ou, inversamente, pretender que a revolução proletária nunca passou de uma invenção feroz do bolchevismo – estas duas falsificações concorrentes do marxismo empenam-se numa mesma tarefa comum: escamotear o balanço da revolução no século XX.

Outro tanto se pode dizer da sua variante menor, o trotskismo, que encontrou, como sempre, uma interpretação original dos acontecimentos, *equidistante* do revisionismo moderno e da social-democracia: burocraticamente degenerada por culpa de Stalin, a União Soviética permaneceria apesar de tudo um Estado operário, trilhando ainda hoje uma infundável transição do capitalismo para o socialismo...

PRIMEIROS PASSOS

Ao analisar o fenómeno soviético moderno como uma restauração pacífica do capitalismo sobre os destroços da ditadura do proletariado em degeneração, a corrente marxista-leninista lançou há 25 anos os primeiros alicerces para o retomar da marcha da revolução. Isto porque

esta ideia, que muitos consideravam na altura uma aberração *doutrinária*, deu a chave para pôr a moderna URSS “destalinizada” diante do espelho da Rússia dos soviéticos de que se proclama herdeira, confrontar o “leninismo humanista” actual com o leninismo de Lenine e, através desse confronto, captar, com muitos anos de antecedência, o sentido da marcha que viria a ser seguida pela URSS e pelos seus afilhados do “movimento comunista internacional”.

Este era porém apenas um primeiro passo. O fio do leninismo só ficaria reatado quando se soubesse dizer como e porquê pudera a burguesia renascer sobre a expropriação da burguesia. E aqui a corrente marxista-leninista naufragou.

Hoje é-nos possível compreender que a crítica à degeneração da União Soviética, feita por partidos (China, Albânia) que percorriam eles próprios um caminho semelhante ao que percorreria o partido bolchevique no poder, estava encerrada em limites inexoráveis. O maoísmo foi a ilustração dramática de que a ruptura com o revisionismo não podia partir de dentro de um campo socialista já em decadência.

E se a falência da “revolução cultural proletária” teve o efeito dum terramoto sobre a incipiente corrente ML, foi porque nela se jogava mais do que uma grande batalha – jogava-se toda a teoria elaborada por Mao para explicar a génese do revisionismo no poder e os *contra-venenos* que julgava ter descoberto para o combater.

Mao atribuía a germinação do revisionismo, na União Soviética como na China, à degeneração de “*um punhado de dirigentes que enveredaram pela via capitalista*”. Consciente de que as razias policiais de Stalin tinham sido impotentes para arrancar as raízes do mal na URSS, pensou aplicar-lhe na China o tratamento de choque da mobilização de massas, que imunizaria a ditadura do proletariado da degeneração revisionista.

Mas o fim caótico da revolução cultural foi o desmoronar fragoroso da ideia maoísta sobre o papel quase milagroso que poderia ser desempenhado pela educação ideológica do partido e das massas. Mais: pôs a nu que a valorização da burguesia e dos direitistas no partido, repousava sobre uma esperança de conciliação de conflitos de classe que não sabia como superar.

Na realidade, a atitude do maoísmo perante a luta de classes sob a ditadura do proletariado representou em muitos aspectos um passo atrás em relação ao stalinismo que se propunha corrigir. Pode dizer-se que isso era de certa forma inevitável, dada a diferença de envergadura entre as duas revoluções – Mao foi o produto das guerras camponesas da China, Stalin foi o produto da sublevação da classe operária russa – mas o certo é que o maoísmo, ao tomar como espinha dorsal a integração

e a reeducação da burguesia nacional no socialismo *corrigiu* Stalin pela direita.

Uma coisa podemos hoje dizer, graças à desastrosa experiência da China: o revisionismo moderno não foi a causa de nada, por que é ele próprio a consequência e a expressão ideológica de relações de classe novas que germinaram depois da revolução, na URSS como na China.



Depois deste fracasso, julgar que era possível apagar a experiência maoísta, **voltar atrás** e reconstruir a corrente ML sobre a defesa integral da herança de Stalin, foi uma inépcia que só podia sair do desespero em que se afundava a Albânia. O mérito desta corrente, se assim se pode dizer, foi ter recusado responder a todos os problemas que estavam postos pela degeneração da URSS; para tudo, uma única resposta: Stalin não se enganara, apenas fora enganado e traído. Se não se pode dizer que seja muito coerente, esta fidelidade a Stalin deu-lhes, pelo menos, uma bandeira inconfundível para se demarcarem de todos.

A lógica da luta de classes, porém, não perdoa e os ML de cepa albanesa, tal como os últimos fiéis do maoísmo, afundam-se numa tripla miséria: senilidade na ideologia, reformismo *democrático popular* na política, espírito de seita na organização. Que mais pode ser hoje um stalinista do que uma caricatura risível de Stalin?

A CRÍTICA A STALIN

Desmentidos pela vida os melhoramentos ao stalinismo propostos por Mao, o passo seguinte para os comunistas era abordar directamente a questão que até aí fora para eles tabu, precisamente porque era o alvo dos ataques concentrados de todas as forças burguesas: o papel histórico de Stalin.

O dossier Stalin estava recheado com uma tal variedade de estudos social-democratas, trotskistas, académicos, que não foi difícil, ao utilizar esses materiais numa perspectiva marxista extrair conclusões novas e fazer avanços reais na compreensão do fenómeno soviético.

É um facto que Stalin não foi sensível às preocupações que Lenine emitia nos últimos anos da sua vida quanto aos perigos de degeneração burocrática do regime soviético e permitiu que a burocracia crescesse como um cancro, devorando os direitos revolucionários conquistados pelas massas produtoras durante a revolução.

É indiscutível que Stalin depositou durante tempo demais uma confiança direitista nas possibilidades de integração da burguesia atra-

vés da NEP, para passar depois, quase sem transição, à “socialização a marchas forçadas”, com as convulsões irreparáveis que isso acarretou.

Stalin transformou a manifestação das contradições sociais e da luta interna do partido em crimes, esvaziando a ditadura do proletariado em proclamações e a criação ideológica em fórmulas dogmáticas, que adubaram o terreno para a *revolução* revisionista.

Enquanto Lenine defendera a necessidade da URSS ganhar tempo até chegar nova onda revolucionária, Stalin *aperfeiçoou* essa ideia com a teoria da construção do socialismo num só país, que arrastou, em sequência desastrosa, a tática pragmática do apoio às burguesias nacionais, a política das frentes populares do 7.º Congresso da Internacional Comunista, a subalternização crescente do movimento comunista ao papel de força de pressão pró-soviética, e por fim a dissolução da Internacional e a dispersão oportunista dos partidos comunistas.

SUPLEMENTO

A enumeração dos erros de Stalin podia prolongar-se. Mas o mais importante de todos eles talvez seja que, na atmosfera política centrista transmitida pelo stalinismo ao movimento comunista internacional, foi-se instalando subrepticamente a noção de que era inviável a repetição do feito dos operários russos em Outubro de 1917, de que não era *realista* lutar por revoluções proletárias de tipo soviético. Se a revolução de “democracia nova” na China e as revoluções “democrático-populares” na Europa oriental e na Ásia foram ecos amortecidos e deformados da revolução russa e se tornaram, em vez de impulsos ao avanço socialista da União Soviética, um lastro a puxá-la para trás, isso deveu-se antes de mais às ideias difundidas pelo próprio Stalin.

Os erros centristas de Stalin foram assim surgindo como a chave da explicação para a degeneração do movimento comunista. Tivesse Stalin sido um bom leninista, e outra teria sido a história do último meio século – eis a conclusão a que se chega hoje correntemente nas fileiras comunistas.



E, contudo, esta explicação é tão limitada e enganosa como as anteriores. Atribuir o fracasso das revoluções deste século aos erros de Stalin pode aproximar-nos das peripécias da degeneração, mas, no fundo, pouco difere de atribuí-la aos desvios de Mao, à traição dos revisionistas, ou ao egoísmo da burocracia. Conduz-nos sempre a um mesmo tipo de explicações subjectivas, incapazes de cobrir um fenómeno tão gigantesco como foi a **inversão do rumo** de um quarto da humanidade.

Sem dúvida, todos esses erros, desvios e traições foram bem reais e tiveram um efeito nefasto. Mas eles foram forçosamente manifestações de causas sociais profundas que, essas sim, importa pôr a claro.

O FECHO DE UM CICLO

Se olharmos para a luta de classes mais do que para as posições dos dirigentes, veremos que aquilo a que vulgarmente se chama o stalinismo – a concentração sobre-humana de esforços na edificação do socialismo num país isolado, e, para mais, economicamente atrasado, com a explosão de violência que isso acarretou – não foi uma criação arbitrária saída da cabeça de Stalin, em resultado do primarismo do seu marxismo, mas o produto dum **estrangulamento objectivo da revolução**.

O pressuposto em que se baseavam os bolcheviques e Lenine – de que a I Guerra Mundial e a revolução russa tinham amadurecido as condições para revoluções proletárias na Europa – não se verificou. O imperialismo, estádio supremo e último do capitalismo, estava muito mais distante do esgotamento da capacidade de sobrevivência do que podia supor-se no tempo de Lenine.

E assim, privado do apoio da revolução na Europa, o regime soviético na Rússia ficou confrontado, em meados dos anos 20, com **duas únicas** alternativas, ambas desastrosas: ou capitular (e a isso conduziam as políticas opostas defendidas por Bukarine e Trotsky), ou avançar a qualquer preço, como única forma de ganhar tempo. Foi o que tentou a direcção de Stalin, acicatada, ainda para mais, pela iminência de uma nova guerra mundial e de uma nova agressão imperialista devastadora.

Nesta perspectiva, é forçoso reconhecer que o abandono da NEP e a guerra à pequena burguesia, o terror dos anos 30, a crescente delegação do poder no aparelho burocrático, a militarização do trabalho e da vida do partido, a perda de confiança na revolução mundial, o afastamento irreparável do marxismo – todos os traços do stalinismo foram o produto do impasse que asfixiava a revolução russa.

A partir dos anos 50, esse impasse sufocava já não apenas a União Soviética mas todo o campo revolucionário que entretanto se levantara na sua esteira. O derrubamento da burguesia e a socialização das forças produtivas, em países atrasados, com escassa acumulação de capital, um classe operária reduzida e uma enorme massa camponesa, essencialmente pequeno-burguesa, produzia, junto com as gigantescas conquistas revolucionárias iniciais, a ascensão gradual de uma burocracia onipotente, chamada a servir de administrador e de *árbitro* entre o proletariado e a pequena burguesia, e, com ela, a transformação do socialismo e da ditadura do proletariado em caricaturas.

A conclusão parece ser esta: os “elos fracos” cederam de facto ao embate da revolução proletária e camponesa, mas marcaram-na com as suas taras e acabaram por devorá-la. A burguesia acabou por retomar o testemunho que lhe tinha sido arrancado. Tudo se passou como se o capitalismo tivesse tirado a sua vingança da *surpresa* de 1917.

Concluir daqui que este ciclo de revoluções foi “premature” ou “inútil”, como fazem os social-democratas, é raciocinar às avessas, com a lógica da burguesia. Na realidade, as grandes revoluções proletárias deste século não foram inventadas nem forçadas pelos comunistas. Elas eram inevitáveis e foi só a direcção comunista que lhes permitiu levar o mais longe possível o seu potencial de transformação. Se elas tivessem sido sufocadas, muito pior seria hoje a situação das massas e muito mais consolidada estaria a burguesia.

Podemos pois dizer que a revolução proletária atravessou neste século XX um arranque pioneiro, que cumpriu o seu ciclo de crescimento, auge, crise e decomposição, ciclo de que **não podia libertar-se** a menos que novas revoluções proletárias, mais avançadas, tivessem vindo em seu socorro.

Hoje, reabsorvido esse primeiro ciclo de revoluções proletárias, vive-se uma espécie de pausa, durante a qual o movimento revolucionário procura retomar pé na nova situação e preparar novo assalto. Como todas as pausas, também esta é acompanhada pelo florescimento aberrante do pânico, da estupidez e da incoerência da pequena burguesia, cobrindo por completo a voz abafada do proletariado.

Não podemos saber por que vias irá romper o novo ciclo proletário revolucionário, nem onde nem como. De uma coisa estamos certos: ele aprenderá com a experiência acumulada, para levar cabo, de forma mais eficaz e inexorável, a tarefa que Lenine enunciava em 1920: *“Derubar os exploradores e, em primeiro lugar a burguesia; infligir-lhes uma derrota absoluta; esmagar a sua resistência; tornar impossível qualquer tentativa da sua parte para restaurar a canga do capital e da escravatura assalariada”*.

(Política Operária nº 16, Set./Out. 1988)



Rikov e Bukarin conduzidos a julgamento.



Florescimento do comércio privado durante a NEP.

NOVAS LIÇÕES DA REVOLUÇÃO

Elementos para uma plataforma comunista

SAIR DA CORRENTE ML

O que nos falta para constituirmos uma corrente comunista internacional? Falta-nos fazer o enterro teórico do chamado "movimento ML". Evidentemente, não temos que renegar a deslocação à esquerda que representou a luta anti-revisionista dos anos 60. Mas temos que pôr em causa o espírito de compromisso que presidiu a essa luta e a impediu de dar frutos.

Estamos na continuidade dum movimento que, em 25 anos, já fez três cisões – com o revisionismo soviético (1963), com o maoísmo (1978) e com o PTA em 1983. E embora não falte quem nos considere maníacos da cisão, a história destes anos demonstra o contrário: a timidez em tirar as conclusões das divergências e em levar a cisão corajosamente até ao fim, amputando duma vez por todas as partes gangrenadas da doutrina e da política que nos servia de guia.

Há um fio condutor nas três cisões que fizemos. A crítica sucessiva ao anti-stalinismo do XX Congresso, ao "Estado de todo o povo" e à "linha geral da coexistência pacífica" de Kruchov, depois à aliança das quatro classes e ao trimundismo de Mao, por fim ao stalinismo do PTA e à linha das frentes populares, alargou pouco a pouco os nossos horizontes, libertou-nos da monstruosa carapaça de preconceitos revisionistas incrustados no pensamento marxista ao longo dos anos e permitiu-nos caminhar ao reencontro do leninismo. Mas porque teve que haver estas fases? Porquê esta corrida de obstáculos ao longo de 25 anos, na qual se dispersou a maior parte do exército marxista-leninista nascente?

Vista à distância, a "grande luta de princípios" lançada pelo PC da China e pelo PTA aparece hoje como acanhada.

Quando um e outro falavam em "retorno ao leninismo, ao espírito da Revolução de Outubro e do bolchevismo", tinham em vista a sua própria tradução adaptada do bolchevismo: procuravam um ponto intermédio entre o bolchevismo e o revisionismo: por isso lhes chamamos centristas.

A aliança temporária da linha maoísta do PC da China e da linha stalinista do PTA, apoiando-se mutuamente contra a ameaça desenca-

deada pelo revisionismo soviético, não trouxe uma revolução teórica porque não visava a revolução; era uma batalha de retardamento, de conservação de posições adquiridas. Daí que o cortante da sua crítica se esgotasse depressa.

O travão que impediu o avanço teórico da corrente ML não se pode explicar por erros. Estava na base social dos regimes que promoviam a crítica.

O marxismo-leninismo da China e da Albânia estava inevitavelmente tingido de revisionismo devido à ordem social reinante nesses países. Os cortes chinês e albanês não podiam ir à raiz do fenómeno porque exprimiam a crítica a um capitalismo de Estado feita por outro capitalismo de Estado. Da degeneração burguesa e das suas causas só podiam ter a visão limitada que lhes era permitida pela sua própria degeneração já em marcha.

Por esse motivo, os dois ramos que teimam em falar em nome da corrente ML – o “Movimento Comunista Internacional” stalinista pró-albanês e o “Movimento Revolucionário Internacionalista” maoísta – não passam de fósseis teóricos. Defendem plataformas que podiam ter uma aparência de lógica há 20 anos mas que hoje não se sustentam de pé.

Em princípio, caberia ao movimento comunista dos países capitalistas aperceber-se da doença que minava todo o “campo socialista” e tomar nas suas mãos o debate sobre as origens do revisionismo. Em vez disso, a débil ala esquerda internacional surgiu nos anos 60 abraçou sem espírito crítico as plataformas de Mao e Hoxha para depois repudiar uma e outra, ao verificar, pela experiência política, as suas contradições.

Essa miopia e seguidismo, que já se tinham manifestado perante o longo processo de degeneração da URSS, não se podem explicar só pela modéstia perante partidos forjados na luta revolucionária, ou só pelo desejo de apoiar os bastiões do socialismo. Elas revelam a fragilidade dos laços que unem os núcleos marxistas-leninistas aos interesses centrais do movimento operário e a sua pobreza teórica, que os levam a procurar uma tutela e urna legitimação externa, a coberto dos deveres do internacionalismo.

Por isso mesmo, o passo que a partir de 1980 deram algumas escassas forças da corrente ML agonizante, ao entrar no que até aí fora terreno proibido e ao submeter à crítica aspectos da política da IC e da URSS na época de Stalin, sendo por isso excomungadas pelo PTA, teve um valor qualitativo novo. Já não foi mais uma crítica mas o começo do fecho de todo um ciclo de críticas. Ao passar o eixo do debate da traição

revisionista para as origens sociais do revisionismo, ao pôr em discussão todo o passado do movimento comunista desde a revolução russa, não iniciámos uma ala esquerda na corrente ML; saímos dessa corrente, que se formara precisamente com o objectivo de justificar o passado.

A nossa fraqueza está no facto de não termos completado o corte ideológico encetado com a crítica ao maoísmo, ao 7.º Congresso da IC e a alguns aspectos da política de Stalin. Insistir hoje em fazer críticas construtivas ao PTA, em apelar à consciência dos partidos ML e em salvar uma parte da bagagem dos últimos 25 anos é na prática bloquear o exame global e o corte que se impõem. É preciso repor em discussão todas as formulações e pontos de vista dos últimos 25 anos e não apenas fazer-lhes correcções parciais. Não se trata de pôr remendos mas de fazer obra nova.

Sair para fora das fronteiras centristas da corrente ML, cortar o cordão umbilical que ainda nos liga a ela, reconhecer o seu esgotamento histórico, elaborar uma plataforma comunista coerente, afirmar-se à luz do dia como uma nova corrente comunista – eis o que falta para passarmos a ter existência própria. É o receio a dar esse passo, a vertigem de uma queda no vazio, que nos tira clareza e capacidade ofensiva.

Quando, como, porquê degenerou o poder proletário revolucionário em novos regimes burgueses? Retomar a crítica ao revisionismo moderno no ponto em que foi deixada pelo maoísmo e pelo “envenenamento”, ampliando-a a uma crítica à sua base social, ou seja, a uma crítica geral ao regime de capitalismo de Estado – tal é, quanto a nós, a tarefa central.

Diz-se que o essencial para os comunistas é compreender os novos desenvolvimentos do imperialismo, as mutações que ele produz nas classes, as novas tarefas da revolução socialista. Mas a chave para abordar esses fenómenos novos está no balanço às experiências do movimento operário revolucionário do século XX.

Essas experiências parecem ter obedecido a uma lei: a degeneração do poder revolucionário dos operários e camponeses no poder reaccionário duma burguesia burocrática de Estado, cujo papel é entregar os restos triturados da revolução nas mãos do capital internacional.

É a explicação deste fenómeno que está hoje no centro da teoria marxista da revolução e da ditadura do proletariado. Não devemos reechar concentrar esforços neste ponto: não é uma questão de história, mas de actualidade.

Actualmente, o receio a enfrentar a derrota incontestável da revolução proletária no nosso século é o maior entrave à reorganização da

corrente comunista. E são suicidas as ilusões de que se poderia suprir o vazio teórico a que chegámos pela “ligação às lutas diárias da classe operária”. O que está no centro dos interesses operários não são novas tácticas sindicais ou novas formas de luta contra o desemprego; é saber se existe afinal um caminho para a revolução e a ditadura do proletariado e qual é ele. Só sobre o alicerce dum programa comunista renovado pode construir-se uma estratégia, uma táctica, um partido.

Não defendemos a formação de grupos teóricos. Cada destacamento comunista só sobreviverá na medida em que fizer parte da luta diária da classe operária. Mas querer construir uma política comunista a partir de noções espontaneistas da “ligação às massas” é afundar-se no economicismo e no reformismo.

A definição dos contornos da nova corrente comunista só pode fazer-se em debate internacional, preservando a independência de cada agrupamento mas criando mecanismos de discussão (por exemplo, uma revista ou um boletim de debate) a que tenham acesso todos os que têm de comum o corte pela esquerda com o “movimento ML”. Se cada grupo continuar entregue a si próprio, corre-se o risco de que a cisão embrionária de esquerda iniciada em 1980 se perca no pântano do enquistamento ou de “inovações” revisionistas.

Naturalmente, não podemos imitar os grupos que pomposamente se declaram “correntes internacionais” e começam por elaborar plataformas e programas fantasistas. É preciso estudo associado a trabalho prático. Mas é ilusório julgar que temos muito tempo à nossa frente. A luta de classes, que não pára, desintegra sem cerimónia as forças políticas que se deixam ir à deriva. Se não elaborarmos uma plataforma comunista consistente e não traçarmos as nossas fronteiras, sucumbiremos sob o assalto das forças que nos rodeiam. Ou nos definimos ou seremos desagregados.

O PODER SOVIÉTICO

A tese maoísta de que o XX congresso mudou a ditadura do proletariado em ditadura da burguesia e o partido comunista em partido fascista é insustentável. Uma contra-revolução não resulta da aprovação de teses, por muito revisionistas que sejam. Pelo contrário, as teses revisionistas indicam uma contra-revolução muito anterior. A guinada política à direita após a morte de Stalin é uma fase nova num processo social que vinha de trás.

Desde quando? A corrente ML foi incapaz de responder a esta questão. Sentindo-se obrigada a defender Stalin contra os ataques direi-

tistas de Kruchov, deu como assente que aquele, com mais ou menos erros, se identificara ao longo da sua vida com a 'linha proletária'. Logo, a ditadura do proletariado fora preservada até 1953.

Mas julgar da existência ou inexistência da ditadura do proletariado pela maior ou menor ortodoxia do partido é brincar ao marxismo. Deixou-se de lado aquilo que devia ser o critério aferidor da análise – que fora feito do poder soviético? Este esquecimento não aconteceu por acaso: a questão dos soviets como pilares da ditadura do proletariado tornara-se há muito uma expressão convencional, um esquerdismo a esquecer. Nesse assunto, mais do que em qualquer outro, havia um abismo entre a teoria e a prática do movimento comunista.

Todos sabem que, ao longo dos anos 20, os soviets perderam o poder real, que os seus membros deixaram de ser livremente eleitos pelos trabalhadores e que se tornaram meros órgãos administrativos. O poder passou a ser exercido directamente pelo Partido Bolchevique *em representação* do proletariado e do campesinato, embora mantendo a ficção do poder dos soviets.

A fundamentação teórica para isto era que ao Partido Comunista, órgão supremo da ditadura do proletariado, competia pôr em movimento as “alavancas” e “correias de transmissão” dos soviets, sindicatos, etc.

“A ditadura do proletariado – escrevia Stalin em 1926 – consiste nas directivas do Partido, mais o cumprimento destas directivas pelas organizações de massas do proletariado, mais a sua execução prática pela população!”

O partido comunista passara de vanguarda política num sistema complexo de órgãos de poder a detentor exclusivo do poder. A ditadura de classe do proletariado esgotava-se na ditadura do partido; em breve, a ditadura do partido iria resumir-se à ditadura do núcleo dirigente.

O argumento era a necessidade de defesa do regime. Mas poucos anos antes, durante o caos da guerra civil, o regime mantivera os soviets em funcionamento e uma grande liberdade de discussão, e não se afundara por isso.

Lenine sabia que as restrições da democracia proletária podem ser inevitáveis numa situação de emergência, mas, se forem prolongadas por um largo período, acarretarão a dissolução da ditadura do proletariado.

E isto porque a ditadura do proletariado não consente a mesma margem de delegação de poderes que há na ditadura da burguesia. Tem que ser *“mil vezes mais democrática do que a mais democrática república burguesa”*. A razão é simples: a ditadura da burguesia assenta no movi-

mento automático de produção e reprodução do capital; a ditadura do proletariado existe apenas na medida em que as massas produtoras forem capazes de eliminar diariamente, em larga escala, os mecanismos capitalistas e os vestígios da ordem burguesa e da ideologia que lhe corresponde.

A substituição dos sovietes pelo partido em meados dos anos 20 era pois já um sinal da agonia da ditadura do proletariado.

Naturalmente, a edificação da democracia soviética não tinha nada a ver, nem com a utopia anarquista da livre iniciativa dos conselhos, do basismo, da dissolução do Estado, nem com a reivindicação de mencheviques e SR por um governo de coligação e um parlamento. A acusação de que os bolcheviques “autoritários” mataram os sovietes e a democracia ao apossar-se do poder em Outubro é a resistência cega da pequena burguesia à nova ordem social proletária.

Para exercer o poder, os sovietes tinham que aplicar uma política e nomear um governo, optando maioritariamente por um dos vários programas partidários. Foi o que aconteceu quando, no seu II congresso, deram a maioria aos bolcheviques. Se o Partido Bolchevique, vitorioso numa revolução em que contou com o apoio maioritário das massas oprimidas, a seguir abdicasse do seu lugar hegemónico dentro dos sovietes como exigiam os democratas pequeno-burgueses e os anarquistas, estaria a trair a revolução que o elevou ao poder.

Ao terminar o *estado de sítio* causado pela invasão estrangeira, pela guerra civil, pela fome, poderia supor-se que iria começar um grande florescimento dos sovietes, uma reactivação dos partidos soviéticos (todos os que reconheciam e acatavam o poder revolucionário) e o alargamento da vida política no partido comunista e no país.

Na prática, as coisas não funcionaram assim: o caos da guerra desmantelara o núcleo proletário do poder, já de si débil para tarefa tão imensa. Tinham desaparecido as condições de 1917/1918 para uma ditadura democrática dos operários, camponeses e soldados, sob a direcção da vanguarda operária comunista. Os sovietes tendiam a desintegrar-se sob a pressão antagónica do proletariado e da pequena burguesia (“sovietes sem bolcheviques”, tinham exigido os revoltosos de Cronstadt) o regime dos sovietes não se aguentava de pé.

E à medida que as cedências forçosas da NEP iam abrindo as portas à pequena burguesia, menores eram as condições para os comunistas continuarem a disputar e a ganhar a hegemonia dentro dos sovietes, numa luta política permanente e aberta. A continuidade do regime não podia ser assegurada pelo normal funcionamento da democracia

soviética. Ou o partido concentrava todo o poder nas suas mãos ou a invasão pequeno-burguesa prepararia o terreno para uma contra-revolução.

Quer isto dizer que o poder dos soviets era desde o começo uma utopia, como pretendem as escolas burguesas? Não. Ele tornou-se inviável depois de ser estrangulado pela intervenção imperialista.

A burguesia imperialista ainda hoje procura fazer esquecer ou minimizar o que foi a agressão militar de 14 Estados contra o poder soviético. Nenhum meio militar, económico, político, ideológico, foi poupado com vista a *“asfixiar a criança enquanto está no berço”*, como dizia Churchill. A revolução russa foi esmagada implacavelmente nos três anos de guerra civil e de invasão estrangeira. O que veio depois foram as consequências.

A burguesia internacional, é certo, não teve força para pôr no poder um governo contra-revolucionário. Mas dizimou a classe operária, desmantelou a indústria, desorganizou a economia, tornou obrigatório o reforço draconiano do poder central do Estado – e assim matou o poder dos soviets e com ele a própria revolução proletária.

Por isso, as divergências posteriores entre Stalin, Trotsky, Bukarine eram insolúveis: eles discutiam o futuro duma criança morta.

A BUROCRACIA

Quando a corrente ML acabou por reconhecer que o poder soviético já no tempo de Stalin estava corroído e desfigurado pela burocracia foi chocar, embora não o quisesse admitir, com as teses de Trotsky sobre o *“Estado operário burocraticamente degenerado”*, sobre o *“Termidor”* em que se afundara a revolução e sobre Stalin como um Bonaparte reinando acima das classes.

A tese trotskysta do stalinismo como um tumor burocrático parasitário sobre o corpo do ‘Estado operário’ está hoje muito difundida, mesmo entre sectores da corrente ML. Generalizou-se a ideia de que um Trotsky revolucionário teria sido batido por um Bukarine direitista e por um Stalin centrista. Trotsky, diz-se, poderia ter-se deixado arrastar pela sua veia polémica para teorias abstrusas (como a da burocracia onnipotente e contudo incapaz de alterar a natureza social do Estado operário) mas teria captado a essência do fenómeno.

Será mais exacto dizer que Trotsky, apesar da audácia teórica que o levou a analisar primeiro que ninguém o fenómeno social que ocorria na União Soviética dos anos 20/30, viu tudo de pernas para o ar.

Na Rússia dos anos 20, a burocracia não era fruto duma má tendência de Stalin. Era a única solução de governo para uma sociedade que chegara a um equilíbrio de forças temporariamente insolúvel. O proletariado não podia governar mas também não permitia o acesso ao poder da pequena burguesia. O regime não podia avançar para o socialismo mas o impulso dado pela revolução impedia-lhe o retorno ao capitalismo. Chegara-se a uma espécie de terra de ninguém, um impasse. E como o poder dos soviets já não fazia sentido mas não podia ser abolido, porque isso seria o reconhecimento da derrota da revolução, manteve-se a ficção dum poder soviético amparado numa máquina burocrática gigantesca.

Não foram as “tendências autocráticas de Stalin” que liquidaram o poder soviético. Pelo contrário, a concentração drástica de poderes foi a resposta ao definhamento dos soviets. E a necessidade dessa concentração do poder era muito mais aguda que nos anos da guerra civil.

Com efeito, a verdadeira correlação de forças entre proletariado e pequena burguesia já não fazia dúvida: ou tentava-se impor a ditadura revolucionária dos operários e camponeses pobres – e nesse caso o preço era a guerra civil, o caos económico e no fim a contra-revolução; ou faziam-se concessões à pequena burguesia para restabelecer a paz civil e a actividade económica. e nesse caso não se podia fazer confiança nos soviets, nem nos sindicatos, nem no próprio partido, vulneráveis e vacilantes perante o oceano da pequena produção e do mercado.

Era esta realidade que alimentava as correntes extremas na direcção do Partido: Bukarine apostando tudo nas cedências à pequena burguesia, na esperança de que ela seria aplacada e com o tempo se encontraria uma via harmoniosa, ‘democrático-popular’, gradual, para o socialismo. Trotsky e a ‘oposição de esquerda’ apelando à urgência da industrialização e da colectivização através dum poder forte, capaz de entrar em choque com o campesinato.

Stalin levou a melhor sobre ambas as correntes, não por ser “mais astuto” como pretende a historiografia de cordel, mas por ter sabido construir com as perspectivas fraccionadas das duas correntes uma política unificada e coerente: primeiro com o campesinato, para reconstituir a economia, organizar o aparelho de poder, ganhar tempo; depois, contra a pequena burguesia, pela industrialização e a colectivização.

Mas não foi só a percepção das fases a atravessar que lhe deu a superioridade; foi ter compreendido que, nas condições da União Soviética, o eixo do poder era um Partido de tipo novo, que fosse um instrumento monolítico, apto para a ditadura, capaz de esmagar a pequena

burguesia e de meter a classe operária a passo de marcha no ‘socialismo’ que lhe era destinado. As lutas de Stalin contra Trotsky, Zinoviev, Bukarine, que a corrente ML celebra como o sinal de maturidade do bolchevismo, foram na realidade o parto desta nova corrente política, que já nada tinha de comum com o velho bolchevismo.

Os protestos trotskistas de que Stalin usurpou o poder no partido com manobras diabólicas levam-nos da política para o terreno romanesco, confundem em vez de clarificar a situação.

O impasse a que se chegara exigia medidas extraordinárias. Ou o núcleo dirigente do partido segurava o poder, fazia reinar uma lei de ferro e criava uma grande indústria moderna e uma forte classe operária, liquidando do mesmo passo a pequena burguesia, ou a URSS tornava-se um país burguês. Fazer com que o Partido fabricasse as condições sociais para a revolução socialista, numa espécie de salto mortal sobre o vazio, era uma tarefa que desafiava o próprio marxismo. Stalin era o homem indicado para ela. Por isso ganhou o apoio maioritário do partido.

A discussão entre Stalin e Trotsky sobre a possibilidade de construir o socialismo num só país foi um reflexo deformado deste dilema. Tomar partido ainda hoje por um ou por outro é esquecer que neste como nos demais debates ideológicos que se sucederam na direcção bolchevique entre 1923 e 1929, as fórmulas não correspondem às reais opções e os actores perdem consciência do papel que desempenham.

Com a habilidade de se escorar em citações de Lenine, Stalin tentou provar que este afirmara expressamente a possibilidade do avanço da Rússia para o socialismo. Na realidade, Lenine admitira em alturas diferentes ambas as hipóteses, conforme punha a questão a curto ou a longo prazo. Nunca lhe passara decerto pela cabeça torná-la uma fonte de ortodoxia. Mas o assunto ganhou uma tremenda, carga política directa quando os destinos da República soviética começaram a ficar mais problemáticos. Contestar em 1924 que o socialismo pudesse ser construído na União Soviética cercada pelo imperialismo, como fazia Trotsky, aparecia como um estímulo suplementar à ofensiva da pequena burguesia. O regime, a que já faltava a vitalidade duma autêntica ditadura do proletariado, precisava duma tese que provasse a sua viabilidade futura, e Stalin deu-lha.

Depois de ter visto na derrota da sua “oposição de esquerda” um novo Termidor, Trotsky comparou o poder absoluto de Stalin ao de Napoleão. Só que a imagem de Stalin como um novo Bonaparte, erguendo-se acima da luta de classes para forçar a realização das tarefas revolucionárias, tinha o inconveniente de ser totalmente inaplicável à

ditadura do proletariado. O gosto de Trotsky pelas analogias históricas forçadas pregou-lhe uma partida. Como já foi observado, se Stalin foi um Bonaparte, foi-o para a burguesia.

Só por grande milagre poderia Trotsky captar o sentido profundo dos acontecimentos. Todo o seu passado, a sua busca permanente duma posição equidistante entre bolcheviques e mencheviques, a vocação de “unificador” (isto é, para sobreviver à custa de manobras entre os dois partidos operários), exprimia a sua vacilação entre proletariado e pequena burguesia. O seu reflexo, que Lenine lhe apontara em mais duma ocasião, era para **procurar uma posição intermédia e encobri-la com *slogans* extremistas.**

Os anos da revolução paralisaram temporariamente nele essa oscilação mas não a superaram, porque era a base social da sua ideologia. Em 1924, ao encontrar-se perante a situação inesperada duma república soviética cercada e agonzante, Trotsky mais uma vez escolheu a falsa superação e abandonou o barco. A partir daí, com a sua IV Internacional, era já um fantasma político.

SEGUNDA REVOLUÇÃO

À medida que estudos como o de Bettelheim fundamentaram a conclusão de que o poder “soviético” dos anos 30 procedeu a uma acumulação primitiva de capital e à exploração impiedosa do trabalho assalariado com base num aparelho de Estado tirânico, o stalinismo começou a ser associado, mesmo na extrema esquerda, à ideia da contra-revolução. E isto conduz inevitavelmente à fusão dos ML com todas as correntes burguesas no que respeita a comparar o “totalitarismo staliniano” com o fascismo.

Muitos dos que se sentem hoje culpados por terem acreditado no “socialismo” da URSS julgam redimir-se dando a mão à palmatória da crítica burguesa e retomam as teses anti-stalinistas dando-lhes umas tintas de crítica de esquerda. Mas, se não nos deixarmos cegar pelo complexo de renegação, teremos que reconhecer que a URSS dos anos 30, se não tem nada de socialista, também não se encaixa no modelo dos regimes de reacção social, de regressão e de bloqueamento das forças produtivas; tem muito mais o carácter dum regime burguês de tipo novo, jovem e em plena expansão. E é isto que é preciso explicar.

Pode falar-se de “revolução” a propósito das transformações ocorridas na URSS entre 1929 e 1934? Parece-nos que também neste ponto os comunistas se devem libertar do medo a chamar as coisas pelos nomes.

A derrota da linha pró-NEP dentro do partido e a expropriação da pequena burguesia que se lhe seguiu cortaram o nó do dilema em que se debatia a URSS – ou definir ou dar livre curso à reconstituição do capitalismo privado. Foram desencadeadas forças produtivas e sociais tremendas que estavam contidas. A febre da industrialização, da colectivização, da educação, apossou-se das grandes massas.

A URSS mudou de estrutura económica e social em meia dúzia de anos: não é a vontade de ditador nenhum que pode fazer milagres destes. Tratou-se de facto de uma das grandes revoluções deste século. Não temos que a negar mas perceber as suas forças motrizes.

Compreende-se melhor o carácter desta revolução se se recordar o que representou para a burguesia internacional no seu... [texto em falta no original]

Com eleito, esse gigantesco terramoto social que projectou a União Soviética como uma nova grande potência mundial baseada numa economia colectivizada, sem patrões, produziu no Ocidente onda de pânico semelhante à de 1917. Acabavam-se as últimas esperanças de pôr a Rússia soviética de joelhos. Para o imperialismo, a convicção de que “a Rússia vermelha funciona” e “está lançada para o socialismo” era uma ameaça intolerável.

Foi a partir de 1930 que se acelerou a conspiração internacional para animar o nazismo a marchar para Leste “antes que fosse tarde demais”, ao mesmo tempo que se ajudavam a reagrupar todos os opositores a Stalin. Desenterrar a história da grande conspiração imperialista contra a União Soviética nos anos 30, desacreditada como produto da “paranóia” de Stalin, é mais uma tarefa que só os comunistas podem cumprir.

O pânico do Ocidente resultava também do carácter radical que tomava a política externa da URSS. Depois de largos anos de flutuações oportunistas, a IC decidiu-se a desmascarar a social-democracia internacional, a disputar-lhe a direcção do movimento operário, a apontar os partidos comunistas para a preparação revolucionária do proletariado, a apoiar a guerra de guerrilha na China, etc.

As acusações de que com esta política Stalin teria dividido o movimento operário internacional e aberto caminho à ascensão do nazismo ao poder (ainda aqui foi Trotsky que forneceu a argumentação principal à burguesia) tentam ilibar a social-democracia da sua traição histórica.

Em 1928/1934, pela primeira vez depois dos anos revolucionários de 1917/1920, desenhou-se a viabilidade duma Internacional Comunista e duma ofensiva operária à escala internacional. Esta busca da aliança

do proletariado internacional é mais uma comprovação do carácter revolucionário dos acontecimentos na URSS.

“Revolução como, se o poder proletário já fora estabelecido em Outubro 1917?”, perguntam candidamente os grupos ML. “Revolução como, se o novo regime recorreu a métodos bárbaros de expropriação dos camponeses e de arregimentação dos operários e iria assinalar a sua vitória com uma onda de terror como nunca se vira?”, pergunta em coro a burguesia. E não são poucos os que preferem falar em “contra-revolução”.

Os revisionistas, entalados neste mosaico de contradições, tentam como de costume harmonizar tudo e todos afirmando que foi um passo em frente para o socialismo lamentavelmente deformado pelo mau carácter de Stalin... Fazem o papel de bonzos, que é o que lhes fica melhor.

Estas objecções resultam de:

- não se querer admitir que a revolução proletária de 1917 já abortara ao longo dos anos 20 e que as instituições herdadas da revolução já se tinham esvaziado do seu conteúdo inicial;
- não se reconhecer, sob as vestes “socialistas”, o carácter nitidamente burguês da revolução chefiada por Stalin;
- tentar esconder que, apesar do recurso a procedimentos bárbaros, que é uma lei de todas as revoluções burguesas, a viragem de 1929/34 na União Soviética representou um poderoso estímulo ao movimento de libertação nacional e, em parte, ao movimento operário, e um golpe para os impérios capitalistas ultra-reaccionários que partilhavam o mundo.

A virtuosa crítica das democracias ocidentais ao “genocídio totalitário” desencadeado pela viragem de 1929/34 tem ganho uma audiência cada vez maior, mesmo nas fileiras da esquerda. Faz-se esquecer assim que o espírito de “consenso” e de “respeito pelos direitos humanos” de que o imperialismo faz gala se fundamenta na submissão incondicional das massas à lei burguesa.

E faz-se esquecer também que o indiscutível barbarismo da repressão sobre os *kulaks* só é estigmatizado por ter suprimido a propriedade privada. Por isso o fim da NEP é visto como um inferno pelo pensamento burguês. Os direitos humanos da pequena burguesia sacrificada no I plano quinquenal tocam-no cem vezes mais do que os dos milhões de trabalhadores exterminados às ordens do imperialismo na guerra de intervenção e na II guerra mundial.

A “segunda revolução” conduzida por Stalin foi a solução para o impasse a que chegara a sociedade russa perante o esgotamento da ditadura do proletariado e a inviabilidade duma restauração do capitalismo privado. Sob a bandeira colectivista e em nome do “poder dos soviets”, foi uma primeira etapa para levar finalmente a cabo a revolução burguesa que abortara na Rússia em 1905 e em Fevereiro de 1917.

Esta revolução burguesa que, por força das circunstâncias, aparecia tingida com o vermelho proletário, era um monstro de duas cabeças, um híbrido, que só agora ao fim de meio século começa a atingir forma acabada. Durante este meio século, a sua singularidade, indecifrável para adeptos e inimigos, lançou a confusão na burguesia e no proletariado.

Tentando explicar os aspectos contraditórios da viragem soviética dos anos 30, o maoísmo deu dela a sua visão atrasada camponesa, ainda hoje retomada sem espírito crítico por alguns grupos ML. Stalin teria errado por estar sob a influência da “teoria das forças produtivas”, isto é, sob a convicção de que o avanço para o socialismo dependia dum desenvolvimento massivo da economia, quando o segredo do êxito estaria, segundo pretendem, numa aliança operário-camponesa a longo prazo (mais ou menos o que propunha Bukarine).

Esta concepção mística de socialismo, como já foi classificada a crença maoísta nos milagres que seriam produzidos pela doutrinação ideológica das massas, esquece que o socialismo é um modo de produção correspondente a um certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e não um estado de alma resultante do aperfeiçoamento moral.

Não foi por ter considerado o avanço para o socialismo inseparável dum grande salto em frente das forças produtivas e dum confronto com os *kulaks* que Stalin se afastou do marxismo; foi por ter julgado que isso pudesse ser feito pelo Estado em lugar do proletariado.

Lenine tinha dito que o socialismo era o poder dos soviets mais a electrificação; Stalin achou que podia corrigir a fórmula; poder do partido mais a electrificação.

O progressismo das revoluções burguesas esgota-se depressa. O desabrochar de novas relações sociais e duma nova burguesia burocrática sobre os espantosos êxitos do I Plano Quinquenal está documentado por um leque tão completo de manifestações burguesas que é difícil continuar a pô-lo em dúvida; o triunfal “congresso dos vencedores” em 1934, a recomposição violenta do aparelho de poder através dos processos de Moscovo; a nova Constituição substituindo as bases do regime soviético por uma imitação de parlamentarismo; o *stakhanovismo* para

os operários e a consolidação dos privilégios para a classe dirigente; a reforma do sistema judicial e das leis da família; o renascimento do nacionalismo sob cores “soviéticas”; a liquidação da IC como organização revolucionária mundial no 7.º Congresso; a nova abertura à religião; o “humanismo soviético” lançado na literatura e nas artes; etc.

O rumo terrorista tomado pelos conflitos na cúpula do partido e do Estado a partir do assassinato de Kirov costuma ser apresentado como contraprova do carácter ultra-reaccionário do poder. Os “velhos bolcheviques” a confessar crimes inconcebíveis nos processos de Moscovo, a loucura dos fuzilamentos, Trotsky assassinado... Seria preciso mais para ter o quadro dum monstruosa contra-revolução?

Mas também aqui não nos devemos deixar levar pelas *evidências* democrático-burguesas. O terror dos anos 35/38 não se encaixa no esquema que lhe destinam.

Naturalmente, só por escárnio pode haver quem, dizendo-se comunista e marxista, pretenda ainda hoje justificá-lo como terror revolucionário. Essas repressões não tiveram nada da eliminação dos reaccionários que acompanha os grandes movimentos sociais. Foram obra dum tenebrosa polícia política que forjava processos e condenava inocentes perante a apatia temerosa das massas.

Mas essa luta de vida ou de morte na cúpula do aparelho do poder, essa típica luta burguesa, que só se resolvia pela eliminação dos adversários derrotados, não foi fruto da “desconfiança doentia” de Stalin. Fez parte da preparação febril do regime burguês “soviético” para enfrentar a agressão externa iminente, que sabia devastadora, eliminando todos os focos de lealdade duvidosa.

A acusação de espíões fascista com que as execuções foram justificadas era falsa e chega por si para classificar um regime. Mas também a lenda da “velha guarda bolchevique” sacrificada porque mantinha de pé a bandeira da revolução foi uma invenção romântica de Trotsky. A verdade é que a oposição tornara-se a reserva das forças burguesas e conspirava (incluindo Trotsky) para derrubar o regime.

Os processos de Moscovo foram um crime mas as suas vítimas não foram heróis. Se os revisionistas aderem hoje à campanha da sua reabilitação incondicional é porque precisam de legitimar os seus antepassados.

A nova sociedade que emergia do I Plano Quinquenal e das depurações requeria uma nova política externa. A classe dirigente envergonhava-se de ter sido ingénua ao ponto de acreditar na iminência de revoluções proletárias que viessem em seu socorro. Por isso adaptou o velho *slogan* do internacionalismo proletário a uma nova estratégia

pragmática para ganhar tempo; forjar uma aliança internacional do proletariado, da pequena burguesia democrática e das burguesias nacionalistas dos países dependentes, para servir de travão às forças mais agressivas do imperialismo, aos regimes fascistas.

A nova carta de princípios ditada pelo 7.º Congresso da IC ao movimento comunista veio ao encontro da tendência profunda dos principais partidos, ansiosos por se encostar à burguesia democrática. Política reformista, ela foi mesmo assim a única política de oposição ao imperialismo e animou a luta pela derrota do nazismo. As denúncias sobre o pacto germano-soviético, a “facada pelas costas” que Stalin teria dado às democracias ocidentais, não passam de hipócritas manobras para apagar as pistas.

E ainda aqui não é Trotsky que nos pode servir de guia. Com o seu velho vício de jogar em duas cartas, proclamava o dever de apoiar o “Estado operário” sobre todas as coisas, ao mesmo tempo que servia de ponta de lança à social-democracia e comparava Stalin a Hitler. O sumo político das suas posições nesse período explosivo era sem dúvida reaccionário.

Este “leninismo” antifascista, democrático e patriótico, proclamado pelo 7.º Congresso, que conduzia em linha recta à dissolução da Internacional (1943) e que contém já em germe todo o arsenal revisionista dos anos recentes, correspondia aos interesses internacionais da nova burguesia russa: ao “socialismo” burguês no campo interno correspondia, no campo externo, uma aliança com a ala esquerda da pequena burguesia imperialista e com as burguesias nacionais, apoiadas nos seus próprios proletariados e massas populares, para neutralizar as ameaças agressivas do imperialismo.

STALIN

Andámos a defender Stalin como o líder do proletariado mundial, não podemos agora escondê-lo debaixo do tapete. A desculpa de que Stalin se limitou a ser o intérprete de determinadas condições históricas é uma escapatória tão anti-marxista como a dos que atribuem o sentido da história ao livre arbítrio de indivíduos. É uma espécie de “culto da antipersonalidade”.

Não vamos fugir à discussão de Stalin a coberto da sociologia. As ideias, os escritos, a personalidade de Stalin, têm que ser apreciados porque apresentam de forma concentrada uma dinâmica e uma lógica de classe, são a documentação viva da agonia da ditadura do proletariado e do ascenso do regime capitalista de Estado na URSS. É tempo de iniciar o estudo sistemático das obras de Stalin.

A corrente MI, pró-albanesa diz (de forma cada vez menos convicta, é verdade) que a questão do stalinismo é uma invenção da burguesia adoptada e relançada pelos revisionistas; o “stalinismo” seria apenas marxismo-leninismo.

Que lhes faça bom proveito. É o mesmo que condenarem-se à esterilidade. Mas num aspecto têm razão: as correcções a Stalin dão sistematicamente passagem a raciocínios oportunistas e ao espírito de colaboração de classes (Mao é um caso clássico) e o anti-stalinismo continua a ser uma fonte do reaccionarismo mais boçal. Uma crítica pela esquerda a Stalin não é para todos. E isto já nos diz alguma coisa sobre o lugar que ocupou na história do movimento operário, primeiro, e do movimento burguês anti-imperialista, depois.

“Stalin acreditava estar a fortalecer a ditadura do proletariado, Julgava sinceramente seguir o caminho de Lenine, adequando-o a condições novas; nunca pensou em renegar o leninismo”, etc. É um tipo de argumento que devemos pôr de lado porque só confunde.

As convicções subjectivas dos dirigentes políticos não servem de critério para aferir o seu papel na luta de classes. O que é objectivo é que Stalin, ao procurar ser fiel ao leninismo numa situação nova, activou a consolidação das novas relações sociais geradas pelo capitalismo de Estado. Como representante duma nova classe exploradora – duma classe cuja existência era oculta pela função de “vanguarda do proletariado revolucionário” – não podia aperceber-se da natureza social do seu poder. Nós é que já não temos desculpa para continuar a envolvê-lo em véus justificadores.

A embrulhada posição chinesa sobre “os erros de Stalin” não assentava em quaisquer princípios. Pretendia avalizar Stalin como marxista e dirigente do proletariado revolucionário, sabendo-se que ele liderou o processo em que a sociedade soviética mudou de cor.

Não se pode apreciar a ideologia e a política de Stalin como um corpo invariável; o Stalin do começo dos anos 20 é um chefe revolucionário e um leninista de mérito; o Stalin dos anos 30 e 40 já representa a nova classe burguesa emergente na URSS – e já não pode raciocinar em termos marxistas porque funda o seu poder sobre a opressão e exploração do proletariado.

Stalin não cometeu erros; fez a transição de chefe do proletariado para chefe da burguesia de Estado, do comunismo para o revisionismo. Os seus chamados erros foram a política necessária da instauração do capitalismo de Estado na URSS.

Veja-se por exemplo as *Questões do leninismo* de Stalin, que formaram o pensamento de gerações de comunistas. Renegadas pelos revisionistas, que precisam de pedir desculpa aos sucessores de Bukarine, Zinoviev, Trotsky, elas continuam a ser defendidas pela corrente ML como uma obra clássica no combate ao oportunismo.

Para nós, desde logo, é inaceitável que uma obra percorrida pela atmosfera de coacção já imperante no partido possa em caso nenhum ser uma escola de marxismo. Isto deve ser dito, porque durante muito tempo esse género de polémica com adversários amordaçados foi tido como modelo do “marxismo-leninismo”.

Mas o mais significativo é a sua tendência para absolutizar e simplificar as noções de Lenine. Stalin tinha um fraco pelos esquemas nítidos de estratégia e de táctica, que são, de resto, a parte mais fraca dos seus ensaios (a etapa da revolução. a mobilização das reservas, a direcção do golpe principal...).

Essa visão da luta política como uma sucessão de campanhas militares e a crença de que, em última análise, a luta revolucionária se resume a uma questão de táctica (porque a teoria já nos foi legada pelos clássicos...) definem Stalin como um chefe burguês, o primeiro que iria fundar a sua acção no marxismo-leninismo...

O mais revelador em Stalin é talvez a sua nova concepção do Partido, exposta nas *Questões do leninismo*: a unidade de acção terá que ser “*completa e absoluta*”; o fraccionismo, banido pelo X Congresso, nunca mais pode ser admitido; os oportunistas não têm de ser vencidos pela luta ideológica (essa uma ideia “podre”) mas expulsos.

Estão aqui retratados os tempos novos que faziam ascender Stalin; os tempos em que os comunistas se encontravam com a responsabilidade, não de dirigir a luta revolucionária das massas, mas de fazer a revolução, e em que o partido “comunista” sofria uma mudança de qualidade, passando a uma espécie de estado-maior militar.

O SOCIAL-IMPERIALISMO

Começando pela tese de que o revisionismo era fruto da infiltração de oportunistas na direcção do PCUS, o PC chinês e o PTA em breve concluíram que o problema era muito mais grave: a ruptura era irreparável, a URSS um Estado capitalista e o PCUS um partido burguês, “de tipo fascista”.

Mas o radicalismo desta segunda tese suscitava tantos problemas como o “reformismo” da primeira. A sociedade soviética não parecia enquadrar-se nem na categoria duma ditadura do proletariado nem da duma ditadura da burguesia.

Assim, depois de ter tentado, em vão, demonstrar que a apropriação privada e o lucro privado caracterizavam a economia da União Soviética, o PC da China e alguns dos seus seguidores puseram em curso a teoria do capitalismo de Estado como um regime em que a classe burguesa exercia a apropriação colectivamente e o capitalismo entrara numa etapa superior, funcionando sem concorrência e sem mercado. Disse-se que Marx e Engels tinham admitido este tipo de capitalismo estatal centralizado. E deduziu-se que ela era um inimigo mais temível da revolução do que o capitalismo clássico, por assentar na planificação e na fusão do poder económico, político e financeiro.

A experiência histórica demonstrou o infundado desta hipótese. O capitalismo de Estado (na URSS como na China, Hungria, Albânia, Cuba, Vietname, etc.) revela-se como uma formação transitória que existe apenas enquanto a sociedade percorre o caminho da ditadura do proletariado abortada até à restauração plena da ditadura da burguesia. Torna-se claro que as originalidades do regime soviético, que pareciam excluí-lo tanto do capitalismo como do socialismo, eram apenas a lenta formação da nova classe capitalista da URSS, que agora entra na fase final da gestação.

A vida demonstra que as leis marxistas do capital continuam a vigorar para além das aparentes excepções. A revisão maoísta do marxismo estava errada. O capitalismo de Estado não é um terceiro regime; é a ponte entre os dois únicos regimes do nosso tempo. Não é uma variante; é um período de transição.

Donde vinha a aparência de força do capitalismo de Estado? Regime de transição, frágil e instável, ele defendia a sua identidade envolvendo-se na couraça do monolitismo que lhe dava uma aparência ilusória de estabilidade, mas que só teve como resultado o amadurecimento subterrâneo dos conflitos de classe que agora explodem por todos os lados.

Com a cegueira de todas as classes exploradoras, a burguesia burocrática de Estado, embora condenada a desaparecer uma vez cumprida a sua missão de liquidatária da revolução falida, defende a sua existência. A sua natureza social obriga-a a travar uma luta permanente em duas frentes, contra o proletariado, que empurra sempre mais para baixo, para o seu lugar de fornecedor de mais-valia, e contra a burguesia ascendente, em que vê uma ameaça mortal à sua existência, mas pela qual vai sendo corroída, penetrada e assimilada., na medida que as relações capitalistas ocupam o lugar que lhes é cedido pela falência da economia capitalista estatizada.

Por ter tardado a compreender o carácter transitório do capitalismo de Estado e a sua marcha em direcção ao capitalismo puro e simples, a corrente ML incapacitou-se para o combater.

A importância desta questão não é meramente teórica. Ela teve um alcance político arrasador para a corrente ML, na medida em que a levou a dividir entre dois inimigos principais o fogo que devia continuar a ser concentrado no sistema capitalista. A luta dos comunistas contra o capitalismo de Estado, em vez de ser conduzida como uma parte da luta geral e invariável contra a burguesia. Tornou-se um derivativo, uma segunda frente.

A chamada luta contra o revisionismo, em que a corrente ML esteve permanentemente envolvida, nunca obteve vitórias significativas junto do movimento operário porque aparecia aos olhos dos trabalhadores como ambígua, como uma diversão na luta contra o capitalismo.

E o pior é que o movimento marxista-leninista cometeu graves erros políticos, apoiando objectivamente em muitas circunstâncias a pressão imperialista para acelerar a restauração burguesa, sob a bandeira da luta contra o totalitarismo, pelos 'direitos humanos', pelo apoio ao Solidarnosc, etc.

A tese dum capitalismo diferente conduziu à tese dum imperialismo também fora de série, que não assentava em grupos financeiros, nem na exportação de capitais, mas que era, apesar disso, tão expansionista e agressivo como o imperialismo americano. A denominação de "social-imperialismo", recolhida em Lenine (que a usara numa acepção muito diferente) pretendeu simultaneamente fazer crer que se tinham em conta as originalidades deste imperialismo e que se tratava duma "aplicação criadora" do leninismo.

Deste modo, depois de ter revisto a noção marxista de capitalismo, a corrente ML teve também que rever a noção leninista de imperialismo. Os resultados políticos foram ainda mais desastrosos do que no primeiro caso: os ML seguidores do maoísmo fizeram coro com o imperialismo em inúmeras questões internacionais e com isto liquidaram-se como corrente revolucionária. Não podemos progredir sem darmos o balanço, que até hoje evitámos, ao que foi o alinhamento internacional da corrente ML.

É claro que havia quem sentisse o perigo de cair na situação de reserva do imperialismo. Foi o que levou o PTA à versão mais cautelosa e mitigada dos "dois imperialismos iguais". Mas esta precaução centrista inseria-se na mesma lógica desesperada: se não se atacasse o regime soviético como imperialista e fascista, abriam-se as portas à conciliação com ele.

Este dilema só parecia insolúvel porque não se queria admitir que um capitalismo embrionário deveria dar lugar, num país militar e economicamente poderoso como a URSS, a um imperialismo também embrionário, mas sem nenhuma condições para competir com as reais potências imperialistas.

As ambições expansionistas e hegemónicas que marcaram a política externa soviética sob a direcção Brejnev nos anos 60-70, pretendendo enfrentar os EUA taco-a-taco, esgotaram os recursos do regime e confirmaram a impotência total das amplas alianças de “forças da paz e da democracia” para deter o imperialismo. Nenhuma outra força além da revolução proletária poderá destruir o imperialismo.

Com a nova etapa de integração plena dos regimes de capitalismo de Estado no mercado capitalista mundial entram em bancarrota as correntes que nas últimas décadas falavam em nome do marxismo. Revisionistas, stalinistas, maoístas, trotskistas debatem-se em contradições insolúveis à medida que as suas teorias caem pela base. E, embora o processo da sua decomposição se arraste provavelmente por vários anos, é inevitável.

Cabe-nos acelerar essa decomposição, alargando o espaço da crítica marxista-leninista a essas correntes. Que os revisionistas se vejam hoje obrigados a aplaudir a visita de Bush à Polónia, onde vai investir capitais para a reconstituição do sector privado (e lamentem apenas que o investimento não seja mais generoso...); que os stalinistas façam o papel de múmias, recusando tomar conhecimento da transformação burguesa da URSS nos anos 30 para não abalar a sua idolatria de Stalin; que os maoístas vejam as suas revoluções “socialistas” camponesas afirmar-se como revoluções burguesas; que os trotskistas apoiem com alvoroço cada avanço da liberalização burguesa no Leste como um progresso da “democracia socialista” e caiam no ridículo ao saudar os movimentos democrático-burgueses, que aceleram a restauração capitalista, como “revoluções políticas” a caminho do socialismo – tudo isto deve ser posto por nós em evidência para mostrar a falência destas correntes.

O CICLO

Com todo o seu cortejo de desculpas, a corrente ML tenta fugir a esta simples verdade: a sucessão e a interconexão evidente dos desastres na URSS, China, Europa de Leste, Vietname, etc., não se explica por erros, nem por conjunturas desfavoráveis, nem por traições, nem por azares; indica a acção duma lei do movimento histórico.

Toda uma série de revoluções proletárias em países atrasados conseguiram impor a sua existência face aos assaltos do imperialismo

mas falharam na tentativa de passar ao socialismo e foram reabsorvidas através duma arrastada agonia em capitalismo de Estado. Se observarmos em acelerado o filme dos acontecimentos que têm passado ao retardador diante dos nossos olhos nas últimas décadas, o sentido do movimento torna-se perfeitamente evidente.

As condições em que se malograram as revoluções proletárias deste século são variáveis mas inserem-se numa condição geral: o proletariado em países que entraram atrasados na passagem ao capitalismo consegue explorar em seu proveito, devido à sua organização superior, a revolução camponesa para se elevar ao poder; contudo, a ausência de condições económicas para o socialismo e o carácter objectivamente burguês da revolução obrigam-no a deitar mão ao capitalismo de Estado e, neste processo, a transferir o controle do poder para uma burocracia que entrega os restos da resolução à burguesia. Assim, desde 1917, abriu-se, espalhou-se e por fim encerrou-se um ciclo da revolução proletária mundial.

“Mas admitir o fim dum ciclo não é dar armas à propaganda do imperialismo sobre o fim da revolução?”, perguntam angustiadas as boas almas. Pelo contrário. Reconhecer o fim dum ciclo da revolução é abrir os olhos para os sinais do novo ciclo que se prepara e cujas características devemos apressar-nos a compreender.

É claro que neste vazio entre o ciclo que terminou e o que se esboça há lugar para uma grande dissolução do pensamento revolucionário, para uma enorme expansão da ideologia reaccionária, que decreta a “morte dos mitos igualitários” e se lança à redescoberta dos valores eternos da Revolução Francesa. A massa, essa, vai à deriva das breves explosões de revolta e das longas resignações.

Mas é precisamente agora que os revolucionários devem aproveitar para fazer o balanço, o mais exacto possível, do que deve ser rejeitado e do que continua válido na experiência que findou.

Que modelo de revolução foi esse que se esgotou? É preciso dizê-lo sem rodeios: foi o modelo da aliança operário-camponesa. Durante 50 anos, a condução dum campesinato gigante por um proletariado pigmeu tornou-se de tal forma a lei dos países onde havia revoluções chefiadas pelos comunistas que perdemos a noção do que havia de anormal e de contingente nesta combinação.

O que se passou na União Soviética foi que a revolução operária pôde triunfar porque soube arrastar atrás de si, armar, organizar, uma revolução camponesa antifeudal. A revolução operária, apontada para o socialismo, pondo ao seu serviço a revolução camponesa apontada para o capitalismo – foi esta a singularidade de 1917, própria desta época

em que as revoluções burguesas retardatárias começam a ser atropeladas pelas primeiras revoluções proletárias.

Na China, no Vietnam, etc., a combinação ainda foi mais caprichosa, porque o proletariado, para ganhar a hegemonia na tempestade revolucionária que se desencadeava, teve que assumir não só as reivindicações das massas camponesas mas as reivindicações nacionalistas de toda a pequena burguesia, dando à revolução uma envergadura social ainda mais vasta mas também um cunho mais híbrido.

O esquema funciona enquanto se trata da luta pelo poder e no período imediato, de reformas democráticas. Mas a desproporção entre a força do proletariado e a das massas pequeno-burguesas é tal que em breve a revolução operária é submergida pela revolução burguesa que pretendia rebocar como sua reserva. A revolução proletária começa por trepar às costas da revolução burguesa, mas esta desforra-se e acaba por levar a melhor.

E isto porque, ao satisfazer as reivindicações pequeno-burguesas dá-se fôlego à sua luta contra o socialismo. Não é pelo facto de ter recebido a terra, a liberdade, uma vida melhor, da mão do proletariado que a pequena burguesia pode mudar de natureza. Se alguém contava com o efeito da persuasão e dos valores morais, teve que se desenganar.

Naturalmente, a única hipótese revolucionária viável era essa mesma. Mas o que interessa registar é que a ambição de conseguir, por um movimento ininterrupto, fazer engrenar a revolução socialista na revolução democrática malogrou-se em todos os casos, por insuficiência da força do proletariado para remodelar, pela sua iniciativa total (política, económica, ideológica), as massas pequeno-burguesas arrastando-as a caminho do socialismo.

Em todos os casos, chega o momento em que a conjunção de interesses entre operários e camponeses cessa de se verificar. A revolução divide-se em dois ramos divergentes, embora ainda não antagónicos: um operário, o outro pequeno-burguês. E embora o movimento operário disponha da superioridade de organização política e da nacionalização da grande indústria, ele é economicamente mais fraco do que o oceano da pequena economia agrícola, comercial, artesanal. Acresce que a pressão do imperialismo circundante ajuda por todos os meios a burguesia a sufocar a revolução proletária.

Nesta luta desigual, estão criadas todas as condições para que o partido operário, que subiu ao poder graças à revolução, procure compensar a desvantagem económica com a vantagem política reforçando o aparelho de Estado, segregando uma enorme burocracia como seu agente, representante e substituto nas tarefas de administração e coerção.

A partir daí, estão reunidas as condições para este aparelho burocrático governante ser penetrado, subornado, remodelado, assalariado pela economia capitalista, que se reproduz imparavelmente, primeiro sob o disfarce estatal ‘socialista’, depois cada vez mais às claras.

Podia ter sido salva a revolução russa com uma outra política por parte do partido? Não podia, porque a ditadura do proletariado na Rússia, cercada, atacada e desorganizada pelo imperialismo, tolhida internamente pela massa imensa da pequena produção, não dispunha de forças próprias para romper, estava reduzida a ganhar tempo e a agonizar se não surgisse uma outra revolução em seu socorro.

Quer isto dizer que somos deterministas, que negamos a possibilidade de opção? Não; havia opções mas o socialismo estava fora das opções possíveis nesse momento. Durante as lutas internas de 1923-1928, a alternativa jogava-se entre reforçar o capitalismo de Estado ou restabelecer a economia de mercado, como as duas únicas hipóteses viáveis de “edificação do socialismo”. Não houve aí lugar para qualquer plataforma comunista (ainda que evidentemente houvesse muitas alertas lúcidas no que diziam os diversos contendores), porque não existiam premissas para avançar para o socialismo. A ausência de uma linha comunista nas facções em luta serve de contraprova histórica a este facto – a revolução russa estava condenada.

Até hoje, as pretensas vias novas para o socialismo (chinesa, vietnamita, cubana...) não fizeram mais do que baralhar o dilema que a revolução russa revelara em toda a nitidez: se o proletariado não consegue exercer a ditadura, como arrastar a pequena burguesia para o socialismo?

As “inovações criadoras” de Mao sobre a edificação do socialismo – ditadura democrática popular, caminhar sobre as duas pernas, comunas populares, solução das contradições no seio do povo, revoluções culturais – foram em grande medida combinações ecléticas da linha stalinista com a linha bukarinista, porque não havia muito mais para intentar nessa questão.

O que o maoísmo trouxe de novo foi ter sabido tirar partido da energia dos camponeses pobres e dum sistema muito flexível de suborno da pequena burguesia e mesmo da burguesia nacional “patriótica”. O consenso social assim obtido (sobretudo porque o proletariado não se fazia notar) foi a fonte do breve esplendor da China Popular. Mas também, a reacção burguesa foi aí mais fulminante que na União Soviética, onde as forças vivas do capitalismo tinham sofrido golpes devastadores.

Quanto às inovações de Ho Chi Min, Castro, Guevara, ainda menos acrescentam à questão em jogo, que é simplesmente a da hegemonia (impossível) do proletariado.

Se dizemos que a revolução russa não podia triunfar porque era, como a Comuna de Paris, obra dum proletariado “lançado ao assalto ao céu”, dizem-nos que isto equivale a condenar a iniciativa do partido bolchevique na conquista do poder, a considerar que Lenine teria sido afinal “vanguardista” e “blanquista”, como o acusava Kautski, etc.

É um ponto de vista também ele herdado do stalinismo, esse de ver a revolução como o produto da vontade dos revolucionários e não como uma força da natureza, uma vaga de massas que tem que se espalhar e onde o papel dos revolucionários é essencial, sim, mas para procurar tirar o máximo partido das suas potencialidades, não para decidir se vai haver revolução ou não...

A revolução russa de 1917 foi o acontecimento mais avançado da história da humanidade, a condução dos acontecimentos por Lenine e pelo partido bolchevique foi modelar, toda a história dos nossos dias é condicionada pelas suas conquistas, as suas lições permanecem válidas – mas esta revolução estava historicamente condenada à derrota.

Os comunistas da época não podiam sabê-lo. Sabiam que o seu dever de revolucionários era levar a revolução o mais longe possível, na esperança de que factores imponderáveis (uma resposta revolucionária da Alemanha, por exemplo) desencadeassem uma cadeia ininterrupta de revoluções.

(Fim do texto publicado no Tribuna Comunista, boletim interno da Organização Comunista Política Operária, nº 15 de Julho de 1989 ‘inédito’)



Longa vida à URSS, pátria do proletariado em todo o mundo.

[A tutela do movimento comunista pela URSS (“pátria do proletariado” mundial) claramente expressa neste slogan].

O PACTO HITLER-STALIN FOI A CAUSA DA GUERRA?

O cinquentenário do pacto germano-soviético foi pretexto para novas variações em torno do mesmo tema: ao partilhar traiçoeiramente a Polónia com Hitler, Stalin ter-se-ia tornado responsável pela guerra. Conclusão: *o totalitarismo de esquerda é igual ao de direita, e a democracia capitalista é que é boa...*

O jornalista do *Expresso* (19 de Agosto) dedica-se com tal entusiasmo a pintar a *“ambição desmedida dos dois ditadores”* que se esquece mesmo de mencionar o pacto de Munique. E na *Vida Soviética* de Agosto/Setembro, o comentador V. Kuznetsov, alinhando servilmente no coro democrático como manda a *perestroika*, escreve que *“Hitler e Stalin apostavam na força. Todos sabem em que se traduziu tal aposta para a Europa”*.

Atingiu-se assim finalmente o consenso universal quanto à identificação dos culpados da guerra. Stalin teria sido igual a Hitler. Mas nem por isso é menor a mistificação.

FALSIFICADORES DA HISTÓRIA

O pacto Hitler-Stalin foi o fim e não o começo de uma longa história. Desde 1934, a Inglaterra e a França vinham rejeitando os esforços insistentes da União Soviética para uma frente antifascista e deixavam o campo livre às potências fascistas para engolirem a China, a Etiópia, Áustria, Espanha, Checoslováquia ... o pacto germano-soviético foi a reacção ao pacto tácito entre as democracias e o fascismo.

Em segundo lugar, quando se lamenta a Polónia *“retalhada”* e os países bálticos *“anexados”*, omite-se que a União Soviética apenas reocupou em 1939-40 os territórios que lhe tinham sido arrancados vinte anos antes por imposição da Inglaterra e da França, com o objectivo de criar um tampão antibolchevista.

AS CULPAS DE STALIN

Não lembramos estes factos para elogiar Stalin, cujo regime anti-operário de capitalismo de Estado triunfava nessa época na União Soviética, com todo o seu cortejo de horrores. E também não defendemos a política externa de Stalin.

A tentativa do dirigente soviético de conter o perigo fascista através do namoro às potências *democráticas* e à social-democracia (as Frentes Populares) não evitou a guerra e deu todos os trunfos ao imperialismo ocidental. Stalin apoiou-se na tábua podre da burguesia “democrática” porque já era ele próprio um chefe burguês e receava apostar na luta revolucionária da classe operária.

Certamente, não estava ao alcance de Stalin evitar o conflito entre a matilha de lobos capitalistas. Mas se ele fosse ainda comunista como se intitulava, teria orientado os operários da União Soviética e de todo o mundo para transformar a guerra imperialista numa onda de revoluções, em vez de os mobilizar para a defesa da “democracia” e da “pátria”. A política de zigzague que seguiu, primeiro a reboque das “democracias”, depois a reboque de Hitler (1939-41), confundiu e desorganizou as fileiras comunistas internacionais e foi impotente para evitar a guerra.

A URSS, VÍTIMA DE AGRESSÃO

Mas estes factos não podem servir para ilibar os únicos responsáveis pela guerra mundial. É um facto indesmentível que as democracias ocidentais engordaram o bloco fascista da Alemanha/Japão/Itália, na esperança de que ele aniquilasse a União Soviética. E é um facto que o governo soviético só assinou o pacto com Hitler como manobra de último recurso, para tentar desviar ou adiar o assalto nazi que todo o mundo capitalista lhe lançava para cima.

As acusações de que “*Stalin sempre procurou um acordo com Hitler*”, “*queria partilhar o mundo com Hitler*”, etc., inventadas por Trotsky na fase final da sua carreira, e desacreditadas durante muitos anos devido ao esforço de guerra soviético, que salvou o mundo do nazismo ao preço de 20 milhões de mortos, estão hoje a ser promovidas a verdadeiras histórias para lavar o capitalismo.

IMPERIALISMO, O FOCO DA GUERRA

Há quem pergunte: mas se na URSS vigorava um regime ditatorial anti-operário, como acreditar que Stalin estivesse interessado em evitar a guerra? A razão é simples: a URSS, ao contrário das outras potências, não era (não é ainda hoje) um país imperialista, dominado por monopólios em busca de mercados, fontes de matérias-primas e colocação para os seus capitais. A URSS entrara sob a chefia de Stalin num abortivo regime de capitalismo de Estado, que só nos nossos dias se está a decompor para abrir lugar ao pleno florescimento capitalista.

A URSS teve, pois, pela sua própria natureza económica e social, uma atitude defensiva face à guerra. Os verdadeiros cúmplices de Hitler foram os democratas e social-democratas que hoje lançam as culpas sobre Stalin para esconder que a fonte da guerra está no imperialismo, seja ele fascista ou “democrata”.

(Política Operária nº 21, Set./Out. 1989)



Esmaga a escumalha fascista!



Segundo aniversário da gloriosa revolução de Outubro.

OS DESVIOS DE LENINE, SEGUNDO OS COMUNISTAS INDIANOS

O Partido Comunista da Índia (Marxista-Leninista)* editou em Dezembro passado um extenso documento intitulado “Sobre a democracia proletária”, em que procura lançar novas pistas sobre as origens da degenerescência capitalista da União Soviética.

Ao fazer a apresentação pública do documento, o secretário do partido, K. Venu, destacou que *“a interpretação tradicional da corrente ML atribuindo a restauração capitalista nos países ex-socialistas a transformações sobretudo na base económica é insuficiente para explicar os levantamentos de massas em curso nesses países... e que têm como alvo o sistema político social-fascista representado pelo partido único”* (Mass Line, Março 1991).

O repúdio generalizado das massas de Leste pela lei opressiva do partido único, a sua exigência de restauração das liberdades democráticas, poriam em evidência, segundo os comunistas indianos, um *“desvio de Lenine”*. De facto, argumentam, o dirigente bolchevique, embora defendesse de início *“todo o poder aos soviets”*, veio a edificar, após a tomada do poder, uma *“ditadura do partido”*, acabando por criar um Estado de tipo burguês mais centralizado ainda do que este devido à concentração total dos meios de produção – e que esteve na origem do aparelho totalitário stalinista.

Para o PCI (ML) parece claro que Lenine *“não compreendeu a complexidade do sistema político de ditadura do proletariado”*, não teve na devida conta a importância da democracia proletária e se desviou na prática do modelo da Comuna de Paris e da concepção de Marx sobre a ditadura do proletariado como *“a reabsorção do poder de Estado pelo conjunto da sociedade”*. Haveria pois algum fundamento, admite, nas críticas de Rosa Luxemburgo e mesmo de Kautsky às concepções *“ditatoriais”* de Lenine.

* O PCI (M-L), de orientação maoísta, participou nos anos 60 na crítica ao revisionismo dos dois partidos pseudocomunistas da Índia (Partido Comunista da Índia e Partido Marxista da Índia) e teve nessa época um papel preponderante na guerrilha camponesa de Naxalbari. O seu líder, Charu Mazumdar, foi morto pelas forças militares da União Indiana. Actualmente dirigido por um Comité Central Reorganizativo, o PCI (ML) edita a revista Mass Line.

Ainda segundo os comunistas indianos, o “*desvio*” de Lenine teria nascido de uma visão “*reducionista*” da ditadura do proletariado; Lenine não teria compreendido que a democracia burguesa não se esgota na defesa dos interesses de classe da burguesia e que há nela aspectos “*não classistas*” que podem e devem ser plenamente desenvolvidos após a abolição da propriedade privada. O grande contributo de Mao, concluem, foi ter intuído isto com a “*revolução cultural*”, mas de forma incompleta, uma vez que não chegou a pôr em causa o lugar de chefia do partido comunista.

DEMOCRACIA PROLETÁRIA, BASE DO SOCIALISMO

Para garantir que a revolução não será perdida, escreve o documento dos comunistas indianos, é necessário que, uma vez conquistado o poder, expropriada a burguesia e socializados os meios de produção, se instaure um regime de ampla democracia proletária, tendo como características centrais:

- órgãos de tipo soviético assumem as funções que pertenciam ao aparelho de Estado burguês;
- o exército revolucionário que conduziu o assalto ao poder dá lugar a milícias populares;
- o partido comunista, embora tenha conduzido a revolução, não toma o monopólio do poder, sujeitando-se ao veredicto popular assim que a ordem revolucionária estiver minimamente consolidada;
- transparência e democracia interna no PC;
- liberdade de expressão, de reunião e de partidos para todos os que se mantenham no marco da ordem revolucionária, sendo privados de direitos políticos apenas os inimigos da revolução.

Não temos nenhuma dúvida em subscrever estes princípios como essenciais à ditadura do proletariado, em condições de normalidade e estabilidade, **que até hoje não se verificaram em nenhum país**. Justamente, o erro dos camaradas indianos é, em nossa opinião, alhearem-se das **condições reais** em que se desenrolou a revolução russa. Dizer que Lenine esqueceu o princípio de “*todo o poder aos soviets*” é esquecer que na Rússia de 1918 não estava ao alcance de Lenine nem de qualquer outro dirigente instaurar esse poder.

As causas sociais para isto são bem conhecidas mas parece que é necessário recordá-las. À partida, a economia camponesa dominante no país exigia ao proletariado cedências que tornavam problemática a viabilidade da sua ditadura; o assalto que o novo regime enfrentou tornaram-na impossível: a guerra civil sustentada pela agressão militar e pelo bloqueio imperialista dizimou a classe operária, tornando-a uma

força insignificante afogada no oceano camponês; desmantelou a indústria e mergulhou a economia e a administração no caos, causando a morte de milhões de pessoas à fome; fez virar à direita a massa dos camponeses e da pequena burguesia, o que se traduziu no alinhamento contra-revolucionário dos partidos menchevique e socialista-revolucionário; obrigou a cedências económicas e políticas de toda a ordem à pequena burguesia, aos quadros e técnicos, para comprar a sua colaboração ou neutralidade; exigiu o reforço do poder central, do comando militar, da polícia secreta, da burocracia...

A MORTE DA REVOLUÇÃO RUSSA

É indiscutível que na Rússia do início dos anos vinte já tinham definhado as criações revolucionárias dos primeiros meses do poder soviético. Nenhuma dúvida portanto em concluir que, no momento da morte de Lenine, estavam já lançadas as sementes do futuro capitalismo de Estado, da ditadura da burguesia burocrática, do stalinismo e do revisionismo.

Mas nem por isso deixa de ser absurda a crítica aos bolcheviques por não terem instaurado a democracia proletária. Eles foram forçados a aplicar uma política de emergência, alheia ao seu programa, mas apesar de tudo a única susceptível de salvar o núcleo central do poder e **ganhar tempo**, na esperança de que a revolução operária entretanto alastrasse na Europa central (mais tarde, voltaram as suas esperanças para o Oriente). É o que se infere das posições de Lenine ao longo dos anos 1918/ 1923 e não qualquer mudança de princípios.

Como escrevemos noutra lugar, o simples exame desses anos mostra que a burguesia internacional, se falhou no objectivo de pôr no poder um governo contra-revolucionário, nem por isso deixou de conseguir o essencial: **aniquilar o poder dos soviets**. O que subsistiu sob o nome de “União Soviética” foi um regime abortivo de capitalismo estatal que já não pode servir como aferidor dos objectivos com que se iniciou a revolução.

Naturalmente, compreende-se que militantes na Rússia ou no exterior (e a propósito, não nos parece justo que as “críticas” do renegado Kautsky sejam postas em paralelo com as da comunista Rosa Luxemburgo) manifestassem o seu desencanto e cepticismo face aos desvios do regime russo em relação aos ideais dos primeiros meses. Mas isso não confere razão aos críticos. A questão permanece: havia uma outra política capaz de salvar a revolução russa?

Ninguém o demonstrou até hoje, nem cremos que tal seja possível. A solução “autoritária” dos bolcheviques foi a única forma de entrin-

cheirar o poder revolucionário face ao cerco inimigo, mesmo se à custa de amputações que o desfiguraram. Os acontecimentos demonstraram que mesmo esse último recurso não pôde salvar a revolução – devemos por isso condenar os que o tentaram?

APRENDER COM A DEMOCRACIA BURGUESA?

Mas isto não é tudo. Convicto de que a perda da revolução indica forçosamente um desvio de Lenine, o PCI (ML) parte para uma bizarra teoria sobre o “*reduccionismo classista*” de Lenine e os aspectos “*não classistas*” da democracia burguesa que ele não teria tomado em conta. Parece-nos, francamente, uma teoria muito mais social-democrata do que marxista.

Concluir que a democracia proletária na Rússia abortou por não ter ido beber aos aspectos “*não classistas*” da democracia burguesa é simplesmente inverter a lição dos acontecimentos. A revolução abortou por lhe ter sido impossível manter **as suas próprias criações classistas**: poder dos soviets, comités de fábrica, controlo operário, comités de camponeses pobres, comunas, plena liberdade de expressão e de criação, livre acção dos partidos soviéticos, libertação da mulher...

Por outras palavras: se os trabalhadores exerceram nos primeiros meses da Rússia soviética liberdades democráticas sem paralelo com o que até aí se fizera em qualquer país, não foi graças a um compromisso com a democracia burguesa, mas justamente pela sua negação. Foi só porque a podre democracia capitalista de mencheviques e socialistas-revolucionários foi derrubada que a democracia operária pôde afirmar-se.

“Corrigir” as ideias de Lenine acerca da democracia? Por favor, não! O mais precioso em Lenine foi justamente ter mostrado que **todas** as instituições da democracia burguesa servem os interesses de classe da burguesia; foi a insistência minuciosa, incansável, com que aproveitou todos os incidentes da política para revelar os interesses de classe burgueses e pequeno-burgueses por detrás dos valores pretensamente universais; a nitidez cortante com que mostrou a alternativa ditadura do proletariado ou ditadura da burguesia.

Estamos convictos de que a democracia proletária da revolução futura não se rebaixará a copiar as criações da burguesia; recriará a democracia em moldes novos, mil vezes mais representativos, mais autênticos, do que aqueles que a burguesia pode conceber ou admitir. Para isso, apenas uma condição: que a revolução desencadeie uma tal massa de energias populares que varra à sua frente a resistência dos exploradores.

(Política Operária nº 31, Junho de 1991)

ASSALTO AO PODER OU REVOLUÇÃO?

A recente “revolução democrática” de Agosto, em Moscovo, impeliu até à sua conclusão lógica a revisão geral que vinha a ser feita da revolução de 1917. Hoje qualquer liberal ou socialista retoma sem vacilar as invenções a que outrora só se aventuravam os escribas desclassificados da extrema-direita.

Podemos agora ler que Outubro foi uma “contra-revolução” porque os bolcheviques “assaltaram o poder a golpe”, “os soviets não tinham legitimidade”, e, além disso, “os bolcheviques estavam lá em minoria”, “o governo de Kerensky era apoiado pela maioria da população”, “Lenine esmagou os partidos democráticos graças à organização militarizada do partido Bolchevique”, dissolveu pela força a Assembleia Constituinte “por ter medo da vontade do povo”, “começou por prometer ‘todo o poder aos soviets’ para iludir os trabalhadores mas depois confiscou todo o poder para o seu partido único”, esmagou a comuna de Cronstadt, “lançou a Rússia no caos e na anarquia”, “Kautsky viu justo quando avisou que a chamada ‘revolução socialista’ não passava de uma aventura totalitária”, etc., etc.

Enfim, tudo o que agora se diga contra os bolcheviques e a revolução é aceite sem reparo. É o vale tudo. O ambiente de impunidade é tal que o conhecido “democrata liberal” João Carlos Espada não receia retomar, textualmente, tiradas outrora exclusivas da Pide e do Patriarcado: o “*barbarismo asiático de Lenine e de Trotsky*”, os soviets, “*estúpida organização corporativa*”, os bolcheviques, “*burocratas cruéis e sem imaginação, demagogos irresponsáveis que mergulharam a Rússia numa nova idade das trevas*”... Esperamos pelo dia em que “descubra” que a revolução russa não passou duma manobra da espionagem alemã...



A campanha contra as tendências “jacobinas e autoritárias” do bolchevismo é uma revisão da História, bem à medida desta época de restauracionismo desenfreado. Para consolidar no plano ideológico as suas vitórias políticas, a burguesia tem que riscar, fazer desaparecer da História esse momento fatídico em que operários e soldados em armas derrubaram um governo “legal” e declararam abolida a *ordem natural* das coisas. Com os ataques ao leninismo, é a própria ideia de revolução

anti-capitalista que se procura banir, apresentando-a como uma aventura de consequências trágicas. Trata-se de fazer crer que, para além da ordem burguesa, só existe o abismo...

Claro, quando a actual vaga contra-revolucionária se consumir na sua própria infâmia, a verdade histórica será restabelecida e estas tolices cairão no ridículo. Mas isto não quer dizer que devamos ficar passivamente à espera que as mentiras se desmascarem por si. É preciso voltar a falar de Outubro.

E embora a acusação de “saudosismo” neste caso seja da praxe, não nos incomoda. Temos os olhos no futuro, não no passado. É justamente para preparar novos avanços que o pensamento revolucionário precisa de varrer a montanha de lixo com que lhe ocultam a experiência da grande revolução.

DOIS PODERES

Quem hoje leia as furibundas denúncias das malfeitorias dos bolcheviques contra a república democrática de 1917 julgará que estes teriam vindo desestabilizar um regime de equilíbrio parlamentar e paz social. Isto não tem nada a ver com a realidade. Desde a queda do czarismo, perante um país ingovernável, a República virava-se contra os trabalhadores.

Por uma razão simples: a revolução democrática de Fevereiro não foi detonada pelo clássico levantamento de oficiais com as suas tropas atrás e o povo a seguir. A burguesia liberal tinha adiado tantas vezes a sua “revolução de palácio” contra o decrepito czarismo, por medo duma explosão revolucionária, que acabou por perder a oportunidade. A iniciativa insurreccional coube apenas aos operários e ao povo de Petrogrado que, ao fim de vários dias de greves e luta de ruas, conquistaram os soldados para o seu lado, desorganizaram o exército, prenderam os ministros e generais e libertaram os presos políticos. Foi uma revolução popular na plena acepção do termo, como raras vezes se viu, antes ou depois, inspirada na grande revolução derrotada de 1905.

Só quando, a 27 de Fevereiro, se constitui o conselho (soviete) dos operários e soldados de Petrogrado, quando já não pode haver dúvidas de que o poder “cai na rua”, os liberais e monárquicos conseguem recompor-se do pânico e tomam iniciativas para organizar o seu próprio poder. Forma-se um governo provisório que ficará a coexistir com o soviete.

A sucessão de crises que nos oito meses seguintes conduzem à insurreição de Outubro nasce desta situação sem precedentes: dois poderes paralelos e com objectivos antagónicos degladiando-se no

mesmo país — o governo provisório, controlado pela burguesia e subordinado ao imperialismo anglo-francês, e os soviets, sob a influência dos operários, soldados e camponeses que reclamam uma “democracia do trabalho”.

“O governo provisório existe apenas na medida em que o soviets o tolera”, lastimava-se na primeira semana do novo regime o ministro da Guerra. Os soldados pediam ordens ao soviets antes de obedecer aos oficiais. Por toda a parte havia milícias armadas. A jornada de 8 horas foi introduzida por iniciativa das fábricas. Nas cidades industriais do Ural e na Finlândia, os operários não reconheciam a autoridade do governo. Em Cronstadt, os marinheiros tinham mesmo formado a sua “República” local. E tudo isto acontecia quando a influência dos bolcheviques no movimento era reduzida.

A EUFORIA DEMOCRÁTICA

Apesar da amplitude das suas conquistas iniciais, aterradoras para os adeptos da ordem, o poder dos soviets era vulnerável em extremo.

Na euforia provocada pela desintegração do czarismo, o estado de espírito dominante dos operários, mais ainda dos soldados, que dominavam no soviets, era de achar os “socialistas” moderados mais aptos para consolidar as suas conquistas. Elegeram para a direcção do soviets uma maioria de mencheviques e socialistas-revolucionários. Estes, por sua vez, vendo-se à cabeça de um movimento “anárquico” que os alarmava, tentaram estabilizar a “democracia socialista” pedindo aos liberais que se responsabilizassem pelo governo. E os liberais, pela sua parte, só acederam mediante a concordância da direita monárquica...

O resultado desta cadeia de compromissos foi o soviets, senhor do poder armado, consentir na formação dum governo provisório dominado pelos liberais (e presidido por um príncipe!) e deixar o poder escapar-lhe por entre os dedos. A gravidade da cedência não foi desde logo entendida. Era ideia geral (inclusive dos bolcheviques) que o soviets não devia aspirar a governar: *“Estamos numa revolução democrática, não ainda socialista; a burguesia que assuma as suas responsabilidades de governo. O papel do soviets é fiscalizar o governo, mantê-lo sob vigilância”.*

A onda das ilusões conciliadoras deixou uma larga margem de manobra à burguesia. As massas acreditavam que, devido à República, a guerra com a Alemanha deixara de ser imperialista e se transformara numa guerra de defesa nacional; era preciso dar tempo ao governo para negociar a paz; do mesmo modo, a distribuição da terra aos camponeses chegaria logo que fosse aprovada uma lei de reforma agrária; e nada

impediria que mencheviques e bolcheviques se aliassem doravante na tarefa comum da “consolidação da revolução democrática”.

Quando Lenine observou em Abril que os operários não deviam dar nenhum apoio ao governo provisório porque a burguesia era incapaz de chefiar a revolução burguesa e recebera o poder “*apenas por insuficiência de pensamento consciente e de organização do proletariado*”; que “*os soviets são a única forma possível de governo revolucionário*”; e que os bolcheviques deveriam separar-se ainda mais dos reformistas, ele não seguia “esquemas dogmáticos”, como hoje deduzem os seus críticos; discernia com lucidez a alternativa criada pela vida. Em pouco tempo, os acontecimentos vieram demonstrar que tinha razão.

A REPÚBLICA CONTRA O POVO

O primeiro governo provisório caiu durante os motins de 18-21 de Abril, quando o ministro dos Estrangeiros teve a imprudência de assegurar aos Aliados que “*a guerra mundial será levada até à vitória total*”. Soldados e operários saíram à rua enfurecidos exigindo a sua demissão. Teve que se lhes fazer a vontade.

Compreendendo que a guerra só poderia ser prosseguida com uma cobertura “socialista”, os liberais exigiram e conseguiram um maior comprometimento de mencheviques e SR no governo. Em início de Maio o soviete de Petrogrado aprovou o programa do novo governo, com Kerensky no Ministério da Guerra.

“*Forçados a entrar à pressa na composição do governo – escreve Trotsky – os socialistas tomaram a seu cargo cerca de um terço do poder e a totalidade da guerra*”. Foi o começo do seu fim. Queriam fazer ver à burguesia que eram aptos para governar o país e “meter os trabalhadores na ordem” mas não tinham forças para tal. Com o exército em plena decomposição e com dois milhões de desertores vagueando pelo país, Kerensky lançou-se a organizar a grande ofensiva reclamada pelos Aliados. Impôs a pena de morte na frente e sacrificou muitos milhares de vidas. Em Julho, a ofensiva acabava num desastre total. Deu-se nova explosão de furor em Petrogrado, com meio milhão de operários armados reclamando o fim da guerra e todo o poder aos soviets. Travaram-se confrontos, renunciando um clima de guerra civil.

Envergedura insurreccional tomava também o movimento agrário. Os soviets camponeses que, durante os primeiros três meses da República, tinham esperado pacientemente receber as terras do governo, no respeito pela ordem, passaram a ocupar as terras em massa e a recusar o pagamento das rendas.

Perdida a esperança de que os soviets “morressem de morte natural”, os socialistas (que ainda detinham a maioria nos órgãos de cúpula destes) decidiram-se a liquidá-los pela força. Deram assim o último passo que lhes faltava no caminho da contra-revolução: puseram os bolcheviques fora da lei sob a acusação de tentativa de golpe de Estado e de entendimento com os alemães e incitaram o general de direita Kornilov a um golpe militar que varresse os soviets. O golpe foi um fiasco total. Conquistados pelos agitadores bolcheviques, os soldados recusaram-se a combater.

Estava feita a prova real de que o poder já não pertencia ao governo mas aos soviets. O fim da República burguesa era uma questão de tempo.

ONDE SE FALA DE ELEIÇÕES

Em Agosto/Setembro, milhões de trabalhadores perdem definitivamente a confiança nos socialistas e procuram a salvação nas propostas dos bolcheviques, que se tomam maioritários **através do voto**. Recorremos a um testemunho insuspeito, o do historiador social-democrata alemão Oskar Anweiler:

*“Esta **subida em flecha** da influência bolchevique podia ler-se nos resultados das eleições, quase diárias um pouco por todo o país, para os soviets, para as direcções sindicais, para os comités de fábrica, para os órgãos de administração municipal e rural, etc. (...) Desde o Verão, os **comités de fábrica** de Petrogrado e de Moscovo, do Ural e da bacia do Donetz, tinham quase sempre maioria bolchevista. No decurso do Outono, os sindicatos, até então coutada dos mencheviques, começaram a cair uns atrás dos outros sob o domínio dos bolcheviques (...) Nas vésperas de Outubro, quase todos os sindicatos dos grandes centros industriais seguiam o partido de Lenine (...). As eleições para as **Dumas** urbanas... revelavam também uma **deslocação maciça** da população; em Petrogrado, os bolcheviques tornaram-se a segunda força ao passar nas eleições de Agosto, de 37 para 67 lugares (...) Os resultados mais espectaculares foram registados na дума de Moscovo, quando das eleições de fins de Setembro, em que os bolcheviques saltaram de 12% para 51% dos votos”...*

“Embora não se possa falar duma bolchevização integral dos soviets no momento da revolução de Outubro – continua –, o fenómeno crescia contudo com rapidez”. As eleições realizadas ao longo de Setembro para estes órgãos “traduziram-se quase por toda a parte por uma progressão dos bolcheviques, dos SR de esquerda e dos grupúsculos maximalistas e anarquistas. Um dos factos que decidiram do êxito da insurreição de Outubro foi a preponderância que os bolcheviques tinham adquirido nos soviets-chave do ponto de vista político ou estratégico”. E enumera: Cronstadt, Petrogrado, Moscovo, frota

do Báltico, V Exército, Helsingfors, Viborg, Reval, Iekaterinburgo, Saratov, Minsk, Armavir, Kiev...

Temos que concordar que não está mal, para uma “minoria usurpadora”...

A CULPA DOS BOLCHEVIQUES

A recusa a reconhecer este facto que lhes parece monstruoso – a rejeição do regime burguês pela massa dos trabalhadores, o seu apoio maioritário ao partido dos comunistas – leva os críticos do bolchevismo às mais extravagantes contorsões, que se podem ler a cada passo em obras consideradas “sérias”.

Os operários e soldados, indignados com a política do governo, passam-se em massa para as posições bolcheviques? Era a “consciência nebulosa” dos trabalhadores a deixar-se aprisionar pela “demagogia dos leninistas”.

A notícia da derrota militar, em Julho, desencadeia uma explosão espontânea de protestos que os bolcheviques procuram evitar que se transforme numa insurreição prematura? Os críticos não se deixam enganar: “Foi uma provocação bolchevique, para tentar a sua sorte”.

Activistas bolcheviques são eleitos aos milhares como delegados aos soviets? “Estava em marcha um plano implacável de ‘bolchevização’ e de cisão dos soviets” (o facto de, até aí, os soviets estarem “menchevizados” não lhes merece reparos).

A política cada vez mais direitista de mencheviques e SR provoca importantes cisões nas suas fileiras? “Os bolcheviques fomentavam maquiavelicamente o aparecimento de facções de esquerda nos partidos socialistas”.

Lenine insiste em que a paz e a terra não poderão ser obtidas através de um governo comprometido com a grande burguesia e o imperialismo? Eis o que demonstra a sua “táctica demolidora” e “vontade de poder”...

E assim por diante, numa argumentação absurda que não resiste a qualquer análise.

Se, para os bolcheviques, a tomada do poder pelos soviets era uma cortina para a “ditadura do seu próprio partido”, como entender que eles se batessem por essa palavra de ordem no I Congresso dos soviets, quando dispunham de apenas 12% dos delegados, e em Abril, quando tinham ainda menos?

Se os “manejos obscuros” dos bolcheviques justificaram a perseguição aos seus dirigentes e o encerramento dos seus jornais em Agosto, porquê precisamente em Agosto alastra vertiginosamente a sua influência?

E se mencheviques e SR eram os guardiões da democracia, porque se destacaram tão pouco na resistência ao golpe militar de Kornilov, derrotado precisamente pela audácia dos bolcheviques?

Na verdade, a “culpa” dos bolcheviques, pela qual ainda hoje são condenados, foi terem ajudado os trabalhadores a descobrir a verdadeira face antipopular dos reformistas. Para não reconhecer que os partidos “socialistas” defendiam a ordem burguesa e os bolcheviques defendiam os trabalhadores, os nossos críticos fazem figura de débeis mentais.

A “MÁQUINA MILITARIZADA”

Uma outra tentativa para desacreditar a revolução consiste em atribuir ao Partido Bolchevique o carácter de uma máquina “elitista”, “semimilitarizada”, enquadrada por revolucionários profissionais e dominada por um chefe carismático, “à sombra do *slogan* do centralismo democrático”. Transpondo para 1917 o regime de terror estabelecido mais tarde por Stalin, pretende-se pintar o partido bolchevique como um precursor dos partidos fascistas e desacreditar a revolução como uma espécie de golpe totalitário.

Mas a mentira cai pela base. Nenhuma fabricação pode apagar os factos há muito conhecidos sobre a vida interna do partido bolchevique nesta época. Enquanto os efectivos cresciam vertiginosamente (80 mil membros em Abril, 240 mil em Agosto, 400 mil às vésperas da insurreição), o debate era permanente, as divergências exprimiam-se na imprensa partidária e a busca do consenso era a regra, como documentam as actas do Comité Central.

Dois exemplos, no período crucial de Outubro, quando tudo estava em jogo, fazem luz sobre o pretensão “militarismo” dos bolcheviques: no primeiro, é o comité central que se recusa a discutir, por mais de uma vez, apelos veementes de Lenine para a preparação da insurreição; no segundo, Zinoviev e Kamenev, depois de derrotados na votação sobre a insurreição, dirigem livremente uma carta às organizações do partido defendendo as suas opiniões.

A isto poderia acrescentar-se a polémica na *Pravda* em tomo das *Teses de Abril*, inicialmente mal recebidas pelo partido; as reuniões em que Lenine fica minoritário: a publicação de boletins internos de discussão e a abertura duma tribuna livre na revista do partido; a adopção pelo VI congresso do partido, em fins de Julho, de novos estatutos amplamente democráticos, em substituição dos que vinham do tempo da clandestinidade; etc.

O “militarismo” do partido bolchevique, assim como os poderes arbitrários de Lenine, não passam de uma lenda grosseira. Só pela per-

suasão conseguia Lenine fazer aprovar os seus pontos de vista. Escreve o historiador Carr, insuspeito de simpatia pelos bolcheviques: *“O poder de Lenine sobre o partido... assentava num raciocínio lúcido e incisivo, que transmitia uma impressão irresistível de domínio incomparável da situação.”*

É verdade, todavia, que o que o partido dos bolcheviques não tinha nada de ver com os seus competidores. Entre uns e outros havia um abismo. Os partidos “socialistas” debatiam-se em jogos parlamentares, equilibrismos e alianças entre notáveis, numa crise perpétua, resultante, em última análise, de não saberem como desviar as massas da revolução sem se isolarem. No partido bolchevique, pelo contrário, a paixão revolucionária dos operários electrizava a vida interna com um clima de entusiasmo, unidade e disciplina militante. Era o partido da revolução. Compreende-se que isto ainda hoje pareça assustador e “totalitário” aos herdeiros dos mencheviques.

A INSURREIÇÃO

Perguntam os legalistas: Se a influência dos bolcheviques se tornava maioritária, para quê então tramar uma conspiração e desencadear uma insurreição armada contra a República? Porque não esperar que o poder lhes fosse entregue pelo funcionamento dos mecanismos democráticos?

Manifestamente, as situações revolucionárias não cabem no seu sistema de valores. Custa-lhes compreender que, após oito meses de massacres na frente de batalha, de fome, de caos económico, os trabalhadores, ansiosos pela paz, pela terra, pelo poder dos soviets, tenham chegado à conclusão de que nada havia a esperar dos partidos “socialistas” nem do governo e se tenham voltado para esses mesmos bolcheviques que meses antes lhes pareciam demasiado “extremistas”.

Na situação de catástrofe em que se vivia, esta deslocação não era meramente eleitoral; era uma deslocação revolucionária. Tornando-se maioritário nos soviets e outros organismos democráticos, o Partido Bolchevique recebia o encargo de levar à prática as reivindicações populares e bater as crescentes ameaças de direita, o que exigia o **derrubamento do governo provisório**.

As clássicas perorações sobre o “blanquismo” de Lenine, oposto a uma linha de massas marxista, fingem ignorar que a **insurreição nascia das fábricas, dos campos, da rua**. Só reaccionários podem acreditar que *“na situação anárquica que se vivia, qualquer grupo de homens decididos poderia ter feito o mesmo que os bolcheviques”* (A. Ulam). Pelo contrário, só um partido gozando dum apoio popular esmagador, como era nesse momento o caso dos bolcheviques, poderia ter tomado o poder.

Lenine disse-o claramente na carta ao Comité Central, em Setembro: “A maioria do povo está connosco”. “Depois de ter conquistado a maioria nos sovietes de deputados operários e soldados em ambas as capitais, os bolcheviques podem e devem tomar nas suas mãos o poder do Estado”. Mantinha-se coerente com o que dissera em Abril, ao chegará Rússia: “Para se transformar em poder, os operários conscientes têm que ganhar a si a maioria... Não somos blanquistas, não somos partidários da tomada do poder por uma minoria”.

Querer ver uma contradição entre estas opiniões e o próprio acto insurreccional dos bolcheviques é não ter em conta que o governo, repudiado pela massa da população trabalhadora, se mantinha no poder pela força e só pela força podia ser desalojado. Só uma acção militar de surpresa poderia garantir o êxito da insurreição. Insurreição que teve afinal um custo mínimo em vidas humanas, justamente porque o apoio massivo do povo paralisava a capacidade de resistência das forças da burguesia.

O que se condena afinal aos bolcheviques? Foi não se terem limitado ao estatuto de partido de oposição (como reclamavam alguns dos seus dirigentes), deixando que a situação apodrecesse e que os trabalhadores fossem esmagados, para vir depois manifestar o seu “desacordo veemente” com a repressão...

Felizmente para os trabalhadores não foi assim. O facto de o Partido Bolchevique ter tido a lucidez e a coragem para se assumir como organizador da revolução que crescia na Rússia, ao criar a primeira república de sovietes, provocou uma aceleração da História que ainda hoje temos dificuldade em avaliar, independentemente das derrotas que vieram mais tarde.

Como é óbvio, os ideólogos da burguesia não podem compreender que operários, camponeses e soldados decidissem governar o país directamente através de representantes seus. Parece-lhes isso uma aberração tão grande que só o entendem como fruto de manobras de “demagogos” ávidos de poder... A lógica duma revolução proletária em marcha é algo que não cabe no seu horizonte mental. Estamos certos de que ainda terão novas oportunidades de a estudar na prática.

Livros citados:

Lenine, *Obras escogidas*, 3 volumes. Moscovo, 1960.

Trotsky, *Histoire de la révolution russe*, Seuil, Paris, 1950.

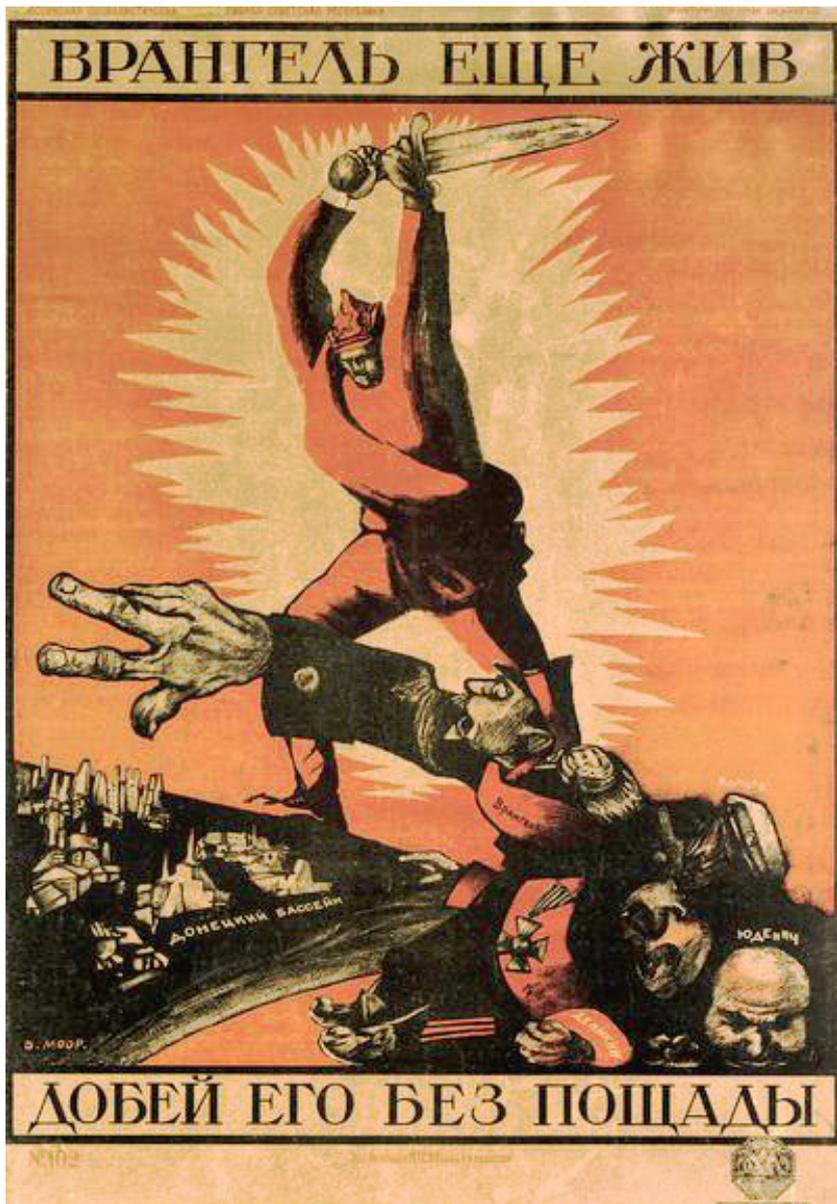
História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS. Povo e Cultura, Lisboa, 1975.

Adam Ulam, *Os bolcheviques*. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1976.

Les bolchéviks et la révolution d'octobre. Procès-verbaux du C.C., août 1917-février 1918. Maspero, Paris, 1964.

Oskar Anweiler, *Les Soviets en Russie*. Gallimard, Paris, 1972.

(Política Operária 32, Nov./Dez. 1991)



Wrangel [general, chefe político e militar de um dos exércitos brancos] **continua vivo.**
Elimina-o sem piedade.

FORAM OS ERROS QUE PERDERAM A REVOLUÇÃO RUSSA?

*Nem só revisões e renegações produzem o eclipse do movimento comunista. Surgem também, ainda que raramente, tentativas de interpretação e superação da crise, na linha do marxismo. Tom Thomas, militante da corrente M-L francesa, editou há alguns meses em volume as suas reflexões, a que deu o título: A propósito das revoluções do século XX, ou o desvio irlandês.**

O “desvio irlandês” é uma ideia sugestiva que o autor foi buscar a uma carta de Marx, de 1869: *“Pensei durante muito tempo que o regime irlandês seria derrubado pelo ascenso da classe operária da Inglaterra. Hoje estou convencido do contrário: os operários ingleses não farão nada enquanto não se desembaraçarem da Irlanda. É na Irlanda que se deve fazer alavanca”*.

REGRESSO AO PONTO DE PARTIDA

Marx intuía pois a tendência que veio a manifestar-se: a revolução, bloqueada nos países onde as condições económico-sociais estão maduras para o socialismo, abriu caminho onde as condições não estão maduras, nos países atrasados. O nosso século – conclui Thomas – foi preenchido justamente com o “desvio irlandês” do processo revolucionário mundial: as grandes revoluções na Rússia e na China, arrastando uma catadupa de revoluções nacionais anti-imperialistas, em Cuba, Vietname, Argélia, etc.

É verdade que, entretanto, aconteceu o imprevisível: as revoluções, depois de ter degenerado em miseráveis caricaturas sob a égide do capitalismo nacional de bandeira socialista, são reabsorvidas pelo mercado imperialista mundial. Seja como for, conclui Thomas, *“o caminho está agora livre porque o capitalismo realizou a sua obra de estabelecer sobre toda a superfície do globo as mesmas relações sociais, pôr as mesmas classes nas mesmas situações e perante os mesmos inimigos. O ‘desvio irlandês’*

*Tom Thomas, *“Du capitalisme au communisme, tome II: A propos des révolutions du XXème siècle ou le détour irlandais”*, Paris, 1991. Deste autor, publicámos já na nossa revista Os robots e a classe operária (PO n°18, Janeiro/Fevereiro 1989).

cumpriu a sua tarefa. Chega a época das revoluções proletárias, embora com algum atraso sobre as previsões. É para ela que nos devemos preparar, voltando-nos para o futuro e deixando que os mortos enterrem os seus mortos”.

É estimulante esta capacidade para encarar o processo histórico no seu movimento global, sem cair nas habituais dúvidas existenciais sobre se a revolução é mesmo inevitável e a ditadura do proletariado é mesmo legítima. Resta, contudo, a questão: porque é que esse gigantesco ciclo revolucionário nos países atrasados fracassou de maneira tão generalizada e foi incapaz de detonar revoluções proletárias socialistas nas metrópoles do capital, como seria a suposição de Marx e, mais tarde, de Lenine, Mao, etc.? Porque terminou nesta obscura agonia e não num salto para uma etapa mais avançada da revolução?

Aqui está a nossa discordância com o autor e o motivo destas notas.

A TEORIA DOS ERROS

Thomas conhece bem o marxismo. Não tem dúvida de que as relações económico-sociais na Rússia, na China, etc., não estavam de modo algum maduras para a transição para o socialismo. Critica o voluntarismo moralista de Mao e a imprecisão com que este usava os conceitos marxistas.

Mas nem por isso desiste da ideia de que, se as direcções comunistas tivessem sabido conduzir melhor a luta de classes em vez de pôr toda a prioridade na produção, o fracasso dessas revoluções poderia ter sido evitado.

“Ninguém pode dizer – escreve ele – que a revolução (russa) estava condenada em absoluto a ficar nos limites do capitalismo de Estado” (p. 95). “O exemplo chinês provou que o fraco desenvolvimento das forças produtivas não era um obstáculo inteiramente insuperável à transformação das relações sociais num sentido socialista” (p. 9).

O volume consiste assim em grande medida num levantamento dos “erros teóricos” de Stalin, de Mao, do próprio Lenine, que teriam originado o desastre. Stalin deixou-se dominar pela “teoria das forças produtivas” e pelo fetichismo da propriedade estatal; Lenine herdara da social-democracia alemã a crença nas virtudes do capitalismo de Estado; Mao, apesar de ter avançado com a perspectiva inovadora da revolução cultural, ainda ficou agarrado ao “produtivismo”...

Parece-nos que é necessário escolher: ou o atraso económico dessas sociedades constituía de facto uma barreira intransponível à transição para o socialismo, e nesse caso as políticas dos líderes devem

ser examinadas no quadro dessa impossibilidade; ou se acredita que uma linha política “mais correcta” poderia ter evitado a reprodução da burguesia e aberto a passagem ao socialismo, mas neste caso atribuímos à ideologia a capacidade de superar os limites duma formação social. É para esta posição que Thomas se inclina.

Tentando combinar o materialismo com a crença no “*primado da consciência operária*”, ele não nota que na, própria citação que foi buscar a Engels, em apoio da sua perspectiva, este diz que na acção recíproca entre a super-estrutura e a base económica, “*esta leva sempre a melhor em última instância*”. E não é isso, afinal, o que acaba de provar o aprofundamento do chamado “socialismo real”? Se há uma lição a tirar do naufrágio das revoluções deste século, ela é precisamente a da implacável necessidade com que as criações “socialistas” imaginárias foram desmentidas pelos limites da base económico-social.

DETERMINISMO, UMA FALSA PISTA

Seguindo a escola maoísta, Thomas explica a actuação de Stalin pelo facto de ele estar “*dominado pela teoria revisionista das forças produtivas, convicto da existência dum laço mecânico entre forças produtivas e relações de produção*”. E como exemplifica o “*determinismo primário*” de Stalin? Com a muito citada fórmula: “*Primeiro modificam-se e desenvolvem-se as forças produtivas da sociedade; em seguida, em função e em conformidade com essas modificações, alteram-se as relações de produção entre os homens*”. Ora, se há muita coisa a rejeitar em Stalin, não vemos como esta possa ser contestada em termos marxistas. Stalin limitou-se aqui a enunciar uma das teses fundamentais do materialismo histórico.

Claro, o uso que a direcção stalinista fez dessa tese foi desastroso; mas porque a situação era, em si mesma, desastrosa. Na charada insolúvel em que se encontrava a URSS no final dos anos 20, perdida a esperança numa revolução europeia a curto prazo, era de elementar bom senso reconhecer que a construção do socialismo na URSS era impensável a partir do nível das relações económico-sociais existentes.

Metendo-se a criar a “base técnico-económica” para o socialismo pelos seus métodos de “*engenharia social*” (industrialização a todo o vapor, planificação ultracentralizada, colectivização forçada, terror massivo), os stalinistas produziram uma catástrofe de enormes proporções. Mas é preciso reconhecer que na URSS da época não havia alternativa revolucionária a esta opção desesperada. O caminho da revolução proletária estava bloqueado porque o nível das relações económico-sociais só abria passagem ao capitalismo, fosse ele estatal ou privado. A escolha era só essa.

Acreditar que foi a política de Stalin que *“impediu todo o avanço da luta de classes na URSS após os anos 20”* (p. 12) é, quanto a nós, ver o fenómeno de pernas para o ar. A política de Stalin **expressiu** as novas relações de classes provocadas pelo bloqueamento da revolução. O problema com Stalin não foi de erros; foi ele ter sido o executor fiel das exigências do capitalismo de Estado.

Se isto não for admitido, se nos convenceremos de que existia um meio para transportar centenas de milhões de camponeses para o socialismo, iremos cair nos *aprofundamentos* maoístas – superar o atraso das relações de produção através da *“consciencialização das massas”* e da doutrinação dos quadros; o que pôde parecer à jovem geração marxista dos anos 60 um grande salto em frente ideológico mas foi uma forma idealizada de iludir contradições de classe reais.

NACIONALIZAÇÕES - UM FETICHE?

Thomas critica Stalin porque via na propriedade estatal *“a base do nosso regime, tal como a propriedade privada é a base do capitalismo”*; isto seria reduzir o capitalismo à propriedade privada e esta à sua expressão jurídica. Também Lenine *“ficou prisioneiro de certas concepções gravemente erradas da social-democracia alemã quanto à teoria do capitalismo de Estado”* (p. 45). Contrária seria a posição de Marx, para quem *“a propriedade estatal era vista apenas como um meio transitório para atingir o objectivo da apropriação social”*.

Isto é esquecer que Marx, olhando o movimento numa perspectiva histórica a largo prazo, mencionava naturalmente as nacionalizações como uma simples etapa na transição para o comunismo. Diferente teve que ser a perspectiva dos que se encontraram envolvidos no processo de derrubamento da burguesia. Nesse momento, passar ou não os bens dos capitalistas para a propriedade do Estado marcava a linha divisória entre revolução e contra-revolução.

Sem dúvida, Stalin, como edificador fanático do capitalismo de Estado, via na propriedade estatal uma espécie de talismã para *“socializar”* as relações sociais e como um alibi para negar a formação de uma nova burguesia. Mas aqui, mais uma vez, o que está mal não é a fórmula marxista que Stalin invoca mas a realidade que se esconde por detrás dessa fórmula. Pretendendo encontrar na política de nacionalizações a pista dum desvio, Thomas introduziu, mesmo que não o desejasse, uma atitude ambígua quanto à expropriação da propriedade burguesa, com o que se mantém, aliás, na linha da *“democracia popular”* chinesa.

E, de facto, em que consistiria, segundo Thomas, a via da *“consciencialização das massas”* na URSS de 1929? Justamente na continuação

da NEP, que ele defende como *“instrumento da aliança operário-camponesa”* que não deveria ser confundido com um mero recuo (p. 45). Ou seja, na prática, a alternativa ao stalinismo seria a continuação das concessões à pequena burguesia proposta por Bukarine. Thomas não o diz explicitamente, mas é o que se deduz das suas opiniões. Assim, quando descemos da estratosfera do *“primado da consciência”* ao mundo da política real, encontramos, como via de *“transição para o socialismo”*, uma maior contemporização com a burguesia.

LENINE EMPAREDADO

Embora com muito maior reserva, T. Thomas procura os erros de Lenine que teriam contribuído para a perda da revolução. E aqui, mais uma vez, tenta combinar posições que se excluem. Ele reconhece que, logo após a revolução, tudo teve que ser subordinado à guerra e à luta contra o caos económico e a fome e isto implicava o *“terror vermelho”*, o empolamento do aparelho administrativo, concessões aos quadros. *“Só palradores podem imaginar que o Estado do proletariado possa edificar-se idealmente a partir do nada”*. Mas... Lenine não teria descoberto a forma de fazer intervir as massas em todas as frentes, por não ter compreendido que *“o fraco desenvolvimento das forças produtivas não era um obstáculo inteiramente insuperável à transformação das relações sociais no sentido do socialismo”*.

Isto equivale na prática a anular o que se disse antes sobre a catástrofe que se abateu sobre a Rússia após a revolução, sobre a incapacidade dum proletariado diminuto e dizimado exercer a direcção num oceano camponês, sobre a ausência da revolução socialista na Europa, que se tinha como certa. Os comunistas russos, emparedados, recorreram às medidas de excepção. A adopção do capitalismo de Estado, com todas as taras que Lenine lhe aponta, foi o último recurso para o regime se entrincheirar e ganhar tempo.

Uma vez mais, estamos perante erros ou perante uma impossibilidade histórica? Vem a propósito citar Engels: *“O pior que pode acontecer ao chefe dum partido extremista é ver-se obrigado a ocupar o poder numa altura em que o movimento ainda não está maduro para estabelecer o domínio da classe que representa e para a aplicação das medidas que este domínio requer. (...) Depara então, inevitavelmente, com um dilema insolúvel: o que pode fazer contradiz toda a sua acção anterior, os seus princípios e os interesses imediatos do seu partido; mas o que deve fazer é irrealizável.”* (A guerra dos camponeses na Alemanha).

A “APROXIMAÇÃO CHINESA”

Reparo semelhante poderíamos fazer às críticas de Thomas ao comportamento de Mao durante a revolução cultural chinesa: tendo chegado mais longe do que os seus antecessores na compreensão de que era preciso combater a nova burguesia dentro do regime e na valorização da consciência das massas, Mao teria contudo vacilado em levar até ao fim a luta de classes durante a revolução cultural. Mais uma vez, um erro... Mas isto é escamotear o facto de que a revolução cultural só abria como opções, ou a desagregação do poder central de Estado ou o seu reforço por meios ditatoriais, e em ambos os casos a repressão das massas pelo exército. Só por puro idealismo se pode acreditar que a China dos anos 60-70 tenha estado à beira de uma revolução socialista.

A ideia de que Mao se tenha aproximado mais do que Stalin e mesmo Lenine (!) da solução do problema é um mito criado pela escola maoísta e ao qual Thomas parece dar crédito, numa linha de pensamento que podemos chamar de *neomaoísta*. Pela nossa parte, diríamos que, se Lenine personifica o momento mais alto da revolução do século XX, a consciência lúcida de que é preciso salvar o que for possível do poder proletário, cedendo no terreno do capitalismo de Estado, da NEP, da burocracia, na expectativa de que chegue a esperada revolução proletária nos centros imperialistas; se, com Stalin, perdida essa esperança, perdidos todos os vestígios de democracia proletária, já só resta o “avanço a todo o vapor para o socialismo”, ou seja, a edificação implacável do capitalismo de Estado, em que toda a inteligência marxista já está excluída; com Mao encontramos a tentativa de fugir ao destino da URSS através dos “correctivos” da “democracia nova”, que consistem em concessões, justificadas pelo carácter nacional-camponês da revolução chinesa mas que, ao ser embelezadas como “uma nova etapa do marxismo”, se tornam uma fonte de oportunismo.

A CULPA DA EUROPA

A crença piedosa de que a revolução proletária poderia ter tido êxito se a política dos comunistas tivesse sido mais correcta manifestou-se também com frequência na ideia de que “*se os partidos comunistas europeus tivessem cumprido o seu dever poderia ter rebentado a revolução na Europa*”. Embora Thomas não discuta o tema, ele evoca-o quando escreve que “*a revolução russa teria podido, e quase o conseguiu, levar a revolução à Europa e com a Europa avançar para o comunismo, como Lenine pensou*” (p. 98). Mas este véu idealista também deve ser rejeitado, por muito tradicional que seja nas nossas fileiras.

É hoje claro que Lenine errou ao acreditar, em 1917, que a guerra imperialista tinha “*amadurecido manifestamente*” a revolução proletária internacional e ia desencadear “*revoluções proletárias socialistas em cadeia*” “*num futuro muito próximo*” (*O Estado e a Revolução*). O amadurecimento revolucionário que ele julgava observar na Europa não existia. Tratava-se dum erro de perspectiva, compreensível face ao caos provocado pelo primeiro massacre mundial.

Consequentemente, a revolução europeia não podia acudir em socorro da República dos soviets. A social-democracia pôde fazer a sua obra e os partidos comunistas, perdida a ilusão de situações revolucionárias iminentes, descambaram no oportunismo, coberto com um parasitário apoio à URSS.

Também aqui, o carácter generalizado do fenómeno não deixa dúvida de que estamos, não perante “erros” mas perante uma situação insuficientemente amadurecida para a revolução. A pressão dos regimes de capitalismo de Estado, mesmo no seu ponto mais alto, na década 50, foi insuficiente para provocar uma ruptura na economia imperialista e esta pôde passar ao contra-ataque, com o desenlace que agora observamos.

QUE RESPONDER AOS SOCIAL-DEMOCRATAS?

Thomas parece pensar que se não explicarmos o fracasso das revoluções por erros cometidos pelos seus dirigentes, então seremos levados a proibir ao proletariado que se lance na revolução enquanto as condições não estiverem maduras, encontraremos desculpas *objectivas* para todos os desvios e traições e acabaremos por dar razão aos social-democratas quando alegam que “não se devia ter tomado o poder porque as condições não estavam maduras”, “quis-se saltar etapas”, “foi blanquismo”, etc.

Mas não há razão para este embaraço. Diremos, com Thomas, que as revoluções não se decretam simplesmente surgem; que o marxista não tem outra alternativa senão apoiar a revolução que surge e levá-la o mais longe possível; que não se pode ficar à espera que as condições para o socialismo estejam maduras, visto que as massas entram em movimento sem perguntar se as forças produtivas já estão desenvolvidas para o socialismo... Mas diremos também que, apesar de tudo isto, não existe nenhuma garantia de que a revolução não esteja condenada à partida; ou porque surgiu num país não maduro para o socialismo, ou porque fica isolada e degenera, ou porque é esmagada pela força...

Isto não põe nada em causa. Significa apenas cada revolução depende dum conjunto de imponderáveis que nenhuma direcção comu-

nista, por mais apta, pode prever ou controlar. Significa também que o processo da revolução socialista é muito mais vasto, demorado, diversificado, do que podia parecer aos teóricos que perspectivavam à distância, situados no início da era revolucionária.

Esse processo, que poderá abarcar ainda mais um século (ou dois?), inclui revoluções prematuras, parcelares, defeituosas, e por isso condenadas à derrota. Situações semelhantes aquela a que assistimos de certa forma impotentes durante este século poderão repetir-se sob outras formas no futuro.

Acaso a consciência disto tomará menos imperioso o empenhamento dos comunistas nessas revoluções? De maneira nenhuma. A social-democracia continuará sempre a dizer que “não se devia ter pegado em armas”, “foi uma aventura com custos humanos terríveis”, “devia-se explorar as possibilidades de reformas parciais do sistema”; é o seu papel. Os comunistas continuarão a tomar a cabeça dos movimentos revolucionários proletários, procurando, por mais adversas que sejam as condições, levá-los o mais longe possível, para “passar o testemunho” à próxima revolução.

(Política Operária n° 33, Jan-Fev 1992)



PODE O SOCIALISMO EVAPORAR-SE?

É hoje opinião quase geral que o socialismo existia de facto na União Soviética e era tão mau que foi rejeitado pela massa da população. É uma ideia absurda, mas compreensível: para o senso comum, terra onde não há padrões deve ser socialista e em socialismo tudo corre mal, porque a busca do lucro é própria da natureza humana...

Mais curioso é o caso de pessoas que, dizendo-se comunistas, insistem, apesar da tremenda lição dos acontecimentos recentes, em afirmar que havia socialismo na URSS. Quando se lhes pergunta como pode o socialismo ter desaparecido sem convulsões, no meio da indiferença geral, como se caísse por um alçapão, argumentam que era um socialismo “com deformações” e que os erros e desvios dos dirigentes acabaram por desiludir, confundir e dividir os trabalhadores...

Como explicação “marxista”, isto é sem dúvida um bocado tosco (alguma vez aconteceu na história que um sistema social desaparecesse por causa de erros?!). Mas é tudo o que ideólogos como Álvaro Cunhal, por exemplo, conseguem discorrer. Mais audaciosos, alguns outros grupos “comunistas” tentam explicar em termos de classe essa milagrosa mutação do socialismo em capitalismo. E aí chegam à conclusão estarrecedora de que o regime da URSS era bom; os trabalhadores é que não estiveram à altura de o merecer...

Pode parecer anedota, mas é o que nos explica com toda a seriedade o artigo “As divagações em torno do capitalismo de Estado”, de Gilles Fossat, publicado no nº 29 (1º trimestre de 1992) da revista *Regroupement Communiste*, de Paris. Trata-se dum grupo que critica o reformismo do PCF e apela à reconstituição do movimento comunista. É caso para dizer que com “comunismo” desta cepa não vamos longe...

SOCIALISMO É IMPERFEITO MESMO

Insurge-se o autor contra os “esquerdistas” que vêem nas transformações da URSS a confirmação de que o “socialismo real” era apenas um capitalismo de Estado em evolução. Essa tese, acusa, tem uma visão idealizada do socialismo; ignora que este é “um processo transitório e

contraditório, alvo de um combate permanente"; não compreende que ele tem que se apoiar num *"Estado centralizado e estruturado, indispensável para conduzir a gestão planificada e para fazer face aos imperativos da luta de classes nacional e internacional"*; fala da apropriação do poder por uma *"pretensa classe dirigente"*, quando os privilégios da nomenclatura eram *"irrisórios"* em comparação com os dos capitalistas no Ocidente *"e sobretudo não tinham nada a ver com relações de exploração"*. Ou seja, todo o socialismo tem as suas imperfeições, mas continua a ser socialismo, mesmo que o não pareça...

O mal começou apenas, segundo Fossat, com as reformas adoptadas em fins dos anos 80. A pretexto de resolver as dificuldades económicas, reintroduziram progressivamente os mecanismos da concorrência e do lucro capitalista. O desemprego, a austeridade, a inflação, a especulação, as rivalidades entre repúblicas outrora solidárias tomaram-se a regra; etc.

Por nós, diríamos que as reformas gorbatchovianas não *"reintroduziram"* mas *libertaram* os mecanismos da concorrência e do lucro, aprisionados pela ficção socialista. E, longe de serem um erro ou um desvio, elas foram a saída necessária para a estagnação a que chegara o regime, depois de ter esgotado todas as suas virtualidades de crescimento económico. Precisamente porque se tratava de *capitalismo de Estado*.

UM CASO DE IGNORÂNCIA

Para o autor do artigo, a fórmula *"capitalismo de Estado"* aplicada à URSS seria absurda. Ela só faria sentido em regime capitalista, quando aplicada a intervenções pontuais do Estado na economia, obedecendo às leis do mercado e do lucro. Mas isso nada teria de comum com o regime que vigorava até recentemente na URSS. Aí, a totalidade dos meios de produção e de troca era propriedade colectiva por intermédio da propriedade do Estado. O mercado fora suprimido, *"o que é em si a negação do capitalismo"*. Era proibida a compra de força de trabalho. Não existia capital financeiro, bolsa, circulação especulativa da moeda, mas *"reinvestimento social da mais-valia [mais-valia socialista...], ou seja, a sua reapropriação pelos trabalhadores"*.

Estamos nitidamente perante um caso de ignorância e excesso de zelo. Só poderíamos aconselhar a Gilles Fossat que não se limitasse a ler os manuais de *"marxismo-leninismo"* stalinistas e brejnevistas e que relese Lenine. Lenine e os marxistas do seu tempo não tinham dúvida de que a propriedade estatal dos meios de produção, por si só, não chegava para se falar em socialismo. Já nas *Teses de Abril*, Lenine avisara:

“Medidas como a nacionalização da terra e de todos os bancos e consórcios capitalistas, ou, pelo menos, o estabelecimento do seu controlo imediato pelos sovietes de deputados operários, etc., não significam de modo algum a ‘implantação’ do socialismo”.

E, nos conturbados anos seguintes, insistiu uma e outra vez que a tarefa do novo poder consistia em criar um *“regime de transição”, “sob capitalismo de Estado”, capaz de “resistir até à vitória do socialismo nos países mais avançados”* porque *“não somos suficientemente civilizados para passar directamente ao socialismo”.*

Como o socorro dos países mais avançados não apareceu, a revolução dos sovietes agonizou. Mais tarde, contudo, com a *“segunda revolução”* de Stalin, julgou-se ultrapassado este dilema; a URSS, industrializada e colectivizada, já tinha forças produtivas suficientes e *“civilização suficiente”* para ser socialista. Só que se omitia (foi também o nosso caso quando no movimento *“marxista-leninista”*) que esse *“salto para o socialismo”* fora realizado à custa de tudo o que ainda restava das conquistas revolucionárias e estabelecera uma ditadura férrea dos administradores, gestores e vigilantes do capitalismo estatal sobre as massas trabalhadoras. E o facto de não existir compra *individual* de força de trabalho não impedia que esta fosse contratada e explorada em moldes puramente capitalistas pelos directores de empresa.

Mas o capitalismo de Estado é uma solução temporária, de emergência, destinada a permitir a acumulação inicial de capital em países com uma burguesia débil. Passado esse período, envelhece rapidamente. Já no nosso tempo, o emperramento da economia e os *“remédios”* com que se tentou estimulá-la (limitações na planificação, introdução do critério do lucro nas empresas e da autonomia de gestão, política dos *“estímulos materiais”*, abertura às multinacionais) indicavam o efeito erosivo das leis do capitalismo sobre um sistema onde tudo era centralizado. Pouco a pouco, foi-se tornando claro aos quadros *esclarecidos* da URSS que se impunha ir até ao fim: reconhecer o livre jogo do mercado e restabelecer a propriedade privada. Isto, na verdade, nada tem a ver com a *“liquidação do socialismo”*; é antes o desabrochar dum capitalismo que já não cabia no casulo estatal.

PASSAGEM PACÍFICA AO CAPITALISMO?

“Setenta anos de poder soviético – afirma o artigo – tinham permitido construir uma economia não isenta de graves deformações mas fundada em critérios fundamentalmente diferentes dos do liberalismo”. Os critérios eram sem dúvida diferentes dos do liberalismo, mas *poder soviético* era coisa que não existia.

Aqueles que insistem na mentira convencional do “poder soviético”, ocultando que na URSS, passados os breves anos iniciais da revolução, os trabalhadores não tinham nenhum poder e eram oprimidos e explorados, metem-se numa charada: como permitiram os trabalhadores que as coisas chegassem ao ponto actual?

Há trinta anos, quando proclamaram que a URSS deixara de ser socialista devido ao XX Congresso do PCUS, chineses e albaneses tentaram construir uma explicação para o facto dessa “contra-revolução” ter sido possível sem convulsões visíveis. Disseram então que, se a “via pacífica para o socialismo” era uma invenção revisionista, em contrapartida a inversa era possível: os factos mostravam que o socialismo, se fosse enfraquecido por erros e desvios, podia abrir passagem ao capitalismo, mais ou menos pacificamente.

Mas esta tese era tão absurda como a dos revisionistas. Se até hoje nenhum sistema de organização social deu lugar a outro sem profundas convulsões, como poderia isso acontecer com uma restauração capitalista realizada contra o socialismo, que é justamente, por definição, a mais ampla democracia, o poder dos trabalhadores, a ditadura do proletariado?

Na verdade, a tese chinesa era uma confissão implícita de que se concebia o socialismo como um regime controlado por uma classe restrita, que podia seguir em frente ou optar pelo retorno ao capitalismo, recorrer a manobras astuciosas para enganar o povo, etc. Mas este “socialismo”, que pode desaparecer quando os trabalhadores estão distraídos, o que é se não capitalismo estatal de fachada socialista?

Para quem tinha dúvidas, a fulminante conversão ao capitalismo de milhões de “comunistas” e de toda a população trabalhadora da ex-URSS veio comprovar que aí funcionava o capitalismo, apenas coberto por uma fina película, cada vez mais ténue, de mentiras oficiais “socialistas”. No dia-a-dia imperava a guerra de todos contra todos, típica da “civilização” capitalista. Por isso a “contra-revolução” foi tão fácil: foi só pôr a lei de acordo com a vida real.

Citam-nos as vantagens que os trabalhadores ainda detinham, apesar de tudo, em comparação com o Ocidente (serviços sociais a baixo preço, artigos de primeira necessidade subsidiados, pleno emprego, leque salarial mais reduzido, ritmos de trabalho mais baixos). Só que isto não chega como prova de socialismo; prova apenas que a fraqueza estrutural da burguesia de Estado não lhe permitira ainda liquidar esses vestígios das conquistas sociais da revolução.

TRABALHADORES MAL HABITUADOS

Chegado a esta encruzilhada, o autor do artigo encontra uma “solução” original: os dirigentes puderam enveredar pelo mau caminho não por ser essa a dinâmica do sistema mas devido à “*demissão cívica*” dos trabalhadores, que se desinteressaram da defesa do socialismo! A burocratização e degeneração do regime “*não foram causa mas efeito da desmobilização das massas*”!

E como pôde isso ter acontecido? O problema foi “*ter emergido [graças aos avanços do socialismo!] uma classe média agrupando a grande maioria da população (!), a qual, devido aos benefícios que recebeu do regime(!), segregou uma ideologia pequeno-burguesa e se orientou para o modelo da sociedade de consumo capitalista, desinteressando-se dos sacrifícios necessários à construção do socialismo e à solidariedade internacional*”.

Os trabalhadores aburguesados pelos benefícios do socialismo optam pelo capitalismo! A tal absurdo reaccionário (e a outros do mesmo jaez) chegam os paladinos do “socialismo real” da ex-URSS, que pretendam encontrar o ponto de regressão em 1980 ou um pouco mais atrás.

SAUDOSISMO REACCIONÁRIO

A sórdida explosão burguesa, reaccionária e mesmo fascizante nos países da ex-URSS e da Europa de Leste (a seguir já se alinham a China, a Coreia, Vietname, Cuba...) não provoca apenas a debandada vergonhosa dos restos do “movimento comunista”; alimenta, por reflexo, uma escola “comunista ortodoxa”, com grupos em vários países e representada entre nós pelo PCP de Álvaro Cunhal.

Embora esta corrente procure fazer-se acreditar aos olhos dos trabalhadores como o “último reduto leninista” e mantenha um alinhamento político democrático, nem por isso deixa de ser reaccionária. Em nome da condenação do presente, tenta manter os operários amarrados a uma imagem idealizada do passado e impedir-lhes uma perspectiva comunista sobre o ciclo de revoluções deste século e as causas do seu malogro.

Naturalmente, privada da protecção e da justificação que lhe dava o “campo socialista”, esta corrente não pode durar muito tempo. Mas será na luta aberta contra ela que o movimento operário se libertará de saudosismos mentirosos e narcotizantes e se rearmará com uma crítica comunista que o capacite para a revolução.



8 МАРТА

ДЕНЬ ВОССТАНИЯ РАБОТНИЦ

ПРОТИВ

**КУХОННОГО
РАБСТВА**

**ДОЛОЙ ГИЕТ
И ОБЪВАТЕЛЬЩИНУ
ДОМАШНЕГО
БЫТА!**

8 Março, dia de luta das trabalhadoras contra a escravidão da cozinha.

Abaixo a opressão e filisteísmo doméstico!

OS BOLCHEVIQUES NO TRIBUNAL DA SOCIAL-DEMOCRACIA

Porquê continuar a mastigar sobre a revolução russa?

Porque o progresso futuro do marxismo está suspenso do balanço daquela que foi a primeira grande revolução operária da história. Se deixarmos sem resposta as “lições” reaccionárias sobre Outubro de 1917 agora propagadas a torto e a direito, ficaremos desarmados face à talvez ainda distante mas inevitável crise revolucionária que amadurece na Europa.

Adeptos incondicionais do regime soviético em que víamos a fortaleza anticapitalista, muitos anos passaram antes que o conseguíssemos avaliar com alguma objectividade. Foi preciso rompermos com o marxismo-leninismo “ortodoxo” (entretanto falecido de causas naturais, paz à sua alma) para percebermos que a ordem stalinista não era a concretização da revolução operária de 1917, apenas desfeada por algumas manchas, mas *um outro regime* erguido sobre os escombros daquela; um capitalismo estatal, de transição, que, por isso mesmo, precisava de se amparar a *slogans* socialistas enquanto caminhava para o seu alvo ignorado: a economia de mercado livre.

Deveremos agora dizer algo sobre este outro aparente mistério: a metamorfose dos ideais emancipadores de 1917 na estagnada ditadura terrorista dos anos trinta; dos audazes revolucionários em *aparatchiks* ranhosos; do internacionalismo militante em nacional-stalinismo. Isso é tanto mais necessário quanto, na época actual, devido ao *hara-kiri* da URSS, a campanha de exterminação do leninismo foi dada como vitoriosa, quer por parte da social-democracia, quer do lado do anarquismo, com o acordo mais ou menos geral da opinião de esquerda.

Claro, pode-se sempre mostrar como o antileninismo transformou os social-democratas em leais gestores do imperialismo e os libertários em utopistas folclóricos. Mas isso não chega para nos dar razão. A muita gente parece lógico que, se o Estado fundado por Lenine se volatilizou depois de ma tenebrosa agonia é porque o leninismo estava errado.

Mesmo deixando de parte os convertidos, tipo J. C. Espada, que julgam poder riscar os anos da revolução, como um erro que se apaga com uma borracha, há hoje na esquerda um grande cepticismo quanto a leninismo, bolcheviques, sovietes... Muitos comunistas cansaram-se

da busca frustrada das causas da derrota, numa longa marcha para trás que os conduziu sempre à conclusão de que o mal veio ainda mais detrás. *“Disseram-nos que a culpa estava no XX Congresso, depois no pacto germano-soviético, depois nos massacres dos anos trinta. Condenámos Kruchov, Trotsky, Stalin, Mao, Bukarine... Não será que afinal o descarrilamento começou na própria tomada do poder, com Lenine?”*

Este estado de espírito traduz-se na impaciência manifestada por alguns leitores, em cartas a que temos dado publicidade. Já nos têm observado que, em matéria de balanço à revolução russa, *Política Operária* apenas tem chegado com grande prudência e enorme atraso a conclusões há muito atingidas por outros. Fomos dos últimos a repudiar o “bolchevismo” terrorista de Stalin. Só concluímos que o “socialismo real” era um capitalismo real muitos anos depois de os libertários o terem dito. Quanto tempo iremos agora esperar para dar o passo que falta: reconhecer que entre o regime chefiado por Lenine e o de Stalin não houve nenhuma ruptura e que portanto o leninismo foi o verdadeiro responsável pela falência da revolução?

Se não nos sentimos motivados por estas exortações não é por considerar Lenine intocável mas **porque só à luz do leninismo conseguimos entender a agonia da revolução e a derrota do próprio Lenine.**

A série de artigos que hoje iniciamos não pretende fazer descobertas num tema já tão debatido mas apenas focar sob vários ângulos esta ideia que nos parece insuficientemente explorada: a revolução afogada, não por “erros” ou “desvios”, mas pelas suas próprias limitações históricas insuperáveis.

TERROR

Com a abertura dos arquivos da Rússia por Ieltsin tomou novo impulso a campanha contra o poder bolchevique no tempo de Lenine, que já ninguém se atreve a defender. Os que simpatizavam com a revolução de Outubro agora renegam as suas antigas convicções, chocados pela revelação dos rios de sangue derramado. Afinal era falsa a imagem idealizada da revolução que a URSS propagandeava; quem tinha razão eram os reaccionários que bradavam contra os “horrores do bolchevismo”! E aí temos outra vez o “golpe de força dos bolchevistas minoritários, usurpadores da verdadeira revolução democrática russa”, a “paranóia leninista de forçar o ritmo da História”, os “avisos proféticos de Kautsky”...

Por muito frustrante que seja um debate a este nível, não o podemos ignorar. Já lá vai o tempo em que até mesmo Mário Soares, se queria ser ouvido pelos trabalhadores, tinha que fazer vénias à revolução russa.

Hoje, nesta época de contra-revolução aberta, e sobretudo na atmosfera social bafienta do nosso país, que há séculos não é lavado por um abalo radical, a difamação da revolução sob pretextos legalistas é facilmente aceite como pensamento político profundo. Há que arrancar essa crosta pequeno-burguesa as vezes que forem necessárias, se quisermos caminhar para algum lado.

Não vamos, claro, desmentir as violências imputadas aos bolcheviques nos primeiros anos da revolução. Sabemos que são, na sua esmagadora maioria, verdadeiras; mas nem por isso é menos mentirosa a revisão da História construída com base só numa parte dos acontecimentos. O procedimento é bem conhecido. Omite-se, esbate-se ou põe-se em dúvida a extensão e a ferocidade da contra-revolução e obtém-se uma imagem odiosa da revolução.

Silenciam-se os massacres de “vermelhos” pelos exércitos brancos, as valas comuns, os enforcados nos postes telegráficos ao longo das vias férreas – e já se pode elevar uma severa condenação moral das execuções sumárias da Tcheka e da sua prática de fuzilar reféns, “coisa que nunca fizera a Okhrana czarista”. Esquecem-se os milhões de mortos (cinco? sete?) em três anos de combates ferozes, de fomes, de epidemias – e já se pode considerar “precursora do nazismo” a instituição pelos bolcheviques da pena de morte e dos campos de concentração e de trabalho para os inimigos capturados e para os suspeitos. Omite-se o acordo entre as potências para a partilha da Rússia e os exércitos brancos convergindo em direcção a Moscovo – e já se pode acusar o governo bolchevique por ter instaurado o estado de sítio, ilegalizado os partidos oposicionistas e suprimido a sua imprensa.

Mas, por muito que se pinte o novo regime como uma tirania de energúmenos, não se podem apagar os seus começos: a explosão de adesões e de iniciativas populares, a liberdade de debate no partido e nos sovietes, as tentativas frustradas dos bolcheviques para formar um governo de coligação, a libertação sob palavra dos oficiais e políticos burgueses que logo a seguir pegaram em armas contra o poder vermelho... O terror surgiu como defesa do novo regime contra o assalto que lhe foi movido, não como base da sua formação.

O regime de ditadura em tempo de guerra civil e de invasão estrangeira pareceria normal a todos os nossos campeões da democracia se não tivesse sido instituído por um poder revolucionário de trabalhadores. Essa foi a sua grande e imperdoável “falta”. O terror revolucionário como medida defensiva contra o terror da reacção – que monstruosidade intolerável! Quem tem direito a impor a guerra, a repressão e o terror é o campo da ordem; podem lamentar-se os seus “excessos” mas

aceitam-se como uma força da natureza. É uma filosofia antiquíssima: a culpa é sempre dos que se levantam contra a ordem estabelecida. Manda quem pode, obedece quem deve...

GOLPE

Mas essa espiral de horrores, dizem-nos, foi desencadeada pelo assalto ao poder dos bolcheviques contra a vontade da maioria do povo. Outra mentira. **A lenda sobre o “golpe” dos bolcheviques destina-se a pôr na sombra a gigantesca revolução popular que elevou o partido de Lenine ao poder.** A insurreição de Outubro foi o coroamento de oito meses de levantamento revolucionário em que o povo, depois de derubar a monarquia, teve que entrar em luta contra uma falsa “democracia socialista” que o condenava à fome e ao massacre. Liberais, socialistas, socialistas-revolucionários perderam sucessivamente a confiança dos trabalhadores pela duplicidade com que prometiam a revolução enquanto namoravam a burguesia e o imperialismo anglo-francês. Como não se sentiam com forças para dissolver os soviets, esse segundo poder criado pelos trabalhadores, prostituíam-nos a partir do governo.

O partido bolchevique cresceu vertiginosamente por ser o único cujas propostas satisfaziam os soldados que desertavam em massa da frente de combate, os operários que tomavam o controlo da produção nas fábricas, as aldeias sublevadas que ocupavam as casas senhoriais. Foi o povo em revolta que fez a força dos bolcheviques – eis o simples facto que se silencia para se poder continuar a vender a lenda do “blanquismo” e da “sede de poder” de Lenine.

Pelo contrário, a seriedade com que o partido bolchevique acompanhou o estado de espírito das massas é um modelo para os revolucionários de todos os países. Logo nas *Teses de Abril*, reconhecendo as potencialidades revolucionárias criadas pelos soviets, Lenine deu como directiva aos seus partidários obter aí a maioria através da propaganda. “*Não temos que temer nada de uma democracia autêntica – dizia –; a vida está do nosso lado*”. Em Julho opôs-se à iniciativa insurreccional da vanguarda, justamente porque esta ainda não era seguida pela maioria e “*iria lançar uma parte dos trabalhadores contra a outra parte*”. Em Setembro precisou: “*Para ter êxito, a insurreição deve apoiar-se não sobre uma conspiração, não sobre um partido, mas sobre a classe de vanguarda, sobre o impulso revolucionário do povo*”.

Esse impulso revolucionário, foi o governo que o acicatou. Obediente às potências ocidentais, impôs uma ofensiva contra a Alemanha, causando centenas de milhares de vítimas; pôs os bolcheviques fora da lei; foi adiando com desculpas a convocação da Assembleia Constituinte;

favoreceu um golpe militar de direita, esmagado no ovo pela pronta reacção dos trabalhadores. Por fim, meteu-se a reprimir as ocupações de terras pelos camponeses. E com isto ditou a sua ruína.

Chegados ao ponto em que os bolcheviques obtiveram, em *livres eleições democráticas*, a maioria nos sovietes, nos comités de fábrica, nos principais sindicatos, na Duma de Moscovo; em que o poder já era exercido pelos sovietes em várias regiões, perante a paralisia das autoridades burguesas em desagregação; e face à evidência de que o governo se preparava para entregar Petrogrado aos alemães para se ver livre do povo revolucionário – a insurreição bolchevique era obviamente a única medida de defesa da liberdade popular. Tão madura estava a necessidade do levantamento que o governo caiu sem ninguém que o defendesse. Quase não chegou a haver combates.

Pois mesmo quando tem que se reconhecer tudo isto, ainda se encontra uma maneira de condenar os bolcheviques! “Se tivessem realmente confiança nas massas, esperariam pelo livre curso da acção espontânea destas, em vez de organizar a insurreição”. Ou seja: os outros partidos conduziam a contra-revolução, mas o partido revolucionário deveria abster-se de conduzir a revolução para não cair nas perversões do *substitucionismo*... E difícil levar mais longe o sofisma.

Até mesmo o facto de os bolcheviques terem sido mandatados pelo congresso dos sovietes para formar governo não é suficiente para estes exigentes legalistas, que noutras situações se acomodam sem dificuldade aos entorses burgueses à legalidade vigente!

Porquê insistir em episódios tão gastos? Porque as mentiras sobre a “conspiração totalitária” continuam a ocultar à nossa visão o acontecimento de maior significado revolucionário deste século. O Outono russo de 1917 ficou como um daqueles raros momentos em que a democracia das massas em acção encontrou um partido capaz de agir como catalisador da sua vontade e de levar o conflito até às últimas consequências. Em vez da cena mil vezes repetida da vacilação das massas dispersas, enganadas por chefes de duas caras, até ficarem à mercê da burguesia (quem não se lembrado nosso Verão quente de 75?), dessa vez formou-se no seio do povo politicamente activo uma maioria com clareza de objectivos. Conduzidos pelos bolcheviques, os operários declararam abolida a ordem dos capitalistas e proprietários e encetaram um outro tipo de ordem social.

É compreensível que ainda hoje a burguesia não seja capaz de engolir um tal ultraje, mesmo passado quase um século. Se nem os “excessos” das grandes revoluções burguesas ela conseguiu digerir, quanto mais a “monstruosidade” duma revolução operária, horror que

nesse tempo, quando Churchill reclamava que se “*estrangulasse a criança no berço*”.

É isso que significam as novas excomunhões da “contra-revolução” bolchevique: a burguesia jamais reconhecerá aos assalariados o direito democrático de a expropriarem. É bom que o tenham presente os que gostam de devaneios em torno dos “hábitos democráticos enraizados na vida política europeia”. Na eventualidade de uma crise revolucionária e de levantamentos proletários no continente, a burguesia imperialista só não reagirá por um banho de sangue se for reduzida à impotência pelo *rolo compressor* das massas. A lição de Outubro de 1917 continua plenamente válida.

UTOPIA

Não se provando que os bolcheviques tenham dado um golpe na democracia ou tenham tomado a iniciativa do terror, será forçoso absolvê-los? Não, porque ainda existe uma terceira acusação: a “loucura utópica do salto mortal para o socialismo” e a sua consequência, o totalitarismo, como “única forma de esmagar a resistência da enorme maioria da população”.

Mas esta acusação é tão inventada como as outras. Na realidade, o que os bolcheviques encetaram após a conquista do poder não foi nenhuma mirífica revolução comunista mas as transformações **democráticas** que os governos da pequena burguesia vinham bloqueando desde Fevereiro: confiscação das terras dos latifundiários e dos conventos e sua entrega aos conselhos de camponeses; proposta de uma paz democrática e sem anexações a todos os beligerantes; divulgação dos tratados secretos; instituição do controlo operário na indústria para restabelecer a produção; separação entre o Estado e a Igreja, igualdade de direitos para a mulher, reconhecimento de direitos soberanos a todas as nacionalidades, campanha de educação popular, propaganda atéista...

Sem dúvida, os bolcheviques declaravam a sua intenção de aproveitar as condições favoráveis criadas pelo poder dos operários e camponeses para irem mais além, passarem sem interrupção ao socialismo, apoiados na grande revolução socialista europeia que julgavam prestes a rebentar. Mas sabiam que, de momento, a amplitude das transformações tinha que se pautar pelo atraso da base material do país.

A adopção do “comunismo de guerra” a partir do início da guerra civil, com a nacionalização sucessiva de toda a indústria e do comércio, a troca directa, as comunas, o igualitarismo, as requisições da produção camponesa, etc., foi uma medida de emergência, em situação de catás-

trofe; esse “comunismo de miséria”, trágica caricatura do comunismo, nunca fora programado pelos bolcheviques.

Quando, após o fim da guerra, o poder revolucionário pôde finalmente encetar a reorganização econômica, a revolução estava já ferida de morte.

Mesmo assim, na Rússia soviética dos anos vinte, esgotada pelos desastres da contra-revolução e da guerra, os ideais da revolução ainda tinham força para produzir uma cultura, uma arte e uma ciência de vanguarda, o reconhecimento dos direitos do povo trabalhador, o internacionalismo – ideias novas que da Rússia irradiaram para o mundo inteiro, tornando-se ponto de referência para o pensamento avançado e obrigando a burguesia imperialista a concessões que de outra forma nunca teria admitido.

Nem mesmo a posterior decadência, apodrecimento e derrocada da União Soviética e a reação em toda a linha a que assistimos puderam apagar a marca deixada pela revolução de Outubro no nosso século. A social-democracia, cujas “revoluções” se têm saldado invariavelmente por farsas, por vezes sangrentas, faz um papel ridículo ao pregar moral à grande revolução russa.

BARBÁRIE

Toda essa grande revolução popular e democrática estaria hoje certamente aceite, digerida e embelezada numa aura romântica, como tantas outras, se não tivesse criado o poder dos soviets. Aqui está o “crime”, a “barbárie comunista”, a grande questão de princípio onde a burguesia não transige.

Dizem-nos que essa República dos conselhos operários e camponeses violou os mais elementares princípios do Estado de direito ao abolir as instituições representativas tradicionais. Essa teria sido a origem da posterior evolução totalitária do regime. Kautsky teria demonstrado certamente no seu tempo que o conceito de “ditadura do proletariado”, ao dividir os cidadãos segundo a sua origem de classe, era uma provocação à guerra civil e servia de justificação à ditadura pura e simples. O regime dos soviets, apresentando-se como o mais democrático, seria um regime de puro arbítrio coberto com frases românticas sobre os “direitos do povo”.

Convém determo-nos nesta objecção porque, sob a aparência de isenção democrática, ela revela o raciocínio tortuoso dos partidários do capitalismo. O princípio, já cem vezes desmistificado e hoje novamente tido por indiscutível, de que o Estado se compõe de cidadãos iguais, abstraindo da sua divisão real em possuidores e assalariados do capital, é a pedra angular da fraude democrática burguesa.

Quando Kautsky condenava o poder soviético porque *“suprimia o reconhecimento dos direitos da minoria”*, ele exprimia bem a lógica burguesa: deve reconhecer-se liberdade a todas as actividades que *não ponham em causa o respeito inviolável pela propriedade privada e pela reprodução do capital*. Estabelecer como limite à liberdade de cada um os direitos invioláveis dos trabalhadores surgia-lhe como uma violência porque privava a minoria burguesa do seu *“direito”* de exploração.

Se formos às motivações profundas da actual campanha contra o terror dos bolcheviques veremos que ela é essencialmente semelhante à que ouvíamos no tempo de Salazar. Em vez de se amaldiçoar o *“comunismo ateu”*, critica-se a *“vocação totalitária”* dos bolchevistas e a *“febre persecutória”* de Lenine; mas a atitude de fundo é a mesma. A revolução é o mal absoluto porque viola os mandamentos sagrados da ordem burguesa: *“não expropriarás a propriedade privada”*, *“respeitarás o capital acima de todas as coisas”*, *“não semearás a desordem”*, *“não confraternizarás com trabalhadores estrangeiros em prejuízo da tua Pátria”*, *“não desafiarás as instituições legítimas com órgãos da população”*...

Não há contudo campanhas que possam apagar o facto novo: ao colocar-se como objectivo a supressão das relações de exploração entre cidadãos, o poder soviético pôs a nu a monumental mentira do Estado de direito burguês e anunciou a decadência da democracia burguesa. Não conseguiu ir além dos primeiros passos, é certo. Mas o ano de 1917 ficou a marcar o começo da nova época histórica da democracia dos conselhos. O seu retorno em revoluções futuras é inevitável.

TOTALITARISMO

Mas há acusações precisas. **Primeira:** o regime soviético seria desde o início uma fachada para a ditadura dos bolcheviques, que não admittiam a alternância do poder, nem sequer a existência de outros partidos, e não descansaram até impor o comando férreo do partido único e reduzir as eleições e liberdades populares a uma farsa. A pretensa justiça social proporcionada pelo regime soviético traduzir-se-ia no totalitarismo puro e simples.

Num ponto temos que concordar com a acusação: os comunistas assumiram o poder sem nenhum *“espírito de alternância”*. Mandatados pelo II Congresso dos soviets, foram para o governo dispostos a lá permanecer até levarem a cabo o seu programa revolucionário. E fizeram muito bem; deveríamos criticá-los, sim, se não o tivessem feito (como os nossos *“revolucionários abrilistas”*, que tentaram conciliar reforma agrária, nacionalizações e controlo operário com campanhas eleitorais

e alternância do poder, tornando-se motivo de chacota para amigos e inimigos). Só depois de realizado o programa que levou o partido revolucionário ao poder pode encetar-se uma nova normalidade constitucional. Medir um período de transformação radical das relações sociais pelas regras do jogo parlamentar em épocas de estabilidade é *confusão* bem própria de socialistas; o pior é que cabe sempre aos trabalhadores pagarem a factura dessa *confusão*.

Mas é falso que os bolcheviques não admitissem a existência dos outros partidos. Exigiam-lhes apenas que respeitassem o novo regime. Nos primeiros meses, os SR de esquerda participaram no governo, de que só saíram por decisão sua. Mencheviques, SR de direita, maximalistas, anarquistas, mantinham os seus delegados nos soviets, editavam a sua imprensa, reuniam nas suas sedes, etc.

A partir do Verão de 1918, contudo, com o começo da guerra, com os socialistas-revolucionários apelando à intervenção estrangeira e cometendo uma série de atentados em que foram mortos membros do governo; com os mencheviques, mais dúplices, explorando as vantagens da legalidade soviética ao mesmo tempo que colaboravam com os generais brancos – a proibição das suas actividades era uma questão de salvação da República.

Nessa guerra o país foi reduzido ao estado de catástrofe, milhões de pessoas foram mortas e a economia aniquilada. Será de estranhar que, no fim dela, nada restasse da democracia dos conselhos e o poder se concentrasse em exclusivo no aparelho do partido? A democracia soviética foi esmagada, juntamente com a revolução, pela ferocidade da contra-revolução – eis o que teriam que reconhecer os críticos se não partissem da ideia de que tudo o que se afasta da democracia burguesa é “anormal”.

Segunda acusação: os bolcheviques teriam espezinhado toda a legalidade ao dissolver a Assembleia Constituinte, cuja convocação exigiam antes ao governo de Kerensky. Esta acusação esquece: 1) que foi justamente a resistência da burguesia a convocar a Assembleia Constituinte uma das causas de os soviets assumirem poderes constituintes; 2) que a composição da Assembleia já não correspondia à correlação de forças entre os partidos, pois o partido socialista-revolucionário sofrera uma cisão em Outubro e deixara de ser maioritário; 3) que a maioria burguesa da Assembleia se recusava a reconhecer o poder soviético entretanto estabelecido; 4) que os bolcheviques procuraram uma saída do impasse, propondo à Assembleia a aprovação de uma declaração de princípios inspirada nas decisões do Congresso dos soviets, o que foi recusado; 5) que a dissolução da Assembleia, em Janeiro, foi recebida com aplauso pela população.

Mas há **outra acusação**: os soviets não eram democráticos porque privavam do direito de voto diversas categorias de cidadãos (todos os que não fizessem prova de que viviam do seu trabalho, tais como membros da nobreza, capitalistas, padres, etc.). A isto chamam os nossos puristas democratas “um estúpido critério corporativo”.

Note-se que, tendo adoptado esta medida nas condições de guerra civil e invasão estrangeira, Lenine precisou que “*privar os exploradores do direito de voto é um problema puramente russo, não um problema da ditadura do proletariado em geral*”. “*Seria um erro decidir desde agora que em futuras revoluções proletárias na Europa a burguesia teria que ser privada do direito de voto*”. Pela nossa parte, poderíamos acrescentar que, também na futura revolução europeia, a privação de direitos eleitorais aos cidadãos burgueses em período de convulsão, quando o novo poder revolucionário ainda não estiver consolidado, será uma medida perfeitamente legítima a que nenhum partido revolucionário pode renunciar antecipadamente, porque pode ser vital para a defesa da democracia dos trabalhadores. Não é preciso demonstrar que a extensão dos direitos democráticos a todas as categorias da população depende da solidez das instituições.

Por último, o regime de eleições indirectas para os soviets de cúpula, apresentado como mais uma prova da falta de democracia do sistema, só mais tarde, no tempo de Stalin, foi defendido como norma obrigatória do regime. Para Lenine era simplesmente um procedimento temporário, para “*facilitar o funcionamento do sistema num período de efervescência em que se impõe proceder com rapidez na eleição ou destituição dum deputado ao Congresso Geral dos soviets*”.

Outras inovações da democracia dos conselhos, como a associação do poder legislativo ao poder executivo, a prestação de contas dos eleitos ou a capacidade dos eleitores revogarem em qualquer momento o mandato dos seus deputados, não suscitam obviamente tanto interesse crítico nos nossos santarrões da *democracia pura*.

NAUFRÁGIO

E no entanto, é inegável que Lenine se enganava quando, em vésperas da insurreição, assegurava: “*Ao propor de imediato uma paz democrática, ao dar a terra aos camponeses e restabelecer as instituições e liberdades democráticas espezinhadas por Kerensky, os bolcheviques formarão um governo que ninguém conseguirá derrubar*”. (26, 10).

O governo bolchevique não foi de facto derrubado mas porque suprimiu por sua vez as instituições e liberdades democráticas. Os plenos poderes policiais, as execuções sumárias, a vigilância tentacular que se foi estendendo a todos os sectores da vida social, as repressões contra

greves operárias e levantamentos camponeses em nome do estado de excepção, as restrições cada vez mais apertadas à oposição no seio dos soviets, a supressão dos partidos e da imprensa de oposição, destruíram a promessa de Lenine de *“uma expansão até hoje desconhecida do princípio democrático em benefício das classes oprimidas pelo capitalismo”*.

Lenine errou na previsão de que os soviets iriam desempenhar as funções do velho aparelho de Estado, *“iniciando a massa dos trabalhadores na aprendizagem da gestão do Estado”*; enganou-se na convicção de que iriam estalar na Europa *“revoluções socialistas em cadeia”* *“num futuro muito próximo”*; faliu na sua esperança de que *“nunca chegaremos ao terror dos revolucionários franceses que guilhotinavam pessoas desarmadas”* (26, 307). E teve em 1921, a propósito de Cronstadt, uma palavra terrível, que resume tudo o que viria a acontecer mais tarde: *“O descontentamento e efervescência entre os operários sem partido fazem da democracia uma palavra de ordem para o derrubamento do poder soviético”* (32, 198).

Isto equivalia a reconhecer (embora ele não o tenha nunca admitido) que o regime já nada tinha a ver com a ditadura do proletariado.

Nesse ano-chave de 1921, a adopção da NEP, a repressão de Cronstadt e a proibição de fracções no partido marcam o nó de estrangulamentos em que a revolução se perde: para sobreviver, o poder tem que se defender de todos — camponeses, operários, comunistas.

Somos assim de novo conduzidos à mesma interrogação dos críticos: o carácter prodigioso dos objectivos da revolução, a reacção maciça que suscitou, a agonia em que se afundou, não são afinal a contraprova de que não existiam condições reais para uma meta tão ambiciosa e que os bolcheviques tentaram de facto forçar o ritmo da história, *“alienados pelo utopismo marxista”*? Não será que quem tinha razão, afinal, era Kautsky quando dizia que ninguém conseguiria fazer marchar os camponeses em direcção ao socialismo e que a ditadura do proletariado acabaria numa tirania? Ou Zinoviev e Kamenev, quando se pronunciavam contra a tomada do poder, avisando que *“todos vão estar contra nós”*? Não será necessário reconhecer que o triunfo de Lenine em Outubro de 17 assentava num mal-entendido que não podia durar porque partia de *“premissas falsas”*? Não será que tudo foi um erro monumental? E nesse caso não deveremos apreciar com outros olhos a guerra civil e até a intervenção estrangeira, justificadas até certo ponto pelo pânico causado por tal cataclismo?

DILEMA

Incontestavelmente, os adversários da tomada do poder acertavam ao prever que nem os camponeses marchariam com os bolcheviques depois de receber a terra, nem o proletariado europeu estava maduro

para a revolução, e que nessas condições o proletariado russo seria esmagado. Eram eles, com o seu pessimismo, que adivinhavam, não Lenine. Mas essa sabedoria não servia para nada quando a revolução batia à porta, exigindo um desenlace. Quando a História reclamava uma resposta, era justo e obrigatório contar com todas as eventualidades favoráveis, porque a **alternativa era arriscar ou capitular**. No ponto de viragem a que chegara a revolução, se os bolcheviques não tivessem tomado o poder teriam abandonado as massas insurrectas à mercê do ajuste de contas que contra elas preparava a burguesia. A conclusão *sábia* a que chegam todos os reformistas perante as revoluções derrotadas, de que “não se devia ter feito a revolução”, serve, como sempre, para justificar a entrega da iniciativa burguesia para que ela meta na ordem os trabalhadores sublevados.

Lenine avançou, não por ser “jogador”, mas porque sabia que o que contava acima de tudo para a evolução futura do movimento internacional era abrir uma saída ao caudal revolucionário dos operários e camponeses russos naquele momento. Kamenev e Zinoviev opunham-se, não por “lucidez” ou “prudência”, mas porque tinham da revolução uma visão evolutiva, reformista. Viam o perigo de sacrificar as forças revolucionárias numa “aventura”. Não viam o perigo de as sacrificar na inércia.

O dilema vivido pelos bolcheviques na Rússia fora retratado com flagrante nitidez por Engels, a propósito da agonia das guerras camponesas na Alemanha no século XVI:

“O pior que pode acontecer ao chefe de um partido extremista é ser forçado a encarregar-se do governo quando o movimento ainda não amadureceu suficientemente para que a classe que representa possa assumir o comando e para se poderem aplicar as medidas necessárias ao domínio dessa classe (...). Encontra-se pois, necessariamente, perante um dilema insolúvel: o que realmente pode fazer está em contradição com toda a sua actuação anterior, com os seus princípios e com os interesses imediatos do seu partido; e o que deve fazer não é realizável. Numa palavra, vê-se forçado a representar, não o seu partido ou a sua classe, mas sim a classe chamada a dominar nesse momento. Os que ocupam esta posição ambígua estão irremediavelmente perdidos.” (Engels, *As guerras camponesas na Alemanha*).

Esta nos parece a resposta para o “enigma russo” em torno do qual se têm bordado tantas melancólicas ou indignadas reflexões reformistas: a revolução operária foi forçada, pelo atraso da base material da sociedade, a pôr-se ao serviço da revolução democrática camponesa. Vitoriosa graças ao ascenso da vaga camponesa no ano de 17, a sua derrota tornou-se inevitável quando essa mesma vaga entrou em refluxo a partir de 1918. Uma República do Trabalho não podia manter-se num

país onde a esmagadora maioria era constituída por pequenos produtores independentes, que só momentaneamente aderiam à revolução do proletariado. Na ausência de uma revolução socialista na Europa, o poder dos bolcheviques estava condenado a ser derrubado ou a degenerar.

A experiência russa não demonstrou que o derrube da ordem burguesa acarrete como consequência necessária a supressão das liberdades democráticas, o terror, o partido único; ela demonstrou sim que na Rússia era ainda muito reduzida a capacidade do proletariado para reorganizar a sociedade, levando a que se transferisse para um aparelho burocrático de Estado as funções que só uma poderosa democracia proletária poderia desempenhar. A revolução morreu, não por causa da ditadura do proletariado mas pela sua debilidade.

(Política Operária nº 36, Set-Out 1992)



Lenine falando aos soldados prestes a ir combater na Polónia (1919-21) durante a guerra civil, Praça Sverdlov, Moscovo, em 5 de Maio de 1920. Trotsky, que aparece à direita, encostado ao pódio, seria “apagado” da fotografia pelo stalinismo.



Viva a vanguarda da revolução - a Marinha Vermelha.

OS BOLCHEVIQUES NO TRIBUNAL DO ANARQUISMO

Nos últimos decénios, pontos de vista anarquistas e anarquizantes contra o Estado revolucionário, a ditadura do proletariado e o partido comunista passaram a ser aceites por muitos que anteriormente seguiam a cartilha leninista. Agora, com a derrocada do que ainda restava do mal cheiroso “socialismo real”, a crença nos méritos da autonomia, a desconfiança da política e dos políticos conhece nova expansão em meios de esquerda.

“Afinal, quando os anarquistas previam a degenerescência do poder bolchevique eram eles que acertavam e era Lenine que se enganava”.

É certo que o anarquismo como corrente não beneficia com estes reforços, devido à sua agónica letargia e pulverização. Mas o comunismo perde sem dúvida, como sempre que há um recuo na consciência operária.

Importa, pois, voltar a debater a questão: a revolução russa teria tido melhor destino se o anarquismo e não o leninismoa tivesse orientado? Os libertários representavam uma linha mais avançada, à esquerda dos bolcheviques?

É verdade que “o poder revolucionário destruiu a revolução”?

Dirão alguns que não temos grandes credenciais para debater a matéria. Ainda nós saudávamos a URSS como a “pátria do socialismo” e já havia muitos anos que os anarquistas a denunciavam como um capitalismo de Estado anti-operário. O nosso “marxismo-leninismo” de cepa stalinista não se incomodava com a inexistência de autogestão operária, com os soviets reduzidos a um megafone do partido único, com a separação entre executantes e dirigentes, os privilégios dos *aparatchiks*, a supressão das liberdades em nome de uma asfixiante “verdade” oficial – tudo perversões apontadas pelos libertários. Em tudo isso víamos, quando muito, erros ou insuficiências cuja rectificação estaria garantida pela própria natureza socialista do regime. Só a partir dos anos 60 começámos a perceber que Estado “socialista” podia encobrir relações capitalistas e o poder do partido “comunista” podia ser um poder burguês. Desde aí, viemos às apalpadelas, ao longo dos últimos trinta anos, descobrindo que os alertas libertários contra o Estado tocavam em questões vitais da revolução. Não era assim tão fácil como julgávamos, começar por centralizar o poder para esmagar a burguesia e em seguida passar à autogestão socialista porque, entretanto, a revolução estava morta.

Mesmo assim, depois de reconhecermos que o fracasso da revolução russa veio quase da origem, não nos encontramos mais próximos do anarquismo. A sua pretensa alternativa para o poder soviético – a abolição imediata do Estado e a passagem à associação das comunas livres – não resiste a qualquer análise dos acontecimentos. Devido ao primarismo das suas concepções sobre a luta de classes, foram perspicazes na denúncia de certos sintomas da doença, mas deduziram deles os mais fantásticos diagnósticos e tratamentos. De costas para a realidade, atribuíram à ditadura do proletariado um fracasso que, pelo contrário, resultou da *insuficiência* dessa ditadura, da estreiteza da sua base social, da imaturidade das condições económicas para o seu exercício.

Continuamos por isso a tentar compreender o fracasso russo à luz do leninismo, na convicção de que a teoria marxista sairá enriquecida da análise desta derrota. Quanto aos libertários, se ainda conservassem hoje alguma lucidez perguntar-se-iam porque é que se foram distanciando do centro da luta de classes à medida que progrediram no seu combate ao leninismo.

ACTA DE ACUSAÇÃO

Pedra angular da crítica libertária é a acusação de que as forças criadoras da revolução russa, manifestadas na enorme diversidade de conselhos, comités, comunas, milícias, etc., foram destruídas pela fúria “autoritária”, “centralizadora” e “estatizante” do partido bolchevique. *“Autodesignando-se como a vanguarda do proletariado, os bolcheviques olhavam com suspeição tudo o que lhes fugisse ao controlo e não descansaram enquanto não fizeram dos órgãos de base instrumentos do seu poder”*. Antes da revolução exigiam *“todo o poder aos soviets”*, apenas porque viam neles um trampolim para se apropriar do poder de Estado. Conseguido o objectivo, criaram, logo nas primeiras semanas, uma teia de organismos centrais, como o Gosplan, o Conselho Superior da Economia Nacional, Comissão Especial de Defesa, Inspecção Operária e Camponesa, etc., que se tornaram outras tantas fortalezas burocráticas, acima do controlo do Soviete Supremo, o órgão de onde teoricamente emanava o poder revolucionário.

O mesmo quanto ao apoio dos bolcheviques aos comités de fábrica e ao controlo operário; entre Fevereiro e Outubro apoiaram-nos em força, apenas como tática para desorganizar o poder existente. Mas logo após Outubro começaram a integrar os comités de fábrica nos sindicatos, a pretexto de combater a atomização do controlo operário, e a subordinar estes ao Conselho Superior da Economia Nacional, contra a vontade de muitas fábricas. O governo de Lenine resistiu às exigências operárias de passar à expropriação imediata de toda a indústria, só a encetando quando a isso foi obrigado pelo começo da guerra

civil. Seria por isso *“ridículo afirmar que os bolcheviques em 17 eram pela autogestão operária”* (Brinton).

O mesmo quanto ao exército. Lenine tinha proclamado nas jornadas revolucionárias que *“a nossa tarefa, que não devemos perder de vista nem por um momento, é armar todo o povo e suprimir o exército permanente”*.

Contudo, passado pouco tempo, em nome da eficácia militar, o Exército Vermelho era organizado segundo uma rígida hierarquia autoritária.

Em resumo, o partido bolchevique teria recuperado tudo o que antes atacava: apoiava a autonomia, passou a exigir a centralização; apoiava as greves, passou a exigir a disciplina e produtividade do trabalho; amotinava as massas contra a burguesia, passou a defender o capitalismo de Estado e a contratar com bons vencimentos técnicos e administradores burgueses; protestava contra a *“defesa da pátria”*, passou a proclamá-la *“dever sagrado”*; etc.

Justificar esta *“usurpação do poder operário em proveito do Estado”* com as condições extraordinárias criadas pela guerra civil e pela intervenção estrangeira seria uma má desculpa dos marxistas, visto que ela começou logo após a tomada do poder.

A ditadura do proletariado ter-se-ia revelado como um aparelho de coerção estatal ainda mais rígido do que o anterior, como profetizara Bakunine: *“À sombra da ditadura do proletariado, o governo não se contentará em governar e administrar as massas politicamente, como fazem todos os governos actuais, mas administrá-las-á também economicamente, concentrando nas suas mãos a produção e a justa partilha da riqueza”*.

O DEBATE SOBRE O ESTADO

Esta soma de acusações, que os libertários acham esmagadora, cai pela base quando se lhes pergunta como poderia ser feita, na Rússia de 17, a passagem directa à autogestão dos produtores e às relações *“livres e naturais”* entre comunas numa base política. Dizer-se que a forma de chegar algum dia à autogestão comunista e à supressão do Estado é começar por pô-la em prática imediatamente após o derrubamento da burguesia pode parecer muito extremista mas não significa rigorosamente nada. É erigir o final em tarefa imediata através da cómoda recusa a tomar conhecimento da luta de classes real.

Só quem pairasse nas nuvens poderia pensar que a livre associação dos produtores, sem qualquer forma de coerção ou de exploração, pudesse surgir antes de se chegar à liquidação da burguesia como classe, à abundância de bens sociais e à acumulação de uma longa experiência de organização democrática dos trabalhadores.

Defendendo como os anarquistas uma sociedade sem Estado, os bolcheviques mostravam a utopia de se julgar possível a supressão deste da noite para o dia. Derrubado o poder burguês, seria inevitável um poder de transição que assegurasse a ditadura do proletariado sobre a burguesia e o estabelecimento de novas relações socialistas. Criar um Estado encarregado de destruir o Estado nada tinha de absurdo, como pretendiam os anarquistas, desde que esse Estado se baseasse em órgãos de democracia operária que promovessem a *gradual ampliação do auto-governo e o gradual desaparecimento dos órgãos centrais*. Seria um Estado em “*processo de extinção*”, na expressão de Marx.

Os bolcheviques não pretendiam usurpar a democracia operária porque sabiam que ela era o alicerce vital para a passagem ao socialismo. Lenine nos dias da revolução: “*O aparelho dos soviets permitirá à massa começar imediatamente a aprender a gerir o Estado e a organizar a produção à escala de todo o país*”; “*Todos os cidadãos sem excepção devem participar no exercício da justiça, na gestão do país, na administração do Estado*”; “*O socialismo não pode ser instaurado por uma minoria, pelo partido*”; “*o Estado socialista será constituído por uma rede de comunas de produção e consumo*”; “*Quanto mais completa for a democracia, mais próximo o momento em que o Estado se tornará supérfluo*”; etc., etc.

A questão estava em combinar o poder central com o poder local dos conselhos e comunas, de forma a avançar na ampliação das atribuições destes. Para já, um Estado dotado de poder centralizado e baseado nos conselhos era a salvação da revolução. Por isto mesmo, o anarquista Voline se lamentava que os operários, simpatizando com a sua propaganda contra o Estado, não deixavam de seguir os bolcheviques “*autoritários*”; de imediato, só sabiam que era preciso um poder revolucionário forte para derrubar o poder burguês, e que os bolcheviques eram os únicos capazes de o instaurar.

Porque falhou então este projecto? Por um quadro social que não estava ao alcance de nenhuma força política superar. Uma dúzia de semanas após a euforia da tomada do poder e da esperança na revolução mundial, começou a *hora da verdade* da revolução. Com a ofensiva alemã, os levantamentos reaccionários a propagar-se em cadeia, o caos, a fome, desvaneciam-se em fumo os sonhos de uma República do trabalho, amplamente democrática e descentralizada. Para sobreviver, impunha-se uma férrea centralização, um exército à altura de se bater com os invasores, a disciplina do trabalho, o terror contra os opositores. Os que condenam em nome dos princípios este estado de emergência e acusam Lenine de jacobinismo deverão explicar que outro caminho teria permitido evitar a vitória da contra-revolução.

OS PARTIDOS, INIMIGOS DOS CONSELHOS?

Réu principal neste julgamento é o partido comunista. Para os libertários, a revolução russa teria confirmado a existência de um antagonismo entre conselhos, comités, comunas, sindicatos, *“representantes genuínos dos interesses dos trabalhadores”*, *“que emanam directamente dos colectivos locais e podem ser por eles controlados”*, dum lado, e do outro, os partidos políticos, *“exteriores à classe operária”*, *“interessados na continuação do Estado”*. Na fórmula lapidar de Ciliga, as massas operárias, apoiadas apenas em formas de organização primárias, de democracia directa, *“chegam instintivamente à sua libertação total, atingem integralmente os seus fins”*; não precisavam dos partidos para nada.

Mas a revolução não só não confirmou estas crenças como demonstrou o seu analfabetismo político. Os órgãos proletários de base, células vitais da democracia do trabalho e germes do futuro autogoverno, não substituíam a função dos partidos políticos. Mais: eram forçados a optar entre as linhas defendidas por estes.

A experiência de Fevereiro a Outubro mostrou, sem margem para dúvida, que a orientação dos conselhos, comités de fábrica e sindicatos *dependia da corrente política que neles tinha maioria*. A tomada do poder pelo II Congresso dos soviets nunca se teria dado sem a propaganda e a acção prática dos bolcheviques. Entregues a si próprios, os soviets ficavam à mercê das manipulações dos partidos da burguesia. Ainda em Maio, o soviete de Petrogrado, a alma da revolução, estava disposto a formar governo com a burguesia, apesar de esta continuar envolvida na guerra imperialista; se os bolcheviques não tivessem ganho a maioria, pode-se perguntar se teria chegado a haver revolução. Quanto aos sindicatos, considerados pelos anarco-sindicalistas como únicos representantes legítimos dos interesses operários pelo seu carácter *“apolítico”*, eram em muitos casos utilizados pelos mencheviques para combater o avanço da revolução, antes e depois de Outubro.

Na realidade, os conselhos e comités, *“emanações autênticas da vontade operária”*, em nenhuma ocasião deixaram de se guiar pela política de um ou outro partido, pela simples razão de que as opções em jogo excediam em muito a capacidade dos órgãos de poder local; só os partidos formulavam respostas estratégicas globais para a situação. O poder do conselho de fábrica acabava à porta da fábrica.

A tese da autonomia dos conselhos desperta a simpatia dos trabalhadores cansados do *“divisionismo”* trazido pelas disputas partidárias; mas este bom-senso popular ignora que os partidos se limitam a reflectir as divisões provocadas pela luta de classes. Qual foi o mal, durante a nossa indecisa crise de poder, em 1974-75? Foi a disputa dos órgãos

populares de base pelos partidos e grupos políticos, como ainda hoje protestam os puristas “apartidários”, ou foi a *falta de fôlego revolucionário do movimento*, que não lhe permitiu aspirar à tomada do poder e dotar-se dum partido com a estatura do partido bolchevique?

Condenar como uma “intromissão dos políticos” o facto de os diversos partidos disputarem a influência nos conselhos revela ideias muito estranhas acerca da democracia operária. Se os conselhos não escolherem o seu caminho mediante um livre confronto das propostas partidárias, feitas às claras, a alternativa será escolherem-no às cegas, sob a influência de um clima emocional criado por demagogos “apartidários”.

A SOLUÇÃO FEDERATIVA

Argumentam os libertários que os conselhos não significariam necessariamente a dispersão, a incapacidade duma acção coerente. Poderiam, se os “políticos” lho tivessem permitido, actuar em coordenação, traçar estratégias globais, unir-se numa confederação sem necessidade de os partidos se imiscuírem nos seus assuntos.

Se a concepção libertária da revolução social não tivesse sido reprimida pela “*tendência política, autoritária, estatal e centralista*”, poderia ter-se encetado a colaboração federativa das organizações económicas e sociais dos trabalhadores, visto que o decisivo não era apoderar-se do poder de Estado mas sim apoderar-se da economia e organizála em bases novas (Voline).

Teoricamente, isto significa que uma federação livre de soviets, comunas, cooperativas teria sido possível na Rússia se a ordem proletária tivesse subjogado a burguesia, se existisse entre os camponeses uma corrente largamente maioritária a favor do socialismo, se a economia funcionasse com um mínimo de normalidade... Mas nada disso existia. Havia um país camponês, atrasado, em desagregação ao fim de três anos de guerra imperialista, com as fábricas paradas, o caos nos transportes, as matérias-primas e combustíveis esgotados, a fome generalizada.

Na situação que a Rússia atravessava, e admitindo por absurdo que uma tal federação chegasse a formar-se, ela teria que ser dotada de extensos poderes para a luta contra o inimigo, sob pena de ser aniquilada. Teria que tomar medidas de excepção para assegurar o abastecimento, debruçar-se sobre todos os problemas políticos em jogo, avaliar a força das diversas classes em presença, decidir de eventuais alianças, unir-se em torno de chefes prestigiados, etc. Isto é, acabaria por ser um partido com o nome de “comuna antipartido”. Com a desvantagem de

ser um partido não assumido, prestando-se a toda a espécie de demagogias.

Defender o papel dos partidos significaria, porém, segundo os libertários, defender o “substitucionismo”, visto que as políticas partidárias escapam a todo o controlo da fábrica. *“Na qualidade de instituição, o partido escapava totalmente ao controlo da classe operária russa”*. *“As forças vivas, reais, das quais provinha o poder do partido bolchevique, não podiam controlá-lo”*. (Brinton). Também não é verdade. Brinton esquece que as eleições de delegados dos operários e soldados, em livres e democráticas assembleias, eram a forma de os trabalhadores se pronunciarem acerca das posições políticas dos diversos partidos e portanto, de os controlarem através da força relativa que lhes davam. Esta atribuição da força de cada partido no seio dos soviets, em período de agitação revolucionária, nada tem de comum com as votações parlamentares, realizadas em período de submissão das massas à ordem burguesa.

Foi assim, graças ao controlo das “forças vivas do proletariado”, que os mencheviques, anteriormente maioritários, passaram a minoria, que o partido socialista-revolucionário se cindiu, ao passo que o partido bolchevique, pequeno em Fevereiro, se tornou maioritário no II Congresso dos Sovietes. Foi também por acção deste controlo que os operários atribuíram sempre uma escassa representação aos anarquistas nos conselhos. Isto deveria ser simples de entender a quem tanto se preocupa com a democracia operária.

A META: O PARTIDO ÚNICO

Um facto permanece contudo incontestável e é suficiente para os libertários: sob o governo do partido bolchevique, não só os conselhos perderam toda a autonomia e existência própria como os restantes partidos vieram a ser ilegalizados e destruídos. A classe operária acabou por perder efectivamente todo o controlo sobre o partido que se proclamava a sua vanguarda. Em menos de duas décadas, o poder do partido único produzia as aberrações do “grande líder” e do grande terror.

Resta demonstrar se essa evolução foi determinada pela “ambição totalitária” dos bolcheviques ou se não terá sido, pelo contrário, o fracasso inevitável da revolução, movimento adiantado sobre a sua época, que arrastou consigo o partido bolchevique para a degenerescência.

Afirmar que toda a política bolchevique tendia ao regime totalitário é uma acusação aceite como indiscutível à força de repetida, mas que a prática anterior do partido desmente. O próprio decorrer dos acontecimentos mostra como os partidos, o bolchevique como todos os outros, foram transformados pelo terramoto social.

Se o proletariado dispusesse de força suficiente para impor a toda a sociedade a sua reorganização social, esse peso social ter-se-ia refletido no comportamento das massas camponesas, na atitude dos partidos perante os soviets, nas suas relações mútuas. Nada teria impedido que o governo revolucionário se tivesse mantido como uma coligação dos dois partidos maioritários nos soviets (bolcheviques e socialistas-revolucionários de esquerda), que outros partidos que acatassem a ordem soviética se mantivessem em actividade na oposição, que novos partidos surgissem, que a composição do governo se modificasse... O panorama partidário teria sido totalmente diferente se houvesse uma base social forte para o novo poder.

E é isto que parece difícil de compreender aos que traduzem “ditadura do proletariado” por governo totalitário de partido único. Essa ideia, alimentada durante décadas pelos pseudoleninistas da URSS e seus seguidores, reflectia a sua incapacidade para conceber uma sociedade não-burguesa. Baseados na sua vivência de *aparatchiks* tutores dos trabalhadores, não sabem imaginar o que seja a democracia proletária. Por isso, quando, nas últimas décadas, se viram acossados com acusações ao seu despotismo, curaram o mal pela raiz, declarando abolida a ditadura do proletariado.

Para os marxistas não sofre dúvida que, se a ditadura de classe da burguesia, baseada na extorsão, é compatível com formas de democracia política, a ditadura de classe do proletariado, uma vez consolidada, proporcionará uma democracia política muito mais ampla. Como escreveu Lenine, *“uma expansão até hoje desconhecida do princípio democrático em benefício das classes oprimidas pelo capitalismo”*, a possibilidade de *“desfrutar de direitos e liberdades como nunca houve, nem por aproximação, nas repúblicas burguesas mais democráticas”*.

Democracia organizada, em qualquer caso, alheia aos esquemas anti-estatistas libertários, para os quais toda a submissão a um poder central é uma opressão intolerável.

Os argumentos anarquistas contra o partido, pelo exercício da vontade espontânea da classe, não podem ser discutidos seriamente; são meros desabaços dos elementos que julgam poder situar-se à margem da disputa entre os dois campos antagónicos, refugiados na sua utopia de “não-poder”.

Com um vício de raciocínio que lhes é típico, os anarquistas são capazes de divisar a luta de classes ao nível local mas não ao nível global; não podem compreender que os partidos não são um produto das “ambições de mando de aspirantes a chefes” mas são segregados pela luta de classes, como forma superior de organização, pois só por seu

intermédio tomam as classes plena consciência dos seus objectivos próprios e adquirem capacidade de combate. Preguar aos operários a não-organização em partido num universo dominado pelos partidos da burguesia é uma daquelas saídas “ultra-revolucionárias” que só podem provocar regozijo aos detentores do poder.

O EXÉRCITO CONTRA O POVO EM ARMAS

O contraste entre a sonhada República do Trabalho e as duras realidades manifestou-se com igual violência na questão militar. Em vez de milícias livres do povo em armas sob o controlo dos conselhos, para a manutenção da ordem proletária, impôs-se de imediato a formação de um Exército Vermelho centralizado, para a defesa da República. Primeiro ainda na base do voluntariado, com assembleias de soldados e uma grande democracia interna, sem distinções de patentes nem privilégios para as chefias. Mas ao fim de pouco tempo, perante a sua provada ineficácia para fazer frente ao inimigo, transformado em exército clássico, capaz de concentrar grandes unidades com uma ordem rigorosa, o que acarretou a disciplina rígida, a recuperação de oficiais burgueses, a pena de morte na frente de combate, etc. Era uma necessidade imperiosa mas não deixava de ser a negação gritante dos sonhos da revolução.

A polémica exasperada que se travou no partido e fora dele a propósito da cedência ao ultimato alemão em Brest reflectia este dilema. Lenine contrapunha aos adversários da paz, que clamavam contra a “desonra” de negociar com o alto comando alemão e abandonar à sua ocupação uma parte da Rússia, um simples facto: *“Não temos exército, não nos podemos defender. Querer fazer uma guerra revolucionária nestas condições é embebedarmo-nos com frases revolucionárias e cairmos na armadilha montada pela burguesia”*.

Para os anarquistas e os comunistas de “esquerda” então havia contudo alternativa; o poder dos soviets deveria fazer a guerra de uma forma nova: não dar luta, deixar os alemães avançar e fazer-lhes uma guerra de guerrilha, a verdadeira guerra do povo, afogando-os na extensão da Rússia e conquistando os soldados alemães para o campo da revolução social.

Na base da divergência estava uma vez mais a avaliação que se fazia da base social do novo regime. Numa República dos trabalhadores minimamente consolidada, em que vigorasse a ordem dos produtores sob a direcção dos seus conselhos, a guerra popular de guerrilhas poderia ser a resposta adequada à invasão imperialista. Mas a realidade era bem diferente. O regime soviético, apenas acabado de proclamar, não vigorava efectivamente na maior parte do país; mal se começava a ins-

taurar uma nova ordem social. Tudo levava a temer que a ocupação dos centros vitais do país pelos exércitos alemães provocasse a derrocada do poder soviético e a vitória da contra-revolução. A paz de Brest-Litovsk permitiu evitá-lo.

A centralização militar cada vez mais rigorosa durante a guerra civil levou o Exército Vermelho a tentar absorver ou suprimir os bandos armados que campeavam por todo o país. Um deles foi a guerrilha de Makhno, que levantava os camponeses do sul da Ucrânia contra a pilhagem dos exércitos alemães e a reacção feroz dos latifundiários. Goradas as propostas pessoais de Lenine para a integração no Exército Vermelho da força de Makhno, a pretensão deste de manter independência na guerra sem quartel que opunha os bolcheviques aos generais brancos e aos nacionalistas burgueses conduziu à destruição do seu exército local.

Para os libertários, a gesta de Makhno (que, diga-se de passagem, não descuidava uma férrea disciplina no seu exército apesar das suas convicções libertárias e não hesitou em fuzilar bolcheviques cuja única “culpa” era fazerem propaganda nas fileiras anarquistas) tornou-se desde então a mais gritante contraprova da “impostura” bolchevique e do seu “brutal estatismo”. Na realidade, ela foi mais um exemplo da recusa dos libertários a tomar conhecimento da opção que a vida punha a todas as forças na Rússia — ou com os vermelhos ou com os brancos. Desafiando uns e outros com a bandeira negra do anarquismo, Makhno foi o intérprete dos camponeses que não queriam o retorno dos latifundiários mas também não queriam ouvir falar de submissão à ditadura do proletariado. Não havia contudo lugar na revolução para o sonho das comunas camponesas autónomas de todo o poder central.

A AGONIA DA REVOLUÇÃO

Com isto, não se pode negar — e foi o que fizeram durante decénios os seguidores-deturpadores do leninismo — que o poder revolucionário saiu totalmente desfigurado das medidas de emergência para o salvar-guardar.

Disciplina rigorosa nas fábricas, elevação da produtividade com recurso ao trabalho à peça e ao taylorismo, contratação de administradores e técnicos burgueses com altos salários, emancipação dos directores do controlo dos trabalhadores, absorção dos comités de fábrica pela burocracia sindical estatizada, criação dum aparelho burocrático de controlo e planificação, “grupos móveis de controladores”, campanha contra a brandura dos tribunais populares e para que inculcassem a disciplina do trabalho, antigos oficiais czaristas à frente dos soldados, polícia política dotada de enormes poderes...

Não se pode atenuar a gravidade das directivas então expedidas por Lenine. Defendendo “*a ordem rigorosa*”, com a “*precisão dum relógio*”, que só pode ser “*criada pela vontade única do dirigente*”, Lenine queixava-se de que “*é ainda muito insuficiente a submissão durante o trabalho, submissão absoluta, às ordens pessoais dos dirigentes soviéticos, ditadores eleitos ou nomeados pelas instituições soviéticas, investidos de plenos poderes ditatoriais (como especifica, por exemplo, o decreto sobre os caminhos de ferro)*” (27, 330, sublinhado nosso).

Isto obviamente não só não tinha nada a ver com socialismo como destruía todos os germes de democracia operária e abria a porta ao posterior despotismo dos *aparatchiks* e da *nomenklatura*. Embelezar este regime, como se fez mais tarde, chamando-lhe a “*edificação vitoriosa do socialismo*” equivalia a renegar o marxismo. Lenine não o embelezava mas acreditava que as distorções ainda fossem recuperáveis. Fosse como fosse, quando “*os piolhos ameaçavam comer a revolução*”, todos os desvios eram admissíveis para evitar o afundamento. O Estado dos operários e camponeses saberia servir-se do capitalismo de Estado para organizar a produção e preparar a passagem ao socialismo.

“*Ainda se está para saber quem utilizará a quem*”, respondiam amargamente os comunistas de “*esquerda*”.

ARMA DE DOIS GUMES

“*A continuação da anarquia inerente à pequena propriedade é o mais grave dos perigos porque nos conduzirá à falência; mesmo se tivermos que pagar um tributo mais pesado ao capitalismo de Estado, isso não nos prejudicará em nada; servirá pelo contrário para nos conduzir ao socialismo pelo caminho mais seguro. Não devemos poupar os procedimentos ditatoriais (subl. por Lenine) para o implantar na Rússia, sem recuar perante o emprego de métodos bárbaros contra a barbárie*”. “*Virem aterrorizar-nos com os males do capitalismo de Estado equivale a puxar para trás, para o capitalismo pequeno-burguês. Não há nada que temer do capitalismo de Estado porque o poder dos operários e dos pobres está assegurado*”.

Ora, precisamente, o poder dos operários e dos pobres não estava assegurado e o capitalismo de Estado acabou com o pouco que havia.

Durante uma das suas polémicas com os comunistas de “*esquerda*”, em 1918, Lenine exclamava: “*Se fosse verdade, como eles dizem, que a introdução do capitalismo de Estado irá pôr em causa a iniciativa e organização do proletariado, a nossa revolução estaria à beira da falência; mas é falso*”. Era contudo verdade; Lenine recusava admiti-lo, talvez porque visse que qualquer outra alternativa prometia um fim mais rápido.

O capitalismo de Estado foi a arma de dois gumes que impediu a desintegração por efeito da anarquia pequeno-burguesa mas que condu-

ziu à gradual restauração da burguesia através do partido-Estado. No ano seguinte, já Lenine reconhecia melancolicamente que *“os soviets não passam de órgãos de governo para os trabalhadores”*. Pela mesma altura Trotsky constatava que *“as massas foram pouco a pouco eliminadas do poder”*.

Os bolcheviques cumpriram o seu dever de partido revolucionário mas não puderam (nem ninguém podia) superar a *“desproporção entre o económico e o político”* (Lenine), o desfasamento entre a capacidade política do proletariado para tomar o poder e o tremendo atraso económico, que não permitia mais do que a solução de emergência do capitalismo de Estado.

Para a mentalidade anarquista pode parecer um contra-senso que a revolução dos explorados tenha capacidade para derrubar a burguesia mas não possa, apesar disso, reorganizar a sociedade. Foi contudo o que se verificou.

A PEQUENA BURGUESIA CONTRA A REVOLUÇÃO

É realmente fácil dizer hoje que Lenine delirava ao julgar possível pôr o capitalismo de Estado ao serviço da ditadura do proletariado. Mas essa era na época, com todos os seus tremendos riscos, a única hipótese de ganhar tempo sem se deixar derrubar, na expectativa de uma revolução europeia... que não chegou.

Muitas das condenações posteriores das opções de Lenine e dos bolcheviques só são possíveis porque se abstrai do confronto de classes em curso na Rússia. Após a instauração do poder soviético, uma classe operária diminuta encontrou-se face a uma vaga pequeno-burguesa (camponesa, sobretudo), tanto mais incontrolável quanto se via subitamente liberta, graças à revolução, da pressão das classes superiores. Os camponeses tinham marchado com os operários para obter a terra; a partir daí, queriam desfrutá-la.

E isto traçou o destino da revolução. O proletariado não tinha força para exercer a sua ditadura de classe sobre a massa pequeno-burguesa cuja única filosofia era: *“Já expropriámos os ricos, agora deixem cada um governar-se e não nos venham com ordens, disciplina, programas a longo prazo”*. Era a psicologia do pequeno proprietário, cheio de ódio às classes superiores e ao Estado mas nada interessado em sacrifícios para a construção de uma nova ordem social.

Assim, o proletariado que derrubou a grande burguesia e o seu Estado veio a naufragar perante o capitalismo pequeno-burguês. A agonia da revolução jogou-se neste conflito irreconciliável de interesses entre o proletário, apontado para o socialismo mas incapaz de o instaurar, e o pequeno proprietário, interessado na liberdade do mercado mas impo-

tente para a voltar a impor. Era o estrangulamento próprio de um país de capitalismo incipiente, que se repetiria mais tarde na China, Vietname, etc., com um cortejo semelhante de “grandes líderes”, partidos-guias e poder popular castrado.

Foi nesta ratoeira insolúvel que o partido bolchevique se desfez. Fazendo guerra à pequena burguesia durante o “comunismo de guerra”, tentando depois, a partir da crise de Cronstadt, neutralizá-la pelas concessões da NEP, passando mais tarde aos tratamentos de choque stalinianos da “liquidação dos *kulaks* como classe” – tentou-se absorver, controlar, suprimir a pequena economia mercantil numa sociedade que não podia dispensá-la porque não chegara ainda à grande produção capitalista.

Se alguns contributos o anarquismo deu para entender a revolução russa foram sobretudo pela negativa. Que o anarquismo ainda hoje idealize a resistência do pequeno produtor à mobilização contra o inimigo de classe e não consiga divisar na guerrilha de Makhno ou na revolta de Cronstadt o impulso da pequena burguesia *contra* a revolução, diz-nos bastante *sobre o alinhamento profundo de classe do seu anticapitalismo libertário.*

(Política Operária nº 37, Novembro-Dezembro de 1992)



Comício em Petrogrado após a aprovação pelo Congresso dos Sovietes de Camponeses Pobres da Região Norte da política do Governo Soviético (Novembro 1917).

РАБОТНИЦЫ



Trabalhadora, pega na espingarda!

A DERROTA DE LENINE

“Estamos em condições bem mais difíceis do que durante a invasão directa dos guardas brancos”. “O Estado não funcionou como prevíamos, o carro não obedece ao condutor”.

“Os comunistas julgam dirigir a máquina burocrática mas é ela que os conduz”. *A dramática intervenção de Lenine perante o XI Congresso do partido, em Março de 1922, traça um momento-charneira nos destinos da Rússia. No horizonte desenham-se já os contornos da futura URSS de Stalin; para trás fica o fracasso da democracia dos soviets. Poderia a revolução ter sido salva com outra política?*

Para responder temos que pôr de lado raciocínios viciados que a historiografia oficial soviética fez aceitar durante décadas como indiscutíveis, à sombra da imagem dum Lenine dotado de poderes mágicos para mudar o curso da História.

O ÁLIBI STALIN

A primeira dessas fraudes é a que diz respeito à passagem do poder para Stalin. Os revisionistas começaram a carpir desde 1956 que, “se tivessem sido seguidas as últimas recomendações de Lenine quanto à substituição de Stalin poderiam ter-se evitado as consequências nefastas do culto da personalidade”. Que pena Lenine não ter podido “designar um candidato digno para o cargo de chefe do partido e do estado”!

Nunca será demais mostrarmos o que há de reaccionário neste argumento. Para começar, a noção autocrática da designação de sucesor, bem reveladora da espécie de “democracia socialista” que a *nomenklatura* conseguia conceber. Depois, como é que um partido com uma tão rica experiência revolucionária e uma tão notável plêiade de dirigentes, à frente de uma sociedade em ebulição, chegara ao ponto de ficar à mercê de um herdeiro “indigno”? Teremos que engolir a história da “tremenda perversidade” de Stalin e da “cegueira inacreditável” com que todo o corpo dirigente se lhe submeteu?

Na realidade, os revisionistas sempre fingiram ignorar que a designação de “um candidato digno” à sucessão de Lenine se cingia na prática à opção entre as duas primeiras figuras, Stalin e Trotsky, qualquer deles com perfil de “homem forte”. A escolha de um outro membro do

CC que não tivesse qualidades de ditador abriria um período de tremenda incerteza e ameaças de cisão.

E isto, só por si, comprova que a revolução estava perdida e ninguém sabia como lhe acudir. Nem mesmo Lenine.

EM BUSCA DUM SUPER-APARELHO

Tornou-se tradicional citar as prevenções de Lenine contra os métodos autoritários de Stalin e a proposta da sua substituição como secretário-geral. Com isso tem-se obscurecido o facto de que as atenções de Lenine nos derradeiros meses de vida iam para o *reforço do aparelho*.

De facto, o que choca nos seus últimos escritos é a insistência nas questões internas da direcção, no aperfeiçoamento do aparelho de Estado, preocupação inabitual em quem sempre procurara o fio condutor da luta de classes. Pressentindo a ameaça de cisão na direcção do partido, faz nas suas últimas mensagens uma série de propostas para ampliar e fazer reunir mais amiúde o comité central, reforçar os poderes dos órgãos centrais de controlo e planeamento, seleccionar mais cuidadosamente os dirigentes...

No seu último escrito defende, como fecho de abóboda das instituições soviéticas e garante da vitória da revolução, a fusão da Comissão Central de Controlo, órgão partidário, com a Inspecção Operária e Camponesa (IOC), um dos ministérios de Stalin. Deixa instruções minuciosas sobre a reorganização da IOC, que deveria tornar-se "*uma instituição exemplar*", constituída por 300 a 400 especialistas, "*muito bem pagos*" e dotados de plenos poderes para supervisionar a gestão superior do Estado e a "*organização científica e do trabalho*"; especifica as normas de admissão dos candidatos a estes postos, a atribuição das suas funções, etc; - quer dizer, um corpo de super-administradores, competentes e incorruptíveis, capaz de vigiar e depurar o aparelho de Estado burocratizado.

E certo que Lenine não se ocupa apenas com esse plano utópico de um sistema de autocontrolo do aparelho estatal. Nas suas últimas cartas, notas e artigos há o plano da cooperativização, apelos para uma revolução cultural, a denúncia dos sintomas de chauvinismo russo, a necessidade de elevar a participação das massas na actividade do Estado...

Mas a vida não lhe consente ilusões: de imediato, escreve, o centralismo terá que prevalecer sobre a democracia, porque as massas ainda não estão preparadas para exercer a autogestão socialista; numa fase posterior chegará a vez de a democracia ter prioridade sobre o centralismo.

Que as massas não estavam preparadas para exercer a democracia socialista num país de cem milhões de pequenos camponeses, totalmente arruinado e faminto, em que “o proletariado deixou de existir como classe” (Lenine, 33, 59), era a evidência mesma; mas a centralização férrea significava que o regime se opunha ao jogo dos mecanismos económicos e à vontade maioritária da população, um e outra apontados para a restauração capitalista. Como poderia sair daqui uma “fase posterior” de auto-gestão socialista? Lenine iludia-se ao querer divisar, no fim do túnel do capitalismo de Estado, a passagem ao socialismo.

O “PARTIDO DE TIPO NOVO”

Outra das falsificações habituais era a tese de que o partido comunista só nos anos trinta teria mudado de carácter, sob o efeito do “culto da personalidade”. Aparece-nos hoje claro, pelo contrário, que o partido monolítico stalinista nasceu no X Congresso sobre os escombros do velho partido revolucionário bolchevique. Não ainda na sua forma acabada, mas já dotado dos mecanismos essenciais.

Argumentava-se habitualmente na nossa corrente “marxista-leninista” (tal como entre os revisionistas e trotskistas) que Lenine apenas determinou a dissolução das plataformas e fracções por se terem tornado um perigo à unidade interna, “*um luxo inadmissível*” (alguns notavam mesmo que Lenine concebia essa medida como meramente temporária e que ressalvava a continuação do debate no partido, o que é verdade); Lenine patrocinou a eleição de opositoristas para o comité central; além disso, dizia-se, o congresso aprovou por unanimidade um plano de democratização interna e de desburocratização do partido, restabelecendo as eleições a todos os escalões. Se esse plano tivesse sido posto em prática...

Mas, justamente, o compromisso solene de democratização serviu de cobertura ao que houve realmente novo no congresso e que foi um movimento irresistível para a supressão das divergências. Por isso, o resultado efectivo do congresso foi que a democratização ficou letra morta e a medida “temporária” de proibição de plataformas e fracções passou a lei inviolável do partido, alargada sucessivamente à proibição de toda a divergência, ao policiamento interno, por fim ao terror.

Disse-se que “o partido não podia tolerar as ameaças de cisão que o assaltavam, com uma virulência até então desconhecida”. Mas porquê esse pavor da ruptura justamente quando acabava a guerra civil e os riscos de contra-revolução tenderiam a diminuir? Não tinha havido debates acesos e públicos quando o poder parecia prestes a ser derrubado? Como explicar que “a autoridade imensa da velha guarda” tornasse o partido “frágil, vulnerável a qualquer cisão”?

A verdade é que o partido, sem o saber, mudava radicalmente de natureza. Já não era a vanguarda das massas em luta pela revolução mas a coluna vertebral do poder, e um poder com uma base social muito limitada, obrigado a proteger-se da pressão espontânea das massas para o retorno ao capitalismo. Nesta nova situação, as normas internas do velho partido bolchevique já não serviam. Mesmo antes de serem subvertidas, sob o cuidado de Staline, nas receitas monolíticas do chamado “partido leninista de tipo novo”, começaram a ser desmanteladas, ainda sob a direcção de Lenine.

É assim que, no ano seguinte, já afastada a crise política (debate sindical, Cronstadt, passagem à NEP), Lenine insiste na necessidade de um partido mais unido, reclama de novo que se elimine o espírito de fracção, apoia Trotsky, Stalin e Kamenev contra os grupos da “oposição operária” e do “centralismo democrático” e congratula-se com “a maior unanimidade conseguida pelo partido”. “Enganam-se os que falam de senilidade do partido”, diz. Mas era de senilidade que de facto se tratava. Eleito Stalin para secretário-geral, acelerou-se a agonia dos vestígios de democracia interna (Stalin ainda teve que tolerar polémicas até à expulsão de Trotsky, mas eram já discussões com o adversário amordaçado). O futuro lugar de Stalin como “herdeiro de Lenine” ficou-lhe assegurado quando ele compreendeu que, em última análise, tudo giraria em torno de uma forte cadeia de comando.

TEORIZAÇÃO DO STALINISMO

Os trotskistas não gostam que se lhes recorde que a teorização do futuro Estado stalinista foi feita... por Trotsky. Trabalho forçado, poder dos directores, Estado policial, foram por ele justificados em 1920, não como medidas excepcionais em situação de catástrofe mas “*porque não é possível passar da anarquia burguesa à economia socialista sem ter recorrido (...) aos métodos coercivos de organização económica*”.

Se a coacção económica só por si não chega para estimular a afluência de mão-de-obra ao mercado de trabalho, há que instituir o trabalho obrigatório.

Convicto da “*impossibilidade da ulterior existência de uma sociedade baseada no trabalho livre*”(!), Trotsky investe contra os “*preconceitos liberais*” nessa matéria e propõe que “*se considere toda a população do país como um reservatório de força trabalhadora, a organizar numa ordem rigorosamente estabelecida*”, e que o poder central imponha às administrações locais metas de trabalho a realizar, para que estas façam a mobilização das forças de trabalho. Isto não eram planos de gabinete. Ele já tivera ocasião de os experimentar durante a mobilização militar dos ferroviários, justi-

ficada pela situação de guerra, mas que lhe aguçara o desejo de *quebrar a espinha* aos sindicatos recalcitrantes.

Defende também com vigor o retorno à direcção unipessoal nas fábricas, argumentando que *“a ditadura do proletariado traduz-se pela abolição da propriedade privada e não pela forma de direcção das empresas”*. Excluindo explicitamente a gestão colectiva, que apelida de *“conselho de ignorantes”*, Trotsky afirma que ela só interessa à *“burocracia operária, retardatária”*, e faz a apologia eloquente do *“administrador avançado, firme e consciente”* que, *“tendo a fábrica na mão, procura provar a si e aos outros que é capaz de dirigir”* (!).

Tendo percebido, com a sua habitual argúcia, que o sistema de direcção operária era nocivo para o novo tipo de regime *“soviético”*, Trotsky batia-se sem complexos pelo triunfo dos directores, que viriam a ser o núcleo da burguesia estatal. Convicto de que o problema do regime *“não é de excesso de burocracia mas de ausência de uma burocracia eficiente”*, ele diz que *“a via do socialismo tem que passar pela mais alta tensão da estatização. (...) Assim como a lâmpada brilha com uma chama mais viva antes de se apagar, também o Estado, antes de desaparecer, reveste a forma de ditadura do proletariado, isto é, do mais impiedoso governo, de um governo que imperiosamente abarca a vida de todos os cidadãos”*.

Este tipo de discurso permite situar o verdadeiro alcance da reviravolta operada por Trotsky a partir de 1923, quando ergue contra Stalin a bandeira do anti-burocratismo e da liberdade de debate partidário. Indignava-se por não se ter apercebido de que a militarização do trabalho iria exigir um partido militarizado. A verdade é que, em 1922 ainda Stalin e os seus amigos se opunham às propostas de Trotsky, justamente por serem demasiado *“centralizadoras e burocráticas”*. Depois Stalin percebeu que eram eficazes e indispensáveis...

Para nós, hoje, a velha polémica entre stalinistas e trotskistas não faz sentido. Fossem quais fossem as diferenças de perspectivas, eles completavam-se, cada um no seu domínio, como os construtores do regime. Se Trotsky tivesse alcançado o poder, teria necessariamente percorrido uma trajectória de ditador semelhante à de Stalin porque a edificação de uma economia capitalista estatal só podia ser feita pela violência e exigia o arrasamento implacável das conquistas revolucionárias da classe operária.

Quanto a Lenine, como é conhecido, pôs desde logo sérias reservas à febre totalitária de Trotsky. *Mas Lenine não rompeu com Trotsky por causa do seu plano de militarização do trabalho, como não rompeu com Stalin, por causa do seu projecto de militarização do partido*. Apoiou um e outro, tentando limitar-lhes os excessos, porque, em alternativa, só via a desagregação do poder.

LENINE ENTRE DOIS FOGOS

Em fins de 1920 estalou no partido a polémica que desde 1918 viera crescendo entre os chefes sindicais e os burocratas do aparelho económico do Estado. Desencadeada pela Oposição Operária, a discussão prolongou-se e radicalizou-se na Conferência dos Sindicatos, no Congresso dos Sovietes e no X Congresso do Partido. Com fortes apoios na classe operária, a Oposição Operária, chefiada por Chliapnikov, reclamava a entrega da gestão da economia a um congresso dos produtores da Rússia. Ao ver-se publicamente atacada por Trotsky, que defende uma rigorosa estatização dos sindicatos, a oposição apresenta-se no congresso do partido com uma plataforma completa: reactivação dos comités de fábrica; princípios igualitários nos salários; acabar com a invasão de burocratas no aparelho administrativo; preenchimento dos cargos por eleição; *“ampla circulação da informação, liberdade de opinião e de discussão, direito de crítica no interior do partido e dos sindicatos”* como meios para pôr termo ao *“sistema burocrático dominante”* (Kollontai).

Lenine demarca-se de ambas as tendências. Faz ver que a transmissão dos direitos de administração económica aos sindicatos, na situação existente, conduziria à fragmentação e à destruição. Condena por outro lado o autoritarismo de Trotsky, observando que o seu *“Estado operário”* era uma ficção, e que os operários tinham que se defender do Estado, dada a sua *“deformação burocrática”*.

As críticas de Lenine a uns e a outros eram justas mas a vida não consentia posição intermédia. No ano seguinte, já em plena NEP, Lenine reconhecia que era preciso *“defender por todos os meios os interesses de classe do proletariado na luta contra o capital”* e que, nas empresas estatais, havia *“oposição de interesses quanto às condições de trabalho entre a massa dos operários e o director”*, mas mesmo assim insistia nos *“plenos poderes à direcção das empresas”*; se se queria pôr de pé a produção, era preciso deixar claro que os sindicatos *“não têm nada que se imiscuir na gestão das empresas”*. Os *“esquerdistas”* foram assim condenados como o *“perigo principal”* e as propostas da Oposição Operária rejeitadas como um *“desvio anarco-sindicalista (que) conduz à queda da ditadura do proletariado”*.

Deste modo, a plataforma equilibrada de Lenine, que o congresso aprovou, acabou por ser uma etapa intermédia no caminho que Trotsky esboçara e que Stalin materializou, com a absorção de todos os órgãos democráticos de massas pelo aparelho burocrático. A história iria demonstrar que a centralização também conduzia, por outras vias, à *“queda da ditadura do proletariado”* que Lenine temia.

E se, por hipótese, Lenine tivesse tomado partido pela Oposição Operária, não se poderia ter evitado o pior? — perguntam ainda hoje

os adeptos da descentralização. Não cremos que isso tivesse modificado substancialmente o curso dos acontecimentos. Poderiam ter-se desencadeado convulsões do tipo da posterior “revolução cultural” chinesa, mas, a prazo, também não era isso que arrancaria a revolução russa ao impasse em que caíra. *Não havia forças económico-sociais mínimas para instituir a autogestão socialista* — eis o facto que teimosamente se recusam a encarar os “esquerdistas”. A vida só permitia um regime de capitalismo de Estado, e este passava forçosamente pela concentração do poder nas mãos de uma nova burguesia burocrática.

Fosse como fosse, porém, as propostas da Oposição Operária exprimiam de forma idealizada os anseios socialistas da classe operária e a sua ansiedade perante a confiscação inexorável do poder a que vinha sendo sujeita, em nome da necessidade de garantir a sua ditadura de classe. E isso deve ser tido em conta para compreender a evolução dos antagonismos sociais.

CRONSTADT

O esmagamento da revolta de Cronstadt é um episódio-chave na agonia da revolução. Não porque o levantamento anunciasse a “terceira revolução, a autêntica”, como proclamaram os seus adeptos anarquistas, mas porque, ao recorrer à força das armas contra um movimento que exprimia a insatisfação de operários e camponeses, o partido bolchevique deu um passo irreparável para destruir os seus laços com as massas e se tornar o órgão da burguesia burocrática nascente.

A rebelião criava, sem dúvida, uma situação de emergência. Forças burguesas inimigas podiam instalar-se às portas de Petrogrado; a frota do Báltico podia ser perdida; a contemporização podia servir de estímulo ao reacendimento da guerra civil. Mas fica de pé a questão: a que ponto chegara a decadência do regime para ser possível ao comité da frota do Báltico, um dos tradicionais baluartes revolucionários, levantar milhares de trabalhadores contra o governo em nome de exigências democráticas, como novas eleições para os soviets por voto secreto, liberdade de propaganda, de imprensa e de reunião, libertação dos presos políticos socialistas?

A revolta de Cronstadt foi o ponto alto de uma vaga de hostilidade ao governo bolchevique, que, após o fim da guerra civil, percorreu a Rússia com greves e tumultos, levando mesmo à declaração do estado de sítio em Petrogrado. Saudada até hoje pelas correntes anarquistas e anarquizantes como o momento mais avançado da revolução — *“em 1921, a revolução chegara a uma encruzilhada: tomar a via democrática ou seguir a ditatorial”* (Ida Mett); *“tentativa de união do proletariado e do campesinato*

contra a burocracia” (Ciliga) –, apresentada como a resistência popular à “*contra-revolução bolchevique*”, ela foi sobretudo um movimento pequeno-burguês pela restauração do mercado. Os anarquistas sempre caem na ratoeira da vontade “concreta” expressa por grupos de trabalhadores em cada local e no plano imediato, sem querer saber se ela compromete os interesses globais da classe a longo prazo, ideia que lhes parece demasiado “abstracta”.

As reivindicações económicas dos rebeldes giravam em torno da liberdade de comércio; as suas exigências políticas apontavam para a restauração da democracia burguesa; as suas proclamações a favor de “soviets sem comunistas” correspondiam à tática da burguesia na emigração, que procurava derrubar os comunistas em nome da liberdade dos soviets para depois liquidar estes. A “via democrática” conduziria a breve prazo ao desmembramento e pulverização do poder e, após mais ou menos episódios intermédios, ao triunfo da contra-revolução. Lenine tinha boas razões para ver nela uma “*contra-revolução pequeno-burguesa*”.

Mas este levantamento conseguiu arrastar na sua esteira fracções importantes do proletariado porque os trabalhadores perdiam a esperança numa “via socialista” que começava pela delegação do poder nos *aparatchiks* e em concessões aos burgueses. *Cronstadt revelou a decomposição do movimento revolucionário de 1917-18. A correlação de forças invertera-se: agora era a pequena burguesia que conduzia uma parte do proletariado.*

A partir daqui, a sobrevivência do regime exigia também a repressão sobre os operários. Foi o que Lenine exprimiu numa constatação que iria inspirar o futuro do regime: “*O descontentamento e efervescência entre os operários sem partido fazem da democracia uma palavra de ordem para o derrubamento do poder soviético*” (32, 198). E isto ao mesmo tempo que se tornava forçoso fazer concessões económicas à pequena burguesia. Cumpria-se assim previsão dos “comunistas de esquerda”: “*Para introduzir este sistema (o capitalismo de Estado) o Partido Comunista terá de se aliar à pequena burguesia contra os operários, arruinar-se-á como partido do proletariado*” (*Komunist*, Abril 1918).

O PACTO COM O DIABO

A adopção da NEP causou emoção no partido. Houve desde logo quem a acusasse de “aliança contra-natura”, “pacto com o diabo”, “confissão de falência”. E Lenine, ao contrário do que mais tarde tentaram fazer-lhe dizer os “leninistas”, reconheceu que se tratava dum recuo e duma derrota. “*A pequena burguesia infligiu ao poder na Primavera de 1921 uma derrota económica mais grave do que as derrotas militares que lhe tinham*

infligido os generais brancos” (33,14). Era imperioso reconhecer a inviabilidade da edificação socialista imediata (a tática do assalto frontal) e passar à tática do cerco, isto é, recuar para o capitalismo de Estado.

A vida não consentia escolhas. Em 1917-18 fora possível fazer aceitar à esmagadora maioria camponesa o poder dos soviets e o governo bolchevique a troco da distribuição da terra e da promessa de paz. Depois, os camponeses tinham suportado o pesadelo de uma nova guerra e a requisição forçada das colheitas, como preço para evitar o regresso dos guardas brancos com os seus massacres. Mas, ganha a guerra, já não admitiam mais requisições, nem direcção operária, nem via socialista; queriam liberdade de negócio, simplesmente, e não havia outro recurso senão dar-lha. Lenine ainda esperava que as concessões ao camponês negociante pudessem ser neutralizadas, no plano económico, com uma rede de cooperativas “*que conduziria por si ao socialismo*”; e no plano político, desde que houvesse “*maturidade do proletariado e das massas trabalhadoras*”, poderiam impor-se limites rígidos ao capitalismo privado. Mas como essas condições não se verificaram, foi preciso transferir todo o poder para o aparelho de controlo a estatal.

Assim, à pergunta de Lenine: “*Quem levará a melhor com a NEP? Proletariado ou pequena e burguesia?*”, ia ser dada uma resposta inesperada: nem um nem outro. O ganhador ia ser uma classe em formação, que ainda se ocultava sob a aparência de simples administradora do Estado proletário. O crescimento da pequena burguesia nepista ia gerar, por antagonismo, o crescimento do aparelho burocrático. O capitalismo de Estado ia fugir a todas as veleidades de controlo e tornar-se o motor de toda a sociedade.

Ao longo dos anos, as escolas anarco-comunistas acusaram Lenine de ter herdado de Kautsky a concepção do capitalismo de Estado como uma espécie de antecâmara do socialismo, de ter acreditado no contra-senso de um capitalismo dominado politicamente pelo proletariado. Alguns acusam Lenine de ter sido um arauto mais eficaz do capitalismo de Estado do que o próprio Bukarine. Como de costume, não se preocupam em expor a sua alternativa viável àquilo que foi uma opção desesperada.

Três anos após a tomada do poder, o regime dos soviets, esvaaziado politicamente, estava reduzido a tentar ganhar tempo, na esperança de qualquer viragem favorável na Europa. E ganhar tempo significava fazer concessões de todas as espécies: desde a entrega aos alemães de grandes extensões de território à transferência do poder dos soviets para um aparelho de Estado centralizado, à criação de um exército convencional, à confiscação da gestão operária nas fábricas em benefício dos directores, à concessão de privilégios aos quadros, à repressão...

BECO SEM SAÍDA

Porque se voltaram os audaciosos revolucionários de 1917 para a esperança desesperada num super-aparelho, estruturado em torno de um partido monolítico? Porque os acontecimentos escapavam a todo o controlo e manifestavam uma estranha tendência para exigirem soluções que se excluía mutuamente.

Era necessário dar rédeas à burguesia nepista para o restabelecimento da produção e do comércio mas havia o perigo de deixar que ela afogasse o regime na exploração capitalista, na especulação e na corrupção; impunha-se elevar a responsabilidade dos soviets mas mais urgente era apertar o controlo do partido sobre eles para não se tornarem focos de dissidência; tinha que se reconhecer direitos sindicais aos operários mas introduzir o taylorismo e não permitir a intromissão no poder sem partilha dos directores; combater a invasão envolvente da burocracia... com novos departamentos burocráticos; fomentar o cooperativismo mas defender-se do ascenso inevitável dos mencheviques que as cooperativas traziam consigo; combater o nacionalismo dos georgianos mas não deixar crescer o chauvinismo centralista russo; reforçar a composição operária do partido mas dar mais poderes ao comité central...

O regime chegava a um impasse insolúvel. Era essa a origem de posições que antes seriam impensáveis em Lenine. Para romper o cerco comercial, advoga a amizade com os coronéis da Turquia e condena os *“preconceitos dos operários de Baku que põem em risco a concessão dos petróleos a um grupo estrangeiro porque não querem trabalhar para os capitalistas”*; propõe a *“fusão dos meios dirigentes dos soviets com os do partido”* (32, 183) (ou seja, na prática, a dissolução dos soviets); condena a *“atmosfera de discussões que põe em perigo a ditadura do proletariado”*; etc. Aquilo que Lenine insiste em chamar de *“ditadura do proletariado”* é já nos últimos meses da sua vida o poder duma *“vanguarda consciente”*, gerente nominal dos interesses do proletariado, mas acorrentando-o à edificação do capitalismo.

A tragédia da revolução russa não foi *“ver-se privada do seu chefe no momento em que mais precisava dele”*, como lamentavam os revisionistas. Com ou sem chefe, a revolução estava perdida porque, depois de ter desbravado o caminho para o capitalismo, não dispunha de forças para passar ao socialismo. E este facto priva também de sentido a acusação anarquista de que a revolução teria sido *“esmagada pelo poder autoritário bolchevique”*, acusação a que se associam, com matizes diversos, anarco-sindicalistas, luxemburguistas ou *“conselhistas”*. Antecipação histórica brilhante, a revolução proletária carecia ainda das pre-

missas económico-sociais para se consumir. Chamado a primeiro plano para cumprir as tarefas da revolução democrática que uma burguesia demasiado débil e covarde não se atrevia a fazer, o proletariado foi a seguir de novo empurrado pela História para a retaguarda, e com ele também o próprio partido bolchevique.

Deste fracasso só os social-democratas deduzem, com o seu “marxismo” burguês, que “os bolcheviques não deviam ter tomado o poder visto que não havia condições para o socialismo”. Se não fosse pela revolução proletária, nenhuma outra força era capaz de arrancar a Rússia às sobrevivências medievais e de a trazer para a época moderna. A liderar essa grande revolução e a defendê-la até onde pôde ser defendida estiveram os comunistas e o seu chefe Lenine. Razão suficiente para continuarmos a inspirar-nos no leninismo, contra a social-democracia, o anarquismo e o revisionismo.

(Política Operária nº 38, Jan./Fev. 1993)



Rússia 1921 - Terminada a guerra civil, a União soviética encontrava-se arrasada - aos milhões de mortos somava-se a fome, o desemprego, a indústria arrasada..., e Lenine constatava: “A pequena burguesia infligiu ao poder na Primavera de 1921 uma derrota económica mais grave do que as derrotas militares que lhe tinham infligido os generais brancos”.



**СОЦИАЛИСТИЧЕСКИМ
НАСТУПЛЕНИЕМ**

**ПРЕОДОЛЕЕМ
СОПРОТИВЛЕНИЕ
КЛАССОВОГО ВРАГА,
ТРУДНОСТИ
и УМНОЖИМ
ДОСТИЖЕНИЯ**

Com o triunfo do socialismo vamos superar os inimigos de classe, as dificuldades, e multiplicaremos as conquistas.

O MALOGRO DA INTERNACIONAL COMUNISTA

A crítica da corrente “marxista-leninista” surgida nos anos 60 com a ruptura pós 20º Congresso do PCUS protagonizada pelo Partido Comunista Chinês, e uma década depois, após a morte de Mao Tsé Tung, com o dissídio albanês relativamente aos maoístas, deteve-se sempre, respeitosa, diante da Internacional Comunista; essa era para ela uma “pedra de toque” da fidelidade aos princípios. Temos de admitir que o peso desse tabu retardou a nossa abordagem do tema, que se ficou, até hoje, pela crítica a Dimitrov e à viragem oportunista do 7º Congresso. Agora, que já não temos dúvida de que o poder soviético estava perdido em 1920, torna-se-nos possível avaliar as limitações históricas do movimento comunista, particularmente na Europa.

Gerada por uma explosão revolucionária até hoje inigualada – o gigantesco Outono russo de 1917 – a Internacional arrancou com reservas de energia que pareceriam inesgotáveis. O proletariado sabia agora como se pode tomar o poder político e como se pode estruturar um Estado dos produtores. Foi sangue novo num movimento que caíra sob a canga do respeito pela ordem e se deixara infectar com preconceitos imperialistas. Dez anos mais tarde, já a Rússia se afundava nas trevas do stalinismo, ainda (os ecos da “terra sem amos”, da emancipação dos povos colonizados, da libertação da mulher, da nova cultura, despertavam em ondas sucessivas milhões de explorados para a luta contra a ordem imperialista.

Eram todavia apenas ecos duma grande revolução que passara. E com ela a própria IC definhava, remetida à função de cinturão de defesa avançada da URSS contra a ameaça imperialista, fechada no horizonte das reformas do sistema e no abastardamento do marxismo.

Isto pode parecer a alguns leitores uma concessão à social-democracia, que não se cansa de divulgar as malfeitorias da tenebrosa Comintern. Podemos tranquilizá-los: a nossa crítica da IC não nos aproxima do “socialismo democrático”; confirma a condenação deste como agente da burguesia e do imperialismo.

Haverá também quem nos lembre as limitações inevitáveis da época, a ferocidade da contra-revolução, o heroísmo com que os comu-

nistas se bateram. Não o esquecemos. Mas o que importa entender é porquê tantos sacrifícios foram impotentes para pôr de pé o partido mundial do proletariado com que sonhavam os comunistas de 1919.

A REVOLUÇÃO QUE NÃO CHEGOU

“Tenho que confessar que no 3.º Congresso da Internacional Comunista cometi um erro por excesso de prudência: coloquei-me na extrema-direita”, escrevia Lenine no início de 1922, penitenciando-se por ter tomado a defesa do militante alemão Paul Levi, embora este já então se comportasse como um menchevique. Logo a seguir, porém, surpreendentemente, pretendia ter sido essa *“a única posição justa”*, para contrabalançar a força dos *“comunistas de esquerda”* alemães, holandeses e italianos no congresso. (33, 209).

Esta atitude, estranha em Lenine, de considerar, justificada a aliança com o oportunismo para bater o *“esquerdismo”*, dá testemunho da evolução sofrida pelas suas opiniões acerca do movimento comunista europeu, quando foi forçoso reconhecer que não se confirmavam as expectativas iniciais.

Formada em ambiente de entusiasmo revolucionário, a IC contara poder repetir o feito dos bolcheviques a curto prazo. Apesar do esmagamento da revolução dos conselhos na Alemanha e do terror branco na Finlândia, toda a Europa Central continuava em ebulição. A ideia dos soviets alastrava como rastilho. A revolução avançava na Hungria, parecia prestes a eclodir na Baviera e na Áustria. No norte da Itália, os operários ocupavam as fábricas. Gradualmente, porém, a burguesia foi retomando o controlo da situação. As potências aliadas, ao mesmo tempo que estrangulavam a Rússia com a guerra civil e o bloqueio, abstiveram-se de desmantelar o exército alemão, para lhe permitir esmagar a revolução em Berlim; autorizaram-no, pelo armistício, a ficar na frente Leste, ocupando a Ucrânia; lançaram tropas contra a república soviética húngara. Na Itália, despontava o terror fascista.

Estas derrotas eram consequência da imaturidade e irresolução dos comunistas, assinalava o Comité Executivo, dos seus preconceitos contra a acção dirigente do partido – em última análise, de um corte inacabado com a social-democracia. Na Alemanha, Rosa Luxemburgo e Liebknecht tinham vacilado tempo demais a constituir-se em partido independente, acabando por ser massacrados; na Hungria, os comunistas de Bela Kun aceitaram a fusão com os social-democratas num partido único.

Num e noutro caso, a falta de afirmação dos comunistas permitira à social-democracia liquidar a revolução por dentro. Mas a sucessão

dos desaires mostrava ainda outra coisa: o movimento europeu tardava em orientar-se para a disputa do poder. Não se viam sintomas de uma deslocação em massa dos operários para a linha do comunismo, como acontecera na Rússia em 1917.

A base dos partidos socialistas, mesmo simpatizando com os conselhos e pressionando os seus chefes para prestarem solidariedade à revolução russa, ainda olhava os comunistas como seitas de utopistas que vinham dividir o movimento.

A social-democracia, ainda que abalada e dividida (cumprira em diversos países o trabalho sujo de ir para o governo conter e reprimir a revolução), recompunha a sua base de apoio. Enquanto isso, os núcleos comunistas eram uma força coesa e entusiasta, mas ínfima.

CURA RADICAL DA “DOENÇA INFANTIL”

Foi nestas condições que se agudizaram as divergências sobre qual deveria ser a tática comunista na Europa e se começou a impor a necessidade de derrotar o “esquerdismo”. Estes grupos comunistas, em geral originários do anarquismo e do anarco-sindicalismo, entendiam a nova linha como uma marcha directa para a revolução e faziam obstáculo aos métodos tradicionais de acumulação de influência sobre as massas através do parlamento e dos sindicatos. Lenine não atribuiu inicialmente gravidade a esta *“doença infantil do esquerdismo, que passará rapidamente, sem perigo”*. Em 1919 pronunciou-se contra a exclusão dos antiparlamentaristas alemães pela maioria do seu partido; se uns e outros defendiam a ditadura do proletariado não via razão para que não se unissem. Nos meses seguintes venceu, por mais de uma vez, que as atenções deviam centrar-se na luta contra o oportunismo, *“o nosso inimigo principal, com que temos que acabar”*.

Em meados de 1920, porém, a atitude de Lenine começou a mudar. Em sua opinião, o movimento comunista concluíra a primeira etapa, de corte com os oportunistas e centristas; chegava a hora de entrar numa segunda etapa, de preparação da revolução, de acumulação metódica de forças. E aqui não havia progressos. Quando as massas europeias estavam a caminhar *“a passos de gigante”* para o comunismo (a expressão era de Lenine) mas, apesar disso, se ficavam pelas cisões centristas nos partidos social-democratas, a culpa só podia ser da estreiteza dos comunistas, que teimavam em lançar declamações revolucionárias para iludir o trabalho diário de implantação.

Bordiga, convicto de que *“um movimento marxista nos países democráticos ocidentais exige uma tática muito mais directa que a que foi necessária na revolução russa”*, propunha no II Congresso da IC que *“a agitação pela*

ditadura do proletariado... se baseie no boicote das eleições e dos órgãos democráticos burgueses". "Renúncia aos métodos parlamentares e sindicais que já fizeram o 'seu tempo'", reclamavam os esquerdistas alemães do KAPD, antes de serem excluídos no 3.º Congresso. Foi assim que se generalizou a ideia de que, sem limpar os partidos do "ultra-esquerdismo" não haveria esperança de revolução na Europa. A partir de 1921, o Comité Executivo começou a apoiar em cada país dirigentes que parecessem capazes de pôr de pé partidos de massas e intensificou a luta contra os "esquerdistas". Até porque estes, com as suas críticas radicais à nova política da NEP (falavam já de "uma revolução burguesa feita por comunistas", faziam coro com a campanha anarquista e, devido às suas polémicas encarniçadas, paralisavam e dividiam os partidos. Procedeu-se pois a um saneamento geral de conselhistas e "abstencionistas" (contrários à participação em órgãos burgueses), a que não escapou nenhum partido europeu.

Os efeitos da campanha foram muito além do que se poderia esperar. A eliminação do "esquerdismo" desequilibrou bruscamente a relação de forças no interior de cada partido. Tendências oportunistas tomaram o lugar das anteriores tendências sectárias. Até no periférico partido português, o afastamento do grupo sindicalista e anarquizante de José de Sousa se fez à custa do triunfo da corrente oportunista chefiada por Carlos Rates.

Com as 21 condições para o ingresso na Internacional, aprovadas no 2.º Congresso, Lenine procurara garantir que o alargamento dos partidos não os entregasse à influência de oportunistas; mas a precaução não resultou. Tudo se passou como se no movimento europeu só houvesse espaço para o sectarismo ou para o oportunismo.

DIÁLOGO DE SURDOS

A polémica entre o Comité Executivo e os esquerdistas assemelhava-se a uma discussão entre surdos. Lembravam os primeiros que, sem recorrer a todas as instituições legais para alargar a sua influência, os comunistas nunca passariam de seitas; respondiam os "sectários" com o perigo de meter o movimento comunista ainda imaturo no parlamento e nos sindicatos amarelos, corrompendo-o à nascença.

Na *Doença Infantil do Comunismo*, Lenine demonstrou, com lógica demolidora, que os "esquerdistas" fugiam à luta pelas massas. Se os bolcheviques tinham podido utilizar as miseráveis possibilidades legais proporcionadas pelo czarismo, era absurdo negar condições de aproveitamento do parlamento, sindicatos, etc., em regime de liberdades burguesas. Ficar fora dos sindicatos porque estes eram reaccionários

equivalia a deixar as massas entregues aos chefes amarelos conluídos com a burguesia. Dizia Lenine aos exaltados da Internacional: *“Toda a tarefa dos revolucionários consiste em saber convencer os retardatários e não separar-se deles com slogans esquerdistas”*. *“Querer inventar novas formas de organização operária, bem limpinhas, é pueril”*. *“Enquanto não tiverem força para dissolver as instituições burguesas, não têm outro remédio senão trabalhar dentro delas; isto se não quiserem ser só revolucionários de café”*.

De facto, muitos dos jovens grupos comunistas, despertados para a luta pelo terramoto da guerra e da revolução dos soviets, julgavam poder *“marchar direito à revolução”*, *“sem compromissos”*, recusavam como oportunista toda a tática, fundavam minúsculos sindicatos vermelhos como resposta à corrupção dos sindicatos de massa, eram receptivos aos preconceitos anarquistas contra o partido revolucionário centralizado, contra a disciplina e os *“chefes”* – na prática, deixavam-se ficar à margem da luta pela conquista da classe operária e pela tomada do poder.

Os conselhistas, a fracção mais elaborada do *“esquerdismo”*, cujo teórico era o holandês Pannekoek, julgavam ter descoberto a entrada do movimento numa nova fase que seria caracterizada pela *“acção directa na fábrica e na rua”*, a qual estaria destinada a substituir as velhas táticas parlamentares e sindicais. O apego do leninismo à acumulação de forças nas instituições burguesas, às manobras e compromissos entre partidos, parecia-lhes a prova de que este era ainda, no fundo, um ramo radical da social-democracia. Às concepções *“jacobinas e estatistas”* dos bolcheviques contrapunham *“um novo princípio de organização: o comunismo dos conselhos”*.

Este apreço pela democracia operária e pela *“acção directa”* seria, em si mesmo, muito bom se não envolvesse uma desvalorização do partido e da conquista do poder – mesmo quando, como no caso dos conselhistas, se demarcavam do sindicalismo e reconheciam o papel primordial da luta política. O conselhismo era um passo atrás quanto às aquisições essenciais do leninismo – necessidade de um partido que actue como o estado-maior da revolução, capaz de ligar as massas à vanguarda e de organizar o assalto militar ao poder.

A vida mostrou que a *nova teoria* da acção directa e da organização pelos conselhos era apenas um reflexo deformado da crise social desses anos. Posta à prova e esmagada na revolução alemã de 1918, ela voltou a demonstrar a sua fragilidade quando baixou o nível de agitação de massas e os conselhistas se encontraram sós.

Os *“esquerdistas”* não tinham verdadeiras alternativas políticas. Com a sua ânsia utópica de salvaguardar a pureza do movimento, reflectiam em grande medida a *“instabilidade e esterilidade do pequeno*

burguês exasperado com os horrores do capitalismo quando vê a sua situação agravar-se bruscamente” (Lenine). Mas a ingenuidade espontaneísta das suas “descobertas” entrelaçava-se com uma objecção de fundo, a que na época não se atribuiu o peso que viria a revelar, a percepção confusa de uma situação social na Europa distinta da da Rússia.

OCEANO REFORMISTA

Entre a Rússia czarista e a Europa imperialista, a diferença não se cingia apenas a mais ou menos liberdade de acção. Aqui, o movimento operário estava cercado por um aparelho burguês tentacular que nunca chegara a existir na Rússia. Havia uma atmosfera irrespirável, abafando nas cinzas do reformismo o espírito de revolta da vanguarda. Como dizia com amargura o holandês Rutgers, os operários do Ocidente estavam *“cheios de admiração e veneração pelos soviets mas também de terrores pequeno-burgueses, sem coragem para se salvarem a si mesmos, à Rússia e à humanidade”*.

Era este clima social que levava uma parte dos comunistas a divisar no engodo pela concorrência às eleições mais do que uma manobra táctica – um anseio de aproximação à social-democracia e um começo de integração na ordem estabelecida. Um ano de experiência mostrara-lhes que a disputa de posições dentro do pântano das instituições burguesas alimentava a proliferação de posições e correntes oportunistas. E perguntavam: vamos pôr o parlamento ao serviço do comunismo ou o comunismo ao serviço do parlamento?

A divergência de pontos de vista tornou-se gritante no caso da Inglaterra. Lenine defendia que os grupos comunistas não deviam hesitar em fazer um bloco eleitoral com o partido trabalhista e ajudá-lo a ir para o poder; no II Congresso foi mesmo mais longe e propôs que os comunistas se filiassem no Partido Trabalhista, embora este fizesse parte da II Internacional. Num como no outro caso, acreditava que iniciativas audaciosas dos comunistas arrancariam as massas operárias à influência dos chefes reformistas.

E esta era a questão: a direcção da Internacional enunciava tácticas que seriam correctas, *partindo do princípio de que o movimento operário europeu estava prestes a romper com o reformismo e a passar-se para posições comunistas*. Mas isto não acontecia. Os russos da IC, habituados a lidar com os seus mencheviques, não sabiam com que espécie de menchevismo se metiam na Europa – uma atmosfera sufocante de reformismo e chauvinismo que afectava todas as classes. A influência da pequena burguesia e da aristocracia operária sobre as massas era muito mais vasta e enraizada do que o próprio Lenine podia supor. Era isso que

levava os comunistas a procurar às apalpadelas soluções táticas que os defendessem do perigo de desagregação. Para o comunismo definir o seu caminho na Europa imperialista era precisa uma batalha ideológica e prática mais prolongada. Mas a premência de acudir em socorro da Rússia levou a que essa batalha fosse artificialmente abreviada.

A “CONQUISTA DA MAIORIA”

Para a historiografia “leninista” tradicional, a política de Frente Única da IC na primeira metade dos anos vinte teria ficado como modelo de tática comunista. Ao que nos parece, a reconstrução da corrente comunista passa pelo reconhecimento do carácter *oportunist*a que assumiu em geral essa política.

Face à derrota do novo levantamento popular na Alemanha, de Março de 1921, e ao evidente refluxo do movimento operário na Europa, o III Congresso, reunido pouco depois, reconheceu o “afrouxamento do ritmo da luta” e a necessidade de passar à defensiva.

Porém, para não ter que admitir abertamente que o proletariado, terminada a crise da guerra, recaía no espírito de colaboração de classes e no chauvinismo – o que equivalia a reconhecer que, tão cedo, não havia esperanças de socorro à Rússia soviética – Zinoviev reafirmou que “*vivemos na época em que a ditadura do proletariado começa a substituir a ditadura do imperialismo*” e traçou como objectivo “*conquistar a maioria da classe operária para a influência comunista*”. Já não se tratava só da luta pelas massas mas da *conquista da maioria* – meta utópica que ia conduzir a Internacional para a busca escorregadia de “flexões” capazes de atrair a maioria operária e para uma certa tolerância para com elementos semi-opportunistas (caso de Levi na Alemanha, de Serrati na Itália, etc).

Neste espírito, o congresso aprovou, contra os protestos dos esquerdistas, a “carta aberta” dirigida pelo partido alemão aos operários social-democratas (Lenine defendeu-a como “*uma iniciativa política exemplar*”). Foi mesmo mais longe: inseriu entre a luta pelas reivindicações parciais imediatas e a propaganda da revolução, uma espécie de ponte de ligação, a luta por “*objectivos transitórios*” que mais facilmente “*mobilizassem as massas para a luta pela ditadura do proletariado*”. É certo que, para não incorrer na acusação de cedência ao reformismo, essa “transição” foi inicialmente concebida em termos bem radicais: controle operário da produção, armamento do proletariado, desarmamento da burguesia... Isto era, porém, pouco convincente como transição – quem estaria disposto a adoptar tais medidas senão um governo comunista?

O seu efeito prático foi contrário ao pretendido: em vez de promover a deslocação dos socialistas à esquerda, empurrou os comunistas

para a direita, na medida em que fez crescer a pressão no interior dos partidos para propostas de transição mais credíveis e mais aliciantes.

FRENTE ÚNICA

Passados poucos meses, visando neutralizar as acusações social-democratas que apresentavam os comunistas como “cisionistas”, a IC propôs a tática de frente única. Com novas garantias de que visava unicamente a unidade pela base e “*a independência absoluta, a plena liberdade de crítica*” face aos chefes socialistas, era na realidade uma mão estendida para acordos, a princípio apenas com a ala esquerda social-democrata, depois mesmo com os partidos socialistas majoritários. Às objecções dos militantes franceses, italianos, espanhóis, que não queriam ir propor acordos àqueles com quem acabavam de romper e com quem muitas vezes eram obrigados a bater-se nas ruas, dava-se sempre a mesma resposta: havia que furar a barreira de desconfiança que mantinha a maioria da classe longe dos comunistas.

Em Abril de 1922 o Comité Executivo julgou-se à beira de uma grande vitória da política de frente única – o acordo de princípio para uma acção operária conjunta das três Internacionais (além da II e da III, havia uma associação intermédia, centrista, a que os comunistas chamavam “Internacional 2 1/2”) pelo 1.º de Maio. A esperança malogrou-se porque as Internacionais reformistas romperam as negociações à última hora.

Para compreender como se pôde fazer aceitar estas concessões a um movimento então ainda radicalizado, há que ter em conta dois aspectos. Primeiro, o exemplo que vinha da Rússia onde, com o fim da guerra civil e o início da nova política económica, começara a busca de acordos com governos capitalistas, da atracção da pequena burguesia, da recuperação de antigos mencheviques – tudo justificado pela necessidade de ganhar tempo, à espera de nova vaga revolucionária.

Por outro lado, a miragem da frente única com a social-democracia não excluía, antes se completava, com aventuras insurreccionais, de cada vez que a conjuntura parecia prometer um “golpe de sorte” aos comunistas (insurreição de Hamburgo, Estónia, Bulgária). As guinadas direitistas alternavam com o golpismo “comunista” e o insucesso deste servia de argumento para novas recaídas na direita. As resoluções do Comité Executivo tão depressa lembravam que “a revolução não está na ordem do dia” como, passados uns meses, eram capazes de anunciar que “a revolução bate à porta”. Sob este zigzague contínuo, a deriva oportunista progredia.

“GOVERNO OPERÁRIO”

Por alturas do 4.º Congresso, em fins de 1922, a conquista de “maiorias de esquerda” em parlamentos regionais da Alemanha suscitou um novo passo: porque não admitir a formação de governos “operários”, de coligação PC-PS, que poderiam constituir um travão à ofensiva da extrema-direita e mesmo funcionar como “*uma forma original de transição da democracia burguesa para a ditadura do proletariado*”? Esquecendo a desgraçada experiência da revolução húngara, em 1919, a IC introduziu a proposta do “*governo operário e camponês*”, que ia ser fonte das mais oportunistas interpretações e de um generalizado deslizamento à direita. A lógica das conveniências tácticas arrastava já a Internacional para bem longe da nitidez com que Lenine contrastara democracia burguesa e ditadura do proletariado, nas teses que lhe tinham servido de base programática.

No ano crucial de 1923, com a população alemã mergulhada numa terrível crise económica devido à espoliação pelos vencedores de Versalhes, e por isso receptiva à propaganda da extrema-direita, a política de frente única da Internacional degenerou num esforço insensato para separar as bases social-democratas das chefias à custa de cedências ideológicas. Radek equiparava a Alemanha a um país colonial, pelo facto de o Ruhr ter sido ocupado pelas tropas francesas; Brandler descobria que a burguesia alemã era chamada a desempenhar um papel revolucionário; Zinoviev saudava o KPD como “*um partido nacional bolchevista capaz de dirigir toda a nação*” e assegurava que uma revolução era possível, pois que os empregados alemães tenderiam a desempenhar um papel de aliados comparável ao dos camponeses na Rússia... Clara Zetkin apelava à social-democracia para integrar um comité de acção contra o fascismo.

Os social-democratas, porém, viam a contenção do nazismo na sua óptica peculiar: todo o seu afã ia para tranquilizar a burguesia, ou seja, desmobilizar as massas e liquidar a influência comunista. No auge da agitação popular, no Outono, viram-se obrigados a formar governo no Saxe e na Turíngia, em coligação com os comunistas; eram, finalmente, os tão ansiados “governos operários”, a pedra angular da táctica da Internacional! Mas para a social-democracia, tratava-se apenas de uma figura de retórica; uma semana depois, os governos deixaram-se dissolver pela tropa sem resistência e os ministros foram para casa.

Pannekoek, o “esquerdista” holandês, fez a esse respeito algumas lúcidas observações: “*O que se pode esperar de um tal governo resulta das bases sobre que se apoia: equilíbrio aparente das classes em luta mas com predomínio da burguesia, mistura de democracia parlamentar com uma espécie de*

sistema de conselhos para trabalhadores, socialização limitada pelo veto do imperialismo e pela manutenção do lucro capitalista, tentativas vãs para impedir que os conflitos de classe se tornem mais agudos. Quem sai enganado num tal sistema são sempre os trabalhadores. Um governo desses não pode fazer nada para a reconstrução, nem pode sequer tentá-lo, porque o seu objectivo último é travar o curso da revolução a meio caminho. E como se esforça por impedir simultaneamente a dissolução do capitalismo e a constituição do pleno poder político do proletariado, a sua eficácia é directamente contra-revolucionária. Os comunistas não podem fazer outra coisa senão combater um tal governo...

A NOVA INTERNACIONAL

Vieram depois os sucessivos episódios, de esquerda e de direita, que já não cabem no âmbito deste artigo – a “bolchevização” de 1925, pela qual os partidos começaram a basear-se em células de empresa para deixar de ser joguetes da social-democracia; o abandono da palavra de ordem do “governo operário e camponês”; a nova fase de estabilização do capitalismo, assinalada pelos acordos com a direcção das *trade-unions* inglesas; o namoro à burguesia nacionalista do Kuomintang que teve como desenlace o massacre de milhares de comunistas em 1927; a nova “bolchevização” de 1929-30, a política de “classe contra classe” e a ruptura com a social-democracia; a luta contra o nazismo na Alemanha; a política das frentes populares contra o fascismo e o reaparecimento do “governo de frente única” ...

Acusados por social-democratas, anarquistas, trotskistas, de todas as culpas nas derrotas sofridas pelo movimento operário nos anos 30, os partidos comunistas foram na realidade a única força a resistir de forma organizada, alinhados em torno da URSS, à vaga da contra-revolução. Os acusadores tentam refazer a História para apagar a sua própria inacção e jogo duplo face ao fascismo.

A crítica comunista à IC aponta noutro sentido: é que, através de sobressaltos de vigilância e cedências ao oportunismo, a Internacional foi sendo esvaziada do seu projecto inicial; já não era o quartel-general da revolução mundial mas uma mera barreira protectora da URSS contra a agressão imperialista. Por isso, ao começar a segunda guerra mundial, estava política e organicamente esvaziada. Foi dissolvida por conveniência da política externa da URSS, quando já não passava de um departamento editor de declarações.

Os partidos comunistas europeus dos anos 30 já só em palavras visavam a ditadura do proletariado; eram partidos antifascistas, para quem a URSS de Staline, enigmática ou mesmo decepcionante em muitos aspectos, valia como bastião de apoio à luta “*pelo pão, pela paz, pela demo-*

cracia". Os partidos comunistas dos outros continentes, subalternizados, eram pressionados para se enquadrar nesta estratégia global. Se na China a revolução nacional anti-imperialista pôde levantar-se do golpe sofrido e caminhar para a vitória de 1949, deveu-o ao facto de o partido comunista, reconstruído por Mao, se ter mantido longe das directivas do Comité Executivo.

Esta nova Internacional que associava o apoio incondicional à URSS com o namoro à burguesia nacional democrática, a denúncia dos chefes social-democratas com a *recuperação progressista* da social-democracia, a revolução de Outubro com a autocracia stalinista, tornou-se um poço de contradições centristas. Daí a tendência para se envolver numa carapaça dogmática e monolítica, que ficaria como modelo de funcionamento dos partidos comunistas daí em diante. Sob essa carapaça pseudo-leninista pôde amadurecer subterraneamente um reformismo cada vez mais senil, que viria a desembocar no revisionismo moderno. Parece-nos forçoso reconhecer que neste declínio e degeneração houve uma unidade interna, que veio da origem.

LUTA DE TENDÊNCIAS INTERROMPIDA

Pretendemos com esta resenha sugerir que a Internacional poderia ter tido mais brilhante destino se Moscovo não tivesse interferido para o afastamento dos "esquerdistas" nos anos vinte? Decerto que não. Pretendemos apenas chamar a atenção para o estrangulamento com que a Internacional se debateu na Europa desde a sua fundação. O dilema era: como fazer triunfar o comunismo quando as grandes massas, inclusive da classe operária, seguiam o reformismo? Diante dessa barreira intransponível, os partidos tendiam a cindir-se em alas divergentes: para uns, tratava-se de forçar o avanço da vanguarda a todo o vapor; para outros, o decisivo era fazer cedências para atrair apoios. A situação objectiva só deixava espaço para o "esquerdismo" ou para o direitismo.

A experiência posterior demonstrou que a doença do comunismo em 1920 não era só uma doença infantil nem era apenas "esquerdista". Era um mal de raiz, com duas faces, que revelava, acima de tudo, a dificuldade de implantação do comunismo nas metrópoles do imperialismo.

Decerto, o impasse foi vencido e um movimento comunista de amplitude nunca antes conhecida imprimiu a sua marca nos acontecimentos deste século, difundindo a consciência democrática e anti-imperialista pelos cinco continentes. Todavia, dominada pela urgência de edificar partidos de massas, capazes de conseguir resultados palpáveis em socorro da Rússia, a Internacional fraccionou a corrente comunista ainda em gestação nas suas duas componentes, *sem dar tempo a que uma*

luta de tendências mais prolongada fizesse uma separação de águas entre o comunismo e o oportunismo.

Prevaleceu assim em praticamente todos os partidos europeus uma atitude centrada na luta de classes e uma tendência de adaptação aos limites da ordem burguesa, escondidas sob o alibi da “fidelidade sem limites à pátria do socialismo”. Por outro lado, os núcleos esquerdistas e anarquizantes, prematuramente marginalizados, foram condenados à degeneração em seitas, privando o movimento de uma boa parte da sua energia vital.

Olhando retrospectivamente essa experiência, podemos admitir que, se tivesse havido condições para uma germinação plena do movimento comunista europeu, poderiam ter daí resultado partidos comunistas com outro arcabouço para a longa acumulação de forças anticapitalistas e para a luta contra a social-democracia; o que talvez tivesse feito a sua diferença na resistência ao fascismo, na guerra civil de Espanha e mais tarde, no desenlace da guerra mundial, na França, Alemanha, Itália. E, acima de tudo, na luta para minorar as consequências da degeneração e derrocada da União Soviética.

O IMPERIALISMO E A REVOLUÇÃO

A IC foi formada num ambiente de apocalipse. A hecatombe da guerra, a revolução dos soviets, a traição da social-democracia, pareciam justificar a ideia de que chegara o colapso geral do sistema e o assalto iminente dos explorados ao poder.

Por isso, até ao fim de 1918, Lenine acreditou que se iriam desencadear na Europa “*revoluções proletárias socialistas em cadeia*” “*num futuro muito próximo*”, e tirava conclusões demasiado optimistas das cisões de esquerda que alastravam nos partidos socialistas, sob o impacto da revolução russa. Disse várias vezes que “*coube-nos começar a tarefa mas em breve passaremos a ser discípulos do socialismo europeu*”. Em fins de 18, ao saber da revolução na Alemanha, exclamou, exultante: “*Chegou a revolução mundial!*”. Em Janeiro de 1919, na “*Carta aos operários da Europa e da América*”, ainda afirmava que nos cinco meses anteriores “*a revolução proletária mundial amadureceu com extraordinária rapidez*”.

Por fim, após três anos de expectativas sempre defraudadas e sempre renovadas no começo da revolução europeia, o governo bolchevique teve que se convencer de que o imperialismo conseguia superar a crise de poder na Europa central e que a Rússia soviética não iria ser rebocada a curto prazo por uma Alemanha soviética. Mas, mesmo depois de a vaga revolucionária começar a refluir, a instabilidade por toda a Europa manteve a convicção de que o capitalismo entrara na sua

crise geral irreversível, que perdera a capacidade para voltar a funcionar normalmente e para desenvolver as forças produtivas.

A ilusão tardou em desfazer-se porque parecia evidente que, se na Rússia atrasada a revolução tinha levado os comunistas ao poder, muito mais isso seria possível na Europa, coração do imperialismo. Mas a tática bolchevique fora possível numa sociedade em plena decomposição, grávida de revolução, com os operários, os camponeses, a pequena burguesia urbana atraídos para o centro do furacão revolucionário. *Na Europa, essa situação não existia.*

Sacudida poderosamente pelo choque da revolução russa, a Europa não podia todavia detonar crises revolucionárias *cujas premissas económico-sociais ainda não estavam reunidas.* Não se chegara à crise geral do sistema, à sua incapacidade de reprodução. De facto, mal se iniciava uma longa caminhada imperialista, que prossegue até à actualidade.

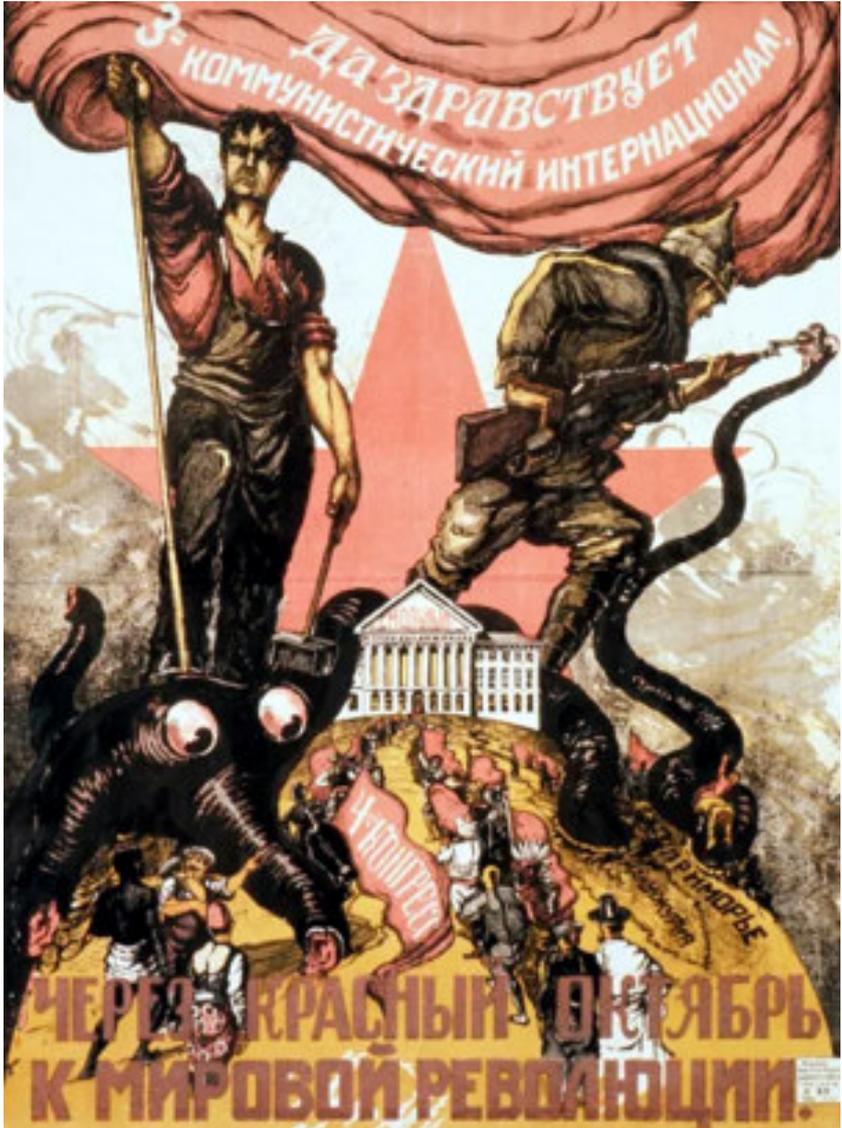
Recusando-se a reconhecer a distância a que o proletariado europeu se encontrava da conquista do poder e atribuindo-a a factores subjectivos (insuficiência e erros dos partidos comunistas, terror fascista, traições da social-democracia), a Internacional Comunista só podia cavar um fosso crescente entre a teoria e a prática e caminhar para a sua decomposição.

Com o recuo que nos permitem os anos decorridos, vemos hoje que Lenine, apesar da sua clarividente síntese sobre o imperialismo como capitalismo parasitário e em putrefacção, não conseguiu avaliar em toda a extensão a vitalidade expansiva que ainda restava ao regime burguês, a qual lhe permitiu neutralizar o proletariado sob o envolvimento da pequena burguesia imperialista, bloquear e decompor a revolução ao longo do século XX.

Poderia ter sido evitado este declínio e decomposição da IC? Não o cremos. Os erros e desvios foram a expressão de factores sociais que a eles conduziam necessariamente. A audácia proletária e internacionalista da IC no momento da sua fundação veio-lhe por inteiro da revolução russa. Quando esta se afundou no capitalismo de Estado, tinha que prevalecer a tendência para o movimento operário europeu se deixar recair no reformismo imperialista que já apodrecera a II Internacional. Desta vez com características novas. Em teoria, mantinha-se fidelidade inabalável ao leninismo; mas na prática, tentava-se ganhar lugares nas instituições e servir a burguesia “socialista” da URSS. Por fim, quando se cansaram de esperar em vão pela chegada do milagre russo, os chefes comunistas descobriram que se tinham transformado ao longo dos anos em democratas reformistas, em tudo semelhantes aos Kautsky e Bernstein. Com eles, tinha sido degenerada toda a vanguarda.

Em que circunstâncias e sob que formas poderá renascer a Internacional Comunista? Para muitos, só o facto de se enunciar a questão, revela inclinações “arqueológicas”. Por nós, não temos dúvida de que o movimento operário europeu, passado o fundo da vaga contra-revolucionária, será forçado a retomar o projecto dos comunistas de 1919. Porque o capitalismo parasitário e putrefacto conduz a Europa e o mundo aos umbrais do socialismo. Muito mais perto agora do que no tempo em que Lenine julgava iminente a revolução proletária mundial.

(Política Operária nº 39, Mar./Abr. 1993)



**Viva a III Internacional Comunista!
O Outubro Vermelho aponta-nos o caminho da revolução mundial!**

AFINAL KAUTSKY TINHA RAZÃO?

Concluir, como temos feito nesta série de artigos, que a revolução russa estava perdida desde que ficou isolada e que a passagem ao socialismo era materialmente impossível, fosse qual fosse a política adoptada, não é afinal dar a mão à palmatória a Kautsky e romper com Lenine? A interrogação tem-nos sido colocada por alguns leitores, que ainda não esqueceram como as pesquisas do “falecido” J. C. Espada acabaram na rendição à lógica de Kautsky.

Digamos desde já que não vemos nenhum motivo para rever o qualificativo de “renegado” com que Lenine distinguiu o papa do marxismo. Kautsky condenou a “louca aventura” da tomada do poder pelos bolcheviques para sonegar o facto de que eles foram os únicos dispostos a satisfazer as reivindicações de paz e terra do povo trabalhador, frustradas pelo governo “socialista democrático”; culpou Lenine por “acelerar a revolução a todo o vapor”, como se não soubesse que ela era obrigada a radicalizar-se sob o assalto da burguesia interna e internacional; censurou professoralmente a esperança dos bolcheviques na revolução europeia como uma “quimera absurda” e, para melhor provar o seu ponto de vista, ajudou a sufocar o levantamento revolucionário na Alemanha.

FAMA MERECEIDA

Desmoronar o império mais reaccionário do planeta, retirar a Rússia da guerra imperialista, arrancar cem milhões de camponeses à servidão, introduzir legislação de vanguarda sobre os direitos da mulher, da criança, dos povos subjugados, proclamar como primeiro princípio que “quem não trabalha não come” e sobretudo ensaiar uma nova forma de governo pelos conselhos de trabalhadores – toda esta gigantesca vassourada revolucionária que iria marcar o nosso século não convenceu Kautsky.

Forçado a celebrar *em princípio* a revolução como um “acontecimento colossal e glorioso para o proletariado”, condenou-a na prática ao atribuir as suas realizações ao “voluntarismo delirante” dos comunistas. Usou o estratagema tradicional que permite aos renegados cobrirem com divergências *teóricas* a sua mudança de campo. Ele merece pois plenamente a homenagem de João Espada, que o saúda como “o primeiro

grande anticomunista da esquerda europeia”, o primeiro a “denunciar os bolcheviques como burocratas cruéis e sem imaginação que mergulhariam a Rússia numa nova idade das trevas”.

Como alternativa à revolução, Kautsky defendia, com argumentos hoje clássicos pela sua obtusidade reformista, a possibilidade de “impor” à burguesia a passagem pacífica ao socialismo. *“O capitalismo necessita, para assegurar a sua prosperidade, de basear-se em relações sociais de legalidade”,* pelo que a revolução social do proletariado *“poderá ser levada a cabo por meios económicos pacíficos, legais e morais, em vez da força física, em todos os lugares onde a democracia vigore”,* pois *“seria muito difícil aos capitalistas suprimir pela força essa democracia”.* Na Inglaterra, por exemplo, o proletariado teria conseguido, durante a guerra mundial, *“uma considerável extensão do poder político” (!);* este *“poder crescente do proletariado ganha o respeito da burguesia que procura mantê-lo bem disposto por meio de concessões”;* porque, nos países avançados, *“os hábitos democráticos estão enraizados”* e o povo está *“habitado ao autogoverno no seu dia-a-dia”...*

Desde que estas tolices foram escritas, já tivemos dúzias de oportunidades para ver a quem servem. Kautsky, o catedrático em marxismo, esqueceu, apenas, 1º) que as concessões democráticas nas metrópoles do imperialismo têm a sua contrapartida na escravização dos povos periféricos; 2º) que, à medida que o capitalismo reúne as premissas económicas para o socialismo, mais irredutível e convulsiva se torna a oposição da burguesia a ser expulsa do seu paraíso privado, mais oca, corrupta e sangrenta se torna a sua democracia.

Igualmente absurdas e reaccionárias foram as inovações teóricas de Kautsky quanto ao imperialismo. Em 1915, em plena guerra mundial, ele deduzia do entrelaçamento internacional entre os diversos grupos financeiros que o capitalismo estaria a entrar na fase do ultra-imperialismo, *“uma política nova que substituiria a luta entre os capitais financeiros nacionais pela exploração do universo em comum pelo capital financeiro unido à escala internacional”,* o que poderia trazer ao proletariado, *“durante algum tempo, uma era de novas esperanças e novas expectativas no quadro do capitalismo”.* Temos debaixo dos olhos essas “novas esperanças” kautskianas...

Porquê então ocuparmo-nos das opiniões de Kautsky acerca da revolução russa? Porque o recente desenlace do “socialismo real” parece dar razão, a tantos anos de distância, à sua acusação de que os bolcheviques tentavam “forçar a marcha da história” e conduziam o povo russo para uma grande catástrofe. Daí a pergunta: não será que, afinal, ao condenar a iniciativa bolchevique, Kautsky demonstrava falta de sentimento revolucionário mas uma perspicácia marxista que teria faltado a Lenine?

PROFECIAS CILINDRADAS

A tomada do poder pelos conselhos de operários, camponeses e soldados só seria justificável num processo de passagem ao socialismo, argumentava Kautsky. Ora, *“o atraso geral da Rússia torna impossível a realização de objectivos socialistas”*. *“Proletária pelas suas forças motrizes, a revolução russa é burguesa pelo seu conteúdo social”*. *“O que está em curso na Rússia é a última das revoluções burguesas, não a primeira revolução socialista”*. Mesmo que o governo soviético destruísse periodicamente a propriedade capitalista e transformasse burgueses em proletários, o capitalismo voltaria a crescer. Por isso, os bolcheviques viriam a encontrar-se entalados numa alternativa catastrófica: ou manter-se fiéis ao seu programa, e nesse caso seriam derrubados, *“ou, para se manter no poder, renegar o seu programa e tornar-se agentes de um processo histórico radicalmente estranho aos ideais socialistas”*.

Kautsky deduzia esta inviabilidade do enorme peso do campeonato. A colaboração dos camponeses tornara possível a vitória da revolução na Rússia mas também lhe marcava os limites pequeno-burgueses. A simpatia dos camponeses pela revolução e pelo proletariado evaporava-se assim que obtivessem a propriedade da terra. Eles estavam contra o regresso do regime senhorial mas não mais do que isso. O seu interesse era em preços de venda vantajosos e, para os conseguir, estariam dispostos a tudo. Kautsky predizia assim que a revolução dos soviets, parto prematuro, acabaria num aborto.

Poucos anos passados, era geral a opinião de que o poder bolchevique varrera as deduções teóricas de Kautsky. Apenas recomposta da catástrofe da guerra civil e da intervenção imperialista, a URSS lançou-se com Stalin numa colossal *“segunda revolução”*, que fez brotar do solo, em período recorde, uma grande indústria moderna estatizada e uma agricultura mecanizada. Foi proclamada a extinção da burguesia e a entrada no socialismo. A URSS orgulhava-se de ser a primeira formação social da história a só conhecer classes aliadas – operários, camponeses cooperantes e intelectualidade popular.

Nos anos cinquenta, com a URSS a disputar já aos EUA o lugar de maior potência económica e militar, enquanto na China e numa série de outros países, triunfavam as *“democracias populares”*, parecia fora de dúvida que o milagre russo da passagem de um país atrasado ao socialismo se tornava lei geral. Mesmo os que nas últimas décadas vinham denunciando a natureza burguesa das instituições da URSS, como era o nosso caso, atribuíam-na a desvios ou traições, ocorridos numa ou noutra etapa da *“edificação socialista”*; o carácter socialista da revolução de Outubro parecia indiscutível. Kautsky estava esquecido como um teórico falido.

O “PRIMADO DA LUTA DE CLASSES”

Agora torna-se forçoso reconhecer que o salto da URSS para o socialismo, *voando* praticamente por cima da etapa capitalista, não passou de uma ilusão. Na URSS, tal como na China ou no Vietname, passados os primeiros anos de conquistas populares e de limpeza revolucionária das sobrevivências da velha sociedade, a natureza capitalista das novas relações sociais começou lentamente a emergir da máscara pseudo-socialista.

Alegavam todas as escolas “leninistas” que o facto de na URSS não haver propriedade privada, nem concorrência, nem produção para o lucro máximo, e de os gestores se terem de conformar às directivas do plano eram características mais do que suficientes para arredar como absurda a existência de capitalismo, sob qualquer forma. Não tinham em conta que o capitalismo emergente numa revolução proletária-camponesa num país atrasado deveria apresentar forçosamente deformações originais e temporárias, que a marcha da economia se encarregaria de limar, como efectivamente aconteceu.

Entrincheirados na “constatação indiscutível” do não-capitalismo da URSS, afastaram-se mais e mais do leninismo, envolvendo a noção de ditadura do proletariado em brumas místicas para não ter que reconhecer que o proletariado era também na URSS uma classe subjugada e explorada. E à medida que crescia a pressão da nova burguesia, a picar a casca do casulo estatal, mais evidente se tornava a indigência da teoria da passagem de sociedades camponesas ao socialismo. Para além da glorificação do génio de Lenine, da vontade férrea de Stalin, ou da sabedoria do presidente Mao, a *fundamentação* que se encontrava para este milagre consistia basicamente em variações sobre a ideia de Marx de uma “revolução ininterrupta” na Alemanha, interpretada como uma espécie de aceleração mágica da história graças à *reeducação* das classes promovida sob a tutela do partido comunista.

Escreveram-se montes de tratados apresentando o leninismo como a prioridade aos “factores subjectivos que podem compensar a falta de maturidade das premissas económicas objectivas”; como a “primazia da política em relação à economia”, a “ruptura com a teoria oportunista e economicista que pretendia estabelecer um laço automático e absoluto entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas num país e o carácter de classe da revolução”.

Mais tarde, na China Popular, e sob uma linguagem mais radicalizada, recorreu-se também ao “primado da luta de classes” e ao “factor ideológico” para teorizar a possibilidade de edificação do socialismo numa sociedade de escassez, rural e pré-capitalista. Bettelheim foi talvez

quem mais longe levou este ponto de vista, na sua conhecida polémica com Sweezy.

Com o distanciamento que nos permite hoje o naufrágio do “socialismo real”, vemos que se tinha enveredado, em nome da crítica ao evolucionismo reformista de Kautsky, por uma deturpação idealista do marxismo: julgar possível a edificação do socialismo antes de a abundância de bens materiais possibilitar a supressão das relações capitalistas e das classes exploradoras e criar a base social para uma real democracia socialista.

A emergência do socialismo, na Rússia como em qualquer outra sociedade, só pode ser fruto de uma *prévia explosão das forças produtivas promovida pelo capitalismo*. Como escreveu Marx num texto célebre, *“uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade”*.

Naturalmente, o marxismo não pressupõe que o socialismo só deva chegar tranquilamente quando para isso estiverem reunidas todas as condições, como querem os reformistas. Atribui uma importância decisiva ao motor da luta de classes; mas não diz que a luta de classes possa fazer transpor milagrosamente épocas, históricas inteiras, por obra e graça da “consciência ideológica”. Admite que revoluções socialistas irão eclodir em vagas sucessivas e em vastas regiões, à medida que a decomposição do sistema capitalista for criando elos fracos vulneráveis; mas não prevê a possibilidade de um salto para o socialismo em sociedades que apenas iniciam a transição de modos de produção pré-capitalistas ao capitalismo, como era o caso da Rússia e mais ainda os da China e do Vietname.

A “IMPACIÊNCIA” DE LENINE

Não falta hoje quem conclua de tudo isto que a história deu razão a Kautsky e castigou a “impaciência blanquista” com que Lenine teria tentado avançar a todo o preço para o socialismo. *“Esquecendo Marx – escreveu Kautsky – os bolcheviques quiseram ultrapassar por meio de saltos audaciosos os obstáculos postos pelo desenvolvimento normal. O que conseguiram foi um parto prematuro, que deu um aborto”* (*The Dictatorship of the Proletariat*, pp. 98-99). O actual mergulho da Rússia no capitalismo selvagem seria a correcção do “avanço forçado” de há 75 anos.

Mas há aqui um velho equívoco. Ao contrário do que depois lhe fizeram dizer os seus seguidores, apostados em criar a lenda da Grande Revolução Socialista de Outubro, Lenine considerava óbvio o carácter *não-socialista* da revolução russa. Só na condição de virem em seu socorro

revoluções proletárias na Europa via a esperança de o poder soviético se manter e dar posteriormente o salto para o socialismo. É nesse contexto de uma revolução europeia, julgada iminente, que se encontram todas as suas referências à edificação do socialismo.

Nas *Teses de Abril*, tantas vezes citadas depois como pedra angular do seu alegado “plano socialista”, ele precisava que as transformações revolucionárias a adoptar “*não significam de modo algum a ‘implantação’ do socialismo*”... No ano anterior, acentuara que “*o socialismo será realizado pela acção unida dos proletários... de uma minoria de países que tenham atingido o estágio do capitalismo desenvolvido*”; o caso da Rússia era diferente, pois que “*caminha para a revolução democrático-burguesa*” (22, 145).

E nos conturbados anos que se seguiram à tomada do poder, insistiu uma e outra vez em que “*o socialismo é impossível sem a técnica do grande capital*”. A aliança do proletariado com o conjunto do campesinato “*determina o carácter burguês da revolução, porque o campesinato se compõe de pequenos produtores empenhados na produção mercantil*” (28, 305). A tarefa do novo poder, explicava, consistia em criar um “*regime de transição*” capaz de “*resistir até à vitória do socialismo nos países mais avançados*”, porque “*não somos suficientemente civilizados para passar directamente ao socialismo*”.

Não era fácil manter esta opinião em 1918-20, quando o regime, sob o assalto da burguesia interna e internacional, era forçado a suspender o funcionamento regular da economia e a instituir um programa de emergência, o “comunismo de guerra”. Lenine foi contudo, de todos os dirigentes bolcheviques, o que menos se deixou iludir pela radicalização dos acontecimentos, o que lhe mereceu aliás não poucas críticas (de Trotsky, entre outros) de estar preso a *preconceitos etapistas*.

Apenas uma vez terá Lenine cedido à miragem de uma superação dos limites burgueses da revolução. No Verão de 1918, e precisamente em polémica com Kautsky, Lenine opinou pela primeira vez que a revolução mudara de carácter. Realizada a “revolução burguesa” com o triunfo dos bolcheviques, “*o proletariado da Rússia passou definitivamente à revolução socialista quando conseguiu cindir o campo, ganhando para o seu lado os camponeses proletários e semiproletários*”. E especificava: “*Primeiro, de braço dado com todos os camponeses contra a monarquia, contra os proprietários, contra o feudalismo (e por isso, a revolução permanece burguesa, democrático-burguesa). Depois, de braço dado com os camponeses pobres, o semiproletariado, com todos os explorados, contra o capitalismo, incluindo os ricos do campo, os kulaks e os especuladores, e por isso, a revolução transforma-se em socialista*” (28, 310).

Este quadro dum brusco salto da revolução burguesa para a revolução socialista por efeito da luta de classes no campo não era compatível

com o que Lenine vinha defendendo quanto à ausência de condições materiais e sociais para o socialismo. A extensão da luta de classes aos campos, entre pobres e *kulaks* (a qual, de resto, teve que ser moderada pouco depois, face à catástrofe da fome e da guerra civil) não podia, por si só, superar a etapa de acumulação capitalista.

A tese poderia resultar da súbita radicalização assumida pela luta de classes no Verão de 1918 mas não deixava de ser vulnerável às objecções teóricas de Kautsky e dos mencheviques. Visivelmente, Lenine ter-se-á apercebido disso e não voltou a insistir nela. Pelo contrário, esforçou-se por delinear as características originais da *transição capitalista* que a revolução era forçada a cumprir.

EM BUSCA DUMA PASSAGEM

O que opôs verdadeiramente Lenine a Kautsky foi a questão de saber se o proletariado podia e devia tomar à sua conta a revolução democrática, uma vez que a burguesia se mostrava incapaz de a fazer. Esta é a verdadeira questão-chave que se oculta por detrás das censuras ainda hoje feitas ao “voluntarismo” de Lenine. A democracia pequeno-burguesa vê sempre como “extemporânea” e “contraproducente” a intervenção autónoma dos assalariados na luta política. Mesmo quando, como foi o caso da Rússia, só eles se mostram capazes de fazer a tarefa que, em princípio, caberia à burguesia.

Estruturalmente incapaz de levar até ao fim a sua própria revolução contra o antigo regime, mas sem poder adiá-la mais devido aos desastres da primeira guerra mundial, a burguesia russa viu-se arrastada para uma República que temia mais do que desejava. Durante oito meses, à força de entrar em compromisso com a reacção e de seguir as directivas de guerra do imperialismo anglo-francês, empurrou literalmente os operários e os camponeses para a cabeça da revolução – o que já fizera, aliás, em 1905.

Essa foi a origem da singularidade de um país atrasado cair sob o governo dos conselhos de operários, camponeses e soldados. A anomalia estava na incapacidade da burguesia, não na “impaciência” dos bolcheviques, que se limitaram a dar expressão racional aos interesses da classe operária no vazio de poder criado. As censuras de Kautsky à “*insensata ambição de poder*” de Lenine eram a imagem invertida em que à burguesia se apresentava a sua própria impotência para promover um regime capitalista estável.

Perante esta situação invulgar, a estratégia do partido bolchevique guiou-se por quatro ideias-chave, a que as obras de Lenine voltam constantemente: 1º - se o antigo regime se afunda numa crise revolucionária

e a burguesia é incapaz de fazer a sua revolução, o proletariado não pode ficar de mãos amarradas com o argumento de que “ainda não é a nossa vez”; 2º - para ter êxito, o proletariado deve isolar a burguesia liberal, incapaz e covarde, e libertar a revolta da pequena burguesia camponesa oprimida, seu único aliado seguro neste caso; 3º - uma vez tomado o poder, e tendo em conta o atraso do país, o proletariado não pode dar um salto para o socialismo; mas pode abreviar a etapa capitalista, atravessando-a à sua maneira, revolucionária, em aliança com os camponeses e mantendo o capitalismo sob controlo estatal; 4º - a termo, o êxito desta difícil travessia depende da vitória da revolução socialista num ou em vários países avançados, que reboquem a revolução russa.

Foi este *plano de trabalho* que permitiu a Lenine dar provas de uma audácia extrema quanto à possibilidade da tomada do poder pelo proletariado, sem se afastar de um severo realismo quanto aos limites objectivos da revolução. Ele teve que lutar, primeiro contra a timidez (inclusive nas fileiras bolcheviques) quanto à possibilidade de tomar o poder; e depois contra as fantasias anarquistas de dissolução do Estado e de estabelecimento do comunismo igualitário. A única solução viável era o capitalismo de Estado; desde que mantido sob o controlo da ditadura do proletariado, permitiria acumular forças e ganhar tempo até chegar o apoio da revolução europeia.

Se os bolcheviques tivessem seguido a lógica de Martov e Kautsky – “a Rússia não está madura para o socialismo, logo, não há condições para o poder soviético” – a saída mais provável para a crise social de 1917 teria sido um conluio entre a nobreza latifundiária e a ala direita da burguesia, com custos muito mais pesados para o povo russo e para os povos subjugados do Império (e para os povos de todo o mundo, que teriam defrontado a presença de mais uma potência reaccionária na cena internacional).

O partido bolchevique enveredou assim, sob a direcção de Lenine, pelo único caminho que lhe restava: tentar manter sob controlo do proletariado o processo de acumulação capitalista, acelerando-o e preparando a transição para o socialismo.

COMBATE PERDIDO

Lenine e os bolcheviques perderam a aposta. Na prática, verificou-se que a dualidade do regime – uma economia capitalista controlada pela ditadura do proletariado – era insustentável, pelo menos nas condições da Rússia de então. A reorganização económica em capitalismo de Estado progrediu em paralelo com a decomposição do poder dos sovietes (já agonizante depois da prova da guerra civil).

Poderia ter-se evitado este desenlace? As acusações ainda hoje repetidas, na esteira dos anarquistas e comunistas de “esquerda” da época, de que Lenine tinha uma concepção “estatista” do socialismo, fazem figura de revolucionárias à custa de esquecer a situação real.

Com a classe operária reduzida a um milhão, num oceano de cem milhões de camponeses, cujos interesses se opunham a tudo o que fosse para além da economia mercantil, com a economia paralisada e o país mergulhado no caos e morrendo à fome, não havia outra alternativa ao triunfo da contra-revolução senão o reforço do poder central. Por estar consciente dessa inevitabilidade, Lenine defendia sem rodeios o conteúdo capitalista da NEP, com o seu cortejo de concessões à burguesia interna e até tentativas de aliciamento do capitalismo estrangeiro. E não receou travar uma luta encarniçada em defesa de medidas tão abertamente burguesas como a atribuição de uma autoridade “ditatorial” dos directores de empresa, o suborno dos técnicos com altos salários e regalias, a adopção de medidas para elevar a produtividade e a disciplina dos operários, inclusive pelo recurso ao taylorismo, a limitação dos poderes dos sindicatos...

Mas que esperança restava, nesse caso, para o objectivo revolucionário? Lenine deu a única resposta possível, em tal situação: o socialismo acabaria por triunfar, para lá do “purgatório” do capitalismo de Estado, desde que se mantivesse a disciplina e espírito de organização do proletariado, do seu aparelho de Estado e do seu partido. Até ao fim, manteve essa convicção de que a Rússia dispunha das “premissas políticas” para retomar o caminho revolucionário. (Março de 1923).

Só que, justamente, essas premissas políticas – a ditadura do proletariado, o poder dos soviets, a democracia dos produtores – estavam reduzidas a uma existência fictícia. O próprio Lenine o reconhecia indirectamente ao admitir que “a classe operária desapareceu; que a burocracia, de que a princípio prometera “*não deixar pedra sobre pedra*”, se tornava num cancro incontrollável porque não havia outra forma de governar; que o poder dos conselhos era na prática apropriado pelo partido comunista; por último, que, com a crise de Cronstadt, a democracia se tornava “*uma palavra-de-ordem da contra-revolução*”, o que equivalia a uma constatação de falência da revolução.

Nesta situação desesperada, Lenine evoluiu para uma concepção que só podemos considerar como estranha ao marxismo – a ditadura do proletariado persistia, mesmo não havendo a democracia dos produtores, desde que se mantivesse a ditadura da “vanguarda do proletariado”, a qual por sua vez se exprimia pelo poder do partido, rigidamente organizado em torno da direcção. É incontestável que isto era a porta aberta ao que veio depois.

Por isso, os “últimos combates” de Lenine, durante a sua doença, contra a burocratização do Estado e do partido, pela revolução cultural, pela cooperação na agricultura, pelo direito das nacionalidades, mais tarde apresentados como prova de que ele desejava para a URSS um rumo muito diferente da autocracia de Staline, não têm o alcance que se lhes pretendeu dar. Esses esforços desesperados de rectificação estavam na realidade condenados à derrota, por muito justos que fossem; entravam já no campo da utopia – porque denominavam como “ditadura do proletariado” um regime em que a classe operária já estava irremediavelmente arredada do poder. A partir daí todas as batalhas estavam perdidas.

Foi com este crepúsculo contraditório do pensamento de Lenine, em que a defesa dos interesses do proletariado contra a burguesia se entrelaçava já com a defesa do capitalismo de Estado *contra o proletariado*, que a escola stalinista compôs o pseudoleninismo de consumo que seria divulgado durante decénios através de todo o mundo como “o marxismo da nossa época”: o mito de uma revolução socialista, de uma ditadura do proletariado e de um poder soviético realizados através do regime de monopólio estatal sob o governo do partido único escorado na polícia política.

A DITADURA BOLCHEVIQUE

Insistem os críticos de Lenine que esta evolução não foi casual porque ele sempre concebera o socialismo como uma organização de tipo militar e que só defendeu o autogoverno das massas em *O Estado e a Revolução* como manobra tática para ganhar as simpatias dos operários às vésperas da revolução; que só por duplicidade envolveu a tomada do poder sob a cobertura do congresso dos soviets; etc. O conteúdo ditatorial do bolchevismo, acusava Kautsky, ter-se-ia revelado plenamente no derrubamento violento do governo democrático, na dissolução da Assembleia Constituinte, na perseguição aos partidos da “democracia socialista”, no terror da Tcheka. Lenine entendia a “ditadura do proletariado”, expressão que Marx usara apenas no sentido do papel social dirigente dos assalariados, como um governo autoritário.

O velho Kautsky ficaria feliz se voltasse a este mundo. Hoje, praticamente toda a gente aderiu à sua condenação do “golpe bolchevique contra a democracia”. Até Charles Bettelheim, durante muitos anos defensor acérrimo do leninismo, acabou por descobrir (no tomo III das *Lutas de Classes na URSS*) que a tomada do poder pelos bolcheviques “interrompeu brutalmente” algo de “radicalmente novo” que fora trazido pela revolução de Fevereiro – uma democracia amplíssima, que permitia

a coexistência de diferentes partidos, de um governo, de soviets, etc. Tudo isso se teria perdido pelo facto do partido bolchevique ter pretendido “encarnar o povo e fazer a história”, ter-se arrogado a capacidade de guiar o país, ter conferido a si próprio uma “legitimidade proletária” que lhe seria consubstancial e o autorizaria a fazer a “revolução por cima” (III, 22 e segs.).

Mas tudo isto é pacotilha social-democrata. Bettelheim acabou por derrapar da crítica marxista ao capitalismo de Estado para a crítica burguesa da revolução proletária. Foi ao encontro duma das mistificações preferidas da burguesia – a revolução russa usada como “prova” de que se tem que escolher entre democracia capitalista, por muito imperfeita que seja, ou “ditadura totalitária comunista”.

Acusar Lenine de tendências ditatoriais sobre o proletariado é ridículo. Ele defendia que as medidas revolucionárias “*não podem ser aplicadas sem organizar a gestão democrática por todo o povo dos meios de produção arrancados à burguesia, sem fazer participar toda a massa dos trabalhadores – proletários, semiproletários e pequenos camponeses – na organização democrática das suas fileiras, das suas forças, da sua participação no Estado*”; já defendera, quando a revolução ainda não estava à vista, a inevitabilidade do “*desenvolvimento integral da democracia, isto é, a participação de facto igual e universal de toda a massa da população em todos os assuntos do Estado e em todas as questões complexas da liquidação do capitalismo*”. (23, 23-24).

O que a crítica burguesa não perdoa a Lenine é a nitidez com que demonstrou que só no decurso da destruição revolucionária da ordem burguesa conseguem os produtores assalariados, não apenas desmantelar os aparelhos de repressão e condicionamento ideológico que os subjagam, mas também educar-se para a democracia socialista e a auto-gestão – a ditadura do proletariado. E também ter provado que o êxito dessa obra de destruição criadora depende da centralização democrática do partido da revolução, capaz de lhe dar coerência, unificação, ampliação. A condução bolchevique da revolução em 1917-18 permanece como um modelo para o movimento operário.

Ao condenar a dissolução da Assembleia Constituinte e a repressão sobre os partidos pequeno-burgueses passados para o campo da contra-revolução, Kautsky batia-se contra a hipótese de instituir a ditadura do proletariado. E quando assegurava que o verdadeiro socialismo na Europa civilizada seria muito diferente do “desprezo bolchevique pela democracia”, reflexo duma “etapa primitiva do movimento operário”, ele simplesmente condenava as medidas de autodefesa da revolução e branqueava a burguesia. O seu ideal de “democracia socialista” não ia além do horizonte da democracia parlamentar a que estava habi-

tuado, com operários e capitalistas convivendo “civilizadamente” porque os primeiros respeitavam religiosamente os “direitos democráticos” dos segundos...

A REVOLUÇÃO ABORTADA

É verdade que a revolução se debateu desde os primeiros dias com um problema crucial, mas não por excessos repressivos. O dilema era: como garantir que a repressão da *Tcheka* sobre os contra-revolucionários não interferiria com a genuinidade democrática do governo dos conselhos?; como combinar as decisões centralizadas em matéria militar e económica com o alargamento da democracia?; como assegurar que a direcção política do partido comunista, confirmada pela revolução, seria exercida no âmbito do tratamento igual a todos os partidos que respeitassem a nova legalidade soviética?; como avançar ininterruptamente no caminho do autogoverno diário dos trabalhadores? Numa palavra: como poderiam os bolcheviques ter conseguido que a repressão da contra-revolução *reforçasse e não enfraquecesse* a ditadura do proletariado?

Ora, a solução desse problema não estava ao alcance dos bolcheviques, porque era simplesmente impossível nas condições sociais do país. O proletariado, forçado a tomar a cabeça da revolução, não tinha força para exercer a ditadura. O estrangulamento da revolução russa não pode pois ser atribuído nem à audácia da tomada do poder nem à energia das suas medidas para desmantelar a ordem burguesa, mas sim à falta de base social para consolidar essas medidas. Aos bolcheviques só restava tentar desempenhar, num esforço sobre humano, esse papel, esperando que a revolução europeia viesse em socorro da Rússia. Como isso não aconteceu, o abortar do poder soviético tornou-se inevitável. Cada medida repressiva contra a burguesia, em vez de consolidar a democracia dos trabalhadores, era também um golpe no proletariado, porque reforçava o poderio de um aparelho estatal que lhe era estranho e ajudava a ascensão de uma nova classe exploradora, administradora do capitalismo de Estado.

Vitioso no plano político, o proletariado não podia libertar-se da sua condição de servidor do processo de acumulação do capital; expropriada, a burguesia obteve a sua desforra através da camada burocrática que assumiu a direcção do processo. E isto significa, muito precisamente, que a revolução se recusava a passar além da etapa burguesa que a história lhe destinava, por muito que a classe operária e a sua direcção comunista o tentassem.

Aconteceu assim o que Kautsky previra: a revolução russa não conseguiu transpor os seus limites económico-sociais, e os bolcheviques, para não ser derrubados, acabaram por “*renegar o seu programa e tornar-se agentes*

de um processo histórico radicalmente estranho aos ideais socialistas". Mas só o académico Kautsky se lembraria de condenar os comunistas por procurarem uma solução positiva para o desafio posto pela história.

Do mesmo modo, só sucessores de Kautsky podem hoje, como Bettelheim, desvalorizar o imenso valor histórico de Outubro de 1917 sob a alegação de que o poder que se autodenominava como uma ditadura do proletariado era, na realidade, "*uma ditadura em nome do proletariado e que acaba por se exercer sobre a própria classe operária*", "*uma 'revolução capitalista', que acabou por conduzir a uma expropriação radical dos produtores directos*" (III, 23-24). Se isso efectivamente veio a ser assim, ninguém à partida poderia assegurar que não se abriria um caminho de saída para o poder dos soviets, nomeadamente através da revolução na Europa.

Culpar Lenine e o bolchevismo por a revolução ter refluído após as conquistas iniciais e se ter *congelado* na etapa burguesa é, de facto, contestar o direito do proletariado a procurar a via do socialismo, que só pode ser encontrada por aproximações e experiências fracassadas.

OS COMUNISTAS NA VANGUARDA DO SÉCULO

A originalidade deste século, que leva o senso comum a constatar a "falência do socialismo", pode resumir-se nisto: como o imperialismo em expansão bloqueou nos países dependentes a repetição de revoluções burguesas clássicas, a decomposição do antigo regime nesses países teve que abrir caminho por vias novas. Irromperam revoluções populares conduzidas por um proletariado com aspirações socialistas mas que não podiam ultrapassar os marcos do capitalismo em que essas sociedades mal tinham entrada. O resultado foram os regimes de capitalismo de Estado que, na Rússia, China, etc., percorreram, a marchas forçadas, a distância abismal que separava essas sociedades da civilização moderna, fizeram transpor a um quarto da humanidade o estrangulamento das forças produtivas a que parecia condenada e ainda impeliram poderosamente o movimento nacional anti-imperialista por todo o mundo, pondo o imperialismo na defensiva.

Mas foi apenas disso que se tratou. A "formação do campo socialista" que julgámos presenciar foi imaginária. A sequência dos acontecimentos nesses países, tão semelhante que se manifesta como uma lei histórica, mostrou que as expectativas de que a revolução socialista pudesse ser engrenada sem interrupção na revolução burguesa eram infundadas. A economia acabou por levar a melhor sobre a política. E isto porque o capitalismo de Estado, como todas as formas de capitalismo, traz vinculada a si, como uma necessidade orgânica, a subjugação férrea do proletariado, matando no ovo a revolução popular.

Aconteceu assim que os custos deste *atalho* da história, globalmente progressivo, foram pagos pelo movimento operário e pelo marxismo, devido ao papel central que nele foram chamados a desempenhar. Tudo o que o movimento operário adquiriu com o triunfo inicial da revolução russa (a projecção mundial do leninismo e a formação da Internacional Comunista), voltou a perdê-lo quando as burguesias burocráticas de Estado assumiram a hegemonia efectiva do movimento operário internacional, aprisionando-o durante três quartos de século às necessidades da sua estratégia.

A imagem do socialismo foi degradada ao nível do capitalismo estatal e a democracia dos conselhos desacreditada pelo Estado policial. Os partidos comunistas foram decalcados pelo modelo dos partidos únicos monolíticos; a Internacional Comunista desnaturada e depois dissolvida; a táctica leninista de hegemonia do proletariado desfigurada nas “frentes populares” e “nacionais”; o marxismo rebaixado numa mistela dogmático-revisionista. Foram afinal trunfos para a social-democracia, que melhor pôde encobrir os seus fretes ao imperialismo sob as bandeiras da “oposição ao totalitarismo” e do “socialismo democrático”.



A constatação de que a história, afinal, não vivia a aceleração que supúnhamos mas percorria um desvio, produz agora com frequência a opinião desencantada de que voltámos à *estaca zero* depois de décadas de ilusão; a ambição comunista de golpear a burguesia e o imperialismo teria sido “precipitada” e só nos restaria esperar que se reúnam as condições objectivas para a passagem ao socialismo (se é que isso existe...).

Esta é, quanto a nós, uma conclusão equivocada. Reconhecer as misérias deste eclipse do comunismo não tem nada a ver com qualquer postura autocrítica perante a social-democracia. Falhadas nos seus objectivos finais, as revoluções russa e chinesa foram, mesmo assim, as impulsionadoras de todo o movimento avançado deste século e aceleraram a decomposição do sistema capitalista mundial.

Fechado agora, ao que tudo indica, o ciclo das revoluções proletárias antecipadas, um novo ciclo de revoluções germina, que levará certamente a humanidade mais adiante no processo de superação do capitalismo agonizante. Nada sabemos por enquanto das tarefas que colocará. Mas só as iremos descobrindo na medida em que nos elevemos aos ombros da grande revolução russa e aprendamos as suas lições; não, certamente, se a caluniarmos.

Como Lenine escreveu no *Renegado Kautsky*: “a vitória do proletariado na Rússia não chega para a vitória completa do socialismo? Claro que

não. Um país sozinho não pode fazer mais. Contudo, graças ao poder dos soviéticos, este país já fez tanto que, mesmo se amanhã o imperialismo mundial esmagasse o poder soviético russo, mesmo nesse caso a tática bolchevique teria prestado um serviço extraordinário ao socialismo e teria contribuído para o crescimento da invencível revolução mundial”.

(Política Operária nº 41 Set./Out. 1993)



Religião é veneno - protege os miúdos.

ВСТУПАЮЧИ ДО КРАЮ ДО ПОСЛЕДНОГО
ДО ПЕРШОГО ПОСЛЕДНОГО ПОСЛЕДНОГО ПОСЛЕДНОГО

№ 22



СМЕРТЬ МИРОВОМУ ИМПЕРИАЛИЗМУ

Morte ao imperialismo mundial.

“O COMUNISMO AINDA VAI DAR QUE FALAR”

Para assinalar dez anos de publicação, o director de Política Operária respondeu a um conjunto de perguntas colocadas por colaboradores e amigos da revista, em torno das questões actuais do comunismo.

Que acolhimento para o vosso projecto nestes dez anos?

Fraco, se exceptuarmos uma pequena franja de apoiantes fiéis e de leitores atentos. Alguns que iniciaram a marcha connosco, depressa se cansaram. A opinião enfeudada ao sistema ignora-nos. É como se vogássemos no vazio. Os outros concedem, quando muito, que a nossa intenção é boa, mas não vão mais além. Censuram-nos pelo que deveríamos fazer e não fizemos, perguntam-nos se vale a pena tanto esforço para tão poucos frutos enfim, convidam-nos mais ou menos abertamente a desistir. É normal. Hoje, todo o que recuse a rendição ideológica incondicional é olhado como louco ou suspeito. A lógica da postura revolucionária não faz parte da vida diária das pessoas. Há que aguardar.

Passados dez anos, não é altura de reconhecer que a vossa mensagem não passou e o vosso projecto falhou?

Dez anos é pouco tempo. Além disso, não resumimos o nosso balanço às repercussões obtidas junto da opinião pública, necessariamente escassas em período tão desfavorável. Para nós conta muito a aproximação que temos feito ao marxismo ao longo do nosso percurso. Julgamos que nos arma para batalhas futuras. É essa convicção que nos permite manter cabeça fria e nervos sólidos.

Lendo a PO, encontro muitas coisas com que concordo sem dificuldade, mas não uma plataforma ideológica definida; umas vezes parece mais stalinista, outras um pouco guevarista, outras anarquizante, outras ainda democrática... Vocês têm claro a que ponto vos levou o vosso percurso e a sucessão das vossas rupturas? Sabem para onde vão? Sabem o que são?

Somos comunistas, a esse respeito não tenha dúvidas. Só que, para nós, ser comunista é um pouco diferente do que eu ou você pensávamos aqui há uns anos. É uma atitude mais radical face ao mundo burguês e ao mesmo tempo mais racional, mais aberta às interrogações,

bastante mais marxista, diria eu hoje. O nosso “marxismo-leninismo” anterior seguia uma série de convenções; hoje é muito mais crítico e exigente.

Mas o mundo em que os comunistas se reviam, mesmo quando o criticavam, desapareceu e ninguém espera que regresse. O que vos leva a persistir?

É simples: não nos sentimos esmagados pelo terramoto do Leste, ao contrário da massa das pessoas de esquerda. Não choramos o “desaparecimento do socialismo”, porque nos tínhamos capacitado (muito lentamente, é verdade) de que aquilo era tudo menos socialismo. Como estávamos ancorados à luta de classe anticapitalista, à necessidade do comunismo, não vimos no que aconteceu nenhum motivo para entrar em crise ideológica.

Nesse caso, porque andam há tanto tempo envolvidos num interminável ajuste de contas com o passado?

Nós não podíamos abrir o espírito para as novas exigências da luta de classes enquanto não atingíssemos uma visão global do ciclo que se fechou, das causas da degenerescência das revoluções proletárias. Hoje, julgamos que chegámos a um razoável entendimento do que representaram estes três quartos de século na marcha da revolução. Concluimos aquilo que desde o início deveria ser óbvio para marxistas: na URSS como na China, etc., não havia socialismo, não por erros ou desvios, mas pela simples razão de que tal era impossível. Houve revoluções burguesas, nacionais, anti-imperialistas, que, pelo facto de terem sido detonadas pelos operários e camponeses e dirigidas por partidos comunistas, assumiram durante alguns decénios características invulgares, mas sem transcender o marco do capitalismo.

Revoluções burguesas que expropriaram a burguesia, hostilizaram o capitalismo mundial e adoptaram o marxismo-leninismo?!

E porque não? Este século mostrou-nos o carácter original que podem assumir as revoluções burguesas retardadas, na época do imperialismo e do proletariado ascendente. Talvez ainda vejamos no século que se inicia outras variantes deste tipo de revoluções. Como a burguesia nacional, débil e lacaia do imperialismo, é incapaz de as conduzir, a classe operária é projectada a primeiro plano. Tenta naturalmente fazer a sua própria revolução, mas a ausência de premissas económico-sociais não lho consente. Resulta daí um regime híbrido, que cola aspirações operárias socialistas sobre uma estrutura capitalista. No fim, a expropriação inicial da burguesia vem a revelar-se como uma poderosa alavanca da acumulação capitalista sob a égide do Estado. É o capitalismo

de Estado, uma deformação temporária que, cumprida a sua função, cede o lugar ao livre jogo do capital.

Em resumo, Kautsky estava certo e o messianismo leninista foi uma loucura que custou cara à humanidade?

Nem por sombras. Perante a incapacidade da burguesia para fazer a revolução burguesa, os bolcheviques apoiaram a fundo a insurreição dos explorados. Até onde poderia ela chegar, que apoios exteriores poderia receber, que reflexos causaria nos outros povos, era uma incógnita. É essa audácia que faz de Lenine um modelo para todos os revolucionários. Voltar as costas à revolução popular que irrompe com o argumento de que ainda não é a vez do socialismo, é o que fazem os Kautsky de todos os tempos, com a conclusão prática de se porem do lado da burguesia e espingardarem os trabalhadores, em nome do “marxismo”

A vossa posição quanto ao stalinismo evoluiu mas parece ainda ambígua: condenam os crimes, etc., mas continuam a tomar partido pela URSS dessa época e a elogiar a sua política externa.

Nada tendo de socialista ou comunista, a URSS esteve na primeira linha da luta contra a guerra mundial e o fascismo e impulsionou o movimento operário pelo mundo fora. Durante algumas décadas, o regime da URSS, tal como depois o da China, só podia defender-se do estrangulamento se apoiasse as correntes populares e anti-imperialistas. Esse é um facto iniludível. A burguesia falsifica-o porque precisa de fazer esquecer a sua grossa fatia de responsabilidade nos 50 milhões de mortos da segunda guerra mundial e porque ainda hoje a incomoda a aura revolucionária que rodeava o regime stalinista devido à sua origem.

Mas não nega que os partidos comunistas, em todo o lado onde chegaram ao poder, o açambarcaram, baniram as eleições livres e oprimiram o povo?

Elevados ao poder (por revoluções populares autênticas, não por qualquer golpe, atenção!), esses partidos viram-se obrigados a presidir a transformações sociais muito diferentes das que supunham à partida. Degeneraram por isso, todos eles, em partidos únicos do capitalismo de Estado. A história tenebrosa da supressão das liberdades, das “deparações” internas e do reinado dos *aparatchiks* não pertence ao património do comunismo e do marxismo, foi parte integrante da acumulação capitalista a que esses países não se puderam furtar.

Mas não é. Não fomos nós que inventámos a mutação social e ideológica que se dá entre o Stalin de 1915 e o Stalin de 1935, por exemplo; ou a passagem do Mao da guerra de libertação ao déspota envolvido em intrigas do poder no fim da vida; ou mesmo a mudança que se detecta

nas posições de Lenine nos seus anos derradeiros, quando a revolução dos soviets agoniza. A luta de classes é uma corrente impetuosa que modela as pessoas.

Foi. Na URSS, o despotismo de Stalin serviu a generalização das relações capitalistas sob propriedade estatal; teve, com a brutalidade que sempre acompanha os processos de acumulação capitalista, um significado histórico positivo de criação de bases duma economia moderna, pela eliminação da pequena produção pré-capitalista. Comparativamente com as revoluções burguesas clássicas (França, Inglaterra, Estados Unidos), a da Rússia teve uma projecção mundial muito mais vasta, e isso devido ao seu impulso proletário inicial. Coisa semelhante se pode dizer do “comunismo” da China, saído duma gigantesca revolução camponesa.

Na Alemanha hitleriana estamos perante uma aventura imperialista, de pilhagem, duma burguesia inconformada com a derrota imposta pelos rivais na 1ª guerra mundial, em busca duma desforra por qualquer meio.

E o totalitarismo que caracteriza uns e outros, não tem importância? O gulag foi melhor que os campos de concentração?

Justamente, se falamos em totalitarismo e massacres, verificamos que, dos três grandes campos em que a certa altura se dividiu o mundo fascista, “comunista” e democrático –, este último não foi decerto o menos mortífero. Só que exporta em geral a fome e o terror para lá das suas fronteiras... O Estado de direito e a garantias democráticas dos cidadãos nas metrópoles do capital, para além do carácter fraudulento, têm o seu reverso nos cenários de pesadelo do terceiro mundo; são duas faces da mesma moeda.

Como comunistas, condenamos todos os massacres. E por isso repudiamos a pretensão da democracia imperialista se arvorar em juiz na matéria.

Não nega que foi o conhecimento das mentiras do socialismo que lançou o movimento comunista na crise...

A crise do movimento comunista tem raízes mais fundas. Resultou da ilusão, criada pela revolução russa, de que a ditadura do proletariado já tinha os seus baluartes e poderia triunfar a médio ou mesmo curto prazo num grande número de países. Como as condições revolucionárias estavam muito menos amadurecidas do que se supunha, o movimento, ao sofrer o choque com a realidade, começou a ser avassalado pelo reformismo.

Só pôde deitar raízes sãs em países oprimidos onde germinava a revolução, mas aí, os comunistas tiveram que se pôr ao serviço das tare-

fas antifeudais e de libertação nacional que estavam na ordem do dia e foram moldados por elas. Num e noutro caso, os comunistas não viram sair dos seus esforços e sacrifícios a almejada revolução socialista. Contingências da primeira fase da época imperialista... É provável que a nova fase agora iniciada traga um maior campo para o marxismo revolucionário.

A corrente marxista-leninista não tinha também a ambição de retomar o espírito revolucionário leninista?

Sim, tinha, mas não estava apetrechada para isso porque não ousava criticar o stalinismo. No fundo, o nosso "leninismo" da época levantava a bandeira do capitalismo de Estado jovem e aguerrido contra o capitalismo de Estado gasto e corrupto. Stalin contra Kruchoy, Mao contra Deng. Disparávamos na boa direcção mas a trincheira não nos permitia ir mais longe.

Quando isso se tornou evidente, uma parte das nossas hostes deslocou-se para posições mais avançadas; a outra parte, a maioria, como geralmente acontece em emergências destas, depôs as armas, desencorajada. Por mim, não lamento o percurso, só lamento a sua lentidão. Foi uma etapa necessária para nos reapossarmos do marxismo.

Há quem diga que o vosso marxismo é demasiado político e continua carregado de "espírito de partido", sempre em busca da "linha justa"...

Essa é uma crítica que aceitamos com gosto. Fomos formados na escola leninista, sempre alerta contra a apropriação do movimento do proletariado pela pequena burguesia democrática. Aquilo a que se chama depreciativamente a nossa "mania da ortodoxia" é a noção de que atrás de pequenos matizes políticos se podem ocultar grandes diferenças de classe. Diferenciar e puxar para cima os interesses do proletariado no movimento popular é para nós a chave, o sal do marxismo. Marxismo de salão, descomprometido da luta de classes, não nos serve.

O defeito da vossa revista é, na opinião de bastantes pessoas, a pouca audácia das análises, um certo repisar em ideias adquiridas e a ausência de progressos na elaboração dum programa político.

Estou de acordo; temos sido muito lentos. Em todo o caso, conseguimos percorrer estes dez anos sem cair por nenhuma ribanceira "pós-marxista". Nos tempos que correm, já não é mau de todo. No que se refere especificamente ao programa político, estamos conscientes da sua importância, mas não cremos que se possam fazer grandes progressos enquanto o próprio movimento não clarificar mais as questões. Se contribuirmos para a criação duma corrente de ideias comunistas em Portugal, já nos daremos por satisfeitos.

Não seria mais produtivo empenharem-se em acções de intervenção, mesmo localizadas?

Empenhamo-nos em acções locais, sempre que possível, mas subordinamos a nossa actividade à edição da revista. Somos um pequeno grupo, temos que escolher prioridades e sentimos que o mais grave para o movimento revolucionário seria permanecer no actual caos ideológico, privado de pontos de referência, percorrido em todos os sentidos pela ideologia burguesa.

É verdade que a propaganda tem pouco eco, mas o mesmo acontece com a agitação, as greves, etc. É próprio da época que atravessamos. O problema é que há uma desconfiança tradicional na nossa extrema-esquerda quanto à actividade ideológica e de propaganda, vista como “teoricista”, “desligada das massas”. Se isto reflecte em parte a má opinião dos militantes operários perante certos “ideólogos” enfatuidos que a pequena burguesia radical de vez em quando lhes envia, reflecte também, e agora sobretudo, a crença infantil de que se pode sair das dificuldades ignorando a ideologia -, um certo culto da ignorância enraizado no nosso movimento operário e no qual o PCP tem uma pesada responsabilidade.

Enfim, não vamos insistir em velhos debates cansados sobre o primado da teoria ou da prática. Para nós é claro que a actual crise das lutas tem muito a ver com a pretensa “falência do marxismo”; logo, a intervenção nesse terreno é vital para desatar o nó. Não acreditamos que um movimento revolucionário coerente, articulado, saia da mera soma de lutas parcelares por objectivos imediatos. A articulação só lhe poderá vir dum corpo de ideias, dum projecto revolucionário, que neste momento não existe.

E a PO é que irá criar esse projecto?

Não sei. Pretendemos apenas entender o passado do movimento e antecipar um pouco do que vai acontecer, para poder agir de forma racional. Não é essa a atitude que se espera de marxistas?

Crêem seriamente que uma nova geração de trabalhadores de fábrica adoptará as vossas ideias e dará corpo a uma organização revolucionária num futuro previsível?

É para isso que cá andamos. Estamos convencidos de que o nosso contributo para uma corrente de ideias comunistas em Portugal é um dos elementos que estão a preparar o nascimento desse partido comunista futuro. Mas será preciso conjugar muitos mais esforços, vindos de outras origens.

Pensam num partido leninista “puro e duro”, guiado pelo centralismo democrático, apesar dos males que isso causou no passado?

Pensamos num partido de combate, capaz de unificar o pensamento e a vontade dos oprimidos, porque sem isso não haverá derrubamento efectivo do poder burguês. Este é um ponto que nos separa radicalmente de outras forças que se reivindicam do socialismo. Neste momento, como se compreenderá, não nos preocupa por aí além a discussão dos estatutos desse partido, mas vemo-lo um pouco à imagem do partido bolchevique nos anos da revolução. A sua centralização democrática estava nos antípodas daquilo que mais tarde os *aparatchiks* designaram como tal, e que foi a supressão do debate e da liberdade criadora, a paranóia da indisciplina e do fraccionismo próprias dum partido reac-cionário, monopolizador do poder.

Como explica a escassíssima penetração da vossa mensagem em todos os sectores da população, e especialmente na juventude?

Ah, sim, os jovens... Correndo mais uma vez o risco de ser dado como “dinossauro” empedernido, digo-lhe que a opinião dos jovens me parece fraco aferidor da verdade ou do erro. Cultiva-se hoje uma grande demagogia quando se aponta os jovens como estando na vanguarda devido à sua insatisfação com o que existe, à irreverência com que questionam a ordem, ao movimento anti-propinas, etc. Deixemo-nos de fantasias: a juventude sofre duma despolitização atroz e não há “intuição” ou “generosidade” que lhe valham.

Mas é um facto que a linguagem marxista soa aos jovens como algo velho, ultrapassado...

A questão não é de linguagem; o marxismo apela à inteligência, ao raciocínio em matéria social, e por isso surge como estranho a pessoas alimentadas com ideias primárias e impulsos irracionais. Por motivos políticos e de mercado, existe hoje uma campanha lisonjeando como um mérito a ignorância da juventude. Extrai-se o cérebro a um indivíduo e depois aplaudem-se as suas reacções... A cruzada contra o “esgotamento” da mensagem das gerações mais velhas é uma forma de cortar a transmissão da experiência acumulada. Com apelos desses à juventude prosperaram no passado os fascistas e, e, no nosso tempo, o cavaquismo, os negócios do espectáculo, a droga... e o fascismo.

Já se sabe que a revolução será feita pelos jovens, não pelos velhos. Mas só quando houver jovens capazes de elevar a sua rebelião ao nível da acção revolucionária. E g isso não se adivinha, aprende-se.

Viver anos e anos nos subterrâneos, como a toupeira, não é cansativo?

Em tempo de contra-revolução e num país inserido num dos centros imperialistas, é normal que os pontos de apoio do comunismo nas massas sejam reduzidos. Pode até acontecer que seja forçado a passar à clandestinidade ou mesmo ser privado de espaço para existir como partido político. Se isso acontecer, ainda que não nos agrade mesmo nada, mais vale enfrentar a situação do que pormo-nos em busca de “soluções” mágicas que desembocam na liquidação da linha revolucionária como preço da “ampliação”.

Se a vossa conclusão é que os partidos, sindicatos, intervenções alternativas está tudo apodrecido e a massa da população está despolitizada, então quais serão os vossos pontos de apoio?

É sempre possível manter laços com os explorados através do trabalho de oposição sindical, de comissões de luta temporárias, apoiando as reivindicações que questionam a ordem existente. Não vemos que, para ter espaço de intervenção, seja preciso entrar em compromissos com as instituições. Isso é desculpa dos que, em nome de “táticas flexíveis”, procuram um lugar ao sol.

No tempo do maoísmo costumava dizer-se que era preciso “ajudar as massas a percorrer a sua própria experiência”. Esse princípio está desactualizado?

Pelo contrário, é actualíssimo. A questão está em saber de que experiência falamos. Para nós, comunistas, é experiência real e não ilusória da luta de classes tudo o que contribua para levar os explorados a uma postura antagónica com a ordem burguesa. Somos portanto muito exigentes na avaliação das acções parcelares, imediatas: conduzem a conclusões de ruptura com a ordem ou a ilusões de reforma? Pode acontecer, e acontece na maioria dos casos, que não passem de ratoeiras “alternativas”, ópio “contestatário”, diversões para reconduzir as massas à aceitação da ordem.

Não é politicamente estéril ficar à margem das batalhas concretas em nome da pureza dos princípios?

Se está a pensar nas próximas eleições, posso já adiantar-lhe que nós, na OCPO, mesmo sem debates profundos, nos sentimos fora dessa guerra.

PS e PSD, tudo no mesmo saco?

Mais ou menos. Quanto mais progride a centralização do capital, a absorção do país no espaço imperialista europeu, o assalariamento da pequena burguesia, menor é o espaço para variantes de “esquerda” na política burguesa, mais se restringe o campo da demagogia das reformas “socialistas”, mais semelhantes se tornam as políticas e os discursos.

Não é por acaso que o PS e o PC são governados por eurocratas, gestores e economistas, tal como o PSD e o CDS. Aliás, quem esqueceu aquilo que o PS fez no governo?

Quer dizer que não vão ajudar a correr com o cavaquismo?

Alto aí! Desde o início que trabalhamos para isso e olhe que aqui há meia dúzia de anos não era fácil ser anticavaquista; não estava na moda. Simplesmente, nós não entendemos a luta contra a direita como um voto no centro, que, uma vez no governo, vai fazer a política da direita... A luta contra o cavaquismo tem a ver com o reagrupamento dos explorados, com o despertar do seu espírito de classe, da confiança nas suas próprias forças. É nisso que nos empenharemos, antes, durante e depois das eleições.

A vossa posição acaba por se cifrar num anti-eleitoralismo não claramente assumido.

Temos verificado que nas condições actuais e eu sublinho, nestas condições o aproveitamento revolucionário das eleições é muito problemático. Devido ao refluxo do movimento de massas, o jogo eleitoral é monopolizado pelas grandes máquinas partidárias, é um segmento de mercado que não depende de argumentos políticos mas de operações bem conduzidas de *marketing* com apoio na comunicação social. Nesta correlação de forças, a intervenção dos pequenos partidos marginais, entalados no colete de forças legal burguês, acaba por ser recuperada como “prova da democraticidade” do processo.

Na UDP, para falar duma experiência que vivi de perto, com o engodo de aproveitar os tempos de antena para aparecer perante todo o país, de aumentar a percentagem de votos e eleger um deputado (às tantas, já sonhavam com dois ou três...), entrou-se na lógica de moderar a linguagem, desnaturaram-se as posições revolucionárias, deu-se livre curso ao reformismo, sanearam-se os revolucionários, esbateram-se as fronteiras com o PCP.

As eleições, em período de apatia das massas, nunca mudarão nada. É por isso que a burguesia as aprecia tanto. Servem apenas para revezar e refrescar as equipas de governo, legitimar a fraude burguesa da “igualdade de direitos” (já vem no Lenine mas agora é vinte vezes pior), dar escape às tensões sociais pela aparência de escolha que proporcionam e domesticar os revolucionários. Se, mesmo assim, os comunistas podem ou não utilizá-las para acumular forças, é caso que teremos que ponderar no futuro.

A vossa revista não poupa o PCP. Não há aí da vossa parte reflexos sectários herdados da velha corrente marxista-leninista?

Não creio que tenha nada a ver com sectarismo. Os comunistas só podem criar o seu próprio campo se desmistificarem o falso comunismo do PCP. Basicamente, temos que dizer que o sonho duma democracia burguesa nacional-progressista aquilo a que o PCP chama a “democracia avançada” é uma história da carochinha para adormecer simplórios. “Democracia avançada” com a burguesia no poder é um mero momento passageiro de equilíbrio de forças entre os dois campos; apontá-la como meta duma política é absurdo; mais ainda quando, ao chegar a um momento desses se puxa para trás, como fez o PC em 75. Só a credulidade conformista de certas franjas proletárias e pequeno-burguesas amachucadas pela derrota dá base de sustentação a uma estratégia tão impotente.

A função do PCP é recuperar todos os descontentamentos e canalizá-los de novo para dentro do respeito pela ordem. Compreende-se que alguns trabalhadores digam: “O PCP pode não ser revolucionário, mas ao menos existe, está na Assembleia, na CGTP, vai fazendo alguma coisa...” Mas se encararmos a questão do ponto de vista dos interesses do movimento a longo prazo, é fácil demonstrar que a classe operária não precisa duma ala esquerda dentro do regime mas dum organizador da revolução.

Mesmo assim, daí até atacar os PCs como contra revolucionários vai uma grande distância...

Tudo depende da aspereza da luta de classes. Pelo que dizem hoje, avaliamos o que farão amanhã. Quando, por exemplo, Robert Hue, secretário-geral do PCF, vem proclamar, em vésperas das eleições presidenciais em França, a sua rejeição da “ideia de revolução violenta e da ditadura do proletariado”, ele não está a rejeitar uma “ideia”; está a comprometer-se perante a burguesia a lutar contra a revolução, a defender o regime burguês, em caso de necessidade. Isto é contra-revolução.

Mas com essa lógica, a PO acaba por recusar uma política de alianças e esquecer tudo o que Lenine disse a esse respeito...

A velha polémica sobre as alianças com a pequena burguesia tem que ser discutida no concreto, para evitar a mastigação de ideias feitas. Quando há um século camadas pequeno-burguesas pré-capitalistas (camponeses, sobretudo, artesãos, etc.) estavam a ser trituradas pelo ascenso do capital e lutavam pela sobrevivência, podia-se atraí-las à órbita do proletariado (na condição de a luta deste ser suficientemente poderosa). Mas à medida que o mercado capitalista invadiu todos os poros da sociedade e a pequena burguesia foi remodelada e aglutinada, o seu alinhamento social modificou-se. Agora, ela é uma peça obediente do mecanismo capitalista, de que se alimenta.

Ora, a maioria dos partidos comunistas, mal conseguiram alguma implantação no proletariado, começavam a esbracejar para “ganhar a aliança com a pequena burguesia, como ensinou Lenine”. Os PCs revisionistas inventaram mesmo toda uma teorização sobre as alianças antimopolistas com a pequena burguesia; o resultado foi transformarem-se eles próprios em órgãos dessa pequena burguesia.

Se o proletariado quiser lançar-se numa luta independente pela sua emancipação das cadeias do capital, tem que se capacitar de que todos os sectores da burguesia estão contra esse projecto. Alianças? Ótimo! Mas como saberemos quem está disposto a ser aliado do proletariado antes de este se afirmar na cena política e ideológica como uma força revolucionária independente?

Em sua opinião, o partido comunista deve preparar-se para o derrube violento das instituições?

O partido comunista é digno deste nome se se puser à altura das necessidades da revolução, sabendo que esta será extremamente violenta devido à recusa da burguesia a abandonar o poder. Isto é elementar e óbvio mas a burguesia faz um alarido tremendo com o assunto, como se fosse um ultraje. Não satisfeita com oprimir, a burguesia ainda exige que os de baixo reverenciem essa opressão como “democracia”, caso contrário persegue-os como “subversivos”, “associais”, “terroristas”.

O que o leva a pensar que os partidos comunistas do futuro não cairão em desvios semelhantes aos do passado e não se transformarão em ditadores?

Não é um problema de erros mas de necessidade histórica. Se amanhã triunfasse uma revolução popular num país camponês, como as Filipinas ou o Bangla Desh, digamos, e os comunistas estivessem na sua vanguarda e assumissem o poder, ficando isolados internacionalmente, haveria muitas possibilidades de terem uma evolução semelhante à que sofreram os bolcheviques russos ou os comunistas chineses. A revolução que têm para realizar não lhes daria muitas margens de opção. É um problema social, do nível da revolução num dado país, insisto, e não do partido em si. Mas se houver uma revolução num país ou conjunto de países de capitalismo amadurecido e generalizado, com a massa da população assalariada, surgirão experiências de socialismo autênticas, naturalmente inconciliáveis com qualquer sistema de partido único.

Falemos em concreto: supondo que o vosso futuro partido comunista chegasse ao poder, estaria disposto a submeter-se ao veredicto popular em eleições livres e limpas, aceitar a alternância de poder?

Estando a vigorar o socialismo, o problema não seria de saber se nós nos agarrávamos ou não ao poder, mas se as organizações populares no-lo admitiam. Repare: comete-se habitualmente o erro de imaginar a vida em socialismo decalcada sobre a nossa sociedade actual, como se apenas tivesse de diferente um governo socialista ou comunista. Ora, o socialismo só surgirá depois dum período certamente longo de convulsões revolucionárias através das quais a massa da população assalariada expropriará a burguesia e passará a gestão das empresas, a administração, etc. para organismos eleitos, abertos ao seu controlo, revogáveis. E, a partir do momento em que os trabalhadores tenham feito a experiência do autogoverno socialista, a ideia de que possam eleger um partido burguês para o governo é absurda. Não acha ridícula essa conversa que agora surgiu dum referendo para saber se queremos voltar aos tempos dos reis e do clero, nobreza e povo? Assim também soará no futuro a proposta para se restaurar a propriedade privada, os patrões, a finança... Quando as massas acabarem com o capitalismo, é de vez. De resto, é por presentirem isso que os burgueses, democratas e não democratas, ficam gelados de pavor perante a perspectiva da revolução comunista.

Continuam portanto a reivindicar o objectivo da ditadura do proletariado?

Enquanto existir burguesia e proletariado, ou manda um ou manda o outro. É dos livros... O que será em concreto a ditadura do proletariado, não sabemos. Uma coisa sabemos todavia, desde já: não será nada do que existiu na União Soviética. Por três motivos: primeiro, porque o socialismo só é concebível em condições de liberdade irrestrita de criação, de comunicação, de organização; segundo, porque ele pressupõe uma descentralização muito maior, a generalização do autogoverno e o depercimento do poder central do Estado; terceiro, porque, numa sociedade donde foi erradicada a exploração, o papel dos partidos políticos como aparelhos de poder tenderá provavelmente a declinar e ascenderão outras formas de organização dos produtores.

“Liberdade irrestrita” em ditadura?! Há aí uma contradição tremenda!

De modo nenhum. Criada por via revolucionária uma nova ordem constitucional na qual é banida a exploração do homem pelo homem (até já tivemos isso escrito na nossa Constituição, só nos faltou a insurreição popular...), será assegurada a mais ampla liberdade nos marcos dessa ordem. As pessoas, os partidos, etc., que tentarem violá-la serão naturalmente reprimidos. Porque é que aqueles que tanto falam no “Estado de direito” não conseguem conceber o Estado de direito do socialismo?

O pior é que essa expropriação da burguesia acarreta uma arregimentação bárbara e sufocante, como já se viu no passado.

Porque é que, quando se fala em expropriação da burguesia, salta logo o fantasma da “arregimentação”? Como chamaremos então a um regime que garante a uns tantos o direito de abrir empresas e contratar assalariados, como se o género humano fosse gado de trabalho? Pelo contrário, a expropriação socialista da burguesia vai ser a aventura mais libertadora até hoje vivida pela humanidade.

A vossa meta é o socialismo em liberdade?

Essa é a palavra de código dos social-democratas para dizerem à burguesia que não receie pelos seus privilégios quando eles forem para o governo. A nossa proposta é: expropriar a burguesia para poder haver socialismo e liberdade.

Quanta liberdade?

Toda a que não envolva exploração do homem pelo homem. Posso assegurar-lhe que é muito mais que a que se tem conhecido até hoje.

Existe hoje alguma corrente internacional em que o vosso grupo esteja inserido?

Não. A dispersão e o fraccionamento dos comunistas é um fenómeno mundial. Procuramos manter contacto com grupos que continuam a reivindicar-se do leninismo. Isto comporta alinhamentos bastante diferentes, mas dá um ponto de partida sólido para a discussão. No ponto a que se chegou, parece-nos cedo para o reagrupamento numa corrente comunista internacional; não há milagres e a formação por decreto de qualquer “centro” seria um erro. De qualquer modo, a perspectiva internacional da revolução está hoje para nós mais viva do que nunca.

Perspectiva muito longínqua...

Porquê? Em 89 andava tudo agitadíssimo com o início da “nova ordem democrática” que ia acabar com a luta de classes. Não me esquece a comiseração estupefacta com que me olharam quando disse numa entrevista a um jornal que aqueles festejos democráticos eram apenas “o prólogo cor-de-rosa a mais uma década de terror” e falei no previsível descalabro do Leste, em guerras, fomes e ditaduras... Constatações evidentes mas que na altura pareciam absurdas à pequena burguesia, sempre disposta a acreditar que o imperialismo se vai emendar e começar vida nova... Passados seis anos, já aqui vamos. E ainda a procissão vai no adro...

Continua a acreditar numa revolução em Portugal?

As revoluções não são matéria de crença; são fenómenos tão espontâneos como as convulsões da natureza. Têm acontecido no passado e vão continuar a acontecer. A ideia de que a burguesia teria conseguido chegar a um controlo absoluto dos conflitos, combinando a alienação e a repressão é fruto do medo. O poder burguês é justamente o que leva ao extremo a anarquia e as explosões incontrolláveis. O que acontece neste momento é que um longo período de estagnação revolucionária semeou o pessimismo na esquerda. É uma doença que se cura no dia em que o vulcão social entrar em erupção.

Esperam portanto novas revoluções semelhantes às do passado?

Não. Esperamos revoluções mais avançadas. Um ciclo terminou, outro novo vai começar. Eu sei que falar em nova etapa da revolução mundial é acolhido com irrisão, mesmo pelas pessoas que procuram manter-se em posições de esquerda. Pensam que a revolução morreu. E todavia é necessário dizê-lo. Com o fim do mal chamado “campo socialista” e com a passagem ao imperialismo global, a urgência da liquidação do capitalismo surge com novo vigor aos olhos da humanidade trabalhadora. É uma etapa que está ainda em esboço, não se divisa o caminho a seguir para romper a cadeia, mas os dados do problema estão colocados com maior nitidez do que há vinte ou cinquenta anos.

Fala com se estivéssemos no tempo dos proletários russos, esquece que vivemos na idade da informática e da robótica...

Ajuizar da luta de classes mundial pela sofisticação dos grandes centros da burguesia induz em erro. O proletariado é hoje maior do que nunca, a humanidade tem o seu destino encadeado aos jogos do capital em proporções nunca vistas no passado, a miséria e o sofrimento abalam em todos os continentes os sistemas de poder estabelecidos e preparam convulsões gigantescas. A informática, a robótica e tudo o mais anunciam a *possibilidade* de superação da crise, mas, para já, nas mãos da burguesia, só ampliam as dimensões dessa crise.

Isso não impede que nesta Europa febril, inovadora, apesar da crise, nestas metrópoles modernas, a mensagem da revolução proletária soe como irreal. Parece uma história de outras eras...

Sem dúvida. Ninguém acredita que uma revolução possa ocorrer neste “primeiro mundo” saciado enquanto não for convulsionado por uma crise a sério. Mas não se iluda. Todo este esplendor e poderio capitalista assenta sobre uma fina crosta, muito mais fina do que habitualmente se pensa. Se um cataclismo interromper o movimento de reprodução do capital (e na economia moderna, ele assumirá dimensão continental), o majestoso edifício da ordem começará a cambalear em poucas sema-

nas. Em momentos desses, o que faz a diferença é a presença ou não de organizações revolucionárias e de um espírito revolucionário no seio dos oprimidos.

Mas não se pode negar que, no meio dessa barbárie, as novas tecnologias preparam um mundo diferente.

Sim, preparam as premissas do comunismo, mas enquanto estiverem na mão do capital só contribuem para ampliar as dimensões da barbárie. Agora há quem explique a selva actual como a entrada numa “era da anarquia”: o feliz “fim da história” estaria reservado à população “normal” dos países avançados, enquanto os outros, olhados como uma espécie inferior, estariam condenados a ficar “presos na história”, ou pior até, a “recuar no tempo”. A culpa seria deles próprios: fazem muitos filhos, não adoptam técnicas modernas, destroem o ambiente... E como essas hordas de novos bárbaros não se conformam com a sua situação e pressionam às portas do mundo “livre”, considera-se justificado apurar os meios de defesa, ou seja, dizimá-los. O cume da civilização tecnológica é o auge da barbárie.

O que impede mais pessoas de aderir ao comunismo?

O medo. Tudo o mais são questões secundárias ou álbis. Ao chocar com a conclusão de que é imperioso expropriar o capital, a mente das pessoas detém-se, assustada. A experiência ensina-lhes que é perigoso enveredar por esse caminho.

Não acredita então na possibilidade de atenuar as consequências trágicas desses abismos, em vez de apostar numa convulsão que pode ser ainda mais dolorosa?

Atenuar como, se o poder de intervenção dos partidos e dos estados se torna irrisório face ao dos centros financeiros gigantescos? Uma das consequências da nova era do imperialismo global foi tirar sem cerimónia o tapete debaixo dos pés aos reformistas. Hoje, mais do que nunca, soam ridículas as exortações destes à burguesia. Veja o PCF na última campanha eleitoral: bons conselhos para uma “grande política progressista da França na cena internacional” ou para “uma nova ordem internacional de essência anticapitalista”. Tudo fantasias, e eles sabem-no.

Quer isso dizer que prevêem o desencadeamento de novas revoluções no terceiro mundo?

Por onde rebentará a revolução não faço ideia. Até porque os “terceiros mundos” hoje estão por toda a parte.

Sempre pronto a lutar pela utopia?

Essa da “utopia” está muito na moda mas pessoalmente não me agrada. Pinta os revolucionários como sonhadores inofensivos, pobres diabos fora deste mundo. Conhece maior utopia do que a da prosperidade geral, da paz e da liberdade sob o capitalismo? E no entanto, todos a repetem uns aos outros como se fosse a coisa mais natural. O capitalismo é que vende utopias. Nós não somos utopistas; lutamos por uma reorganização social tornada premente pelo próprio capitalismo. O comunismo ainda vai dar que falar.

(Política Operária n° 50, Mai./Jun. 1995)



“Fora com os ministros capitalistas”, exigia-se na faixa.
Petrogrado, 4 de Julho de 1917.

O ERRO DE LENINE

O tema do imperialismo tem estado ultimamente em debate nas páginas desta revista, através da polémica entre Manuel Raposo e Ângelo Novo sobre a guerra na Jugoslávia e do diálogo travado entre Ângelo Novo e Claude Bitot em torno do “balanço do século”. E uma dúvida tem vindo à baila: corre-se o risco de adulterar o marxismo exagerando o papel do imperialismo e das disputas interimperialistas neste fim de século?

A dúvida, só por si, parece bizarra, tão desbragada é a orgia do capital financeiro pelos quatro cantos do mundo, ameaçando arrastar-nos para o cataclismo global. Algum motivo tem que existir, todavia, para um pensador de boa cepa marxista como C. Bitot se sentir na obrigação de *desmistificar* toda uma *mitologia* anti-imperialista em que teríamos andado atascados ao longo do século.

As previsões de Lenine não se confirmaram; as de Marx, sim. Esta amarga constatação impele Bitot a pôr em causa mesmo as noções mais óbvias acerca do imperialismo. Observando que “*Marx nunca construiu uma teoria do imperialismo, estádio supremo do capitalismo*”, parte daí para uma desmontagem em forma do leninismo. A revolução russa foi um “*acto voluntarista*”, um golpe de sorte e mais valia que tivesse sido liquidada à nascença para não dar o espectáculo que deu. As guerras mundiais não se deveram à partilha do mundo entre grupos financeiros; foram uma guerra civil burguesa entre os portadores do progresso capitalista e os do retrocesso. O fascismo não foi a ditadura terrorista do capital financeiro mas um movimento arcaico e reaccionário, uma espécie de anticapitalismo de direita. Por fim, o imperialismo é um fenómeno do passado, quando a acumulação primitiva do capital exigia conquistas territoriais; hoje, ao contrário do que disse Lenine, “*chegado a um estádio superior, o capitalismo desembaraça-se da sua faceta imperialista*”.

Em resumo: atravessámos um século de crescimento prodigioso do capitalismo, em luta com as forças da reacção, e nem demos por isso, cegos que estávamos pelas teses do iluminado Lenine sobre a “*agonia*” do capitalismo, “*prelúdio necessário à revolução social do proletariado*”.

CRESCIMENTO OU AGONIA?

O imperialismo acabou? Se o tomarmos na acepção que lhe dá Bitot, de conquista e subjugação de outros territórios, teríamos que con-

cordar que ele correspondeu a uma fase ultrapassada. *Simplesmente*, Lenine rejeitou essa interpretação restritiva (que era a de Kautsky) e sublinhou as características peculiares do imperialismo capitalista: a exportação de capitais, a partilha e repartilha dos mercados e fontes de matérias-primas entre os gigantes financeiros, o abismo crescente entre metrópoles e colónias, as guerras mundiais, as revoluções.

Com isto, não abandonou o modelo marxista de acumulação do capital, como parece supor Bitot, mas justamente esboçou a sua aplicação à escala mundial. Porque este século trouxe algo que Marx não conheceu: o entrecocar brutal das grandes formações capitalistas, disputando ferozmente a presa, cada uma em busca de vantagens na rentabilização do capital que lhe permitam abater o rival. Pelo facto de este “filme de terror” não constar de *O Capital* deveremos reprová-lo como não marxista?

Lenine teve o mérito de divisar que a dominação do capital financeiro, traço característico do imperialismo, *não atenua mas aprofunda* a desigualdade dos ritmos de crescimento e as contradições da economia mundial, as quais só se podem resolver *pela força*; que a forma de existência dos impérios rivais é a partilha e repartilha constantes das suas esferas de influência; e que a exploração de um número crescente de nações débeis por um punhado de nações riquíssimas e poderosas caracteriza o imperialismo como capitalismo *parasitário* ou em estado de *putrefacção*.

É certo que o imperialismo não funcionou como Lenine previra. Proletariado e povos oprimidos, em vez de juntarem forças, somaram fraquezas. Ao fim de três quartos de século em que tudo foi avaliado em termos do “avanço do socialismo e do movimento de libertação nacional” e do “declínio irreversível do capitalismo”, a proclamada revolução proletária foi digerida, tal como as revoluções nacionais, por esse capitalismo que Lenine dava como agonizante e reencontrámo-nos face a face com o velho processo descrito por Marx. É o que leva Bitot a pôr de lado o próprio conceito de imperialismo. Não o acompanhando tão longe, A. Novo concorda todavia que o imperialismo “*não é nenhum estádio supremo do capitalismo*” e que a teoria leninista do imperialismo está “*obsoleta*”.

É contudo precipitado deduzir que, se Lenine se enganou quanto à viabilidade do poder soviético na Rússia e à iminência da revolução socialista na Europa e da derrocada geral do sistema, logo, toda a sua teoria sobre o imperialismo como derradeira fase do capitalismo estava errada.

Lenine enganou-se, claro está, ao sobrestimar a aceleração da história induzida pela era imperialista; julgou ver condensado numa

dúzia de anos um processo que precisa afinal dum largo período histórico para se desenrolar. Mas este é um erro de perspectiva normal para quem vive épocas de mutação. Com Marx aconteceu o mesmo quando tentou prever os desenvolvimentos do capitalismo.

O caso é que, subsistindo mais do que o inicialmente previsto, este não deixa de ser um “capitalismo de transição”, “agonizante”, e isto porque *as relações de propriedade privada constituem um invólucro que já não corresponde ao conteúdo socializado da produção, o que dá origem a um crescendo de convulsões económicas e sociais*. Esta contradição entre propriedade cada vez mais concentrada e produção cada vez mais socializada, que assume na nossa época proporções vertiginosas, é que fundamenta a definição do imperialismo como o fim da história do capitalismo, como a forma específica que assume a sua agonia.

Sem dúvida, vitórias, não faltam ao capitalismo. Porém, cada progresso vitorioso multiplica os factores de crise, acarreta convulsões mais vastas, acentua a inviabilidade do sistema. Lenine estava já consciente disso quando escreveu no *Imperialismo* que o crescimento do capitalismo é muito mais rápido do que no passado, *mas é um crescimento que acentua a desigualdade e a decomposição*.

Sem esta perspectiva geral, como apreender o nexó lógico do tumulto deste século, desde o ascenso dos fascismos à guerra da Jugoslávia e ao genocídio do Ruanda? Se, em nome de uma ilusória *pureza teórica*, abstrairmos da agonia do sistema, corremos o risco de deixar escapar as linhas de força dos acontecimentos e não perceber em que sentido evoluem.

PUTEREFACÃO

Segunda tese de Bitot: o socialismo que esperamos em vão nos fosse trazido pelas revoluções anti-imperialistas radicais da Rússia, China, etc., está agora realmente próximo devido ao esgotamento irremediável do ciclo de reprodução do capital. Marx volta a ter razão contra Lenine.

Aqui vem a propósito o livro de Lenine sobre o imperialismo, quanto mais não seja por ter passado agora o 80º aniversário da sua publicação. Rejeitado em absoluto por Bitot, tratado condescendentemente por Novo como *“obra de circunstância, escassamente original”*, a sua releitura, e muito em especial a dos capítulos finais, talvez proporcione algumas reflexões úteis a marxistas distraídos.

É que, erigido pelo “comunismo” reformista em livro de cabeceira, remastigadas quase religiosamente, décadas a fio, as passagens referentes ao capital financeiro, à exportação de capitais e à partilha das

colónias (o que, de resto, já outros tinham dito, como o próprio Lenine sublinhou), esses aspectos incontestáveis foram usados para *fazer esquecer* aquilo que nele era inovador: a advertência de que a estrutura social dos centros capitalistas começava a sofrer deformações não previstas por Marx, e isto devido ao “parasitismo” e à “putrefacção” imperialistas.

Apesar da “extrema prudência” (é ele que o dirá mais tarde) com que as formulou para o livro passar na censura czarista, a clarividência dessas notas é flagrante:

- nas metrópoles imperialistas diminui a percentagem da população produtiva enquanto se desenvolve uma *descomunal camada* de servidores improdutivos da aristocracia financeira e de gente vivendo de rendimentos, juros, dividendos;
- o imperialismo significa reacção em toda a linha, *seja qual for o regime político*;
- a tirania financeira suscita uma oposição democrática pequeno-burguesa, animada pelo objectivo utópico de lhe introduzir reformas democráticas e pacíficas, recusando-se a reconhecer que estas são *incompatíveis* com o domínio do capital financeiro;
- os superlucros imperialistas permitem à burguesia *subornar* certos sectores operários e por vezes mesmo uma minoria considerável destes. O *optimismo* sobre as melhores condições de luta que pretensamente existiriam nos países imperialistas só é útil ao oportunismo.

Claro, isto hoje nem sequer é muito impressionante. Poderíamos acrescentar-lhe a “terciarização”, a *exportação* do proletariado, o apodrecimento do regime parlamentar, a alienação de massa, a repressão selectiva... Mas tudo isto significa que as metrópoles imperialistas, embora tendo atingido o máximo desenvolvimento do capitalismo, e *precisamente por isso mesmo*, como que se detêm no umbral do socialismo. O parasitismo imperialista deformou toda a sua estrutura social, bloqueando nelas o amadurecimento de crises revolucionárias, que, teoricamente, já deveriam ter-se manifestado.

A confirmá-lo, se necessário fosse, a *decomposição* política, ideológica, moral do movimento sindical, socialista e “comunista” nesses países. Não apenas pela corrupção dos partidos e chefes mas porque, privado de perspectivas de derrubar a burguesia, o proletariado perde o rumo de uma política independente; passa a agir no quadro da ordem e conforma-se a acatar a direcção da pequena burguesia, esse diligente capataz político do capital.

Naturalmente, todos fazemos votos por que se confirme o optimismo de Bitot ao prever a passagem ao socialismo, a prazo relativamente curto, das arrogantes metrópoles imperialistas que hoje governam

o mundo. Mas temos que admitir como mais provável que a agonia prossiga por mais algumas décadas, envenenando a atmosfera mundial... até uma viragem por enquanto difícil de prever.

NOVO CICLO

Creio não falsear o pensamento de Bitot (e em certa medida também de Novo) ao resumi-lo como um convite a despertarmos do sonho de emancipação pelas revoluções “terceiro-mundistas” e a procurarmos os anúncios do socialismo lá onde o sistema atingiu o seu máximo avanço; seria um retorno a Marx depois de quase um século de ilusões frustradas em Lenine. Dá a sensação de que vêm os povos das regiões periféricas como comparsas, atrasados na história, de alguma forma negligenciáveis.

À primeira vista, parece difícil dizer algo em abono das revoluções anti-imperialistas, tão mal vistas nesta nossa Europa depois do descalabro ignominioso da União Soviética e da China e da domesticação do movimento de libertação nacional. É tão amargo o desgosto de Bitot com o descrédito trazido ao marxismo pela mentira desse capitalismo de fachada socialista, opressor e obscurantista, que não hesita em formular o voto, paradoxal num revolucionário, de que “*o melhor que lhe poderia acontecer* [à revolução russa] seria ser liquidada por uma contra-revolução franca e aberta”. (Posso compreendê-lo como uma força de expressão, não para tomar à letra; enquanto o “campo socialista” foi um factor de crise e instabilidade para o imperialismo – até aos anos 50 – não restou aos revolucionários outra alternativa senão apoiá-lo; estava aí apesar de tudo a única esperança de novas e mais vastas rupturas na cadeia imperialista).

Por grande que seja a desilusão, convém “não torcer a vara para o lado oposto”. Reconheçamos que essas revoluções populares, operário-camponesas, de cunho antifeudal, democrático, nacional – isto é, *burguesas*, embora de denominação socialista – constituíram a primeira vaga de assalto à ordem imperialista, deixaram uma marca poderosa na história deste século e representaram afinal, apesar do declínio sombrio em que se afundaram, *a única herança positiva* que nos fica para fazer face ao futuro.

Um ciclo terminou, outro começa. Não, obviamente, como repetição *melhorada* do anterior mas com características imprevisíveis, ditadas pelo nível inaudito de concentração do capital e pelo abismo entre as classes e as nações. Porém, seja o que for que traga de novo, é ainda *lá*, do atrasado terceiro mundo, que surgem os sintomas de convulsões revolucionárias, lá onde o imperialismo bloqueia e distorce o processo

de acumulação do capital, criando estrangulamentos explosivos (e não são *ilhas* como Singapura ou Taiwan que provam o contrário). Perante a omissão da burguesia nacional vendida, os operários e camponeses estão a ser mais uma vez projectados para a busca do comando das revoluções nacionais, em que se entrelaçam cada vez mais exigentes aspirações socialistas. Irão ao encontro de novos fracassos, de novas imitações de socialismo? É possível, mas decerto tornarão mais insustentável a sobrevivência dos centros do poder mundial e criarão condições para melhores tentativas futuras. Talvez, no fim de contas, Lenine não se tenha enganado tanto como se pensa e a “revolução mundial do proletariado” se contenha nesta sucessão de aproximações que já preencheram um século e se preparam para ocupar outro.

Saibamos nós, os escassos comunistas que tentam reorganizar-se nesta fortaleza Europa, ter presente que as lutas diárias de resistência ao capital só ganharão poder ofensivo se associadas à oposição intransigente às agressões *brutais e ferozes* perpetradas pelos nossos governos “democráticos” contra os povos da Ásia, África e América Latina e à solidariedade activa com as suas lutas. A experiência já mostrou que, esquecido da aliança com os povos oprimidos, deixado só face a face com o inimigo, o movimento operário europeu pende irresistivelmente para o regateio de benefícios à custa das colónias e, no fim de contas, para o *acordo* social-democrata com a sua própria burguesia.

(Política Operária nº 58, Jan./Fev. 1997)



A vitória da revolução na cooperação entre operários e camponeses. Nas fileiras, ombro a ombro, os trabalhadores das cidades e do campo contra as correntes de ferro dos senhores de terras e dos magnatas da indústria.

A REVOLUÇÃO RUSSA RESPEITOU OS DIREITOS HUMANOS?

Definitivamente, as revoluções estão fora de moda. Adeptos do “progresso social”, ainda se encontram por aí alguns; mas já ninguém se atreve a defender publicamente a revolução, isto é, o derrube violento da ordem existente. Por isso, o 80º aniversário da revolução russa vai passar entre o silêncio reprovativo ou embaraçado das gentes de “esquerda”. É simplesmente “indefensável”. Porquê? Porque não respeitou os direitos humanos.



Pode, de facto, dizer-se sem receio de errar que a revolução não é o momento mais propício ao exercício equilibrado dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Rios de sangue correram na Rússia por efeito das jornadas de Outubro. O mesmo veio a suceder mais tarde na China. Como não preferir então os meios pacíficos de evolução gradual da sociedade?

Poderíamos lembrar que o poder dos soviets começou por ser extraordinariamente tolerante e que a espiral de violência foi iniciada pelo campo contrário, mas isso nem sequer é o mais importante. A simples verdade é que não existem meios pacíficos de evolução da sociedade. As revoluções, seja qual for o sacrifício que impliquem, são o único meio existente, independentemente da vontade das pessoas, para pôr termo a relações sociais caducas.



Não é realmente muito difícil construir um raciocínio em que o sistema democrático, representativo, respeitador dos direitos humanos, se contrapõe virtuosamente às convulsões da revolução, com o seu cortejo de excessos, ausência de lei, vítimas inocentes, horrores. Mas há uma fraude nesta demonstração. Compara-se uma sociedade em que a massa está resignada a acatar a autoridade dos de cima com outra sociedade em que essa autoridade se esgotou e novas relações de classe emergem. Omite-se que a convulsão revolucionária é preparada e tornada inevitável em longos anos de ordem e tranquilidade públicas. Esconde-se que ordem e revolução são duas etapas complementares no progresso

das relações sociais. Separadamente nem uma nem outra podem ser entendidas na sua natureza. A estabilidade democrática de hoje foi edificada sobre a revolução de ontem e está por sua vez a acumular factores da revolução de amanhã. Oferecendo à escolha a legalidade, a tolerância e o consenso, ou a incerteza, a insegurança e a violência, apresentam-se como categorias opostas aquilo que são etapas interligadas da mesma sociedade de classes.



Não é por acaso que as escolas burguesas se encarniçam em fazer o levantamento de todas as violências desencadeadas na sequência da revolução russa. Condenar a revolução russa é condenar como ilegítima toda a revolta dos oprimidos.

Inventariando de modo *imparcial e objectivo* os genocídios e massacres através dos tempos, decreta um historiador sem pestanejar que “tanto é genocídio o projecto de supressão de uma etnia ou de uma nacionalidade, como o projecto de supressão de uma classe social”.¹ Onde se prova que Lenine não diferiu muito de Hitler! Que seja doravante santificado o estatuto de burguês como um direito humano inalienável!



Recapitulemos ainda uma vez a lista dos fracassos de Outubro.

O poder dos soviets, apenas esboçado, logo evoluiu para um regime de partido único governando em nome dos soviets; a aliança operário-camponesa, que deveria garantir um apoio popular maioritário à revolução, desfez-se em interesses antagónicos; o capitalismo de Estado, adoptado como um degrau para o socialismo, devorou a revolução; não houve democracia operária ou popular mas autocracia, que atingiu nos anos 30-40 os paroxismos do mais tenebroso terror de Estado; não houve internacionalismo mas egoísmo nacionalista maquilhado com álibis “marxistas”; as conquistas iniciais dos operários, das mulheres, das nacionalidades oprimidas, esvaziaram-se numa disciplina laboral opressiva; a liberdade criadora dos primeiros anos dissipou-se num dogmatismo asfixiante.

... E no entanto, vista na sua perspectiva histórica, a revolução de Outubro permanece como um dos maiores saltos em frente da Humanidade – pelo inédito protagonismo, mesmo breve, que proporcionou a centenas de milhões de despossuídos, pelos movimentos libertadores que pôs em marcha por todo o mundo, pelo golpe que representou para

1) Guy Richard, *L'Histoire inhumaine, Armand Colin, Paris, 1995.*

o imperialismo, pelas conquistas sociais que fez irradiar a todos os continentes (sem os sovietes, alguma vez teria havido Estado-providência no Ocidente?), por ter libertado um quarto da humanidade das reminiscências da servidão feudal e aplanado o terreno para a vida moderna.



A campanha de banimento da revolução em nome dos “direitos humanos” é mais uma trincheira na guerra ideológica do capital contra as suas vítimas. Tanto mais abjecto é o pensamento de “esquerda” que aceita docilmente examinar as revoluções sem “preconceitos ideológicos”, reconhecer os seus “excessos” e condená-las em nome dos direitos humanos violados –, alguns já chegam ao ponto de se sentirem obrigados a sentar a Revolução Francesa no banco dos réus!

Pela nossa parte, continuamos a estudar na escola da revolução russa. É uma boa escola.

(Política Operária nº 61, Set./Out. 1997)



A onda revolucionária está a crescer contra o capital, o terror fascista, a fome e a guerra.

Die Pleite

30 Pf. 1. Jahrgang, Nr. 3

Der Malik-Verlag, Berlin-Leipzig

Anfang April 1919 30 Pf.



Frosi Noskel — — das Proletariat ist entwaffnet!

À saúde, Noske! - o proletariado foi desarmado! - Caricatura de George Grosz em revista de esquerda denunciando o massacre dos spartaquistas.

[Gustav Noske, deputado do SPD - Partido Social-Democrata Alemão durante a 1ª guerra mundial e Ministro da Defesa durante a República de Weimar. Criou os Freikorps, milícia anticomunista constituída por militares voluntários com a missão de dar combate ao movimento operário e à esquerda. Esmagaram com extrema violência o levantamento Spartaquista (8 a 12 de Janeiro de 1919) e assassinaram Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg].

EUROPA - O ECLIPSE DA REVOLUÇÃO

Na passagem do 80.º aniversário da revolução russa, e quando se desenham esperanças de reanimação do movimento operário europeu, é oportuno perguntar: o que fez o movimento comunista no continente para seguir o exemplo dos bolcheviques? E porque se saiu tão mal?

A revolução europeia, que os comunistas russos chegaram a julgar iminente, e da qual esperavam a salvação do seu cambaleante poder soviético, nunca compareceu à chamada. Por culpa dos social-democratas e dos Togliatti, Thorez & Cia., como viemos acusando durante décadas? Claro que o contributo desses eméritos defensores da ordem reinante ajudou muito. Contudo, eu hoje diria que o problema foi bem mais profundo, foi de raiz; os reformistas levaram a melhor porque o solo lhes era propício. E o mal dos comunistas foi nunca terem ousado reconhecê-lo.

DUPLO EQUÍVOCO

A nova Internacional Comunista pareceu anunciar um salto prodigioso em relação à sua antecessora. De chofre, com o terramoto russo, a questão do socialismo descia das nuvens da propaganda e das reformas nos países “civilizados” para o terreno das batalhas decisivas: partido de combate do proletariado, insurreições camponesas, derrube armado da burguesia, poder dos soviets, entrada em cena dos povos colonizados. Com estas *actualizações*, ficava a social-democracia exposta no papel de servente da ordem burguesa, desacreditada pela grande traição de 1914 e condenada a remastigar os restos apodrecidos de uma tática que o movimento operário deixava para trás.

Por um momento, pareceu ao jovem movimento comunista europeu que tudo estava ao seu alcance. Se os russos tinham podido tomar o poder num país atrasado, com muito mais razão poderiam fazê-lo os europeus, apoiados numa forte e experiente classe operária... Esquecia-se, na vaga de entusiasmo: 1º - que, na Rússia, a audácia de Lenine e dos bolcheviques, com toda a sua genialidade, fora possível graças a uma situação revolucionária, a um *fim de regime* que estava longe de existir na Europa; 2º - que o facto de a revolução soviética ser conduzida

pelos operários não era suficiente para lhe permitir transcender os limites do *capitalismo*, resultantes do atraso geral da Rússia.

A revolução russa introduzia o mundo numa época de grandes convulsões populares mas não iniciava o colapso geral do sistema, como se supôs no primeiro momento, sob o impacto do grande massacre imperialista e do *milagre* do Outubro vermelho. Estes dois equívocos a crença de que se instaurava o socialismo na URSS e a da iminência da derrocada do capitalismo na Europa colocaram o movimento comunista europeu num trilho errado.

Era esse desfasamento fruto do “voluntarismo” e do “blanquismo” de Lenine? Essa lenda social-democrata foi, bem o sabemos, a grosseira justificação encontrada por aqueles que, perante a *presença da revolução na rua*, no Verão russo de 1917, se passaram em pânico para a trincheira da burguesia. Lenine não *inventava* revoluções: sabia que as revoluções “*nascem das crises históricas, independentemente da vontade dos partidos e das classes.*”¹ Estava porém erradamente convencido da proximidade de uma crise final na Europa. A sua perspicácia habitual obscurecia-se, na luta desesperada para salvar os soviets, fechava os olhos à fraqueza sintomática das *réplicas* suscitadas pelo grande sismo, nomeadamente a timidez suicida das revoluções alemã e húngara, e tirava conclusões demasiado optimistas das localizadas acções operárias na Europa Ocidental, em solidariedade com o poder dos soviets.

“CHEGOU A LUTA FINAL”

Como soam patéticos, lidos hoje, os apelos insurreccionais dos primeiros anos da Internacional Comunista! Declarando “*chegada a hora da luta final e decisiva*”, o I Congresso apontava como tarefa do proletariado “*a conquista imediata dos poderes públicos*”. Lenine celebrava aí o “*começo da revolução socialista mundial*” e considerava “*bastante provável que, muito em breve a revolução estale em muitos Estados da Europa Ocidental*”.² E meses depois: “*Sente-se, palpa-se, o ascenso da guerra civil em todos os países avançados*”.³

1) “*A revolução não se pode ‘fazer’, as revoluções nascem das crises e das viragens históricas objectivamente amadurecidas (independentemente da vontade dos partidos e das classes)*”, *La faillite de la II Internationale, Oeuvres*, tomo 21, p. 246, Ed. Sociales/Ed. du Progrès, 1973, Moscovo.

2) *Les quatre premiers congrès mondiaux de l’Internationale Communiste, 1919-1923. Maspéro, Paris, 1970, p. 30, sublinhado meu.*

3) *Lenine, Oeuvres, du Progrès, Paris/Moscovo, 1973, tomo 29, p. 512.*

Passado um ano, o II Congresso, forçado a reconhecer o *“atraso na preparação do proletariado para a ditadura”*, continuava a anunciar a *“luta decisiva”*, a *“acção directa contra a burguesia”*. Entrara-se na fase da *“preparação imediata, política e técnica, do levantamento proletário”*, porque *“a revolução proletária é tudo o que há de mais possível num futuro muito próximo”*.⁴

Assim, os jovens partidos comunistas europeus partiram para a batalha animados dum forte espírito revolucionário, em ruptura com a colaboração de classes, mas desfasados de toda a situação social em que estavam inseridos. Pseudo-sovietes, *“sindicatos vermelhos”*, boicote *“de princípio”* do parlamento, agitativismo frenético e até certas aventuras insurreccionais acabavam em fracasso por apostar numa radicalização inexistente.

A sua tentativa para deslocar rapidamente o proletariado do campo do reformismo para o campo do comunismo tinha que fracassar porque a simpatia espontânea e calorosa do operariado (sobretudo das suas camadas mais pobres) pela revolução dos soviets não era suficiente para criar uma situação revolucionária; essa dependia de factores estruturais que não estavam reunidos em nenhum país europeu (a não ser talvez nas periferias, a braços com revoluções burguesas inacabadas: Hungria, Espanha, etc.). E nessa situação, a massa do proletariado, mesmo quando radicalizava as formas de luta, era avessa a seguir um partido que lhe trazia a mensagem da revolução e da conquista do poder a curto prazo. Quando muito, aproximavam-se do PC atraídos pela mensagem socialista da União Soviética, mas visando uma actuação essencialmente social-democrata, se bem que mais radicalizada.

GANHAR A MASSA A TODO O CUSTO!

Em breve, as duras realidades obrigaram a pôr de lado os apelos ao assalto. Os entusiastas grupos comunistas anunciavam o poder dos soviets e a ditadura do proletariado... mas não encontravam eco na massa operária. Em 1921, evocando ainda nostalgicamente a perspectiva de *“unir a Alemanha industrial à Rússia agrícola”*⁵, a Internacional teve que admitir que *“a revolução mundial... exigirá um período bastante longo de combates revolucionários”* e reconheceu o *“elevado grau de organização da burguesia nos países capitalistas desenvolvidos da Europa”*⁶.

4) *Les quatre ...*, p. 87.

5) *Id.*, pp. 104-105.

6) *Id.*, p. 94.

Esta constatação, que poderia servir de base a uma tática mais realista, foi porém iludida, sob a premência do apoio à Rússia. Deduziu-se que as massas retardavam sobre as possibilidades objectivas e a culpa era dos comunistas, que não sabiam ir arrancá-las à influência social-democrata. O centro da tática devia pois ser deslocado para “*a conquista da influência preponderante sobre a maior parte da classe operária*”⁷, pela disputa taco-a-taco com os reformistas. Como viria depois a verificar-se inúmeras vezes, este apelo aparentemente *forte* ocultava uma cedência, já que a conquista da maioria, fora de uma situação revolucionária, só poderia ser obtida à custa de grandes concessões programáticas.

E como as coisas corriam cada vez pior, como a economia capitalista saía da crise e a burguesia, ajudada pelos socialistas, iniciava uma nova ofensiva contra o proletariado e na Itália o fascismo subia ao poder, exacerbou-se na direcção da IC a busca de resultados a curto prazo, numa corrida contra o tempo. Reafirmando que “*o capitalismo está na agonia e o seu desmoronamento é inevitável*”, e a pretexto de que uma crise de grandes proporções poderia sobrevir a qualquer momento, o IV Congresso pediu aos partidos o empenhamento de todos os esforços na criação de uma Frente Única com os trabalhadores social-democratas e anarquistas, pela “*conquista da maioria da classe operária da América e da Europa*” para a influência comunista, o que era pura utopia. Pior: para motivar a base socialista à unidade, o IV Congresso, atendo-se ainda verbalmente à perspectiva da conquista do poder e da guerra civil, introduziu a palavra de ordem do “*governo operário*” como *questão de política actual*, o que equivalia a admitir a entrada dos comunistas para o governo no quadro das instituições. Aí era dito, para que não restassem dúvidas, que “*um governo operário resultante de uma combinação parlamentar pode também fornecer a ocasião de reanimar o movimento operário revolucionário*.”⁸

Ou seja: em vez de perguntar o que é que, na situação económico-social da Europa, impedia uma adesão massiva dos operários ao programa comunista, tentava-se comprar essa adesão *à custa de concessões de princípio*. Como os reformistas não vinham ao encontro do comunismo, ia o comunismo ao encontro deles...

Assim foi aberto o caminho para a ascensão do oportunismo no seio dos partidos europeus (e não só). À “*doença infantil do esquerdismo*” sucedeu, quase sem transição, a “*doença senil do direitismo*”, a obsessão pela conquista da maioria, a transformação dos PCs numa força eleitoral, legalista, prisioneira das chantagens da social-democracia.

7) *Id.*, p. 95, *subl. meu.*

8) *Id.*, p. 155-158

A ERRADICAÇÃO DA DOENÇA INFANTIL

A viragem fora promovida por Lenine no *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Nesse folheto, escrito em 1920 com o objectivo de “aplicar à Europa Ocidental o que há de aplicável na história e na tática bolchevique”⁹, Lenine contrapunha ao “purismo” inexperiente dos jovens comunistas alemães, holandeses, ingleses, italianos, a utilização minuciosa, exaustiva de todas as instituições, mesmo as mais reaccionárias, a aceitação de acordos e compromissos, como o meio que permitira ao partido bolchevique ligar a vanguarda à massa e levar esta a libertar-se de ilusões e avançar no caminho da revolução até abraçar o poder dos soviets.

Tinha razão ao mostrar a infantilidade de se julgar possível “marchar a direito para o comunismo”... mas acreditava, tal como os esquerdistas, na iminência da revolução. Embora reconhecendo que “é muito mais difícil para a Europa Ocidental do que para nós começar a revolução socialista”¹⁰, Lenine assegurava, contraditoriamente, que os operários europeus “caminham a passos largos para o comunismo”. Se isso fosse verdade, urgiria de facto derrotar o “esquerdismo” como principal obstáculo à condução vitoriosa das massas. Mas o esquerdismo era neste caso, para além de sinal de inexperiência política, a manifestação da perplexidade dos jovens partidos, tentando afirmar a sua identidade debaixo do cerco de um formidável aparelho reaccionário, dos ataques da social-democracia e das ilusões democrático-burguesas das grandes massas. Só a elaboração de uma tática adequada permitiria superá-lo. Eliminá-lo, simplesmente, equivalia a abrir a porta a demónios bem mais perigosos.

No ano anterior ainda Lenine considerava as manifestações esquerdistas como secundárias e não impeditivas do trabalho conjunto com esses “revolucionários sinceros”¹¹. Em poucos meses, porém, ansioso pelo apoio europeu que tardava e influenciado pela luta interna na Rússia, inverteu as prioridades. Apoiou na Alemanha elementos vacilantes e propensos ao reformismo para assegurar a derrota dos “esquerdistas”. Aconselhou os comunistas ingleses a apoiarem eleitoralmente os chefes trabalhistas, como etapa necessária para as massas se libertarem de ilusões e avançarem para a revolução, avanço que só existia na sua imaginação.

9) Lenine, *Esquerdismo, Pequim, em espanhol*, 1975, p. 36.

10) *Id.*, p. 60.

11) Lenine, *Carta a Sylvia Pankhurst, Oeuvres, tomo 29, p. 566.*

Todas as componentes da tática leninista faziam sentido no pressuposto de uma situação revolucionária em gestação, de uma tendência geral de deslocação das massas para o terreno da revolução. Mas na ausência dessa situação – e era o caso da Europa – essas mesmas manobras *tornavam-se no seu contrário*, fomentavam o oportunismo. Assim, a frente única sindical, em vez de funcionar como escola elementar do comunismo, tornou-se uma escola de conformismo reformista; a concorrência às eleições e a participação no parlamento não desagregaram a instituição parlamentar, desagregaram os comunistas; os acordos e compromissos que, no caso dos bolcheviques, tinham decomposto os mencheviques roubando-lhes a base operária aqui, decompueram os comunistas e não os reformistas.

A derrota do “esquerdismo” infantil deixou o caminho livre, em praticamente todos os partidos europeus, ao ascenso do oportunismo de direita, porque não havia outras forças em presença no jovem movimento. O episódio Rates no PCP foi apenas um exemplo do que se passou por toda a Europa.¹²

MARGEM DE MANOBRA

Os resultados desastrosos da luta anti-esquerdista, que Lenine viria a lamentar¹³, demonstravam que a tática comunista na Europa não podia ser decalcada sobre a dos bolcheviques.

Na Rússia, estes tinham podido utilizar em seu proveito a Duma reaccionária, sindicatos policiais, as mais variadas manobras e compromissos porque se apoiavam nas reivindicações prementes do povo: paz, terra, liberdade, oito horas de trabalho - *as quais conduziam directamente à derrocada do czarismo, em condições de extrema debilidade da burguesia*. Lá, as reivindicações políticas gerais serviam de estímulo e cimento às reivindicações parcelares diárias, o que proporcionava ao partido revolucionário uma ampla margem de manobra. Na Europa avançada, porém, as reivindicações realmente antagónicas com o regime: expropriação da burguesia, poder dos conselhos de trabalhadores, armamento do proletariado, desarmamento da burguesia, controlo operário da produção, unidade com os povos oprimidos não eram (nem são ainda, longe

12) Após um congresso atabalhoadamente convocado por um enviado da IC, em Novembro de 1923, a direcção do PCP, de tendência “esquerdista”, foi destituída, sendo investido em secretário-geral Carlos Rates, que desertaria dois anos mais tarde, após diversas iniciativas oportunistas.

13) A propósito do dirigente oportunista alemão Paul Lévi. *Oeuvres*, tomo 33, p. 209.

disso) reivindicações assumidas pelo povo, nem sequer pela massa dos operários avançados. Eram reivindicações puramente teóricas. O movimento ficava confinado a *reivindicações internas ao sistema*: as da pequena burguesia, intelectualidade, etc., mas também as do proletariado e semiproletariado.

Com o aparelho de poder burguês em fortalecimento constante, com a economia levando espontaneamente as relações capitalistas a todos os recantos da sociedade, com as instituições democráticas servindo de correia de transmissão da ditadura burguesa entre as massas o movimento comunista tinha que se implantar em condições muito adversas. Na Rússia, o comunismo crescera inserindo-se na corrente de uma crise social em desenvolvimento; na Europa avançada, em turbulenta expansão imperialista, o comunismo só podia crescer em contracorrente, o que reduzia inevitavelmente o seu campo de manobra.

Não era fácil, pois (e ainda hoje o problema continua em aberto), encontrar as reivindicações, as formas de luta e as alianças que proporcionassem aos partidos comunistas ligação às massas e simultaneamente atacassem a ordem e preparassem a derrocada do poder burguês. Isto exigia uma longa aprendizagem em que não bastavam de forma alguma as meras declarações de “fidelidade ao leninismo”.

UM PASSO À RETAGUARDA

Críticos radicais do leninismo eram os “comunistas dos conselhos”, que se pretendiam os melhores discípulos da revolução russa, na esteira do “comunismo de esquerda” de 1920. Mas a sua prática fez a prova do fundamento das críticas de Lenine. Abstendo-se ferozmente de qualquer acção nos sindicatos “reaccionários”, ignorando soberanamente o parlamento, alheados de todo o movimento real, e sobretudo dominados por autêntica fobia ao partido, por eles repudiado como “usurpador da autonomia operária”, pretenderam centrar a mobilização do proletariado em conselhos, que seriam órgãos simultaneamente de luta política e económica. Poderiam ter tido algum êxito temporário em período revolucionário. Mas batidos pelo refluxo geral do movimento, demonstraram rapidamente os seus erros congénitos, resultantes do abandono de noções básicas do movimento marxista: articulação entre a luta económica e a luta política, papel insubstituível do partido comunista na época da passagem da ditadura da burguesia à ditadura do proletariado. Acabaram aparentados à social-democracia, sempre pronta a dar acolhida aos desiludidos do comunismo.

Nas fileiras da IC, entretanto, em breve se tornou evidente que as concessões da “frente única” não produziam qualquer deslocação

operária na via da revolução e, se permitiam ampliar as fileiras dos partidos, esse alargamento tinha como preço a diluição da sua identidade comunista. Deste modo, para colmatar os estragos causados pela *abertura* do IV Congresso, a IC lançou em 1925 uma campanha de “bolchevização” e acentuou a demarcação face aos social-democratas, “rectificação” a que se seguiria uma nova “abertura” e uma nova “viragem” em 1928...

Por esta altura, já os plenos da Internacional, constituídos por elites burocráticas dependentes da direcção da URSS, nada tinham de comum com as agitadas assembleias de 1919-20, embriagadas de espírito revolucionário. As análises da situação internacional e da tática dos partidos eram copiadas das directivas da política externa da URSS. E Moscovo, perdidas as ilusões numa revolução a curto prazo, adoptara um cínico pragmatismo nacionalista, que subordinava os interesses do proletariado de todo o mundo à necessidade de retardar um ataque imperialista contra a URSS.

Por uma sucessão pendular de “rectificações” à esquerda e à direita, os partidos tentavam manter um rumo equidistante do ultra-esquerdismo e do oportunismo de direita, ou seja, alargar a sua base de massas sem perder a demarcação com os social-democratas. Conseguiram assim, graças à sua persistência e lutando com enormes dificuldades, ganhar no movimento operário o espaço deixado vago pela social-democracia, já então a mover-se nos círculos do governo e do alto negócio.

Mas este lugar de extrema-esquerda no leque partidário e as perseguições sofridas não podem fazer esquecer que os PCs, privados de uma estratégia para a revolução, ganhavam apoio nas camadas intermédias à custa da perda de crédito junto dos sectores mais radicalizados. Perdiam de vista o espírito revolucionário do leninismo e da revolução russa, que lhes aparecia como inaplicável neste universo diferente. Evoluíam para uma nova forma de social-democracia.

A REVOLUÇÃO DISTANTE

Com efeito, posta de lado, por força dos acontecimentos, a esperança numa revolução a curto prazo (o período 1929-32, com a grande crise e os derradeiros sobressaltos da resistência ao nazismo na Alemanha, terá sido o último em que se acreditou na proximidade da revolução), os partidos comunistas europeus, prestando incansavelmente homenagem às “lições de Outubro”, recaíram, pouco a pouco, na perspectiva da II Internacional: tentar ampliar gradualmente a simpatia junto das grandes massas (e da pequena burguesia) indo ao encontro do seu

estado de espírito, nos parlamentos, nos sindicatos, na agitação diária, metendo entre parêntese o programa anticapitalista dos comunistas.

Em meados dos anos 30, a busca dos melhores “resultados práticos”, estimulada pela direcção soviética, mergulhara a generalidade dos partidos europeus numa “luta pelo progresso social” em perfeito espírito de colaboração de classes. Só a sua vinculação à União Soviética, o *papão* da burguesia em todos os continentes, evitou que essa deriva reformista fosse mais rápida, já que vedava aos comunistas a entrada nos aparelhos mais sensíveis do poder.

Por estranho que possa parecer à primeira vista, esta assimilação reformista dos partidos verificava-se também, e até mais, nos países sob regimes fascistas e nos anos 30 já eram muitos. A Itália foi um cadinho desse antifascismo democrático-burguês. É que a situação sob o fascismo nada tinha de comparável à dos bolcheviques sob o czarismo, as correntes da pequena burguesia democrática e da burguesia liberal eram incomparavelmente mais fortes na Rússia; a restauração da democracia burguesa era a meta para que convergiam todas as forças. Na linha geral da “conquista da maioria”, os comunistas ficavam prisioneiros do anseio geral de restauração da “democracia”. Por outro lado a própria dureza da luta ocultava melhor a modéstia dos objectivos.

À medida que o fascismo se revelou como uma ameaça mortal, não só para a União Soviética, como para toda a Europa, esta bandeira da “união de todas as pessoas honestas para a conquista da democracia” iria cobrir e acelerar a capitulação geral face à social-democracia, tão bem expressa no relatório de Dimitrov no VII Congresso (e último) da IC. A partir daí, o percurso dos partidos comunistas já só nos *slogans* pode ser vinculado ao movimento comunista fundado em 1919 em Moscovo.

Foi uma evolução geral, regular, que não pode ser atribuída a esta ou àquela circunstância, ao ascenso do nazifascismo, às manobras geoestratégicas defensivas de Stalin, ou às propensões reformistas de Thorez ou Togliatti. Tudo se passou como se não houvesse alternativa a um percurso que esterilizou os PCs europeus num progressismo radical, para os degenerar depois numa espécie de ala esquerda social-democrata.

“GUERRA DE POSIÇÕES” OU “GUERRA DE MOVIMENTO”?

Que a luta do proletariado europeu pelo derrube do capitalismo seria inevitavelmente de longa duração, já o movimento marxista o compreendera desde finais do século XIX. As manifestações de pujança dos meios burgueses, a proliferação da pequena burguesia, a lenta elevação do nível de vida das massas não deixavam lugar a expectativas

numa crise revolucionária a curto termo. O movimento comunista não fez mais, por isso, do que regressar a uma constatação adquirida, após a ilusão do assalto próximo criada pela revolução russa. O pior é que retomou o problema no ponto em que fora deixado por Bernstein e Kautsky: revolução distante = transição gradual = acumulação estática de forças = acção parlamentar... acabando no reformismo crónico e no chauvinismo. Depois da falência vergonhosa da II Internacional, depois das lições de Outubro (tão reverenciadas como falseadas), esta recaída no oportunismo só comprova a força do reformismo que emanava das próprias relações sociais na Europa.

As elaborações de Gramsci, que gradualmente viriam a impor-se como cartilha do novo revisionismo europeu, têm a vantagem de sintetizar a opção que defronta o movimento. Gramsci completou a noção de ditadura com a do “consenso”, para chamar a atenção para a necessidade de uma longa “guerra de posições”, que permitiria, por um paciente trabalho de “infiltração” substituir pouco a pouco a hegemonia político-cultural burguesa por um sistema de “contrapoderes” e pela “contra-hegemonia” das massas populares. (Naturalmente, não faltam no *plano de guerra* gramsciano as garantias de que o objectivo é a destruição revolucionária do aparelho burguês; nem por isso ele deixa de revalorizar as instituições burguesas e o sufrágio universal como “armas” de consciencialização das massas e abrir a porta ao reformismo). O PCI e, depois dele, todos os partidos europeus, fizeram uma *leitura* reformista de Gramsci porque era isso que lá havia para ler.

A questão que cabe ainda hoje aos comunistas europeus esclarecer é justamente a do carácter da *guerra* que têm que mover nesta metrópole do imperialismo mundial: “guerra da posições” ou “guerra de movimento”? Queremos com esta imagem dizer: em condições de supremacia prolongada e envolvente da burguesia, o comunismo só pode crescer se abandonar as noções de acumulação estática e gradual de forças, os sonhos de “conquista da maioria da classe operária”, e souber adoptar uma grande mobilidade táctica, não se deixando aprisionar na ratoeira das instituições nem no envolvimento da pequena burguesia. Só isso permitirá evitar que o partido comunista se torne, ao fim de duas ou três décadas de existência (às vezes nem tanto) um meio propenso ao reformismo. Só isso lhe permitirá neutralizar as desvantagens esmagadoras da correlação de forças nos longos períodos de “paz social” e explorar a fundo as vantagens nos breves momentos de crise aguda e de revolucionarização do estado de espírito das massas.

Essa ruptura, uma ruptura comunista autêntica, só teria sido possível se experiências revolucionárias, mesmo localizadas, mesmo derrotadas, tivessem iluminado a compreensão da luta de classes que

se travava no continente. Mas as situações revolucionárias (Alemanha, 1924, Espanha, 1936, Grécia, 1947, França, 1968, Portugal, 1975...) não tiveram consistência nem amplitude que lhes permitissem rasgar essas vias novas. Saberemos ajudar melhor uma próxima crise revolucionária que surja em qualquer canto da Europa?

(Política Operária n° 61, Set./Out. 1997)



Barricada da Liga Spartakista em Berlim - Batalha por Mosse [8 a 12 de Janeiro de 1919].





23 de Fevereiro de 1917 - Manifestação comemorativa do Dia Mundial da Mulher Trabalhadora, que marca o início da revolução devido à recusa dos soldados em reprimir as manifestantes, que reclamavam contra a guerra e a fome.



24 de Fevereiro de 1917 - A greve geral em Petrogrado transforma-se numa greve geral política nacional.

A REVOLUÇÃO QUE NÃO PÔDE SER SOCIALISTA

*Há os que amaldiçoam a revolução russa como “totalitária”,
há os que a idealizam como a aurora do socialismo - é mais que tempo
de uma visão realista da sua grandeza e dos seus limites históricos*

Durante um debate recente promovido pelo colectivo Emancipação do Trabalho, vários camaradas mostraram-se chocados com a afirmação de que a revolução russa *não foi nem podia ter sido socialista*; alguns julgam mesmo ver nisto um abandono das nossas antigas lutas, uma concessão às campanhas burguesas que visam enterrar a revolução e o leninismo. Volto por isso ao tema, só para sistematizar algumas ideias gerais, já expostas desenvolvidamente numa série de artigos anteriores nesta revista.¹

Ao longo deste século, a União Soviética foi, aos olhos dos trabalhadores mais conscientes, a “pátria do socialismo” e a cabeça do “campo socialista”, o país onde o governo pertencia aos trabalhadores, guiados pelo partido comunista, a esperança de uma sociedade nova livre da exploração. Mais tarde, já abalado o prestígio da URSS pelas denúncias que entretanto se iam acumulando sobre o terror no tempo de Stalin, ela continuava contudo a ser vista como um poderoso país socialista, como uma sociedade de novo tipo que estreitava continuamente o campo de acção do sistema capitalista. Por isso, a sua conversão *súbita e pacífica* ao capitalismo, há dez anos, causou um choque devastador de que ainda não se recompuseram os revolucionários por todo o mundo -

1) Aos leitores interessados, sugiro os seguintes artigos (entre parêntesis o nº da revista em que foram publicados): “A família na União Soviética” (2), “Staline em questão” (7), “Dossier URSS” (11), “Bukarine, o precursor” (15), “O pacto Hitler-Staline, causa da guerra mundial?” (21), “Trotsky antes de 1917” (22), “URSS: nem capita-lista nem socialista?” (22), “O degelo da burguesia vermelha” (23), “Resposta aos comunistas americanos” (27), “Perspectiva original sobre o fenómeno soviético” (28), “O social-imperialismo nunca existiu?” (29), “Os desvios de Lenine, segundo os comunistas indianos” (31), “Assalto ao poder ou revolução?” (32), “Foram os erros que perderam a revolução russa?” (33), “Pode o socialismo evaporar-se?” (34), “Os bolcheviques no tribunal da social-democracia” (36), “Os bolcheviques no tribunal do anarquismo” (37), “A derrota de Lenine” (38), “O malogro da Internacional Comu-nista” (39), “Afinal Kautsky tinha razão?” (41).

e isto contribui em larga medida para a crise que atravessa o pensamento comunista.

A “PODEROSA PÁTRIA DO SOCIALISMO”

Pode o socialismo evaporar-se? – Uma posição aparentemente intransigente mas que revela o desconcerto a que chegou o pensamento marxista neste fim de século é a dos que insistem que o socialismo existiu mesmo no “país dos soviets” (embora com graves imperfeições, admitem), e que só a pressão imperialista, apoiada em maquinações de dirigentes corruptos (Gorbatchov, Kruchov...), teria levado ao cansaço e desorientação do povo e à desagregação da URSS. Ideias deste tipo encontram-se sobretudo no PCP e na UDP mas também frequentemente no que resta da extrema-esquerda.

Não creio que vamos longe com esta visão, que rebaixa as lutas sociais ao nível do enredo policial. É de facto inconcebível que se o socialismo fosse a forma de viver na URSS, como se dizia, esta pudesse retroceder à lei do capital sem gigantescas convulsões sociais; ora, elas não existiram. De um dia para o outro, mediante um golpe de palácio, o país do “socialismo avançado” converteu-se ao capitalismo selvagem e mafioso; o “socialismo” desapareceu como engolido por um alçapão, no meio da apatia da massa da população. Como nestas questões não há milagres, isto só pode significar que a “propriedade socialista de todo o povo” simplesmente não existia na União Soviética.

Socialismo: as provas – Todavia, por muita dificuldade que tenham em explicar as causas do desmoronamento da URSS, aos nossos interlocutores não faltam “provas” de que ela era mesmo socialista: a totalidade dos meios de produção e de troca era propriedade do Estado; não havia mercado, nem capital financeiro, nem bolsa, nem milionários; a economia era submetida a um plano; os ritmos de trabalho eram baixos, havia pleno emprego e as necessidades básicas estavam asseguradas; o nível educacional era elevado e a criminalidade reduzida: a política internacional da URSS, mesmo que condenável em muitos casos, não visava a exportação de capitais e fazia frente às potências imperialistas. Etc. Isto, naturalmente, para além da origem revolucionária do regime, do facto de este ser governado por um partido comunista e amaldiçoado pela burguesia mundial como um “papão”.

Serão precisas mais provas?, perguntam-nos. De facto, são.

“Socialismo real” – A URSS era sem dúvida um país diferente mas não a sociedade idílica que imaginam os seus saudosistas. A doutrina oficial socialista não funcionava. Resumidamente, faltava

motivação aos de cima, frustrados pela proibição da iniciativa privada e pelas limitações à utilização dos lucros, e faltava motivação aos de baixo, por se sentirem explorados e marginalizados. O motor da sociedade era um aparelho dirigente altamente centralizado, todopoderoso, apoiado numa burocracia gigantesca, que se tornava por sua vez mais um factor de paralisia. Em resultado destas contradições, os princípios “socialistas” eram esvaziados no dia-a-dia: a corrida ao lucro entre as empresas estatais, a competição pelas dotações do plano entre os vários sectores da economia, a autoridade dos directores, o tráfico de influências junto do poder, a corrupção dos negócios clandestinos, o afastamento crescente entre a massa do povo e as elites privilegiadas, a desmoralização de um proletariado proclamado todos os dias dono do país e arredado de todas as decisões, a ausência de liberdades políticas, o medo da polícia secreta, um clima sufocante de conformismo e de estagnação ideológica. A URSS era há muito uma sociedade doente. Por isso, a “contra-revolução” de 1989-90 foi tão fácil: limitou-se a pôr as instituições de acordo com a vida real.

E os soviets? – Um erro corrente é ver esta situação como fruto de “desvios”, que poderiam ter sido corrigidos por uma melhor política do partido comunista. Segundo esta concepção, o socialismo dependeria da aplicação de uma “linha justa” na economia e na política por parte do partido comunista no poder; ficam esquecidas as relações sociais concretas que definem o socialismo.

Ora o socialismo não se define só por uma economia estatizada nem pelo papel dirigente de um partido revolucionário; é *também e sobretudo* a apropriação dos meios de produção pelos próprios produtores o que, por sua vez, pressupõe o exercício do poder de Estado pelos órgãos democráticos das massas, aquilo a que Marx chamou pela primeira vez a ditadura do proletariado. E ninguém ignora que o poder dos soviets, proclamado em 1917, se tornara há muito uma ficção. Os soviets eram meros órgãos administrativos, sem qualquer poder político. Na realidade, todos o sabiam, a URSS era governada pela cúpula dirigente do PCUS, em nome e representação dos soviets, do proletariado e de todo o povo, segundo um conceito autocrático de socialismo. O poder era ditatorial, a “democracia soviética” era um mito. e isso é prova suficiente de que o socialismo também o era.

Capitalismo estatal – Não sendo a ex-URSS socialista, teremos então que admitir que era capitalista? Exactamente. Aquilo que ainda hoje parece à maioria das pessoas de esquerda uma aberrante divagação anarquista é que define o regime económico-social reinante na URSS durante várias décadas.

A URSS era capitalista já desde os anos 30 porque, apesar da estatização da economia, toda a vida económica se regia pela lei do valor: produzia-se para acumular capital, os trabalhadores viviam da venda da sua força de trabalho e o poder era exercido por uma classe administradora do capital nacionalizado, sustentada pela mais-valia do proletariado embora não tivesse direitos de apropriação privada.

Este capitalismo de Estado apresentava sem dúvida características anómalas, o que nada tem de estranho se tivermos em conta que se erguera a partir de uma gigantesca revolução proletária-camponesa num país atrasado. As marcas deixadas pela revolução coexistiam com os mecanismos capitalistas, deformando-os e emperrando-os, mas a longo prazo eram estes que marcavam o ritmo de toda a vida económica, política e social e que lutavam para impor as suas exigências sem partilha.

Acumulação capitalista primitiva – Na realidade, os vertiginosos anos dos primeiros planos quinquenais e da “coletivização” agrária, vistos pelo mundo inteiro como a passagem da Rússia ao socialismo, corresponderam à acumulação capitalista primitiva que lhe iria permitir descolar do atraso e tornar-se uma sociedade moderna.

A expropriação e deportação de milhões de famílias camponesas lançada em 1929 pela “grande viragem” de Stalin, ao mesmo tempo que aniquilou a resistência pequeno-burguesa ao poder, lançou nas fábricas e estaleiros uma multidão de novos proletários, que iriam fornecer a mais-valia necessária ao desenvolvimento acelerado das forças produtivas.

Os países europeus tinham feito a sua acumulação capitalista primitiva ao longo de vários séculos de expansão marítima e “descobertas”, guerras, pilhagens e escravagismo; a Rússia, que ficara para trás, teve de fazê-la no espaço de uma década, por intermédio do Estado. É por isso inteiramente deslocado apreciar este processo brutal à luz dos princípios do socialismo ou da democracia, como fazem as escolas burguesas; se comparada com a acumulação capitalista europeia, a da Rússia foi mais espectacular pela rapidez com que foi executada, mas certamente menos custosa em vidas humanas.

A revolução de Stalin – Quando em 1936 Stalin proclamou o “triunfo do socialismo”, como resultado da “segunda revolução”, que fez emergir subitamente a URSS como um poderoso país industrializado, dotado de uma agricultura moderna, com uma ciência, uma tecnologia e uma educação modernas foi justamente quando desapareceram todos os vestígios que ainda restassem da ordem social criada pela revolução e dela só restaram afirmações de fé.

O crescimento de uma nova classe operária “soviética”, os milhões de kolkhosianos que tomavam o lugar dos antigos camponeses, em vez de testemunhar, como se dizia, a base social do socialismo, fizeram emergir um numeroso proletariado moderno, base do florescimento e consolidação do capitalismo ascendente. Uma nova classe dirigente consolidou o seu poder no país, formada pelo aparelho dirigente do partido e do Estado, e submetendo ferreamente os assalariados às leis de acumulação do capital.

Essa colossal e tumultuosa transformação que instituiu uma nova ordem social fundada na acumulação capitalista e na exploração dos trabalhadores assalariados só pode ser classificada como uma revolução burguesa, sejam quais forem as suas peculiaridades.

Regime de contrastes – Não era fácil para os comunistas na época (muito menos para os próprios soviéticos) entender a natureza deste regime sem paralelo na história que reunia aspectos avançados com um poder despótico, a arregimentação dos trabalhadores com as proclamações comunistas. Houve todavia quem compreendesse que este capitalismo de Estado era uma etapa necessária na situação a que chegara a Rússia, como foi o caso do comunista holandês Anton Pannekoek, o qual observava em 1935: “O conjunto da burocracia de funcionários, que dirige e governa o país... cumpre as funções e as tarefas que foram ocupadas na Europa e na América pela burguesia: desenvolver a indústria e a produtividade do trabalho. A eles pertence transformar a Rússia, de país agrícola e bárbaro, em país civilizado, moderno.” (...) E comparando a Revolução Russa com a Revolução Francesa, escrevia: “A Revolução não fez da Rússia, como pretende uma propaganda enganadora, um país onde os trabalhadores são os senhores e reina o comunismo. Mas ela fez-lhe realizar um progresso de enorme importância.”²

Capitalismo anti-imperialista – Na época era, todavia, difícil avaliar o lugar original da nova União Soviética na luta de classes mundial. Os marxistas que empreenderam a crítica do stalinismo resvalaram em regra para o terreno do democratismo burguês e adoptaram alinhamentos reaccionários. Não compreenderam que a natureza deste capitalismo tardio, nascido de uma grande revolução, defrontando o cerco das grandes potências e a ameaça cada vez mais palpável de invasão, lhe ditava uma política externa anti-imperialista e a busca do apoio no movimento operário mundial e nos povos oprimidos. A classe dirigente “soviética” tinha um antagonismo real com a burguesia internacional

2) Anton Pannekoek, *A luta operária*. Centelha, Coimbra, 1977.

que tentava por todos os meios derrubá-la. As suas profissões de fé socialistas e “marxistas-leninistas” não eram mera propaganda; exprimiam a consciência equivocada que ela tinha do seu papel. E, fossem quais fossem os ziguezagues do nacionalismo de Stalin, a URSS foi obrigada para sobreviver a bater-se com o império nazi sofrendo um Holocausto bem maior do que o dos judeus e de que hoje não se fala e afirmou-se aos olhos dos trabalhadores de todo o mundo como uma força de libertação, imagem que consolidou depois da guerra com o apoio aos movimentos anticoloniais. Nada tem de estranho portanto que o grosso do movimento operário tomasse como real a denominação socialista da URSS, apesar dos sinais alarmantes que daí chegavam.

O Terror – Durante muitos anos ignorado ou minimizado pelos comunistas, primeiro por julgarem que fosse uma invenção da propaganda imperialista, mais tarde, quando já não podia haver dúvidas, por recearem, ao admiti-lo, dar armas ao inimigo o Terror dos anos 30 tem que ser entendido no seu carácter social. Aqui não se tratava do terror dos primeiros anos, para a defesa da revolução contra o terror branco; o regime estava já solidamente implantado e não havia lutas sociais de envergadura. E é absurdo que ainda hoje pretendam alguns “explicar” os processos de Moscovo, a deportação de milhões de camponeses, o *Gulag*, as execuções sumárias de centenas de milhares de inocentes, como “desvios da legalidade socialista”. Pela sua dimensão gigantesca, o Terror é indicador certo de um poder ditatorial sem freio, não sujeito a qualquer controlo democrático dos trabalhadores - e portanto estranho ao socialismo.

O Terror foi a argamassa da edificação do capitalismo de Estado. Como escrevemos noutra altura³, *“uma sociedade que pela primeira vez na história centralizava forças produtivas tão poderosas, suprimindo a acção reguladora das leis do capitalismo sem lhe substituir a apropriação colectiva e a auto-administração pelos produtores, só pelo terror podia impor ordem no caos”*. *“A burocracia fez a sua estreia como classe dominante através de uma ‘deputação’ gigantesca porque precisava de meter a sociedade no colete de forças do monopólio total: preservar a sua autoridade absoluta como árbitro entre as classes em presença, assegurar-se do monolitismo integral, suprir a ausência de coacção económica capitalista pela coacção policial, ceifar a contestação operária e a corrupção burguesa privada como ameaças igualmente intoleráveis para o regime”*.

3) Política Operária nº 27, Nov./Dez. 1990.

Um problema ideológico? – Disse-se a certa altura que o problema da URSS de Stalin era o de uma sociedade socialista onde as transformações económicas não tinham sido acompanhadas pela elevação correspondente das relações sociais, da democracia socialista, da consciência das pessoas, etc. O maoísmo apostou bastante nesta ideia, lançando na China, como correctivo ao fracasso soviético, um vasto plano de “educação socialista” das massas. Mas esta era uma perspectiva idealizada, condenada ao fracasso: o problema não era de educação, era de *poder*. Justamente porque o capitalismo não estava a ser liquidado mas a desenvolver-se sob a forma ilusória da estatização da economia (e repita-se, não podia ser de outra forma), as relações sociais socialistas, a democracia proletária, a “revolução cultural”, a consciência, etc., ficavam reduzidas a arremedos, na União Soviética como na China.

Isto explica também que o partido comunista, de força revolucionária dos oprimidos, se tivesse transformado em administrador do capitalismo e que se tivesse encerrado no dogmatismo e dotado de poderes ditatoriais os dirigentes à altura da tarefa: Stalin, Mao... Foi a sociedade que moldou o tipo de partido, a ideologia, os líderes e não o contrário.

A “correção dos erros” – A vida demonstrou que a condenação dos “crimes de Stalin” e a “correção dos erros” promovidos pelo XX Congresso eram impotentes para sustentar a marcha do regime “soviético” para o descalabro; mais: aceleraram-na.

O período de Stalin, com toda a sua violência, correspondeu à fase inicial florescente do capitalismo de Estado, à explosão das novas forças produtivas. Porém, uma vez realizada essa tarefa, o sistema começou a exigir a libertação da concorrência, do mercado, do reinvestimento dos lucros; na ausência destes, a inovação tecnológica e a produtividade emperravam; os operários não eram empurrados pelo aguilhão da concorrência no mercado de trabalho; a burocracia afogava os mecanismos económicos que precisavam de liberdade. As reformas gradualmente introduzidas a partir dos anos 60, não podendo tocar no tabu da propriedade estatal, eram inoperantes. E à medida que a nova burguesia de gestores *aparatchiks* tomava forma acabada, diluía-se inexoravelmente o antigo radicalismo anti-imperialista da URSS, crescia a sua atracção pelo Ocidente, proliferavam as correntes revisionistas no marxismo, tomavam forma as aspirações de grande potência tendências irreprimíveis que o modelo “socialista” frustrava.

O capitalismo de Estado foi assim passando inexoravelmente ao declínio nos anos 70, e por fim entrou na agonia e decomposição, quando se tornou um obstáculo às necessidades de reprodução do capital e de remodelação da sociedade.

A contraprova – Nada de estranho, portanto, se a queda do capitalismo de Estado não foi obra de uma nova revolução proletária, como profetizavam alguns, mas de um miserável ajuste de contas entre líderes vendidos: a tarefa na ordem do dia no chamado “campo socialista” era a libertação do capital amordaçado pela estatização, o desabrochar de um capitalismo que já não cabia no casulo estatal. As tarefas essenciais da revolução burguesa estavam realizadas - desenvolvimento das forças produtivas, acumulação do capital, proletarização da massa da população; para passar a uma nova fase, o capitalismo russo precisava de derrubar os entraves à propriedade privada herdados do passado. Foi o que fez a mal chamada “revolução” de 1989.

Isto permite compreender o carácter equívoco da dissidência “democrática” que crescia na sociedade russa e que o Ocidente aplaudia: o exercício das liberdades democráticas abria caminho à “livre iniciativa”, à plena liberdade para o capital, sem peias de qualquer espécie. Mesmo as revoltas com forte participação operária na Alemanha, Hungria, Polónia, se inscreveram inconscientemente nessa função de aceleradores do parto capitalista privado.

O carácter anárquico, “selvagem” e mafioso do novo capitalismo russo testemunha as dificuldades desta evolução. Mas a partir de agora, varridos os últimos vestígios da revolução que atravancavam a sociedade, pode antever-se que essa burguesia de nascimento clandestino entra finalmente na maioridade.

A REVOLUÇÃO ESTRANGULADA

Lenine traído? – O carácter capitalista e anti-operário da “segunda revolução” de Stalin levou alguns a concluir que este teria traído “o legado de Lenine, a Grande Revolução Socialista de Outubro”. “Talvez o respeito pelas indicações de Lenine tivesse permitido um progresso mais seguro...” Esta opinião não tem em conta as transformações ocorridas na Rússia entre 1917 e 1929 e, desde logo, a natureza da própria revolução.

É preciso recordar que Lenine foi o primeiro a definir o regime instaurado pela revolução como *um capitalismo de Estado*. Como marxista que era, Lenine sabia que, se a revolução visava o socialismo, as tarefas que defrontava no imedia-to inscreviam-se no *capitalismo*. Nas *Teses de Abril*, tantas vezes citadas depois como pedra angular do seu alegado “plano socialista”, Lenine precisava que a nacionalização da terra e de todos os bancos e *trusts* dos capitalistas, ou, pelo menos, o estabelecimento do controlo imediato dos mesmos pelos soviets de deputados operários, deveriam ser levados a cabo por via revolucionária, mas “*não*

significam de modo algum a implantação' do socialismo"⁴. E nos conturbados anos seguintes, insistiu uma e outra vez que a tarefa do novo poder consistia em criar um "regime de transição" "sob capitalismo de Estado", capaz de ultrapassar a anarquia da pequena produção e "resistir até à vitória do socialismo nos países mais avançados" porque "não somos suficientemente civilizados para passar directamente ao socialismo".

Isto porque havia, ainda nas palavras de Lenine, uma "desproporção entre o económico e o político", ou seja, o proletariado que assumira o poder não podia evitar uma etapa de transformações económicas de carácter burguês.

A falência da República burguesa – A tese, depois muito divulgada nos manuais soviéticos, de que a revolução burguesa teria sido levada a cabo em Fevereiro de 1917 e que a partir daí teria surgido a necessidade e a possibilidade de passar ao socialismo é de uma inconsistência flagrante: circunscreve a revolução burguesa à mudança do poder político quando esta era apenas o prólogo a uma profunda transformação de todo o regime económico-social, em primeiro lugar do regime da terra. E foi justamente porque a burguesia republicana se recusou a fazê-lo (como aliás já acontecera na revolução de 1905) que os partidos burgueses perderam o apoio da maioria dos operários e camponeses e estes aderiram às propostas dos bolcheviques.

Quando Kautsky condenou a tomada do poder pelos bolcheviques com o argumento de que estes "tentavam forçar a marcha da história", já que as forças produtivas estavam insuficientemente desenvolvidas e as tarefas da revolução eram burguesas, ele omitia o essencial que só a revolução proletária se mostrava capaz de levar a cabo essas tarefas burguesas.

Os bolcheviques não tentaram "forçar a marcha da história" pelo contrário, foram o único partido que correspondeu às necessidades históricas da sociedade russa e por isso foram elevados ao poder pelas massas. A lenda do "golpe de Lenine" repisada por todas as escolas do Ocidente é uma falsificação grosseira da história. Os bolcheviques ganharam a maioria nos sovietes através de eleições democráticas no Verão de 1917. A tomada do poder pelos sovietes foi votada num congresso amplamente representativo dos operários, camponeses e soldados de todo o país, perante a paralisia e desagregação dos órgãos de poder burguês.

A República do Trabalho – De imediato, a revolução dos sovietes pôs termo à guerra imperialista e distribuiu a terra aos camponeses, as

4) Lenine, Obras escolhidas, Editorial Progresso, Moscovo, ed. em espanhol, vol. II, p. 59.

duas aspirações mais prementes do povo. Um governo de coligação dos bolcheviques e socialistas-revolucionários de esquerda instaurou liberdades democráticas sem paralelo com o que até então se fizera em qualquer país: poder dos soviets, comités de fábrica, controlo operário, comunas, comités de camponeses pobres, cargos públicos sujeitos a eleição e revogação, plena liberdade de expressão e de criação, livre acção dos partidos que reconhecessem o novo poder soviético. Sob o lema “quem não trabalha não come”, aboliram-se os direitos de propriedade e de herança. Foram adoptadas leis para a libertação da mulher, houve uma explosão na criação intelectual e artística, foram anulados os tratados com as potências...

Com plena razão os comunistas continuam a ver na atitude perante a revolução de 1917 um critério para separar o campo da burguesia do campo do proletariado.

Premissas do socialismo – Mas porque não podiam os trabalhadores acabar com o capitalismo, se eram senhores do poder? Porque o capitalismo não pode ser abolido por decreto; o socialismo só poderá ser instaurado numa sociedade donde tenha sido banida a escassez e onde, por conseguinte, a subordinação de toda a sociedade às necessidades de acumulação do capital comece a surgir como obsoleta, como um vestígio de tempos ultrapassados.

Marx previu o surgimento da sociedade comunista, com a sua etapa socialista transitória, não por aspiração utópica a uma sociedade perfeita, mas porque o estudo do *Capital* lhe permitiu antever que o processo de acumulação capitalista com a sua corrida ao lucro acarretaria uma explosão sem paralelo das forças produtivas e da proletarianização (a que estamos assistindo) e com ela a abundância de bens, a substituição dos trabalhadores pelas máquinas, a centralização do capital, o declínio da taxa de lucro e o consequente esgotamento do sistema.

Como esta não era, nem de perto nem de longe, a situação da Rússia em 1917 a economia só poderia ser baseada numa combinação de capitalismo de Estado, de pequena produção mercantil, de economia natural camponesa e de capitalismo privado ou cooperativo (numa parte da agricultura, artesanato, pequeno comércio, etc.). Tratava-se, em qualquer caso, de produção capitalista, baseada na venda da força de trabalho, governada pelas necessidades de acumulação do capital, só que levada a cabo, pela primeira vez na história, sob ditadura do proletariado. Esse carácter proletário do poder permitiria esperavam os comunistas que o desenvolvimento das forças produtivas desembocasse, não numa nova ditadura burguesa, mas na socialização.

1918-20: o desastre – A ditadura do proletariado tornou-se, porém, quase de imediato puramente nominal. As forças do proletariado, já de si diminutas, foram varridas pela intervenção imperialista, pela guerra civil e pela catástrofe económica que se abateu sobre o país. A contra-revolução apossou-se de grande parte do território, a actividade económica paralisou, milhões morreram à fome. Impotente para derrubar o governo bolchevique, a burguesia internacional conseguiu contudo desarticular por completo a sociedade russa e levá-la à exaustão. (*“É preciso estrangular a criança antes que saia do berço”*, filosofava Churchill, espelhando o estado de espírito da burguesia perante a inaudita ousadia dos trabalhadores russos).

E na ausência do proletariado (*“o proletariado já não existe como classe”*, constatava Lenine em 1922), era todo o plano de uma aliança operário-camponesa que se desmoronava. Os camponeses, que só momentaneamente tinham aderido à revolução, exigiam liberdade de comércio e não se submetiam à estratégia revolucionária do poder. Os partidos da pequena burguesia levantaram-se contra o governo e foram ilegalizados. Os soviéticos, em grande parte camponeses, perdiam o cunho revolucionário, pelo que o partido teve que se lhes substituir como estrutura de governo. A grande esperança, numa revolução, essa sim, socialista, vinda da Alemanha ou do resto da Europa, revelou-se infundada. A revolução proletária russa morreu de facto no berço.

A longa agonia – Os bolcheviques, contudo, sustentaram-se no poder e tentaram colmatar a fraqueza do proletariado combinando o poder absoluto do seu partido com algumas concessões à burguesia (a NEP). Era decerto uma aposta arriscada mas, na época, a única alternativa a isto seria capitular e chamar de volta os capitalistas para tomarem posse do país.

A esperança de que a Rússia pudesse chegar um dia ao socialismo através da combinação do capitalismo de Estado com a formação de cooperativas sustentou Lenine nos últimos anos em que dirigiu a Rússia. Iludia-se, porque a ditadura do proletariado fora varrida à nascença pela contra-revolução e se resumia ao poder de um partido comunista que procurava manter-se fiel aos interesses do proletariado e ganhar tempo até que uma eventual revolução europeia viesse arrancar a Rússia ao impasse em que mergulhara.

O partido, porém, mudava de natureza social, como era inevitável. Tornava-se o administrador do capitalismo de Estado sobre o proletariado e campesinato. As lutas que ao longo dos anos 20 envolveram Stalin, Trotsky, Bukarine, etc., exprimiam a insolúvel crise em que se aprofundava o poder, uma vez fracassado o projecto inicial de avançar

para o socialismo através do capitalismo de Estado sob ditadura do proletariado. Gradualmente, o carácter democrático-popular do regime desapareceu, definiram-se os contornos do que viria a ser o regime ditatorial de Stalin.

SUMÁRIO

Observada agora à distância, do seu prodigioso começo ao seu miserável desenlace, a grande revolução russa surge-nos como uma revolução burguesa dum tipo novo, típica deste século imperialista, cuja missão histórica foi implantar o capitalismo numa sociedade atrasada, mas que, para isso, teve que recorrer às forças do proletariado, devido à impotência da burguesia.

Reconhecendo nessa revolução a manifestação mais avançada da luta social, verdadeira alavanca (com a revolução chinesa) da transformação sofrida pelo mundo no século que termina, podemos agora pela primeira vez encará-la de um ponto de vista histórico. Foi uma grande revolução dos oprimidos, com unia dimensão nova na história, mas que não podia ir além das limitações económico-sociais dessa sociedade varreu a velha ordem baseada na servidão, mas não pôde cumprir a sua aspiração ao socialismo e ficou-se pelo lançamento das bases do capitalismo.

Porque é tão importante desmistificar definitivamente o carácter “socialista” da ex-URSS? Porque sem isso o pensamento comunista não poderá sair do eclipse em que foi mergulhado pela longa agonia desse regime. Se o movimento comunista recebeu dele inspiração e apoio na luta contra o capitalismo, ficou também preso nas contradições sociais, políticas e ideológicas que o enleavam.

O saudosismo idealizador da União Soviética (ou da China de Mao) não é uma prova de firmeza face à ofensiva da burguesia. Os proletários não precisam de ser consolados com uma imagem idealizada do passado; só se “digerirem” esse tremendo terramoto que foi a revolução russa estarão à altura de enfrentar os novos combates que se avizinham.

(Política Operária nº 73, Jan./Fev. 2000)

DISLATES SOBRE A REVOLUÇÃO RUSSA

Arnaldo Matos expôs, numa palestra no Hotel Roma, em Março, as conclusões do seu estudo sobre o fracasso da União Soviética. Em seu entender, a construção do socialismo na URSS falhou por não ter sido dada a atenção devida aos últimos escritos de Lenine, nomeadamente quanto à NEP. O mais certo é o ideólogo do MRPP ignorar que está assim a retomar as posições defendidas por Bukarine, violentamente atacadas na época por Stalin e há alguns anos reabilitadas por certos meios social-democratas. Teremos agora Arnaldo transformado em anti-stalinista involuntário?

Mas isso nem sequer tem grande importância, já que o nível das “investigações” de Arnaldo Matos está abaixo de qualquer crítica. Apegado ao estilo de oráculo, exibindo o atrevimento da ignorância, de um charlatanismo insuportável, Arnaldo continua igual a si próprio. A sua arenga mostra que não compreendeu a natureza do regime “soviético” nem as opções que ele foi forçado a enfrentar. A maior parte das vezes nem sabe sequer do que fala.

Sendo impossível registar aqui todos os erros, falsidades e puras barbaridades que abundam no texto reverentemente publicado em dois números sucessivos do *Luta Popular*, apontemos só de forma breve os que nos surgem ao correr da leitura.

Arnaldo afirma que o mal estaria no facto de os dirigentes soviéticos “*não terem estudado a política económica de Lenine e a NEP*”. Descosnhece que a NEP, mantida até muito depois da morte de Lenine, teve que ser abandonada em 1929 precisamente por a resistência dos *kulaks* (que, a propósito, não eram os “camponeses médios” mas sim os camponeses ricos) a ter tornado insustentável. Compromisso com a pequena burguesia que permitiu ganhar tempo e reconstruir a economia devastada, a NEP, como compromisso que era, tinha que se esgotar assim que a burguesia recomeçasse a adquirir força. Foi por não o compreender que Bukarine se tornou porta-voz da restauração burguesa ao defender a continuidade da NEP.

Afirma Arnaldo: “*Quem deveria gerir o excedente produzido pelos operários? Com isto nunca ninguém se preocupou*”. Errado. Todos no Partido Bolchevique se preocuparam, de Stalin a Trotsky, mas não encontraram outra solução prática senão encarregar uma vasta classe burocrática de

o fazer. E não porque desconhecêssem o marxismo mas porque nas condições de atraso da sociedade russa não havia outra solução viável.

“Havia um controlo operário sobre a fábrica mas não havia um controlo operário sobre mais nada na economia. É aqui que reside a causa fundamental da derrota do socialismo”. Falso. Não havia controlo operário a qualquer nível. Nas condições de atraso da Rússia, o controlo operário nas fábricas, que emergiu no período revolucionário, rapidamente foi substituído pelo poder dos directores.

“O que falhou na União Soviética foi a orientação nacional para toda a economia”. Falso. Orientação nacional da economia foi o que nunca faltou na URSS nem na China, através dos planos quinquenais. O problema foi que estes planos edificavam uma economia capitalista estatizada, não o socialismo.

Um grave erro de Stalin, na opinião de Arnaldo, teria sido a *“prioridade à criação da indústria pesada sacrificando a produção de bens de consumo”*. Ele ignora que a URSS foi obrigada nos anos 30 a uma corrida desenfreada para conseguir a independência económica, face às ameaças crescentes de uma agressão militar, e que isso implicou a máxima prioridade à indústria pesada.

A ideia de que *“é preciso ter um exército forte para defender a ditadura do proletariado”* foi um *“erro dos russos”* – outra *“pérola”* arnaldista. Aqui está uma ideia com que Hitler decerto concordaria...

“A mim não me impressiona que Estaline tenha mandado não sei quantas pessoas para a fogueira, milhões... Esses exageros não me impressionam absolutamente nada.” “Mesmo que porventura ele fosse o único responsável pela morte desses sujeitos é preciso dizer que do ponto de vista histórico nada se perdeu”. Simplesmente inqualificável. É o tipo de afirmação que poderia perfeitamente ser subscrito por um fascista. Arnaldo não distingue entre as perdas de vidas causadas pelos grandes choques sociais, pela luta dos oprimidos para se libertarem dos opressores, e as perdas de vidas causadas por um regime autocrático que cilindra milhões de pessoas para garantir a sua coesão e sobrevivência.

“Stakhanov era um operário que montava mais tijolos que toda a gente. Chegou a montar por dia dez mil ou doze mil tijolos”. Stakhanov era mineiro de carvão.

Antigamente, *“quando a classe operária era esmagadoramente majoritária em relação às outras classes.”* Nunca foi. Esmagadoramente majoritários eram os camponeses, como toda a gente sabe.

“A passagem das forças económicas de uma classe para outra não altera em nada as relações de produção dominantes numa sociedade”. Ou seja: a revolução não é a revolução. Aqui a inovação de Arnaldo no terreno dos conceitos marxistas torna-se estonteante.

“O partido da classe operária, um partido que se destina a desaparecer quando se instaurar o socialismo”. O marxismo nunca disse nem poderia ter dito isso, visto que o socialismo é concebido como um sistema de transição em que persistem classes e luta de classes. Arnaldo parece considerar socialismo e comunismo como equivalentes.

“Aliança entre os operários e camponeses – é isso que quer dizer ditadura do proletariado”. Quer dizer, nos países capitalistas avançados, onde o campesinato tem uma expressão ínfima, deixa de ser possível a ditadura do proletariado. Brillhante!

“A palavra ‘proletário’ é inventada por Marx”. Dois mil anos depois dos romanos...

“Hoje não se pode falar de um operário como necessariamente um proletário”. “Um proletário, ou seja, um operário consciente”. Portanto, um operário que não tenha consciência de classe deixa de ser proletário! Eis o que não deixaria de espantar Marx!

Etc., etc.

O “debate” que, segundo o *Luta Popular*, se teria seguido consistiu de respeitadas perguntas dos assistentes que deram lugar a novos e caudalosos discursos do orador. Não houve debate nenhum. (Citações extraídas do *Luta Popular* nº 881 e 882, Abril/Maio).

(Política Operária nº 77, Nov./Dez. 2000)



Mulher! Aprende a ler!

Epa mãe, se ao menos fosses alfabetizada podias ajudar-me com os trabalhos de casa!



Abaixo a servidão da cozinha!
Assim terá uma nova vida quotidiana.

IDEALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO RUSSA ATRASADA O AVANÇO DO COMUNISMO

No seu artigo (PO 76 e 78), Manuel Raposo procura demonstrar que a Revolução Russa poderia ter chegado ao socialismo e marcou com fortes traços de socialismo a URSS enquanto esta existiu.

Mesmo que a alguns leitores pareça excessiva a insistência com que o tema tem sido abordado na revista, tentarei assinalar brevemente os principais pontos em que divirjo de MR. Não sem manifestar, desde logo, a minha surpresa por um membro do colectivo redactorial só tão tarde entrar num debate que tem acompanhado a revista desde o início.

CABE AO PROLETARIADO FAZER A REVOLUÇÃO BURGUESA?

No seu artigo, MR atribui-me, logo de entrada, a afirmação de que a revolução de Outubro não teria sido proletária. Nunca escrevi tal barbaridade; classifico-a como *uma “gigantesca revolução operário-camponesa”, a “manifestação mais avançada da luta social”* que instituiu a *“República do Trabalho”*, etc. Mas a revolução foi burguesa pelo conteúdo económico das transformações que introduziu – nomeadamente a distribuição da terra aos camponeses.

Acha MR que *“uma revolução burguesa feita pelo proletariado é um contra-senso – não há classes a fazerem revoluções de outras classes.”* Mas entra em contradição consigo próprio ao escrever, logo adiante, que *“o proletariado teve de fazer a revolução burguesa, por esse ser um ponto de passagem obrigatório para o socialismo”*.

É isto que é correcto e, caso tenha dúvidas sobre o assunto, convidado-o a reflectir sobre uma opinião de Lenine em 1915: *“O conteúdo social da próxima revolução na Rússia só pode ser a ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”*. *“O proletariado da Rússia tem como dever levar a cabo a revolução democrático-burguesa na Rússia, a fim de detonar a revolução socialista na Europa”* (Lenine, Oeuvres, tomo 21, pp. 417-418. Moscovo, 1973).

Aliás, já desde 1905, nas *Duas tácticas*, Lenine desenvolvera exaustivamente o papel dirigente do proletariado na revolução burguesa, de modo a conduzi-la do modo mais favorável para a sua luta ulterior pelo socialismo. Este é um dos aspectos centrais que diferenciam o leninismo do menchevismo e do trotskismo.

Porém, alegou-se durante muitos anos, e MR retoma esse argumento superficial, “em 1917 houve duas revoluções: a de Fevereiro, burguesa, e a de Outubro, proletária”. Logo, subentende-se, em Outubro já estaria ultrapassada a etapa burguesa da revolução, podia-se avançar para o socialismo.

Ora, só por grande milagre teria tido lugar, no intervalo de oito meses, a revolução burguesa na Rússia. Foi justamente o facto de Fevereiro apenas ter instaurado a liberdade política e de os partidos burgueses terem demonstrado a sua incapacidade para abordarem as tarefas económico-sociais da revolução (a distribuição da terra e, como primeira condição para tal, a saída da guerra) que catapultou em poucos meses os bolcheviques à posição de partido maioritário nos soviets e lhes permitiu chefiar, à cabeça dos operários e camponeses, a revolução de Outubro – que foi de facto o completamento do que ficara em suspenso desde Fevereiro, por muito que isto pareça a MR uma desclassificação da revolução.

Vem depois a questão camponesa. Como não há-de MR subestimar o carácter burguês da revolução russa se pensa que “a massa do campesinato, apesar de esmagadora, era, do ponto de vista dos antagonismos de classe, secundária,” não podia ter nenhum papel preponderante na revolução?

Uma classe que representava 90 por cento da população e 90 por cento da riqueza produzida na sociedade russa tinha forçosamente que desempenhar um papel central na revolução. Claro, pela sua dispersão e atraso, o campesinato não ocupava (nunca ocupa) a ribalta da política mas a sua luta pela terra foi central na marcha da revolução. A aliança dos bolcheviques com o partido socialista-revolucionário, representante dos camponeses, foi decisiva para a vitória de Outubro; só o apoio camponês permitiu ao governo soviético a vitória na guerra civil; inversamente, o descontentamento dos camponeses com o poder revolucionário por este não lhes dar a liberdade de comércio ditou a crise de 1921, a adopção da NEP e, posteriormente, a crise de 1929.

MR parece não se dar conta de que o apagamento do papel do campesinato na revolução russa foi uma criação da escola stalinista, a qual precisava de fazer acreditar teoricamente a tese da “Grande Revolução Socialista de Outubro”.

Naturalmente, “a meta do proletariado só podia ser o socialismo”, como escreve MR. O proletariado lança-se na revolução com o objectivo de se emancipar da lei do capital; mas o carácter da revolução é outra coisa, que não depende da sua vontade. Depende – ainda que isso repugne a MR – do nível das forças produtivas e das relações sociais correspon-

dentes. Essa sempre foi a posição do marxismo; só a aparente exceção das revoluções “socialistas” na Rússia, China, etc. levou a que fosse esquecida.

Em 1917 o proletariado russo teve de fazer a revolução burguesa, dada a incapacidade da burguesia; só depois de realizar (a seu modo e no seu interesse) as tarefas da revolução burguesa, poderia eventualmente passar às tarefas da revolução socialista. Dizia Rosa Luxemburgo em 1918, a propósito justamente da crise que já então se desenhava no regime soviético, que *“até mesmo as maiores revoluções só podem realizar aquilo que o desenvolvimento da sociedade permite”*, e tinha toda a razão, embora não a tivesse noutras coisas.

Assentemos pois que o proletariado russo, ao assumir o poder, tinha pela frente, não meras “transformações” prévias ao socialismo mas todo um período capitalista (o que não significa, naturalmente, que tivesse que entregar as fábricas e as terras aos capitalistas!): capitalismo sob a propriedade do Estado, capitalismo da pequena burguesia urbana e rural, capitalismo das cooperativas de pequenos produtores – mas capitalismo e não socialismo, visto que durante esse período teriam que continuar a vigorar as leis económicas do capitalismo: a produção para o lucro, a fim de permitir a acumulação do capital e criar as premissas do socialismo.

Isto parece a MR uma desvalorização da revolução. *“Se a revolução foi desde o início burguesa: então não há que procurar o momento em que se terá dado a viragem do socialismo para o capitalismo; não houve nenhum momento de ruptura, mas apenas passos diferentes da mesma continuidade histórica, de Lenine a Gorbatchov...”*

Ou seja, ao classificarmos a revolução como burguesa estaríamos a pôr Lenine ao nível de Gorbatchov. É um pouco forte de mais...

A ruptura deu-se quando se desintegrou o poder operário-camponês (1918-20); voltou a dar-se quando a burguesia dos *nepmen* reconquistou liberdade de acção; repetiu-se, como autêntico cataclismo, quando a nova burguesia de Estado levou a cabo a industrialização, a expropriação do campesinato e a centralização total do poder; repetiu-se mais uma vez quando essa nova classe burguesa renegou o stalinismo e adaptou o catecismo “leninista” e “internacionalista” aos seus interesses internos e externos (Kruchof). Rupturas não faltaram na vida da URSS, desde o poder proletário dos primeiros dias ao poder burguês dos *aparatchiks*, a “viragem do socialismo para o capitalismo”, essa, é que é escusado procurá-la.

O PODER INEXISTENTE DOS SOVIETS

Poderia o partido bolchevique, em circunstâncias mais favoráveis, ter atravessado com êxito a etapa burguesa da revolução e abordado a construção do socialismo? MR pensa que sim e não concorda que eu diga que a revolução russa não podia ter chegado ao socialismo. Para ele, a passagem da Rússia ao socialismo falhou por acidente, nomeadamente a intervenção imperialista e a guerra civil, a cujas consequências eu não daria a devida importância.

Como não faltam naquilo que escrevi as referências ao desastre causado pelo assalto reaccionário contra o poder dos soviets, creio que MR quer dizer que, se não fosse a guerra civil e a invasão imperialista, a revolução teria condições para avançar para o socialismo. E com isto, de facto, não concordo.

Teria sido necessário também que a economia russa não fosse tão atrasada e o campesinato tão numeroso; que o proletariado tivesse peso numérico suficiente para reorganizar a produção e para manter a sua ditadura de classe através dos soviets; que o proletariado europeu tivesse acorrido em seu auxílio com novas revoluções no Ocidente... – ou seja, para a revolução ter êxito, deveria ter-se dado num país diferente, numa época diferente, em circunstâncias diferentes. Não significa isto na prática que aquela revolução concreta não podia ter passado ao socialismo? Que ela foi, tal como a Comuna de Paris, embora a um nível incomparavelmente mais elevado, uma *antecipação* histórica?

É inegável que Lenine disse e repetiu nos derradeiros anos da sua vida que a Rússia podia apesar de tudo avançar para o socialismo através do capitalismo de Estado sob ditadura do proletariado. Impõe-se todavia reconhecer que Lenine estava *errado* nesta convicção – e reconhecê-lo não é pôr em causa o papel histórico do leninismo; pelo contrário, é uma conclusão que decorre do próprio leninismo.

Com efeito, a ditadura do proletariado não é uma mera questão de governo. Uma “ditadura do proletariado” que não se realiza através de uma profundíssima reorganização social envolvendo a massa da população na administração e no governo com base numa ampla democracia soviética, e que tem como único sustentáculo o poder do partido revolucionário, como foi o caso, é uma *ficção*. Por mais sobre-humanos que fossem os esforços de Lenine e dos bolcheviques, nada podia colmatar a falência dos soviets como órgãos de poder, logo após Outubro.

Confundir poder do partido com poder soviético foi uma deformação longo tempo alimentada na corrente comunista e compreende-se porquê – era essencial à justificação da URSS como uma sociedade “socialista”. Mas MR parece ainda não se ter apercebido disso. “*O poder*

soviético – escreve – *evitar teve força suficiente para resistir ao esmagamento; mas não a teve para a degeneração*". Quem resistiu ao esmagamento foi o governo do partido comunista, não o poder dos soviets. Este, invariavelmente invocado a partir de 1917 como base do regime da URSS, teve uma existência de escassos meses e desapareceu no turbilhão da guerra civil. O poder teve que ser concentrado no partido comunista, como única forma de evitar o triunfo da contra-revolução, e os soviets tornaram-se órgãos auxiliares do partido. **A partir daí, não podia haver qualquer espécie de ditadura do proletariado.**

E mais, o partido comunista estava condenado à degeneração. Obrigado, por força das circunstâncias, a monopolizar o exercício do poder político que, em teoria, pertencia ao proletariado, transformado em administrador, governo, exército, polícia, ideólogo, o partido comunista não só não podia avançar para o socialismo como tinha necessariamente que perder a sua natureza revolucionária.

Que os bolcheviques tentassem, contra todas as evidências, levar mesmo assim a revolução por diante, é compreensível. Se não o fizessem, só lhes restaria capitular. Mas já é menos justificável que nós, passado quase um século, continuemos a acreditar que a revolução poderia ter avançado para a meta do socialismo sem ditadura do proletariado. Isto sim, é uma contradição nos termos.

URSS: A MEIO CAMINHO ENTRE DOIS SISTEMAS?

Foi instaurada na URSS, depois de Lenine, uma forma específica e original de capitalismo, governado por uma burguesia de tipo novo? MR pensa que não e, para o tentar demonstrar, invoca argumentos verdadeiramente surpreendentes.

"O regime da URSS foi um ser híbrido, nem socialista nem plenamente capitalista", escreve. *"Nunca se constituiu uma autêntica classe burguesa."* *"Nunca se terá constituído um autêntico sistema económico capitalista".*

Isto parece conter a ideia de que um regime económico-social pode estar a meio caminho entre capitalismo e socialismo, sem ser realmente nem uma coisa nem a outra. Tal será possível num curto lapso de tempo, durante as transformações revolucionárias – mas não ao longo de decénios, num regime plenamente formado como era o da URSS.

As teses que nos anos 50 ou 60 julgavam ver na URSS uma formação social híbrida, de transição, nem capitalista nem socialista, ou "pós-capitalista", eram explicáveis perante as singularidades que exibia aquele regime. Hoje, quando estamos de posse de todos os dados da questão, são indefensáveis.

Parece-me inaceitável que MR diga que a originalidade da revolução de Outubro foi *“ter resistido a todas as tentativas de esmagamento”*, ou ver os 70 anos do regime como um *“longo percurso de destruição da revolução proletária”*. A revolução proletária desintegrou-se logo após ser levada a cabo. O que se seguiu depois já foi outra coisa: foi a construção, florescimento, consolidação e por fim declínio e apodrecimento de um outro regime; nascido como solução para o problema criado pela revolução proletária, usando o nome desta, revestido de roupagens *“socialistas”* mas completamente estranho aos seus objetivos.

A MR parecem provas irrespondíveis do carácter não-capitalista da URSS a inexistência de propriedade privada ou de apropriação privada do lucro, a ausência da concorrência no mercado, do crédito, da finança, da exportação de capitais...

Tudo isso indica sem dúvida um capitalismo coxo e transitório, que não pode ser confundido com o capitalismo formado em condições normais. Como não seria assim, se a revolução teve que ser feita contra a burguesia? Mas, para lá de todas essas anomalias, a economia *“soviética”* apresentava a característica essencial de todo o capitalismo – a acumulação do capital à custa da extorsão de mais-valia ao trabalho assalariado (o que MR de resto admite numa outra passagem do seu artigo). E se a sociedade era fundada em relações capitalistas, do que havemos de falar senão de regime capitalista e de burguesia?

Que tipo de poder vigorava na URSS? As ideias expostas por MR no seu artigo acerca deste ponto são ainda mais inesperadas e surpreendentes.

Pensa MR que havia na URSS de Staline *“um compromisso social que estabelecia o equilíbrio entre a camada dominante e a massa trabalhadora”*. *“A camada dirigente da URSS só podia manter-se no poder enquanto se mantivesse em aliança com a massa trabalhadora”*. E fala ainda no *“igualitarismo e colectivismo subjacentes àquele compromisso social”*.

Esta é uma ideia verdadeiramente estranha. Porquê *“aliança”* se MR admite que eram os de cima que *“detinham, dirigiam o monopólio do poder”*? Pode haver aliança quando uma das partes detém o monopólio do poder? É que, nota MR, apesar de tudo, *“os de baixo tinham asseguradas as condições materiais de trabalho, de saúde, de instrução, etc”*. Mas se isto permite falar em aliança, então teríamos que considerar as democracias imperialistas europeias dos anos 50-70 como alianças entre a burguesia e o proletariado, visto que também asseguravam a este certas regalias e estabilidade.

A URSS, claro, era completamente diferente – ausência de propriedade privada, plano, reinvestimento do lucro, pleno emprego... Mas nem traços de *“compromisso social”*; o que ressaltava era abismo entre

proletários, dum lado, e *apparatchiks*, directores do outro, entre dirigentes e executantes, entre opressores e oprimidos. Pelo facto de esse abismo ser hoje ainda mais brutal, deveremos idealizar o que o antecedeu? Ou será preciso recordar que não havia direitos políticos nem traços de controlo operário da produção, que nas fábricas reinava a arregimentação, que as diferenças de salário e regalias eram insultuosas (o que, diga-se de passagem, era uma forma de apropriação privada do lucro), que a sociedade se regia de alto a baixo pelo unanimismo forçado?

De resto, se o rigor da exploração e da vigilância policial se atenuou na URSS a partir dos anos 60 porque a acumulação do capital estava a atingir níveis mais elevados e porque a classe governante já então receava exasperar a sua retaguarda, não podemos esquecer que a “edificação das bases do socialismo” se fez à custa da militarização do trabalho em regime penitenciário, o que nos situa no terreno do capitalismo primitivo e nos antípodas do socialismo.

Esta tese insustentável de uma aliança de classes na URSS arrasta MR para uma visão mitigada do Terror, o qual é contudo uma questão central na compreensão do regime “soviético”. *“O terror dos anos 30 – escreve – não se afigura como o sinal de força de uma classe dominante, mas antes como o indicador de um poder instável, contraditório, portanto não solidamente assente numa dominação de classe”. “Um poder que vê inimigos tanto nas movimentações da classe operária como na afirmação das camadas burguesas liberais (...) revela compromisso e cruzamento de classes”.*

Assim, uma das maiores explosões de violência do século pode ser para MR a prova de que não havia ditadura de uma classe! E se o terror era dirigido igualmente contra operários e burgueses, contra comunistas e liberais, isso seria a prova de que era resultado de um “cruzamento”, isto é, metade burguês metade proletário!

Pelo contrário, o terror dos anos 30 revela a existência de uma classe que impõe o seu monopólio do poder esmagando os obstáculos à sua forma específica de apropriação: ela tem que reprimir os camponeses, os operários e os adeptos do capitalismo privado, não por ser um “cruzamento” de todos mas para impor um regime diferente, que não pode coexistir nem com o capitalismo privado, nem, obviamente, com aspirações socialistas.

E tem que o fazer, como escrevi, porque *“uma sociedade que pela primeira vez na história centralizava forças produtivas tão poderosas, suprimindo a acção reguladora das leis do capitalismo sem lhe substituir a apropriação colectiva e a auto-administração pelos produtores, só pelo terror podia impor ordem no caos”.*

Porque não houve terror nos anos 20, quando o poder era muito mais “instável e contraditório? Porque se desencadeou este quando a

industrialização e a “colectivização” agrária colocaram sob controlo dos governantes um poder imenso? Justamente porque a nova classe burguesa passou nesse processo da fase embrionária a um corpo social formado, capaz de exercer a sua ditadura de classe.

Já passou o tempo em que o movimento comunista, para reagir à campanha burguesa ocidental contra o “totalitarismo soviético”, identificava o regime da URSS com a revolução de Outubro e lhe atribuía méritos democrático-populares que ele na realidade não possuía. A vida ultrapassou essa situação de impasse, que reduziu o marxismo e o leninismo à menoridade ideológica durante a maior parte do século. Hoje podemos ver sem antolhos as características próprias desse capitalismo de Estado, “subproduto” da revolução (para usar o termo de MR): acumulação centralizada do capital a exigir uma fortíssima coesão política assente no partido-Estado; ditadura sobre o proletariado mascarada de ditadura do proletariado; isolamento internacional a ditar a busca de apoios externos no movimento operário e anti-imperialista – de resto uma vocação natural do regime, dada a sua origem revolucionária.

Capitalismo abortivo e condenado à falência, governado por uma burguesia que não se podia assumir de corpo inteiro – nada disto chega, porém, para fazer dele um regime proletário, semiproletário ou de alguma forma aparentado ao socialismo.

Como não admite que existisse uma burguesia “soviética”, MR é levado a defender que a classe dirigente da URSS se teria desintegrado com a “queda do Muro”. “A ‘burguesia soviética que se constituiu em 70 esforçados anos foi varrida do poder, dividida...” “Depois de 1991, essa suposta classe, essa protoclasse, foi desalojada do poder e desarticulou-se.”

Isto é desmentido pelos factos de todos conhecidos. A classe (ou protoclasse ou o que se lhe queira chamar) que estava no poder ia Rússia em 1980 é a que se mantém no poder actualmente, reconvertida agora de gestora da propriedade do Estado em gestora dos seus negócios privados, ocupada na disputa partidária ou nos altos cargos do Estado. Seria a primeira vez que uma classe seria desalojada do poder e desarticulada sem uma convulsão social violenta – que não se deu, como todos sabemos. O golpe de Estado de 1991, que, segundo MR, “fez a URSS baixar todas as defesas e escancarou o país ao capitalismo internacional” vinha sendo desejado e preparado por um sector sem cessar crescente da própria classe dirigente; por isso não deparou com resistência que se visse.

No texto colectivo “Resposta aos comunistas americanos”, divulgado há dez anos (PO nº 27, Nov./Dez. 1990) e cuja releitura aconselho sem ironia a MR, definimos o regime soviético como um “capitalismo embrionário” e a sua classe dirigente como uma “burguesia burocrática de Estado”, “burguesia de empréstimo, nascida com a missão subalterna de

liquidatária de uma revolução falida, encarregada de administrar o capital nacionalizado até se criarem condições para a privatização". Parece-me um bom resumo de um fenómeno que MR obscurece em vez de clarificar com a sua interpretação.

OS NOVOS OUTUBROS QUE GERMINAM

Classificar a a revolução russa como uma revolução burguesa que não podia ter passado ao socialismo acarreta, segundo MR, consequências graves. Passaremos a ver a revolução russa "*não como a primeira onda das grandes revoluções proletárias, mas como o mais recente ciclo de revoluções burguesas*". Em resultado disto, convencer-nos-íamos de que próximas revoluções na Ásia, na América Latina, ou em África, estarão condenadas a ser revoluções burguesas dirigidas pelo proletariado. Pior: desprezaremos as revoluções que germinam no Terceiro Mundo e tenderemos a atribuir o papel de vanguarda às sociedades imperialistas. Pior ainda: "*Postas as questões em função do atraso das forças produtivas*", seremos levados a esperar indefinidamente que se reúnam as condições económicas para a revolução.

A lista de desvios é assustadora mas tem pouco a ver com o que defendi.

Em primeiro lugar, há um problema de escala a pôr a claro. Com a revolução de Outubro, "*o proletariado assumiu o papel de alternativa histórica?*" Sem dúvida, desde que isto seja entendido numa dimensão... histórica. É claro que "*cada revolução desencadeada numa parcela do mundo capitalista (mesmo atrasada) é parte integrante (e possível detonador) da revolução global*". É claro que "*o mundo da época imperialista é o último patamar antes do socialismo*". É claro, acrescento eu, que, depois de Outubro, a burguesia perdeu toda a capacidade revolucionária e entrámos na era do capitalismo agonizante e em putrefacção, das guerras imperialistas e das revoluções proletárias.

Está tudo certíssimo, desde que não queiramos aplicar estas proposições à escala das nossas vidas. Que os comunistas de 1917, perante o cataclismo da primeira guerra mundial, julgassem estar perante a derrocada geral do imperialismo a curto prazo, é compreensível. Mas se nós, com a experiência entretanto acumulada, ainda não percebêssemos que a passagem geral da humanidade do capitalismo ao socialismo se pode estender por dois ou mais séculos e que comporta desdobramentos, peripécias intermédias, acidentes imprevistos, recuos, etc., não teríamos desculpa.

Significa isto que, depois da entrada do proletariado no primeiro plano da cena mundial através de antecipações históricas que, não

podendo ainda conduzir ao socialismo, abalaram até aos alicerces o mundo burguês, o que virá a seguir serão muito provavelmente novas revoluções em países ou grandes regiões atrasadas especialmente vulneráveis (os “elos fracos” da cadeia imperialista de que falava Lenine), as quais terão condições muito mais favoráveis para ter êxito no avanço para o socialismo (proletarização, desenvolvimento das forças produtivas), sobretudo se forem apoiadas a sério pelo proletariado das metrópoles imperialistas.

Essas revoluções, contudo, não poderão começar por instaurar o socialismo. Só lá chegarão se conseguirem atravessar uma etapa capitalista sob ditadura do proletariado – aquilo que a Rússia dos soviets não conseguiu. E isto por uma questão de “forças produtivas”. Discordo em absoluto de MR quando escreve que não se pode determinar qual o nível de desenvolvimento capitalista necessário para tornar viável a passagem ao socialismo. O socialismo não é viável enquanto: a) o desenvolvimento capitalista não tiver transformado a massa dos pequenos produtores em proletários; b) a acumulação de riqueza social não tiver tornado arcaica e obsoleta a produção para o lucro e a extracção da mais-valia, criando as condições económicas para o autogoverno dos produtores. O socialismo na pobreza, numa economia predominantemente camponesa, etc., ideia muito propagandeada no século que agora terminou, é uma contradição nos termos, é uma negação da noção marxista de socialismo.

Quanto às revoluções nas metrópoles imperialistas, acredito que só serão possíveis numa etapa posterior, devido ao efeito corruptor do poderio imperialista – e MR não pode falar a sério quando me atribui a ideia de que a revolução estaria mais próxima nestes países. A nossa tarefa é despertar o proletariado para a luta contra o sistema, desacreditar a política pequeno-burguesa das melhorias por meio de reformas, sabotar o funcionamento da máquina capitalista e ajudar sempre e por todos os meios os povos oprimidos que se revoltam. Será assim que aproximaremos o socialismo no mundo.

A questão que nos desafia, hoje e para o futuro, é saber se continuamos a confundir a grandeza da revolução russa, sem paralelo na história das revoluções dos oprimidos, com o regime que se ergueu sobre os seus escombros; se, em face da ofensiva imperialista desencadeada pela “queda do Muro”, nos refugiamos na nostalgia por um regime que apesar de tudo lhe fazia obstáculo; se imaginamos possível avançar para o socialismo, o autêntico, sem mostrar o que o distingue do pseudo-socialismo que preencheu boa parte do século que acabou.

Com o fecho – em vias de se completar – da etapa do “socialismo real”, o marxismo pode agora libertar-se do congelamento a que foi

remetido durante três quartos de século. Podemos fazê-lo e teremos que fazê-lo se quisermos projectar perante os oprimidos o nosso alvo socialista em toda a sua poderosa capacidade mobilizadora.

(Política Operária n° 80, Mai.-Jun. 2001)



Viva a Terceira Internacional Comunista!



A Gestapo conduz pela trela o monstro bukarinista-trotskista.



Em vigilância.
[Cartaz incitando a desmascarar os "inimigos do povo" escondidos - 1937, durante as grandes purgas].

OS ÚLTIMOS ANOS DE BUKHARIN

Para o chamado “espírito democrático” reinante, a história do Grande Terror na URSS de Stalin é assunto esgotado. A razão democrático-burguesa, segura dos seus valores e da sua virtude, não vê nada de especial a inquirir nesse fenómeno: totalitarismo produz terror, seja ele de direita ou de esquerda, Stalin é o avesso de Hitler, ponto final.

O pensamento comunista, porém, não pode deixar-se aprisionar nestes estereótipos. Tem que procurar entender a natureza de classe específica do terror stalinista, para chegar à sua lógica interna. Em vez de se entregar a maldições anti-stalinistas, jurando que não sabia, como agora fazem os que precisam de ganhar o perdão dos seus pecados passados, tem de pôr a nu as relações de classe que produziram o fenómeno stalinista e que tornaram o apoio dos trabalhadores e progressistas à URSS não só admissível como necessário num determinado período histórico. É uma tarefa que diz respeito aos comunistas, e só a eles; devemos prosseguir-la com tenacidade, sem nos deixarmos intimidar pela punição que o pensamento oficial reserva aos que insistem em caminhar com o passo trocado, calúnias, silenciamento, marginalização.

Para limpar a memória de Bukharine das acusações infamantes com que foi insultado pelo poder stalinista, o historiador soviético Roy Medvedev evoca no livro *Os últimos anos de Bukharin* (Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980) os últimos dez anos da vida desse dirigente bolchevique; mostra a integridade do seu carácter, a dedicação ao regime que o leva a sujeitar-se ao lento processo de execução moral que acaba na execução pura e simples, quando poderia ter fugido para o Ocidente (esteve em França, em missão oficial, não muito antes de ser acusado).

Parece contudo altamente duvidosa a tese do autor, de que Bukharine não teria efectivamente conspirado contra o poder stalinista. E não precisamos de o ver como um ingénuo filósofo fora da política – coisa que ele nunca foi – para condenarmos a maquinação do processo em que foi envolvido. Precisamente, o ponto mais enigmático do processo, a confissão final de Bukharine, só adquire sentido se o virmos como uma confissão real: sim, diz Bukharine falei contra Stalin com A, B e C, mas não conspirei para matar ninguém. Nessas conspirações, Bukharine procurava uma alternativa para o governo ditatorial de Stalin, por ver,

como tantos outros, que ele conduzia à liquidação de todos os restos da democracia soviética dos anos 20. Mas na URSS de 1937, na histeria de uma “revolução” sobre-humana cercada do exterior e do interior, de um poder frágil, à beira da guerra mundial, toda a dissidência continha em potência as raízes dum crime.

Por outro lado, o livro tem já duas décadas e ressentido disso. Ao escrevê-lo, Medvedev estava ainda sob o efeito do choque “reabilitador” causado pelas revelações de Kruchov no XX Congresso: se as acusações de “espião” e “cúmplice do nazismo” contra Bukharine foram forjadas pelo tribunal às ordens de Stalin a fim de desacreditar as suas ideias políticas, não seria isto a prova de que era ele que tinha razão e que a política por ele defendida era a mais adequada para a URSS dos anos 30? Dificilmente se pode hoje acompanhar este raciocínio, que assenta no pressuposto – irrealista, sabemos-lo agora – de que houvesse um caminho para o socialismo na URSS. Não havia, e por isso mesmo as propostas antagónicas de Stalin, Trotsky, Bukharine se combatiam com tanta ferocidade, por isso eram todas elas unilaterais e desembocariam em qualquer caso no desastre.

A luta política de final dos anos 20 que põe termo à NEP e dá início à “segunda revolução”, à “passagem vitoriosa ao socialismo”, é disso o melhor exemplo. Tinha razão Bukharine quando observava (aliás, inspirando-se em Lenine) que era loucura querer avançar para o socialismo fazendo a guerra aos camponeses, a 80 por cento da população do país, e que nessa aventura se perderia a democracia soviética. Mas também tinha razão Stalin – e é o que Medvedev não entende – quando respondia que, a não esmagar o capitalismo camponês, a não dar um salto para a industrialização e a colectivização agrária, o regime soviético se afundaria a curto trecho na restauração burguesa ou esmagado pelas potências imperialistas. A acusação de “desviacionismo de direita” lançada contra Bukharine a partir de 1930 não foi pois uma invenção malévola de Stalin, fruto do seu “espírito tortuoso” – mas a conclusão que se impunha aos que queriam romper para diante com o regime, pela via que fosse possível. Nem foi por hipocrisia que Bukharine reconheceu no XVII Congresso que o seu grupo *“acabara por se transformar inevitavelmente no pólo de atracção de todas as forças que lutavam contra a ofensiva socialista, em primeiro lugar sectores de kulaks e os seus ideólogos entre os intelectuais”*.

Reabilitar a visão “humanista moderada” de Bukharine, como Medvedev faz até certo ponto neste trabalho, é um empreendimento que só pode interessar à social-democracia; do mesmo modo seria insensato tentar demonstrar a “justeza” da linha de Stalin, quando se conhecem todas as consequências que acarretou. A única coisa que podemos

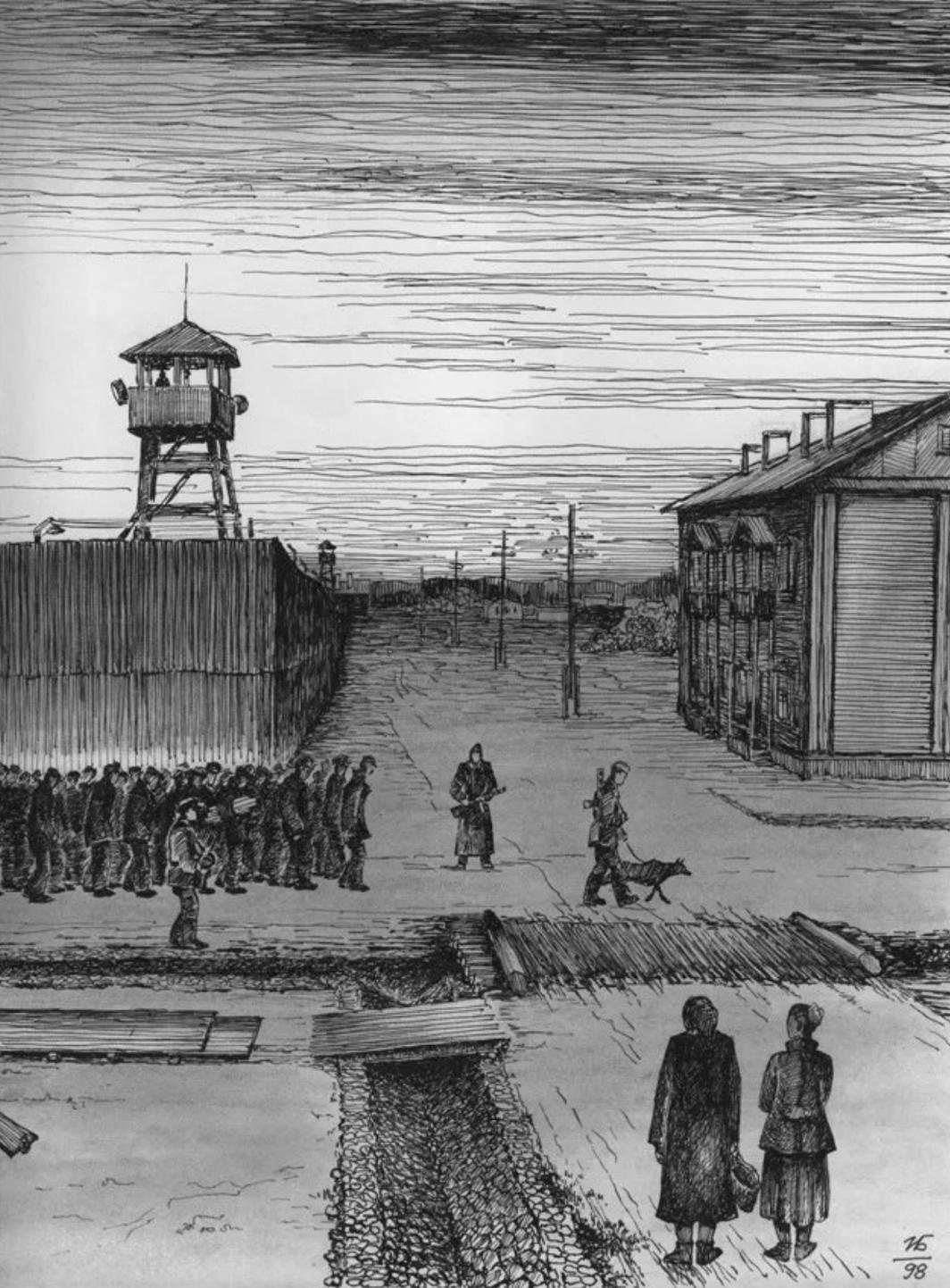
dizer, hoje, é que as alternativas apresentadas por um e pelo outro refletiam o impasse histórico com que chocara a revolução russa. Nenhuma das políticas em confronto podia impedir a marcha do capitalismo no país. Todos tinham razão contra todos, o que quer dizer que ninguém tinha razão. Só que a via defendida pelo moderado Bukharine teria acarretado custos humanos provavelmente superiores aos provocados pela via stalinista, com todos os horrores que esta significou. E isto não quer admitir o pensamento democrático burguês.

De qualquer modo – perguntam-nos – como puderam comunistas degenerar ao ponto de se lançar no carrossel infernal das acusações caluniosas, dos processos forjados, das torturas, dos julgamentos montados, das deportações em massa, dos fuzilamentos de inocentes? Se a ideologia comunista pode produzir tais monstruosidades, não devemos opor-nos a ela, do mesmo modo que nos opomos à ideologia fascista? A pergunta, contudo, está mal colocada. O que devemos perguntar é: que tipo de conflito social fez evoluir o corpo dirigente da URSS da sua anterior postura comunista e revolucionária para o entrincheiramento implacável no poder? Chegada a sociedade russa no fim dos anos 20 ao dilema inapelável – avançar para o capitalismo pela via estatal ou pela via privada –, os comunistas deixaram de ser comunistas. Transformado em autocrata, Stalin eliminou o seu antigo camarada, transformado em democrata burguês.

(Política Operária n.º 80, Mai./Jun. 2001)



“Inimigos do povo” no Gulag.



Gulag.

O TERROR NA URSS: UM CASO DE PURITANISMO ANTIBUROCRÁTICO?*

Atendo-se aos documentos e rejeitando a prática muito difundida dos testemunhos em segunda e terceira mão, quando não de boatos e histórias inverificáveis, o autor tenta desvendar a vida interna do partido soviético no período que conduziu à onda de julgamentos e execuções sumárias de 1936-39. A sua conclusão é que carece de base a versão corrente de que o terror seria o culminar de um plano maquiavélico traçado por Stalin para liquidar os velhos bolcheviques e pôr termo à revolução, usando como pretexto a morte de Kirov (ela mesma atribuída a Stalin).

O fenómeno, pretende, é muito mais complexo. Nem as depurações dos anos anteriores se integram num crescendo de terror concebido para conduzir à paranóia de 36-39, visto que as verificações periódicas de membros eram prática corrente no partido; nem Stalin, apesar do seu poderio, podia furtar-se ao jogo de tendências contraditórias no Bureau Político. Stalin, recorda o autor, mudava frequentemente de posição e apoiava-se ora numa ora noutra corrente: partidário da via gradual até 1928, campeão da liquidação dos *kulaks* e da campanha contra o bukarinismo em 29, de novo cauteloso contra os “excessos” em 30, passou a apoiante dos radicais durante o 1º plano quinquenal, para novamente apoiar o campo dos moderados no segundo plano, etc.

Para Getty, a origem da crise está na própria estrutura do poder: para vencer resistências, governar um país tão vasto e realizar a modernização económica, o partido tinha que elevar cada secretário local ao estatuto de um autocrata. Mas com isto bloqueava a cadeia de comando, já que os primeiros secretários se tornavam frequentemente um obstáculo às decisões do CC. O quadro do regime stalinista é assim muito mais o de uma ditadura primitiva e ineficiente, própria de um país camponês iletrado, com comunicações deficientes, do que a máquina monolítica baseada na disciplina férrea e na fichagem totalitária dos militantes de que fala a propaganda ocidental.

* *Recensão crítica a Origins of the Great Purges. The Soviet Communist Party Reconsidered, 1933--1938, J. Arch Getty. Cambridge University Press, Cambridge, 1985.*

O exame das depurações de 1933-35 na região de Smolensk é uma das partes mais conseguidas do estudo de Getty, devido à rica documentação em que se apoia – os arquivos da organização regional do partido soviético apreendidos pelos nazis e que no fim da guerra vieram a cair nas mãos dos norte-americanos. Mostra-nos o partido bolchevique, o único órgão de governo efectivo numa sociedade em convulsão, a debater-se numa situação caótica devido ao enorme afluxo de novos militantes durante os anos febris e violentos da colectivização agrária, da industrialização e da “revolução cultural” que os acompanhou. As depurações visam fazer frente à proliferação de roubos, corrupção, abusos de autoridade, carreirismo; tornara-se corrente a infiltração de criminosos no partido, estranhas cumplicidades permitiam que *kulaks* chefiassem herdades colectivas e havia quem se dedicasse à falsificação dos cartões de membro do partido, pelos privilégios a que davam acesso (na época um membro do partido não podia ser preso pela polícia civil). Na região ocidental, o primeiro secretário Rumiantsev (um velho bolchevique) e os seus subordinados actuavam como verdadeiros caciques (um deles atirava moedas aos camponeses quando passava de carro pelas aldeias!).

É a esta situação anormal que as verificações de membros visam pôr termo. Mas os seus primeiros efeitos são contrários: muitos dos burocratas regionais, a fim de manterem a salvo as suas cliques e combinações, desviam a depuração para cima de membros de base, expulsos arbitrariamente (o que em muitos casos significava a perda do emprego e da habitação!). Isto leva a direcção central do partido, a partir de 1936, a apelar à crítica da base e às eleições de dirigentes locais, para colocar os escalões intermédios entre dois fogos.

Entretanto, o conflito organizativo entrelaça-se de forma explosiva com o conflito político. Quando se iniciava a liberalização do regime, na sequência do 17º congresso do partido – reintegração dos oposicionistas, libertação de metade dos detidos em campos de trabalho, abolição do direito da polícia política ditar penas de morte, abolição do racionamento, exploração privada de parcelas e gado nas herdades colectivas, abertura na literatura e nas artes, nova Constituição, “a mais democrática do mundo” –, o assassinato de Kirov, a descoberta de uma rede de contactos organizada a partir do exterior por Trotsky e uma série de atentados e sabotagens, juntos com o expansionismo declarado do regime nazi, provocam uma dramática inversão na linha política.

Em 1936 a “linha dura” na direcção do Partido (acelerar a industrialização e a preparação militar, eliminar as resistências, liquidar os opositores) leva a melhor sobre os que, como Jdanov, viam na “libera-

lização” o melhor meio de apaziguar as tensões internas e ganhar credibilidade junto das democracias ocidentais para uma frente internacional antifascista. Stalin, que até aí mantivera o equilíbrio entre as duas tendências, chama o radical N. Jejov à chefia da polícia secreta, dá-lhe plenos poderes e reabre o processo do assassinato de Kirov para destruir os opositoristas, acusados numa carta secreta como traidores e assassinos. A depuração no partido intensifica-se, redobram os apelos à base para que ataque o burocratismo, o favoritismo e o nepotismo, a imprensa pública cartas denunciando abusos. Em Maio de 1937 mais de metade dos comités dirigentes de 54.000 organizações de base do partido já tinham sido demitidos.

Até aqui a violência ainda se mantinha circunscrita. Mas, com a prisão, em meados de 1937, dos principais generais do Exército Vermelho, sob a acusação de espionagem, traição e conspiração para derrubar o governo (caso cujos contornos permanecem misteriosos) desencadeia-se a *Jejovstchina*, a onda de terror em grande escala conduzida pela polícia secreta, na busca frenética para descobrir inimigos ocultos, sobretudo em lugares de responsabilidade. Entre avisos na imprensa para “não cair em excessos”, as prisões e execuções sucedem-se em ritmo alucinante e a “caça aos espíões” torna-se incontrolável, já que o pânico leva muitos militantes a fazer denúncias gratuitas para desviar suspeitas de si próprios. Só em fins de 1938 Jejov é demitido e a vida do partido retoma alguma normalidade. Continua a ignorar-se até hoje o número de pessoas inocentes executadas ou mortas na deportação.

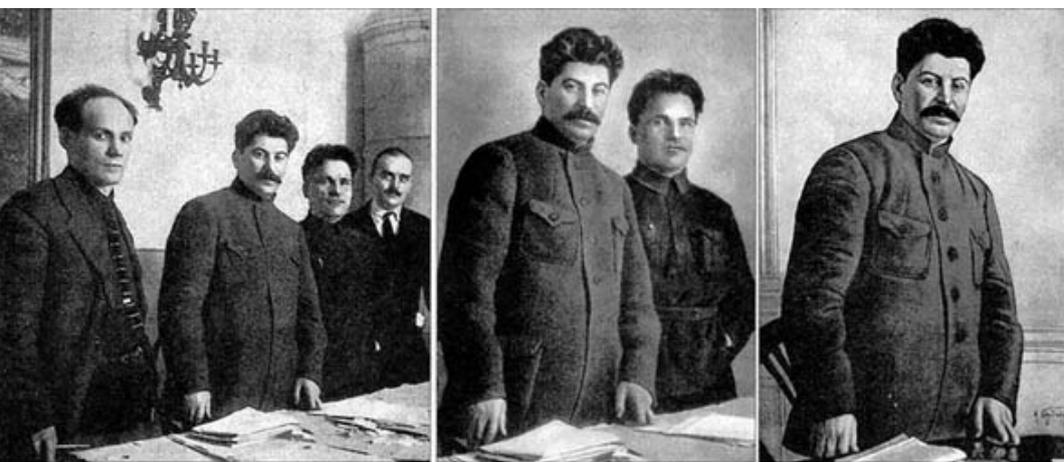
Comentário de Getty: *“Stalin, como Mao Zedong trinta anos mais tarde, descobriria que era mais fácil iniciar campanhas do que controlá-las”*. E a sua conclusão geral: *“A Jejovstchina não foi o resultado de uma burocracia petrificada que esmaga as divergências e aniquila os velhos revolucionários. Na realidade, deve ter sido justamente o contrário. Os factos permitem interpretá-la como uma reacção radical e mesmo histórica contra a burocracia. Os funcionários entrincheirados nos seus postos foram destruídos por um ataque vindo de cima e de baixo, numa onda caótica de voluntarismo e de puritanismo revolucionário”* (p. 206).

Valioso pela informação recolhida, que permite acompanhar a génese e explosão do terror na URSS como parte da vida do partido bolchevique, o trabalho do Prof. Getty sofre contudo da ausência de uma reflexão mais global sobre a sociedade soviética dos anos 30. É sobretudo inaceitável a ideia de que o terror tenha sido fruto de uma onda de puritanismo revolucionário antiburocrático, unindo a cúpula e a base, quando o seu verdadeiro motor foi a polícia secreta. Getty julga ver sinais de um genuíno movimento revolucionário naquilo que

era apenas uma prática já então corrente na cúpula do partido e do Estado soviético: os apelos à “iniciativa e crítica da base”, a fim de utilizar esta como massa de manobra controlada para levar a cabo determinadas campanhas políticas. Movimentos de massas realmente revolucionários, imprevistos e criadores, como foi o da revolução de Outubro, eram já então proibidos na sociedade soviética.

Ao debruçar-se quase exclusivamente sobre os processos internos de depuração do partido, Getty parece recolher uma ideia exagerada da ineficiência e fraqueza do aparelho de poder. E talvez por isso, o livro também não dá o devido peso ao crescendo dos conflitos ocultos na direcção do partido (de que os votos contra Stalin no 17º Congresso são um sinal iniludível). O poder concentrado no Bureau Político pela própria estrutura ultracentralizada do regime era tal que cada opção política envolvia conflitos extremos; numa época de guerra iminente, não é de estranhar que esses conflitos se tornassem mortais. Por último, para corrigir a tradicional versão romanesca trotskista sobre um Stalin maquiavélico, rancoroso e contra-revolucionário apostado em eliminar os “velhos bolcheviques”, Getty dá-nos a imagem de um Stalin hesitante a apagado, cujo poder de decisão estaria quase ao mesmo nível do dos outros dirigentes, o que é insustentável. Com tudo isto, trata-se sem dúvida de um trabalho imprescindível para o conhecimento da URSS dos anos trinta.

(Política Operária nº 84, Mar./Abr. 2002)



Sucessivos “apagamentos” da historiografia oficial stalinista, ao ritmo das depurações.

STALINISMO OU COMUNISMO?

Os novos stalinistas, incapazes de situar historicamente a revolução russa, adoram-na sem a compreender.

Pouco tempo depois de ter aqui escrito sobre a questão do “stalinismo” (PO n.º 89), vejo-me forçado a voltar à carga. O 50.º aniversário da morte de Stalin evidenciou em certos meios de esquerda uma nítida tendência para a recuperação da sua figura e da sua política. Os artigos do *Avante*, no seu habitual estilo gaguejante¹, traduziram ao nosso nível a série de celebrações internacionais, entre as quais as promovidas por uma Conferência Internacional de partidos “marxistas-leninistas”².

Mas não só. A questão diz-nos também respeito porque, na corrente mais afecta ao comunismo revolucionário, estão a surgir opiniões semelhantes: “Stalin não seria tão atacado se não fosse um grande revolucionário”, “os excessos do stalinismo, se enquadrados na situação da época, não merecem condenação porque eram necessários”, “se Stalin é um papão para a burguesia, é bom para nós”.

Claro, isto exprime um desejo de desforra, de sair da impotência a que chegámos. Hoje, quando as “grandes causas” da esquerda se ficam, em geral, pela oposição leal e retórica aos governos que arrastam o mundo para a catástrofe, não admira que a imagem de força de Stalin seduza o espírito de muitas pessoas com simpatias comunistas.

1) Há que ter em conta as “experiências positivas e negativas da construção do socialismo”; praticaram-se “erros e crimes”, mas as “vítimas” do stalinismo (entre aspas) não terão sido tantas como pretende a propaganda imperialista, e, além disso, “tinham vestido a farda do inimigo nazi”!

2) Refiro-me à corrente que se reagrupou desde há dez anos na Conferência Internacional de Partidos e Organizações Marxistas-Leninistas, a qual reúne duas dezenas de grupos, europeus e latino-americanos sobretudo, mas também alguns asiáticos e africanos. A par de meritórias tomadas de posição anti-imperialistas, divulgadas no órgão *Unidade e Luta*, os partidos organizados nesta corrente defendem a restauração da política praticada pelo movimento comunista nos anos 30-50 do século passado, reclamam a “reapreciação dos méritos de Staline”, prestam homenagem ao “grande guia e mestre da humanidade”, ao “mestre da edificação socialista”, e promovem reuniões e seminários internacionais em que se retoma devotamente o estudo das suas obras. Para a edição francesa de *Unidade e Luta*, consultar http://www.geocities.com/pcof_fr. Também o Partido do Trabalho Belga promoveu uma sessão solene de homenagem, em que foram retomados os mesmos temas.

Louvar Stalin é para eles uma forma de manifestar rebeldia contra os propagandistas assalariados do sistema, que reclamam, armados em humanistas, a condenação do demónio Stalin para fazer-nos ajoelhar perante a democracia capitalista: Stalin foi um “monstro”, igual a Hitler; mas os governantes ocidentais que têm vindo a massacrar milhões de inocentes, da Coreia ao Vietname, da Argélia à Guatemala, da Indonésia ao Chile, esses, quando muito, cometeram “erros”!

Intimam-nos a reconhecer os nossos pecados “stalinistas” passados para nos pôr à defesa e meter-nos, obedientes e arrependidos, no campo da ordem. Por isso respondi ao inquérito do *Expresso* “Tenho muita honra em ter sido stalinista”. Acho que era a única resposta a dar. Não temos que nos desculpar por termos apoiado a União Soviética quando ela era anti-imperialista; estávamos enganados quanto às realidades da URSS mas não errávamos ao escolher a nossa burguesia como o inimigo.

O problema, porém, é que o culto de Stalin que agora renasce não é só o apego ingénuo ao passado do movimento comunista e uma forma equivocada de repudiar a barbárie capitalista, uma espécie de nova religião dos oprimidos. Esta imagem mitificada do passado transporta consigo noções muito precisas sobre o que deve ser a política e os objectivos dos comunistas. Stalin é reverenciado como o artífice de uma época “áurea” do movimento comunista. A “questão Stalin” não toca apenas na avaliação que se faz da sua pessoa, nem sequer diz respeito apenas ao regime que existiu na ex-URSS: envolve toda a concepção da revolução e do socialismo. Ou seja, não tem a ver só com o passado, diz respeito sobretudo ao que se pretende para o futuro.

E será bom começarmos a tomar consciência de que a concepção que a *PO* defende a este respeito é radicalmente oposta à dos adeptos do stalinismo.

Por isso, não têm razão os camaradas que tentam deixar a questão em suspenso com o argumento de que ainda seria cedo para poder avaliar com objectividade o papel de Stalin ou de que “é natural os comunistas terem opiniões diversas sobre este assunto”. Creio, pelo contrário, que não é nada “natural” e que nos deve preocupar o facto de termos noções tão diferentes do que deva ser a revolução e o socialismo – afinal o alvo da nossa luta.

E como os debates e artigos que ao longo de dezoito anos têm passado por estas páginas, pelos vistos, não chegaram para convencer diversos camaradas, só me resta insistir em alguns aspectos talvez caídos no esquecimento.

Staline estava certo, dizem-nos, porque só a sua dureza permitiu que a construção do socialismo fosse por diante. Para entender a sua política, deveríamos ter em conta que se tratou da ditadura do proletariado, daquele “período de transição” de que falava Marx, período de luta aguda, sem a qual não se pode chegar à extinção das classes e de todos os vestígios de relações capitalistas.

Que o socialismo só pode ser um período histórico de luta de classes acirrada e que nele não haverá lugar para a confraternização evangélica com que sonham os parvos é uma conclusão óbvia para os marxistas. Expropriar a burguesia, desmantelar a máquina do Estado, extirpar os privilégios, os polvos da burocracia e do militarismo, instituir uma nova forma de vida e de governo – não se vê como isso possa ser feito sem violência. Uma ditadura é imprescindível para extirpar o capitalismo. A questão, porém, é: *ditadura de quem sobre quem? E que tipo de ditadura?*

Se formos ao fundo do pensamento nunca claramente expresso dos entusiastas do “modelo soviético”, vemos que eles imaginam a ditadura do proletariado como um regime em que um aparelho de Partido-Estado de tipo militarizado (a “disciplina proletária”) exerce poder absoluto sobre a sociedade. Isto, reconhecem, pode ser limitado do ponto de vista da “democracia socialista”, mas na “fase inferior do comunismo” a vontade das massas “precisa da mediação da sua direcção política” e é “inevitável uma certa autonomia do poder político sobre as massas”. E como o partido, “força representativa do proletariado”, é “guiado por uma teoria científica”, há condições para tudo marchar em boa harmonia em direcção ao comunismo, etc., etc.

Isto, porém, não passa de sofismas para iludir o óbvio: o regime que vigorava na URSS nada tinha de comum com a “fase inferior do comunismo” a que Marx se referia. Pela simples razão de que o aparelho de Estado, em vez de definir, agigantava-se, e as massas proletárias, em vez de intervirem em escala crescente na vida política e social, eram reprimidas com mão de ferro. As criações autenticamente revolucionárias do ano de 17 tinham todas desaparecido na voragem da guerra civil, da invasão, da catástrofe económica, e do que se lhe seguiu. Se abstrairmos das fórmulas das cartilhas de “marxismo-leninismo” com que alguns se auto-hipnotizam, e olharmos para a realidade da URSS ao longo dos anos 30, temos de concluir que o regime tinha já adquirido todos os contornos de um *poder despótico*, embora com as características peculiares ditadas por um capitalismo estatizado.

Não poderia ter sido de outro modo, dado o atraso da Rússia e as forças gigantescas, internas e externas, que se levantaram contra a revolução? Sem dúvida. Para nós está claro que o esvaziamento dos soviets

e a concentração de todo o poder na direcção do partido, a conciliação com os camponeses, primeiro, e a posterior expropriação violenta dos camponeses, o regime ditatorial, foram as únicas saídas que se abriam aos que tinham conduzido a revolução. Ou isso ou chamar os capitalistas de volta. A questão está em saber se estas características, absolutamente inevitáveis naquelas condições, definem uma revolução socialista e realizam a ditadura do proletariado ou se correspondem a *outro tipo de revolução e a outro tipo de poder*.

O que os actuais “marxistas-leninistas” fazem é tomar as características necessariamente distorcidas do regime “soviético”, devidas ao atraso económico-social da Rússia no momento da revolução, como modelo geral do socialismo. Se a Rússia pós-revolucionária foi obrigada, pela força das circunstâncias, a enveredar pelo regime de capitalismo de Estado baptizando-o de “socialismo”, ei-los embevecidos perante o modelo encontrado do socialismo! Incapazes de situar historicamente a revolução, adoram-na sem a compreender. O pior é que essa adoração os leva a ser reticentes em relação ao que ela teve de realmente avançado, e a aplaudir como modelar o que nela houve de *atrasado*, e que abriu caminho ao desastre posterior.

Claro que eles reconhecem “insuficiências, desvios e erros” no modelo da URSS. “Desaprovam” os “excessos repressivos”, a consagração de novos privilégios, o dogmatismo unanimista ditado pelo partido, mas acham candidamente que isso são acidentes de percurso do socialismo, uma vez que, já lá diz Marx, “*o direito burguês persiste durante o período de transição*”...

Com este artifício iludem a questão de fundo: na URSS dos anos 30 o direito burguês recuava ou progredia? Os “erros”, “desvios” e “excessos” eram manifestações marginais, contra a corrente do sistema, ou eram a manifestação inerente e necessária de uma ditadura anti-popular, que só pela força podia extrair a mais-valia ao proletariado? E pode algum marxista considerar seriamente o carrossel alucinante do Terror de 1936-39 como um mero “desvio” ou um “excesso”?

Entendamo-nos. Uma coisa é reconhecermos a revolução proletária de 1917 como a mais avançada na história da humanidade, vemos o percurso posterior da União Soviética como o resultado inevitável da ausência de condições mínimas para o proletariado exercer o poder, valorizarmos o papel da URSS de Stalin na resistência ao imperialismo; outra coisa, muito diferente, é tomar esse regime como modelo, considerar autêntico o seu proclamado “socialismo”, assumir a sua política externa como “revolucionária”, encontrar justificações “marxistas” para tudo o que nele foi antiproletário e até obscurantista. A verdade é que o

salto espantoso da URSS de Stalin para a industrialização e a “colectivização” agrária difundiu no movimento comunista uma autêntica *revisão do marxismo*: o socialismo seria possível pela propriedade estatal e pela planificação, mesmo que a ditadura do proletariado se reduzisse ao miserável sofisma da “vontade das massas exprimindo-se pela mediação do partido”.

Aqueles que se obstinam em querer ver na URSS de Stalin uma “sociedade socialista em construção” não conseguem explicar como foi possível o “país dos soviets” ser levado gradualmente pelo caminho das reformas económicas e da coexistência pacífica até à restauração plena do capitalismo privado de 91, sem se disparar um tiro. A teoria de que uma sociedade socialista pode regredir pacificamente ao capitalismo, por causa dos “erros”, do “culto da personalidade”, da “falta de vigilância”, do “subjectivismo” e outras tretas do mesmo jaez é um verdadeiro insulto ao marxismo.

Porque teimam os “ortodoxos” (chamemos-lhes assim, para facilitar) em querer ver socialismo onde ele nunca existiu? Porque julgam que a ausência de iniciativa, liberdade e poder popular pode ser suprida pelas grandes realizações económicas, pela melhoria do nível de vida das massas, pela difusão da instrução. Porque têm uma concepção *pater-nalista* do socialismo, como um regime em que as massas devem agir sob a tutela vigilante do aparelho comunista; porque vêem no partido, não a vanguarda consciente do proletariado e das massas, não o fermento revolucionário, mas o autor da revolução e o proprietário do poder.

Claro, eles nunca se esquecem de elogiar o papel do movimento de massas e os soviets como a sua criação revolucionária, mas vêem-nos como um empecilho, pelo seu carácter “incontrolado”, e um perigo para a actuação “científica” do partido; querem-nos reduzidos a um papel subordinado e puramente decorativo. Do facto de ter havido soviets que caíram sob influência pequeno-burguesa e se rebelaram contra o governo de Lenine não concluem que isso era um sinal certo da *agonia da revolução*; deduzem argutamente que o melhor é domesticar os soviets, para não estorvarem o partido.

Na sua tacanhez, nem lhes passa pela cabeça que, a *única hipótese* de derrubar o poder burguês e levar a revolução anticapitalista ao triunfo está na erupção de um verdadeiro *terramoto social* que levante os milhões de explorados – o que pressupõe uma enorme liberdade criadora. Não percebem que é *impossível* eliminar os mecanismos de produção e reprodução do capital a menos que esse seja o objectivo assumido da classe no seu conjunto, empenhada na edificação de uma nova maneira de

viver. Acreditam piamente (e nisto coincidem com a superstição burguesa vulgar) que a revolução de 1917 foi maquinada por Lenine, quando a genialidade deste consistiu em compreender as forças motrizes da revolução para tornar possível ao partido orientar a torrente popular no sentido mais favorável à emancipação do proletariado. Aquilo que deve ser o regime de *ditadura das massas sobre a burguesia* é por eles transformado num regime de ditadura do partido-governo sobre toda a população – e chamam a isto “ditadura do proletariado” e “socialismo”!

Esta incompreensão grosseira sobre o que seja o papel das massas na revolução leva mesmo alguns a considerar “*falso e dogmático supor que a sua existência [de “órgãos proletários de tipo conselhistas”] seja condição sine qua non de uma revolução socialista; a história já o provou*”. Ora, “a história já provou” precisamente o contrário: sem a emergência (e muito mais do que isso: sem o poder pleno) de órgãos proletários de tipo conselhistas, pode haver revoluções de libertação (burguesas), revoluções populares (burguesas), mas não haverá revolução socialista nenhuma.

A teoria da “ditadura do proletariado representada pelo seu partido” é uma invenção antimarxista e antileninista do corpo dirigente da URSS, destinada a justificar o sistema de poder de uma classe burguesa burocrática, administradora do capitalismo de Estado. A obstinação com que alguns continuam hoje a querer ver nesse regime traços de socialismo só se compreende pelo esquecimento a que chegámos do que seja uma revolução *real*. De facto, conceber a ditadura *de toda uma classe* como um governo ditatorial, apoiado numa pirâmide de *aparatchiks* obedientes e acéfalos, a censurar jornais e a prender dissidentes, é uma visão macabra do que seja a democracia dos produtores.

A ditadura do proletariado só é possível quando a *classe* proletária chega à decisão de derrubar a burguesia, desapossá-la, extinguir as relações capitalistas, dismantelar a máquina do Estado, criar o seu próprio autogoverno. O partido comunista é o fermento indispensável deste terramoto, mas será absolutamente impotente se quiser substituir-se à iniciativa criadora das massas.

Donde se segue que, se a sociedade ainda não tiver reunido as condições para o proletariado derrubar a burguesia e instituir-se como classe dirigente, não será certamente pela ditadura “benévola” do partido comunista que isso será possível. “Ditadura do proletariado” sem poder proletário (autêntico, não por delegação) só pode configurar-se como uma ditadura burguesa de novo tipo, sejam quais forem as boas intenções dos que ocupem o poder.

Justamente porque o stalinismo concebe as massas como um mero auxiliar do partido, ele coloca no centro da revolução a *organização*.

Para o stalinismo, tudo o que diz respeito à revolução – acção política, teoria, propaganda – tudo são tarefas auxiliares, que giram à volta da organização, do poder do aparelho. Daí a inevitável tendência para o dogmatismo (só nos interessam os factos que favorecem as necessidades do centro), para o oportunismo (são boas todas as acções que reforcem o poder do aparelho), para o autoritarismo (não toleramos entraves às decisões da direcção).

É por isso que a crítica do stalinismo não diz respeito apenas à meta socialista que buscamos (para nossa desgraça ainda longínqua) mas também às *tarefas actuais* de acumulação de forças para a revolução – na luta pela hegemonia do proletariado, na política de frente, na vida interna partidária, nas relações partido-massas, na solidariedade com os povos e nações oprimidos, na questão da mulher, etc. Só pela crítica de princípio ao nosso passado stalinista abriremos caminho ao renascimento de uma corrente comunista livre das taras do passado. Espero voltar ao tema numa próxima oportunidade.

(Política Operária nº 91, Set./Out.2003)



**Trabalhadores
de todo o
mundo,
uni-vos!**

**Dêem força
aos socialistas
de esquerda!
(1920 - PC
Dinamarca).**



Não iremos ceder Petrogrado!

LIGEIRAS FALHAS

A “reflexão” em estilo telegráfico enviada por Álvaro Cunhal ao Encontro Internacional revisionista de Montevideu e publicada no *Avante* de 6 de Novembro tem, quanto a mim, algumas *ligeiras falhas*, que procurarei apontar em estilo também breve.

Não diz que a instauração do poder dos soviets, que era a meta da revolução russa de 1917, dirigida por Lenine e pelos bolcheviques, fracassou, devido à fraqueza do proletariado, ao atraso económico-social da Rússia e ao assalto do capitalismo internacional; e que portanto não havia poder soviético na União Soviética.

Lamenta as tendências que surgiram nos “países socialistas” para a “centralização e a burocratização”, omitindo que isso foi o resultado necessário da edificação de uma economia de capitalismo estatal nesses países, assumida pelos antigos revolucionários comunistas, transformados em governantes burgueses.

Não diz que uma das causas de se ter perdido o impulso revolucionário criado pela revolução de Outubro foi a integração gradual dos partidos comunistas (entre eles, o próprio PCP) nos limites da ordem burguesa.

Condena as “ilusões no avanço irreversível da libertação da humanidade” mas omite que foram propagadas pela direcção soviética desde os anos 50, devido ao desejo de chegar a um entendimento com o imperialismo norte-americano, à custa da desintegração do movimento comunista e da moderação das lutas de libertação.

Não menciona a estúpida invenção da “passagem pacífica e parlamentar ao socialismo”, adoptada por grande número de partidos comunistas, como uma falsificação do marxismo que foi responsável por graves derrotas da luta do proletariado.

Pretende que a China e outros países em que partidos ditos comunistas continuam no poder “insistem no objectivo da construção de uma sociedade socialista” quando é evidente que esses regimes combinam o capitalismo de Estado com uma liberdade cada vez maior ao capitalismo privado, mantendo os trabalhadores em escravidão asalariada.

Afirma que a proliferação do terrorismo se combate “fazendo respeitar pelos agressores imperialistas os direitos dos povos e países agredidos”, omitindo que os métodos do terror estão a proliferar porque os povos oprimidos foram privados por séculos de terror imperialista de quaisquer outros meios de resistência.

Ao admitir a necessidade de “*combater o terrorismo*”, oculta que são as nações chamadas “*democráticas*” e “*avançadas*” que fazem pesar o terror, a fome e a miséria sobre a maioria da humanidade oprimida.

Não diz uma palavra sobre a colaboração de classes reinante nos centros imperialistas e sobre a necessidade de uma luta diária para emancipar o proletariado da influência reformista e chauvinista da sua própria burguesia “*democrática*”.

Menciona entre as forças que se podem opor ao imperialismo “*os partidos comunistas e outros partidos revolucionários, firmes, corajosos e confiantes*”, como se não fosse um facto conhecido que esses denominados partidos comunistas, noutros tempos alvos de perseguições cruéis, hoje são fanáticos adeptos da legalidade burguesa, inimigos dos levantamentos violentos das massas, sempre prontos a demonstrar a sua fidelidade à ordem democrático-capitalista, como é o exemplo mais recente e mais vergonhoso do PC Iraquiano.

Não diz esta coisa simples: o proletariado e as grandes massas assalariadas têm que se preparar para derrubar o Estado burguês com todas as suas instituições, instaurar a ditadura do proletariado sobre a burguesia e um poder de tipo soviético, como via necessária para dismantelar o sistema capitalista putrefacto e sair desta pré-história sangrenta em que a humanidade está mergulhada. Para isso, precisa de autênticos partidos comunistas revolucionários, hoje inexistentes.

(Política Operária nº 92, Nov./Dez. 2003)



**Mulher emancipada:
Constrói o socialismo!**

OITENTA ANOS A ENTERRAR LENINE

O leninismo é um mundo, como tem sido bem demonstrado ao longo das intervenções neste colóquio¹. Gostaria de falar aqui hoje da política leninista na fase de preparação da revolução, trazendo o testemunho da minha experiência pessoal enquanto militante comunista português.

Ainda eu estava no PCP, já lá vão mais de 40 anos, e já me confundia a diferença enorme entre o “leninismo” que nós praticávamos e os textos do próprio Lenine. A intervenção do PC em Portugal parecia bastante avançada a nós, comunistas daquele tempo: unir o povo, com os operários na primeira linha, para derrubar a ditadura fascista e ganhar uma democracia avançada. Mas então descobri que Lenine, na luta contra o czarismo, punha as coisas em termos completamente diferentes. Nós proclamávamos aos antifascistas: “O que nos separa nada é, comparado com o que nos une” – Lenine acentuava a necessidade de *“paralisar a instabilidade, a ambiguidade e a perfídia da burguesia democrática”*². Nós dizíamos à classe operária que ela devia estar na vanguarda, como a mais esforçada e combativa – Lenine dizia: *“A classe operária não tem que ser o motor da luta contra o czarismo, ela deve ser o condutor”*. Nós aliávamo-nos à pequena burguesia urbana, mais activa e politizada – Lenine dizia que os camponeses, alheados da política, incultos e famintos, é que eram o verdadeiro aliado do proletariado, porque ao exigir a terra criavam condições para subverter a ordem instituída. Nós resumíamos toda a nossa estratégia e a nossa tática ao derrube do fascismo – Lenine dizia que *“não se pode falar dos objectivos políticos imediatos enquanto não se esclarecerem as questões essenciais das tarefas do proletariado na nossa revolução (...), enquanto não se vir como se agrupam as classes e os partidos...”*³ Numa palavra: nós procurávamos pôr de lado tudo o que dificultasse a unidade imediata – Lenine procurava pôr de lado tudo o que, na luta imediata, impedisse o papel dirigente do proletariado.

1)Este artigo foi apresentado, em forma abreviada, nas VIII Jornadas Independentistas Galegas, dedicadas ao “80 aniversário de Lenine”, no dia 6 de Maio, em Compostela.

2)Lenine, *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, ed. Estampa, Lisboa, 1975, p. 10.

3)Lenine, *Oeuvres*, ed. du Progrès, Moscovo, 1977. Tomo 12, p. 126.

Que respondiam os dirigentes do PC às nossas perplexidades? Que Lenine tivera certamente razão, fora o mais genial dos revolucionários, etc., mas que isto já não podia ser assim porque as novas condições exigiam dos comunistas uma capacidade muito maior de assumir como suas as reivindicações de todo o povo, unir todas as camadas não-monopolistas, unir a nação contra o fascismo e o imperialismo estrangeiro, construir amplas frentes de luta pela paz...

Só que esta justificação era coxa: onde mais do que na Rússia de 1905 era necessário ganhar todas as camadas da população para o derube da autocracia, para o fim da servidão, para fazer transformações democráticas? E, no entanto, Lenine cuidara sempre em delimitar correntes no campo dos que lutavam pela liberdade, sem medo de afastar possíveis aliados; achava mesmo *“indecente”* o *“medo de isolar o proletariado do povo pequeno-burguês”*⁴. Com essa orientação permitiu que, no ano de 17, o proletariado russo se agigantasse e partisse ao assalto do poder. O que mudara, afinal, para tornar inaplicável o modo leninista de fazer política?

A diferença não podia ser explicada pela mudança das condições. Fora a estratégia que mudara. Pouco a pouco, imperceptivelmente, o leninismo fora-se tornando imprestável para os partidos comunistas (e falo aqui sobretudo da Europa, que nos diz mais directamente respeito). À medida que se foram extinguindo as réplicas daquele tremendo abalo revolucionário que sacudira a Rússia com a revolução dos soviets, os comunistas, por muito que admirassem os bolcheviques, não vendo como próxima a instauração da ditadura do proletariado, acossados por um clima social desfavorável, receosos do isolamento, consideraram inaplicável a demarcação leninista entre as posições do proletariado e as da burguesia democrática.

Assim, enquanto se proclamava sem descanso a validade universal do leninismo, este foi sendo soterrado sob uma sucessão de revisões, em camadas sobrepostas.

A primeira foi a chamada política das frentes populares, adoptada no 7º Congresso da Internacional Comunista, em meados dos anos 30, com o argumento de que “no tempo de Lenine não existia o terrorismo fascista”. Não que as frentes antifascistas, em si, tivessem algo de mal. O mal era dirigir-se os esforços de aliança para a burguesia e não para os pobres da cidade e do campo, pensar que o preço a pagar pela frente era bajular os social-democratas, calar os objectivos próprios dos comunistas, adoptar uma linguagem progressista nebulosa, conceber a luta

4) *A propósito da revolução naional, Maio de 1907. Oeuvres, tomo 12, p. 409.*

contra o fascismo como a *fusão* das posições de classe contraditórias numa corrente democrática comum.

Anos mais tarde, em plena guerra mundial, novo passo: a Internacional Comunista foi dissolvida “porque os partidos já estavam temperados e maduros” – na realidade porque as potências ocidentais exigiam o fim da Internacional para abrir a segunda frente contra Hitler. A dissolução da IC – aliás, já agonizante por ter sido rebaixada a instrumento da política externa da URSS – levantou os últimos obstáculos à dispersão oportunista que empurrava cada partido a moldar-se às condições impostas pela burguesia do seu país.

Após a guerra, veio a teoria das revoluções “democrático-populares”, meias revoluções de um tipo novo, que não instauravam nem a ditadura do proletariado sobre a burguesia, nem a ditadura da burguesia sobre o proletariado – “*porque agora, com o poderio da União Soviética, já é possível uma ampla aliança das classes antimonopolistas*”. Para além dos abortos de capitalismo burocrático a que deu lugar na Europa de Leste, esta teoria serviu para afundar mais ainda os partidos europeus na prática da colaboração de classes.

Por fim, no 20º Congresso do PCUS, em 1956, invocou-se mais uma vez a nova situação internacional como argumento para a revisão kruchovista: “*Lenine estava certo na sua época, mas no seu tempo não havia armas atómicas*”. E portanto os comunistas deviam abdicar de objectivos revolucionários a bem da coexistência pacífica, ganhar a aliança com os social-democratas à custa do compromisso de uma mirífica “passagem pacífica ao socialismo”, meter no limbo o conceito maldito da “ditadura do proletariado” que matava à nascença qualquer veleidade de aliança porque a burguesia democrática não o tolerava (e com boas razões!).

Se olharmos na sua sequência esta série de “actualizações” – e há nela uma linha de continuidade que passa dos stalinistas para os anti-stalinistas –, vemos que se tratou de uma revisão estratégica. Lenine cuidava permanentemente de libertar os interesses a longo prazo do proletariado da ganga “democrática” geral em que sempre se encontram soterrados, justamente porque apontava para o alvo da revolução proletária. O “leninismo” reciclado que lhe sucedeu precisava de dissolver os objectivos proletários na política democrática “de todo o povo” justamente porque adoptara como meta a introdução gradual de reformas democratizantes no regime burguês.

Nada parecia, porém, mais distante do oportunismo do que a intransigência exibida pelos PC europeus dos anos 50. Perseguidos e caluniados pelas suas burguesias, eles defendiam a pé firme a “pátria do socialismo”, lutavam contra o imperialismo, mantinham acesa a luta

contra a social-democracia, defendiam a independência e unidade do partido. De tal modo que a sua luta parecia até por vezes assumir um radicalismo maior que nos tempos de Lenine.

Com uma diferença de fundo, contudo. O empenhamento de Lenine em distinguir e *separar* os interesses do proletariado das classes inter-médias fora abandonado para dar lugar à luta do “campo da paz e da democracia” contra o grande capital e o imperialismo – capaz de englobar num movimento conjunto a pequena burguesia e o proletariado. O combate ao imperialismo, para se tornar aceitável a todos, passou de anticapitalista e revolucionário a democrático-humanista-pacifista. A crítica aos partidos social-democratas transformou-se na denúncia dos manejos das suas cliques – só negando base social à social-democracia se podia manter de pé o mito da unidade de interesses entre proletariado e pequena burguesia. A disputa da hegemonia proletária no movimento democrático foi substituída pela proclamação do “papel dirigente do partido” – e com esta transferência trocou-se a luta política em campo aberto pelo manobristo sem princípios. A luta interna nos partidos degenerou na caça aos “renegados, sabotadores e provocadores”, acabando por instituir um unanimismo gerador de podridão – porque reconhecer que a pequena burguesia tentava ganhar o partido por dentro poria em causa a “unidade popular”.

A ideologia “unitária” esterilizou o movimento comunista. Quanto mais cedências os partidos faziam na sua linha política à pressão burguesa democrática, na ambição de ganhar espaço na “grande massa da população”, mais o proletariado era reduzido à reivindicação económica e se apagava na cena política, mais os partidos trocavam a polémica viva pela solene enunciação de dogmas, mais autorizados se consideravam, como indiscutida “vanguarda”, a todas as manobras.

Na esperança obtusa de virem a ser reconhecidos como os melhores defensores dos interesses de toda a nação, os partidos comunistas sacrificaram a identidade política do proletariado. Repetiram, com outra linguagem e noutras condições, a deriva oportunista que Lenine apontara aos antigos social-democratas: “*Renúncia às posições de classe e à luta de classes por receio de não influenciar ‘a grande massa da população’ (leia-se: a pequena burguesia)*”.⁵

E como na luta de classes não há espaços vazios, esta magnânima abdicação dos interesses *próprios e exclusivos* do proletariado redundou na ocupação dos partidos pela ideologia e pelos objectivos políticos da

5) *A situação e as tarefas da Internacional Socialista, Novembro de 1914. Oeuvres, 1973, tomo 21, pp. 29-30.*

pequena burguesia. Os partidos comunistas foram tomados pelas fracções radicais da nova pequena burguesia assalariada, em crescimento acelerado por toda a Europa, interessada em regatear espaço junto da burguesia dominante usando como suas armas a luta do proletariado (devidamente depurada de objectivos revolucionários) e o apoio ao regime da URSS, o temido rival do imperialismo. Assim o proletariado se tornou o *servente* do movimento democrático burguês, com os partidos comunistas como instrumentos dessa subordinação.

Não é agora o momento de fazer o historial das posições reformistas, eleitoralistas, chauvinistas assumidas pelos partidos comunistas europeus, mesmo no mais aceso da sua resistência à “Guerra fria”. Os tons radicais e a terminologia “marxista” com que se ocultavam, juntos com a imagem “socialista” da URSS, permitiram que se arrastasse por decénios o seu apodrecimento. Foi só quando, a partir dos anos 60, a classe governante “soviética” iniciou os primeiros passos para negociar com o imperialismo a sua reconversão ao capitalismo privado, que os aparelhos dos partidos europeus, já corrompidos até à medula, consideraram esgotada a opção “leninista” e se puseram também à procura de uma via de capitulação. Seguiu-se logicamente a renegação aberta do leninismo e o dar a mão à palmatória da social-democracia: Lenine tinha sido “maximalista”, porque queria levar tudo longe de mais; “jacobino”, porque estava obcecado pela conquista do poder; “reductor” e “sectário”, porque afastava os aliados; “fraccionista”, porque criava contínuas guerras dentro do partido...

Assim o leninismo se transformou em antileninismo, à sombra dos vivos a Lenine.

E na pequena corrente que hoje aqui e além retoma a bandeira do leninismo? Eu creio que a defesa que fazemos da política leninista ainda é dúbia, reticente e muitas vezes mais formal do que real. Criou-se um certo consenso de que as ideias políticas de Lenine teriam envelhecido irremediavelmente perante as transformações sociais profundas do último século. A demarcação de interesses entre proletariado e pequena burguesia em que o leninismo apostou, hoje já não seria operativa nas nossas sociedades avançadas, em que se diluíram as antigas fronteiras entre proletários miseráveis e proprietários opulentos, e a esmagadora massa da população assalariada defronta o “punhado de monopolistas sem pátria”. Há uma opinião generalizada, embora nem sempre claramente articulada, de que a linguagem de classe rigorosa pode ser muito útil para estudos de marxismo mas na política prática não funciona, conduz ao doutrinarmos, ao obreirismo, ao isolamento.

Esquece-se porém que as transformações sociais profundíssimas que as metrópoles capitalistas vêm atravessando não atenuam *mas agu-*

dizam o seu antagonismo essencial, entre produtores e apropriadores de mais-valia, ao fazerem proliferar as *camadas assalariadas auxiliares da extracção de mais-valia ou puramente parasitárias*. A imagem “popular” e facilmente aceite de um antagonismo universal entre os magnates capitalistas e “os mais de 90 por cento da população reduzidos ao trabalho assalariado” esquece a complexa e vastíssima rede de camadas intermédias que beneficiam, em maior ou menor medida, de suplementos da mais-valia, distribuídos pela classe dominante para garantir a eficácia e estabilidade do seu sistema de exploração. Lenine, já no seu tempo, dava-se ao trabalho de desfibrar, no espaço entre o proletariado e a burguesia, as posições de semiproletários, pequeno-burgueses, semi-pequeno-burgueses, aristocracia operária, burocracia operária, etc. É esse imenso trabalho de demarcação política e ideológica que falta realizar nas condições actuais, para que volte a emergir a identidade do proletariado.

Querer formular uma estratégia e uma tática de luta do proletariado pelo fim do capitalismo sem tomar em conta aquilo que distingue o proletariado de todas as outras classes e camadas, pode proporcionar todos os êxitos e vantagens políticas que se queiram – mas conduz de certeza ao desastre quando chegar o momento em que os diferentes interesses das classes saem da relativa indefinição ou adormecimento dos períodos de paz social e se revelam brutalmente à luz do dia –, quando se entra em *crise revolucionária*. Aí, torna-se antagónica a postura dos que *precisam* de abolir o sistema capitalista e dos que simplesmente querem regatear melhores posições *dentro* do sistema e *à custa* dos de baixo. Vimo-lo claramente, nós, comunistas portugueses, durante a crise revolucionária de 1974-75.

A ideologia democrática pode proporcionar – e proporciona de facto – popularidade, êxitos eleitorais, vantagens, mas, quando chega a hora da verdade, revela a sua natureza *antiproletária*. Aí, o proletariado que ao longo dos anos anteriores de escaramuças não ganhou ténpera política e ideológica e se habituou a servir de auxiliar da burguesia será incapaz de fazer prevalecer os seus interesses. Foi o que também constatámos dolorosamente em Portugal no Outono de 75.

Aprendamos com Lenine que a conquista de alianças de classe *não é* a troca dos objectivos do proletariado por imaginárias metas não-revolucionárias, capazes de seduzir a pequena burguesia; nem é a troca da voz independente e exigente do proletariado pelos discursos unitário-diplomáticos que agradam a todos e nada esclarecem – é armar o proletariado com a capacidade de *arrastar atrás de si* as camadas vacilantes.

Aprendamos com Lenine que criticar os sectores burgueses que ficam contíguos ao proletariado não prejudica a luta contra o inimigo

principal, reforça-a. De facto, como se pode dar real poder ofensivo à luta das massas contra a actual onda de pilhagem e terror lançada pela burguesia, com debilidades pequeno-burguesas como a “justa retribuição do trabalho”, a “altermundialização”, o “Estado de direito democrático”, o “respeito pelos direitos humanos”, a “Europa social”, a “luta por um mundo melhor”, se não mostrarmos diariamente ao proletariado o sinal de classe pequeno-burguês das propostas conciliadoras, reformistas, pacifistas, alienantes que diariamente lhe são apresentadas? Sem a hegemonia da *política* proletária dentro dele, esses movimentos, por muito positivos que sejam os seus impulsos espontâneos, degeneram continuamente em sonhos patetas de humanizar e domesticar o capitalismo.

Há quem estude o leninismo em busca de fórmulas que nos dêem a receita mágica para o êxito. Tais fórmulas não existem. O mundo muda continuamente e decorar fórmulas é o caminho mais certo para nos perdermos. Uma só linha de rumo extraído do leninismo: distinguir continuamente os interesses políticos do proletariado dos da pequena burguesia; ver tudo pelos olhos da única classe que está interessada na liquidação até ao fim do capitalismo, na expropriação da burguesia. Desde que tenhamos essa linha sempre presente encontramos as respostas políticas de cada dia. Pelo menos foi isto que eu aprendi do leninismo.

(Política Operária nº 95, Mai./Jun. 2004)



**Viva o quinto aniversário da gloriosa revolução proletária!
Proletários de todos os países, uni-vos!**

ТЫ



ЗАПИСАЛСЯ ДОБРОВОЛЬЦЕМ?

TU - Já te inscreveste como voluntário?

RENASCIMENTO COMUNISTA – BASTA DE MAL-ENTENDIDOS!

O “marxista-leninista” Gastaud concebe o socialismo como um regime de tipo napoleónico. Temos que lhe dizer que esse programa não serve ao proletariado.

Já aqui nos referimos ao encontro “Civilização ou barbárie”, que teve lugar em Serpa e Moura, em Setembro de 2004, por iniciativa do site *resistir.info* e da revista *Vértice*. Teve aí destaque uma comunicação de Georges Gastaud, antigo dirigente local do PCF, agora animador do Pólo de Renascimento Comunista em França¹. Pela ambição globalizante das suas análises e pela energia com que defende as suas convicções, Gastaud é tido como ideólogo da corrente comunista em que se insere o PCP, pelo que vale a pena comentar os seus conceitos. Sobretudo para ver como aparentes coincidências de pontos de vista na área da esquerda podem esconder divergências de fundo.

PONTOS DE ACORDO

O capitalismo, entrado “na sua fase senil e exterminista”, afirma Gastaud, tem que ser enfrentado com “um combate de classe e uma resistência popular”, capazes de “romper a cadeia do imperialismo num ou em vários países para se orientar abertamente para o socialismo”. “É preciso restituir à classe trabalhadora o seu papel político dirigente no movimento social”, porque nos esperam confrontos de classe muito duros, que os chamados “altermundialistas” e “altereuropeístas”, com a sua utopia de uma mundialização capitalista “de rosto humano” ou de uma Europa imperialista “socialmente regulada”, mostram não compreender.

Defensor do “não” a esta ou qualquer outra Constituição Europeia, Gastaud critica certamente a Confederação Europeia de Sindicatos e o Partido da Esquerda Europeia como “cartéis social-democratas e europeístas”. Fustigando a “fúria de autoliquidação dos partidos comunistas”, a “obsessão antileninista”, o “marxismo universitário bem comportado e castrado” e a “acção de criminalização do comunismo a que se prestam tantos

1) *Capitalismo exterminista ou renascimento comunista?*, Georges Gastaud, *Vértice*, Jan./Abr. 2005.

pseudocomunistas", proclama com toda a razão que "é preciso não menos comunismo, mas mais e melhor comunismo, mais marxismo-leninismo e mobilização proletária", mais internacionalismo proletário, mais apoio às insurreições populares do Iraque, Palestina, Colômbia, etc.

Tudo excelente até aqui. A tal ponto que quase nos perguntamos se há de facto razões sérias que nos impeçam de alinhar na corrente a que Gastaud pertence.

DERRAPAGEM

Mas quando Gastaud tenta explicar o desaparecimento da União Soviética apercebemo-nos de que a sua concepção de socialismo e o objectivo da sua luta são inteiramente diferentes dos nossos.

Gastaud parte da convicção (ainda hoje muito difundida) de que na URSS dos anos 30 se estava a "construir o socialismo". Em sua opinião, a "**hipertrofia do Estado**" e os "*graves desvios*" burocráticos e policiais do tempo de Stalin não impediam a "*manutenção e o desenvolvimento do socialismo*", patente na industrialização, planificação, pleno emprego, cultura, conquista do espaço... O erro da direcção do PCUS teria sido não ter promovido depois de Staline um "*incremento mais vasto da democracia socialista*" e o "*reforço dos soviets*" e, em vez disso, ter entrado na via da capitulação perante o imperialismo.

Há aqui uma tremenda mistificação. A tese do "*socialismo manchado por desvios e erros*" só se sustenta na medida em que se faça tábua rasa das relações de classe que serviam de base ao regime da União Soviética. Entusiasmados com as grandiosas realizações económicas da URSS, com a sua política externa anti-imperialista, com o seu papel na luta contra o nazismo, com o título de comunista do partido no poder, estes admiradores da antiga URSS não se perguntam se alguma vez o socialismo pode ser compatível com o facto de a população trabalhadora "soviética" estar privada do controle do poder, de liberdade de expressão e de organização, e ser explorada por uma camada dirigente arvo-rada em sua representante e tutora.

Se a URSS foi de facto um tipo de sociedade original, avançada em muitos aspectos devido à sua origem revolucionária, e que durante décadas causou sérios embaraços ao imperialismo, essas originalidades têm que ser explicadas por outra forma, não apelidando-a de socialista.

Tentando responder a estas objecções, Gastaud adianta o seu "contributo teórico" - que é uma confissão preciosa daquilo que a maioria dos "ortodoxos" pensam sem o dizer. O socialismo, escreve ele, é um regime que "*funciona 'com consciência'*" e no qual "*o papel das direcções e dos partidos é incomparavelmente mais forte do que nos modos de produção*

anteriores” (p. 214, sublinhado meu). Assim, na URSS havia “*ditadura do proletariado*”... mas esta era exercida por intermédio do partido e dos seus líderes supremos — que eram a verdadeira “consciência” das massas e que, naturalmente, estavam sujeitos a cometer “desvios e erros”...

A partir daqui, já não há nada de extraordinário no facto de a “segunda revolução” de Stalin ter instaurado, pela força, o socialismo numa sociedade de capitalismo atrasado, esmagadoramente camponesa. Gastaud acredita que a “*liberdade humana*” e a “*natureza dialéctica das determinações históricas*” permitem tais saltos. Logicamente: basta dotar o proletariado com uma “ *direcção forte*”...

Na concepção autocrática de Gastaud, o socialismo surge pois através da modernização económica promovida por uma direcção todo-poderosa, se necessário à custa de mão dura sobre as massas populares. E não apenas na situação particular da Rússia e da China, onde havia um grande atraso económico, mas como lei geral, visto que, para ele, o socialismo se define pelo “*papel incomparavelmente mais forte das direcções e dos partidos*”.

Isto diz tudo sobre a ideologia de Gastaud — a qual, observe-se de passagem, já nada tem de comum com a dos stalinistas que ele tanto admira. Porque, se os stalinistas foram arrastados, no entrechocar brutal da luta de classes interna e da agressão imperialista, a abdicar das suas convicções revolucionárias iniciais e a justificar o capitalismo de Estado e o seu regime despótico como o “socialismo” possível, nos dias de hoje, pretender copiar essa lógica para a Europa imperialista, onde as relações capitalistas e a proletarianização da massa da população chegam ao auge, indica interesses de classe inteiramente diferentes.

O sonho “socialista” de Gastaud exprime a ânsia da democracia pequeno-burguesa, em busca de uma saída controlada para a catástrofe em que ameaça mergulhar-nos o capitalismo agonizante: um “socialismo” pela mera estatização da economia sob direcção férrea dum corpo de burocratas e tecnocratas; um capitalismo de Estado travestido de “socialismo” e não a superação das relações capitalistas através da intervenção revolucionária da democracia de massas.

TUDO PELA NAÇÃO

Mas não é certo que Gastaud atribui ao proletariado um “*papel político dirigente*”? Sim, mas esse é um mero exercício de retórica, como sobressai das ideias que ele desenvolve na mesma comunicação, ao referir-se à União Europeia e ao partido comunista.

Gastaud apela a que se combata a integração europeia porque conduz à “*desintegração da nação*” e “*põe em jogo a própria existência da*

República Francesa". Ele quer que os comunistas sejam os "campeões do patriotismo popular e republicano", porque a adopção da Constituição Europeia "anunciaria por muito tempo o fim das independências nacionais e das perspectivas socialistas".

Ou seja: em vez de entender o actual processo de globalização como um passo gigantesco no sentido da internacionalização do proletariado, da revolução mundial e da queda final do capitalismo, Gastaud vê no fim das independências o "fim das perspectivas socialistas". O seu "socialismo" é concebido no âmbito da nação, isto é, da burguesia. Sem nação, não haverá socialismo... A tal ponto que nem se apercebe do grotesco de um comunista francês apelar, hoje, à salvação da República Francesa, essa precursora do imperialismo moderno, culpada de mil crimes sangrentos contra o proletariado e os povos.

O mesmo quanto às exortações de Gastaud para a criação do "verdadeiro Partido Comunista". Ele localiza no ano de 1992 o início de uma "mutação" no PCF, devido ao "trabalho de sapa de uma fracção abertamente reformista instalada na direcção do partido" e informa-nos que prosseguiu até 2003 o "combate interno pela renovação revolucionária do PCF". Que espécie de perspectiva comunista pode ter quem andou até há três anos a bater-se pela "renovação revolucionária" do PCF, partido corrompido pelo reformismo e pelo nacionalismo quase desde a origem, agente da colaboração de classes, ajudante subalterno de governos reaccionários?

O marxismo-leninismo de Gastaud, com a sua retórica inflamada, assenta num tremendo mal-entendido. Ele exprime, sob o nome comunista, os anseios da pequena burguesia de voltar ao passado, em busca de um utópico capitalismo "popular", "racional", não-monopolista. Apreciamos o seu anti-imperialismo sincero e combativo, mas temos que lhe dizer que os comunistas não estão disponíveis para continuar a alistar-se ao serviço de utopias pequeno-burguesas.

(Política Operária nº 105, Mai./Jun. 2006)



A REVOLUÇÃO RUSSA E OS SEUS EQUÍVOCOS*

Numa situação revolucionária que estava longe de existir na Europa, o facto de a revolução russa ser conduzida pelos operários não lhe alterava o carácter burguês, etapa essa já ultrapassada na quase totalidade dos países europeus. O imperialismo acarretava na Europa a proliferação em larga escala de forças contra-revolucionárias, levantando entraves imprevistos à revolução socialista.

A revolução russa veio mostrar a entrada do mundo numa época de grandes convulsões populares, a emergência do proletariado como classe em disputa do poder, o papel decisivo de um partido revolucionário marxista apto a conduzir as massas à conquista do poder, sem nada de comum com a velha social-democracia, mas não provava que os comunistas europeus pudessem ter a mesma sorte dos bolcheviques desde que lhes copiassem a estratégia e a tática. A experiência russa podia servir, e serviu, de modelo aos revolucionários nas sociedades atrasadas do Oriente, em luta pela sua revolução antifeudal e anti-imperialista, mas não tinha termo de comparação com os países capitalistas avançados, particularmente com as metrópoles imperialistas como a Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica.

Em 1921, o III Congresso [da Internacional Comunista] já admitia que *“a revolução mundial (...) exigirá um período bastante longo de combates revolucionários”* e reconhecia o *“elevado grau de organização da burguesia nos países capitalistas desenvolvidos da Europa”* mas destacava, nas reivindicações imediatas, as nacionalizações e o controlo operário e continuava a orientar a penetração nos sindicatos e a utilização do parlamentarismo na perspectiva de um levantamento proletário próximo, que poderia ocorrer em primeiro lugar nos Balcãs ou na Itália, ou sobretudo na possibilidade de *“unir a Alemanha industrial à Rússia agrícola”*.

No *“Esquerdismo...”*, Lenine atacou o infantilismo *“esquerdista”* no pressuposto de que amadureciam na Europa situações revolucionárias. Havia que liquidar o isolamento sectário porque a revolução batia à porta. Mas não batia.

* Título da responsabilidade de Ana Barradas.

Desmentida a expectativa na revolução europeia iminente, os partidos procuraram adaptar-se à situação real de acumulação de forças, mas sem ter a noção de que todas as componentes da tática leninista só faziam sentido no pressuposto de uma situação revolucionária em gestação, de uma tendência geral de deslocação das massas para o terreno da revolução e do comunismo. Na ausência dessa situação – e era o que se passava na Europa – essas mesmas manobras táticas tornavam-se no seu contrário, fomentavam o oportunismo.

Assim, os jovens partidos comunistas europeus partiram para a batalha animados dum forte espírito revolucionário, em ruptura com a traição social-democrata, mas desfasados de toda a situação social em que estavam inseridos. A sua tentativa para deslocar rapidamente o proletariado do campo do reformismo para o campo do comunismo tinha que fracassar porque a simpatia espontânea e calorosa do operariado (sobretudo das suas camadas mais pobres) pela revolução dos soviets não era suficiente para criar uma situação revolucionária; essa dependia de factores estruturais que não estavam reunidos em nenhum país europeu (a não ser nas periferias, a braços com revoluções burguesas atrasadas – Hungria, Espanha, etc.). E nessa situação, a massa do proletariado, mesmo quando radicalizava as formas de luta, tendia a manter-se no quadro do sistema e era avessa a aderir a um partido que lhe trazia a mensagem da revolução e da conquista do poder a curto prazo.

Naufragada, aí por 1923, a esperança na revolução europeia imediata, impunha-se reformular os pressupostos que presidiram à fundação da Internacional. A putrefacção da II Internacional demonstrara já aonde podia levar a crença numa sequência linear capitalismo avançado-socialismo; a constatação marxista de que o imperialismo prepara a passagem mundial ao socialismo, se transferida para a escala do curto prazo e de cada país, pode tornar-se uma fonte de oportunismo e de corrupção imperialista. Contudo, a IC não trabalhou sobre as lições desses anos de ilusão 1917-23, nem sobre as preciosas indicações marginais de Lenine no *“Imperialismo...”*. Afundando-se no erro, pôs-se a tentar apurar o impasse, melhorando os métodos de mobilização de massas, na luta em duas frentes, contra o esquerdismo e o direitismo.

Seria demasiado simples atribuir um tal fenómeno de cegueira colectiva à falta de estudo do marxismo e do leninismo. A resposta não pode ser encontrada meramente em termos de conhecimento teórico. A situação real do capitalismo europeu e o carácter da sua luta de classes estavam ocultos pelo choque gigantesco, ainda fresco, do primeiro massacre interimperialista; era natural que, pela sua atrocidade desmedida, fosse interpretado como anunciador do fim iminente do sistema. A nova situação ficava oculta sobretudo pelo dilema dramático trazido pelo

trunfo do novo regime na Rússia: a URSS não era socialista nem caminhava para o socialismo mas erguera-se sobre uma gigantesca revolução operário-camponesa, expropriara a sua burguesia e proclamava como alvos, num mundo subjugado ao capital e à propriedade privada, o socialismo e o comunismo. A hostilidade rancorosa de todos os regimes burgueses, dos democratas como dos fascistas, ao “bolchevismo”, mais acentuava a onda de solidariedade à União Soviética como pedra de toque da identidade revolucionária do proletariado.

Mas se para os operários avançados este antagonismo com a sua própria burguesia era a base da sua existência como classe autónoma, nem por isso ele deixava de assentar nestes dois equívocos – o mito do socialismo soviético e o mito de uma situação revolucionária na Europa. Os partidos da IC caíram assim numa armadilha histórica que os conduziu à ruína.

Ao fazer o balanço deste período, não podemos esquecer porém que a crença dos comunistas na revolução a curto prazo e o seu seguidismo perante Moscovo partiam de uma postura acertada no essencial: abominação da sua própria ordem burguesa, rejeição do colaboracionismo social-democrata, solidariedade aos povos oprimidos das colónias, fidelidade ao que julgavam ser o “mundo novo”. Foi isso que esqueceram, com um pânico indecente, os comunistas cor-de-rosa que, desde os anos 70 e sobretudo depois da queda do “Muro”, se sentiram obrigados a dar a mão à palmatória à social-democracia e trataram de converter-se em “socialistas democráticos” ou “comunistas populares”.

Não há pois motivo para estranheza perante a trajectória seguida pela IC e por cada um dos seus partidos: a convicção de que se lhes exigia e era possível a conquista a breve prazo da maioria do proletariado colocou-os à partida num trilho errado. À “doença infantil do esquerdismo” sucedeu, quase sem transição, a “doença senil do direitismo”. Dos pseudo-sovietes, dos “sindicatos vermelhos”, do boicote às eleições, do agitativismo frenético, que apostavam numa radicalização inexistente e fechavam os comunistas em seitas impotentes, passou-se à penetração paciente nos órgãos de massas, à política de “frente única”, à transformação dos PCs numa força eleitoral, legal... que selou a esterilização burguesa-progressista dos partidos nos anos 30, a sua degeneração em social-democratas de esquerda nos anos 50, e por fim em social-democratas, sem mais, nas últimas décadas.

Pode assim dizer-se, em balanço final, que a acumulação de forças promovida primeiro, na passagem do século, pelos partidos social-democratas, depois pelos partidos comunistas europeus, foi uma acumulação reformista, negativa do ponto de vista da revolução. O proletariado melhorou a sua condição material, elevou a sua capacidade orga-

nizativa, mas não avançou um passo no caminho da subversão da ordem do capital.

Foi uma evolução geral, regular, inelutável, que não pode ser atribuída a esta ou àquela circunstância, às manobras geoestratégicas defensivas de Stalin, ou às propensões reformistas de um Thorez ou um Togliatti. Tudo se passou como se não houvesse alternativa ao fracasso do projecto comunista na Europa.

O pior foi que os PCs europeus (e o dos EUA) irradiaram o seu reformismo intrínseco para as regiões periféricas, cederam à tendência para as subordinar às suas conveniências estratégicas de colaboração de classes, e bloquearam em muitos casos a marcha das revoluções nacional-democráticas, essas sim, possíveis a curto prazo no “Terceiro Mundo”.

Era este fracasso inevitável? Podemos admitir que existia uma alternativa para a luta revolucionária na Europa, mas só se os comunistas tivessem adoptado uma perspectiva estratégica e táticas adequadas ao estágio ascensional do capitalismo no continente e à real correlação das forças sociais, se tivessem encetado um trabalho de conquista a longo prazo do proletariado. Isso ter-lhes-ia evitado tanto o desespero “esquerdista” como a degeneração oportunista.

A CORRENTE ML

Se o movimento comunista criado pela III Internacional se aprofundou no pântano da rendição à ordem burguesa, a pretensa renovação “marxista-leninista” dos anos 60-70 ainda durou menos tempo. O percurso particularmente abjecto das “estrelas” esquerdistas de há 20 anos não pode ser posto apenas à conta de degenerescência pessoal; indica algo sobre a natureza dúbia desse movimento.

À partida, a aposta era difícil. Ao levantar-se em crítica contra o bloco maioritário “socialista”, na esteira das críticas chinesas, os “ML” tornavam-se, especialmente na Europa, um foco de atracção para o anti-comunismo pequeno-burguês que assim encontrava um canal renovado de expressão de esquerda, a somar ao trotskismo e ao anarquismo. Só à custa dum rigor total em matéria de teoria, de estratégia, de tática, podiam os “ML” demarcar o seu terreno próprio, afirmar-se como uma corrente comunista renovada e sacudir a parasitagem do radicalismo pseudocomunista.

Mas não foi isto que aconteceu. Como se tornou evidente, nem a direcção da China nem a da Albânia admitiam que a crítica à direcção soviética recuasse para além do XX Congresso. Criticavam a degeneração soviética, a sua aproximação ao imperialismo, mas consideravam

intocável o período staliniano, que justamente lhes servia de modelo e que legitimava o seu próprio poder de Estado. Numa palavra: denunciavam a podridão do capitalismo de Estado decadente, do ponto de vista do capitalismo de Estado ascendente que ainda era o seu nesse momento.

O movimento ML ergueu-se assim sobre um compromisso esterilizante. O facto de ter ligado o seu destino aos “socialismos” dissidentes, da China e em menor escala da Albânia, fez simultaneamente a sua força expansiva e o seu desastre posterior. O inicial movimento de redescoberta do leninismo e um tímido esboço para o implantar no mundo moderno depressa foram afogados pela triturante fidelidade à política de regimes que seguiam, com algumas décadas de atraso e certas variantes, as pisadas da União Soviética na construção do capitalismo de Estado. Ainda aqui, a solidariedade com regimes que eram efectivamente, nesse momento, a oposição mais radical ao imperialismo, funcionou como uma armadilha e o declive foi ainda mais rápido que o dos “comunismos” oficiais.

Mas não só. A crítica à degeneração russa e dos PCs, se levada às suas consequências, implicaria, nas condições europeias dos anos 60-70, um isolamento político total, talvez ainda mais difícil de suportar do que o da primeira geração comunista dos anos 20. A corrente ML caiu assim presa de uma luta de tendências, com uma ala esquerda cujas audácias não iam além da aspiração a fazer reviver a “justa política” da IC, da URSS e de Stalin até ao XX Congresso, enquanto a ala direita deitava pontes para a social-democracia em nome da luta contra o “social-fascismo” e o “social-imperialismo”. Forçado a passar, depois da vitória de Deng Xiao-Ping, da órbita da China para a da Albânia, o movimento ML europeu encontrou-se sem “guia” quando neste último país se apagaram os últimos vestígios de radicalismo anti-imperialista. A partir de fins dos anos 80, os destroços do que fora a corrente ML acolheram-se ao desmantelado exército do revisionismo ou incorporaram-se no trotskismo, no anarquismo ou, mesmo, os menos escrupulosos, na social-democracia. Se atendermos a que o movimento justificara a sua existência justamente pela denúncia dessas correntes como traidoras ao proletariado e à revolução, vemos que se tratou de um autêntico *hara-kiri*.

LUTA DE CLASSES NA EUROPA

Característico das duas tentativas de arrancar com um movimento comunista inspirado no leninismo é o facto de se apoiarem de forma esmagadora na autoridade de partidos comunistas no poder, primeiro na Rússia, depois na China (e acessoriamente na Albânia). Isto em si

não seria mau se o movimento comunista europeu não tivesse manifestado através desta busca de apadrinhamento a sua menoridade ideológica. A ausência de uma sólida base proletária revolucionária europeia é que explica a dependência.

A partida em falso do comunismo europeu pode ser hoje compreendida nas suas limitações históricas mas define-se por duas incapacidades, que retratam em si mesmas a imaturidade revolucionária do proletariado no continente: incapacidade para entender a natureza da revolução russa, incapacidade para traçar o quadro da luta de classes na Europa.

(Inédito, possivelmente de 2007)



Em frente por um objetivo glorioso!

DEFORMAÇÃO STALINISTA DO LENINISMO

Ao tomar como referência a política stalinista, bloqueámos, durante décadas (não anos, mas décadas!) a resposta marxista revolucionária ao revisionismo que vinha gangrenando o movimento comunista. Construámos uma corrente cujo “marxismo-leninismo” era um arremedo grosseiro, com as proclamações e citações dogmáticas a servir de capa ao espírito de seita e a um oportunismo rasteiro, que em breve naufragou num reformismo semelhante ao do PC.

Faça-se o balanço da política do defunto PC(R) e o que encontramos como apuramento da acção de tantas centenas de militantes esforçados e entusiastas? Esterilidade senil na ideologia, reformismo “democrático-popular” na política, espírito de seita na organização.

Surge porém uma pergunta que nos interessa em particular: porquê os partidos comunistas, em situações sociais que nada tinham de semelhante com a da URSS, adoptaram esta deformação stalinista do leninismo? Também aqui, dizer que ela lhes foi imposta pela direcção do Partido russo, ou que foi copiada servilmente devido à admiração pela revolução dos soviets, não chega. Teve que haver nesses países condições propícias para esta deformação do marxismo.

Se há trinta anos isto já era sinal de uma concepção pervertida do marxismo e do comunismo (e contra nós falamos, que demasiado tempo demorámos a entendê-lo, agarrados à ideia de que a crítica do regime da URSS conduziria necessariamente ao terreno da social-democracia), hoje, depois de estarem à vista as flores e frutos desse “socialismo”, continuar a tomá-lo como modelo é imbecil.

Em vez de conceber a ditadura do proletariado como o resultado do amadurecimento das condições económico-sociais para uma grande revolução dos oprimidos, os comunistas do século XX passaram a concebê-la como resultado de uma revolução política, aproveitando uma situação de crise e de vazio de poder. A grande tempestade social que varreu a Rússia no ano de 17 foi entendida de forma tacanha, reduzida às dimensões de uma “manobra genial do partido de Lenine”.

O socialismo era uma questão social, que se entendia na perspectiva longa; passou a ser uma questão de mera política. Bastaria um partido ousado, voluntarista, ligado às massas, para explorar habilmente uma crise de poder e assumir o poder.

E como a vida desmentiu vinte vezes essas esperanças, por ainda não estarem reunidas as condições económico-sociais para a revolução proletária, os partidos das metrópoles imperialistas, incapazes de encarar a situação, vieram caindo no reformismo. A “ousadia” inconsistente no plano teórico teve a sua contrapartida necessária na tacanhez política. Proclamava-se a intenção de alcançar o poder, caiu-se na pequena manobra oportunista.

Uma política comunista, autenticamente leninista, não pode transigir com fantasias pseudobolcheviques, tem que apreciar a situação da luta de classes, para, inserindo-se nela, conseguir acumular forças revolucionárias dia a dia.

Mas ainda não é tudo. O “marxismo-leninismo” que se alimenta do culto do regime “soviético” é-nos estranho também pela sua concepção de táctica. A mesma incompreensão grosseira sobre os papéis relativos do partido e das massas na revolução manifesta-se quando estamos perante a fase actual de acumulação de forças. Eles encaram a política prática não em função da elevação revolucionária da classe e das massas exploradas, como o motor real do reforço do próprio partido, mas fazendo do reforço da influência do partido a chave do amadurecimento do movimento. Resulta daqui todo o arsenal de expedientes, busca desenfreada de popularidade a qualquer custo, manobras tácticas sem princípios, etc. Sem uma perspectiva realmente marxista da revolução, é impossível uma táctica revolucionária.

Recapitulando: não temos nada a ver com o anti-stalinismo “democrático”, que é uma forma de os burgueses se fazerem passar por virtuosos democratas e condenarem a revolução como geradora de catástrofes. Mas também não temos nada a ver com os nostálgicos do “socialismo” da URSS. Situamos a experiência da URSS e a “questão Stalin” historicamente.

PARTIDO E SOVIETES

Tradicionalmente, todas as críticas a esta concepção do partido comunista como o autor da revolução e o proprietário do poder eram arredadas nas nossas fileiras com a acusação de serem tendências espontaneístas antipartido, antileninistas, anarquistas.

Sem dúvida, no leninismo, o partido comunista desempenhava um papel central, mas com a sua linha aferida a cada passo pelos interesses da elevação do proletariado a classe dirigente da sociedade. Fracassado esse projecto desde começo dos anos vinte, por absoluta impossibilidade de o proletariado se constituir em classe governante

da Rússia, a teoria teve que se adaptar à nova situação: proclamando a “fidelidade inabalável” ao leninismo, Stalin elabora uma teoria de facto nova em que tudo gira em torno do Partido, ou seja, do seu corpo dirigente, ou seja, em última análise, do secretário-geral arvorado em ditador. Dizer que isso se deveu às suas aspirações autoritárias, como insiste a crítica moralizante pequeno-burguesa, é ignorar que essas aspirações pessoais foram a expressão de uma necessidade social: a acumulação capitalista a marchas forçadas por via do Estado só podia ter êxito com uma concentração inédita do poder nas mãos de um directório e de um “guia iluminado”.

E, por causa desta deslocação do centro de gravidade para o Partido, a luta interna deixou de ser possível, teve que se instituir o unanimismo, criou-se o clima em que prosperaram as perseguições, o terror, etc.

Agir de modo a aumentar todos os dias o desprezo das massas pelo sistema, e pelos valores burgueses, a estreitar a coesão dos oprimidos e explorados, a tornar mais fundo o antagonismo que os opõe.

Reivindicamos a condição de marxistas-leninistas, se por isso se entende a validade central do marxismo e do leninismo na nossa época. Mas o conceito de “marxismo-leninismo” tornado tradicional implica a adesão ao stalinismo-maoísmo popularizado nos anos 60 pelo PC da China. E neste sentido, não somos certamente “marxistas-leninistas”.

Isto só se entende como manifestação da crise profundíssima em que caiu a antiga corrente comunista e que, hoje, ao sentir-se impotente perante a investida selvática do imperialismo, se volta nostalgicamente para o “bom tempo” em que a URSS era uma força temida pelo imperialismo. A época em que a URSS e a China subiam como potências “socialistas” passou e não volta. Justamente porque esse “socialismo” foi o período transitório do capitalismo de Estado, chamado a realizar a acumulação capitalista em países onde a burguesia era incapaz de o fazer.

Ver *Abrente*, número dedicado ao stalinismo das classes governantes, que o pintam como um déspota paranóico, émulo de Hitler, a nossa tendência instintiva é para tomar a sua defesa. Eu próprio, como todos sabem, no meu trajecto pela corrente “M-L”, caí nesse equívoco: se Staline era odiado pela burguesia e por todos os oportunistas, então deveria servir--nos de modelo... Esse era o essencial da argumentação dos partidos chinês e albanês, adoptada pelos “marxistas-leninistas” portugueses.

Entretanto, porém, aconteceu muita coisa: com a evaporação do regime “soviético”, não foi só ... [sem continuidade no original]

Mas o problema é bem mais complicado do que isto.

Para outros camaradas, os louvores a Staline são uma espécie de desforra imaginária de quem não sabe como fazer face à actual escalada invasora dos EUA. A impotência a que se vêem reduzidas as forças de esquerda está a reacender em alguns a nostalgia pelos tempos em que o colosso soviético, depois de ter derrocado o tenebroso império nazi, travava as aventuras imperialistas, criava um espaço favorável aos movimentos de resistência e dava confiança à resistência dos comunistas em todo o mundo. A persistência do stalinismo (assim como, numa via paralela, a do maoísmo), se indica ódio pelo imperialismo e repúdio pelo colaboracionismo da prática totalidade dos PCs e da esquerda oficial, exprime também o desnorte de quem busca às cegas uma tábua de salvação. Quanto maior é o sentimento actual de impotência perante o império ianque, mais forte a tendência para idealizar a “firmeza de aço” de Staline.

Continuar hoje a contemporizar com esse espírito seria manter a corrente marxista aprisionada por mais outras tantas décadas.

Integramos hoje uma corrente nova. Por mais modesta que seja, ela pretende romper de alto a baixo com o modelo de “socialismo” da URSS e com a prática do movimento comunista do século passado.

Os impulsos, fruto do desespero, ... [sem continuidade no original]

E isto revela um atraso político que nada tem de comunista.

Como não podem negar que isto é muito escasso como “poder do povo” e “democracia socialista”, ... [sem continuidade no original]

São capazes de conceder que é necessária a “democracia socialista” desde que as suas formas de expressão sejam marginais e decorativas, sem poder efectivo, funcionando apenas como válvulas de descarga das tensões (o que a nossa burguesia “progressista” entende muito bem quando propõe a “descentralização”, as formas “participativas”).

A preparação da revolução e a tomada do poder são interpretadas numa acepção militar, como se fizessem parte da campanha de um exército. Para eles, parece óbvio que a dureza extrema da luta pelo triunfo da revolução torna necessária a “mediação da direcção revolucionária”, isto é, a concentração de todo o poder de decisão num estado-maior centralizado, o que nada teria de errado.

Teorizam um regime de burguesia burocrática de Estado, justificando-o eufemisticamente com a

*(texto inédito que iniciou em finais de 2007 e deixou incompleto.
Título da responsabilidade de Ana Barradas)*

CORRENTES MARXISTAS NO SÉCULO XX

Neste breve panorama das correntes marxistas no século XX distingo cinco grandes correntes: social-democracia, bolchevismo, stalinismo, revisionismo e maoísmo. De passagem, farei referência a duas outras correntes que considero derivadas: o conselhismo e o trotskismo.

A **social-democracia** tem o seu período áureo em finais do século XIX, com a formação da II Internacional. Corresponde à fase de implantação do marxismo no movimento operário europeu. Partidos social-democratas alargam o direito de organização sindical, criam cooperativas e jornais operários, ganham posições nos parlamentos... Mas esta acumulação inicial de forças, em período de crescimento pacífico do imperialismo europeu, em breve revela a doença que a corrói: o aproveitamento das possibilidades legais, em convivência com as instituições burguesas, apaga nos partidos a perspectiva revolucionária que lhes fora legada pela Comuna de Paris. Os social-democratas passam a ser uma ala direita do movimento operário, cujos militantes mais combativos aderem ao anarco-sindicalismo. O mais destacado teórico da Internacional, Bernstein, resume esta domesticação do marxismo com a fórmula “as conquistas” imediatas são tudo, “*o objectivo final não é nada*”. Vozes isoladas, como a de Rosa Luxemburgo e Bebel, alertando que se está a fazer uma revisão reformista da teoria de Marx, não são ouvidas.

Assim, quando as grandes potências se lançam na primeira matança mundial, para repartir os territórios coloniais, cada um dos grandes partidos marxistas alinha atrás da sua burguesia; os socialistas franceses e alemães vão-se matar uns aos outros em “defesa da pátria”. Passando definitivamente para o campo da burguesia, os chefes social-democratas esmagam a revolução operária alemã de 1918, atacam a União Soviética, defendem expedições coloniais, etc. Em poucos anos, o imponente edifício da social-democracia desmorona-se sobre a cabeça do proletariado. A primeira grande corrente marxista passa a ser uma corrente burguesa para operários. De degeneração em degeneração, torna-se ao longo do século XX um dos principais partidos da burguesia e do imperialismo.

O **bolchevismo**, o novo movimento comunista animado por Lenine na Rússia desde 1903, alastra ao mundo inteiro com o triunfo da grande revolução russa de 1917 e com a criação da III Internacional. O efeito electrizante causado pelo levantamento de centenas de milhões de pobres que expropriam os capitalistas e criam o governo dos conselhos dá um impulso como nunca se vira ao movimento marxista. A burguesia vive no pavor do bolchevismo.

Com razão, porque este leva as grandes ideias novas da revolução social a todos os recantos do mundo, a política diária tem que ser orientada para a meta da conquista do poder, da ditadura do proletariado, do internacionalismo proletário. O proletariado tem que criar um partido de combate para a revolução, não um partido parlamentar. Os aliados internos do proletariado são os camponeses e os pobres das cidades, não a burguesia democrática. Os aliados eternos são os povos oprimidos e coloniais, até aí desprezados.

Na esteira da vitória bolchevique formam-se dezenas de partidos comunistas que chamam a si o melhor da base social-democrata e anarco-sindicalista. Porém, ao longo dos anos 20, o optimismo inicial não se confirma. As tentativas revolucionárias na Europa Oriental e na China são esmagadas. Os comunistas descobrem que o feito dos bolcheviques foi possível em condições muito diferentes das dos seus países. O capitalismo recompõe-se. A União Soviética, depois de ganhar a guerra civil e repelir a invasão, está no caos: o proletariado não tem força para exercer o poder, a pequena burguesia levanta a cabeça, os soviets definham. Ainda em vida de Lenine, as concessões forçadas à pequena burguesia levam à concentração do poder no partido, que se burocratiza e cuja democracia interna é sufocada. Em finais dos anos 20, na URSS e no mundo, o bolchevismo perdeu muito do seu vigor inicial. O seu esplendor durou só uma década.

Conselhismo - Uma das consequências do esgotamento da revolução na Rússia é o aparecimento do conselhismo, que chega a ter alguma influência na Alemanha, Holanda, etc. O seu traço principal é atribuir à intervenção dirigente do partido comunista a culpa pelo declínio dos soviets. Atribuem a causas organizativas uma crise que tem raízes sociais. Como seria de esperar, este marxismo "antipartido" nunca lhes permite ganhar influência de massas e leva-os a cair mais tarde na área da social-democracia.

O **stalinismo** assume em meados dos anos 20 a direcção do movimento comunista internacional. Afirma-se continuador do leninismo na nova conjuntura e, perante a ameaça de assalto imperialista, subor-

dina os movimentos operários e de libertação nacional à preservação do poder na URSS. Esta política de emergência conduz à máxima concentração do poder no partido e no seu líder supremo, numa espécie de campanha militar para enfrentar os inimigos.

Na URSS, Stalin rompe o impasse da NEP decretando o avanço para o socialismo a marchas forçadas. Em termos materiais, o êxito é espectacular: grande indústria, agricultura moderna, educação, saúde, exército poderoso... O "país dos soviéticos" é reconhecido como uma potência, mas à custa de uma repressão em massa (deportação de milhões de camponeses). Um poder autocrático e arbitrário elimina os últimos vestígios da democracia soviética, da liberdade de criação, da legalidade. Ao mesmo tempo que se proclama socialista, a União Soviética torna-se um capitalismo de Estado, governado por *aparatchiks* que se vão lentamente consolidando como uma classe exploradora.

O partido, arregimentado como uma máquina de poder, já nada tem em comum com o velho partido bolchevique. O Terror de 1936-1938 salda-se por 1,5 milhões de detidos numa demencial "caça às bruxas", 700.000 executados, milhões mandados para o *Gulag*, onde grande parte morre de privações.

Ao incutir no proletariado internacional a ideia do socialismo como um regime militarizado e de pensamento único, sem sombra de poder proletário, o regime "soviético" provoca uma brutal regressão do marxismo, de que ainda hoje sofremos as consequências.

Internacionalmente, isso não se sente de imediato, devido ao prestígio da grande revolução e à oposição determinada da direcção stalinista ao fascismo e à nova guerra que se anuncia. Mas a sua condução da Internacional Comunista impõe aos partidos uma política cada vez mais distante da tradição bolchevista. Na China, depois em Espanha, a aliança do Partido Comunista com a burguesia nacionalista causa grandes desastres. Em meados dos anos 30, tentando convencer as democracias burguesas a resistir à expansão nazi, a Internacional proclama uma política oportunista de "Frente Popular" (Dimitrov), que entrega a maioria dos PC ao domínio do reformismo e do nacionalismo. Às vésperas da guerra, Staline tenta desviar o agressor concluindo uma aliança com ele. Por fim, em 1943, para obter um acordo com os aliados imperialistas ocidentais, aceita a dissolução da Internacional Comunista.

No fim da guerra os tremendos sacrifícios humanos consentidos pela União Soviética para esmagar a barbárie nazi dão a Stalin e ao movimento comunista internacional o auge do poderio e influência: Instauram-se "democracias populares" na Europa Oriental, triunfa a revolução na China. Na Coreia, depois no Vietname, uma resistência

de massas nunca vista conduz ao fracasso as aventuras imperialistas. À morte de Stalin, o “campo socialista” abarca um quarto da humanidade e regista um crescimento económico espectacular. Na França, Itália, Indonésia, o PC é o maior partido e parece prestes a chegar ao poder.

Mas a União Soviética cuida agora exclusivamente dos interesses da sua nova burguesia de Estado ascendente. As direcções dos PC praticam o reformismo e obedecem incondicionalmente a Moscovo, num clima interno de dogmatismo asfixiante. O stalinismo, essa longa agonia do bolchevismo, explode em dois ramos opostos: primeiro o revisionismo, depois o maoísmo. Antes, uma curta referência a um outro ramo lateral da árvore marxista: o trotskismo.

Trotskismo. A sua influência internacional cresceu à medida que este dirigente da revolução russa fez a denúncia pioneira da burocratização e dos crimes do stalinismo. Contudo, as concepções de Trotsky quanto à ditadura do proletariado e ao socialismo eram muito semelhantes às de Stalin. A sua pretensão de criar um centro mundial a partir do qual se construíssem os partidos dos vários países deu origem a uma grande rigidez estratégica, a manobras tácticas sem princípios e a um fraccionismo permanente. Polemista brilhante, o seu assassinato, às ordens de Stalin, criou-lhe uma aura imerecida de “bolchevique”, desmentida por um alinhamento frequentemente próximo da social-democracia.

Como as outras correntes, o trotskismo veio dividindo-se em tendências muito diversas, sobretudo depois que a União Soviética passou pacificamente ao capitalismo sem se darem as “revoluções antiburocráticas” previstas por Trotsky.

O **revisionismo moderno** (assim chamado pelas suas afinidades com o revisionismo de Bernstein) toma-se dominante com o XX Congresso da PCUS (1956). Sob a pressão económica, militar e ideológica crescente do campo imperialista (Guerra Fria), a direcção da URSS tenta ganhar espaço. A coberto da denúncia dos “crimes de Stalin” (que são os seus próprios), anuncia uma nova linha geral de “coexistência pacífica” (na realidade de conluio) com o imperialismo, prega a aliança dos partidos comunistas com a social-democracia, acena com a possibilidade de “passagem pacífica e parlamentar ao socialismo”. Procura acabar com a corrida aos armamentos que sobrecarrega a economia, adopta uma atitude conciliatória com o imperialismo americano e europeu e a social-democracia, ao mesmo tempo que apoia as burguesias nacionalistas, em nome de um novo “socialismo” terceiro-mundista.

Na URSS, o revisionismo inicia a transição do capitalismo estatal ao capitalismo pleno, com a introdução de mecanismos de mercado para tornar as empresas rentáveis, a legalização da concorrência, a justificação dos privilégios dos quadros, técnicos e intelectuais sob o nome de “ditadura de todo o povo”, etc.

Nesta nova estratégia, os partidos comunistas são despromovidos ao estatuto de meros agentes da política externa “soviética”. Kruchov tem ainda menos cerimônia com os “partidos irmãos” do que Stalin: põe, dispõe, muda direções, joga o destino da revolução cubana com a aventura dos mísseis. As tendências reformistas nos partidos comunistas afirmam-se à luz do dia. Um exemplo que bem conhecemos: a proposta do afastamento pacífico dos ditadores em Espanha e Portugal. A catástrofe da Indonésia (meio milhão de mortos num banho de sangue fascista) tem grande responsabilidade da União Soviética.

O revisionismo, resultante de uma aliança entre a burguesia de Estado da União Soviética e a aristocracia e burocracia operária dos centros imperialistas, cumpre a função de dissolver nas fileiras marxistas as últimas resistências à ideologia da prosperidade ininterrupta que seria oferecida pelo capitalismo moderno. Esta degradação tem como consequência a ruptura do PC da China e a emergência da corrente internacional do maoísmo.

Maoísmo. Por meados dos anos 50, espalha-se no mundo a história fabulosa do PC China, a guerra camponesa prolongada, a teoria militar de Mao, a Longa Marcha, a revolução agrária. A China impulsiona a conferência de Bandung e o movimento dos não-alinhados, que se opõe aos EUA. Em 1960 o PC China abre fogo sobre o revisionismo moderno, denuncia a política externa da União Soviética e o oportunismo dos grandes partidos europeus, apela ao retorno ao leninismo, à luta anti-imperialista. Embora incapaz de analisar o papel do stalinismo e as causas da degenerescência da União Soviética, esta linguagem nova que apela às massas e à confiança revolucionária rompe com o podre ambiente de colaboração de classes e de conciliação com o imperialismo em que se afundava o movimento comunista internacional. O triunfo da revolução cubana e, no caso europeu, o Maio 68, reforçam uma onda de retorno ao marxismo.

Contudo, se as ideias, estribilhos e preceitos morais de Mao ganham enorme popularidade nas regiões onde há grandes massas camponesas oprimidas, sobretudo na Ásia e América Latina, elas penetram pouco no proletariado europeu e norte-americano, onde tinham escasso

campo de aplicação, assumindo aí uma base estudantil e intelectual, idealista e voluntarista, entrelaçada com o guevarismo.

Em breve vêm ao de cima as contradições do maoísmo, reflexo das contradições em que se debate a revolução chinesa. À medida que cresce o poderio e a influência internacional da China, agudiza-se no partido a luta entre uma ala esquerda, que quer fazer avançar a revolução, com o movimento das comunas populares e depois com a “revolução cultural proletária”, e a ala direita, que quer seguir o exemplo do capitalismo de Estado da URSS. Mao desloca-se da esquerda para o centro. Depois de alguns anos de uma situação caótica, com “guardas vermelhos” a lutar uns contra os outros, a corrente revolucionária é esmagada pelo exército em combates sangrentos que põem termo à revolução cultural. A política externa da China, ainda em vida de Mao, esquece os apelos internacionalistas de 1960 e torna-se cada vez mais nacionalista. Depois do triunfo da via capitalista, a China declara a União Soviética como o “maior inimigo dos povos de todo o mundo” e alia-se ao campo imperialista.

Este descalabro produz pelo mundo fora duas correntes maoístas, uma de esquerda, anti-imperialista, outra de direita, de tipo social-democrata. E o descrédito internacional do maoísmo. Em desespero, uns tantos partidos “marxistas-leninistas” agarram-se à teoria oficial albanesa da reabilitação integral do stalinismo. O resultado é a defesa de um partido e de um “socialismo” de quartel e por fim, com a “queda do Muro”, a capitulação perante a corrente revisionista com que tinham rompido vinte anos antes.

CONCLUSÃO

Pode parecer-vos este panorama uma sucessão de desastres e fracassos. Não se vê nele nenhuma marcha triunfal para o comunismo. Contudo, se seguirmos a marcha do marxismo no século XX, vemos como ele esteve presente em tudo o que houve de revolucionário e avançado. O progresso social destes cem anos é inseparável da acção e do pensamento dos marxistas, dos comunistas.

E o marxismo, pela sua parte, alimentou-se das revoluções. As sucessivas correntes marxistas ascenderam com os grandes levantamentos dos oprimidos, declinaram e decompuseram-se nas épocas de contra-revolução ou de marasmo. A II Internacional nasce da Comuna de Paris, a sua degenerescência acompanha a corrida dos imperialismos para a primeira disputa mundial; o salto em frente do bolchevismo alimenta-se da grande revolução russa; o fracasso dessa revolução pro-

voca a degenerescência stalinista; uma nova grande revolução, na China, produz a emergência maoísta, que por sua vez se afunda com o fracasso desta...

Isto põe em causa, desde logo, a noção, muito comum, de que o progresso do marxismo dependeria em primeiro lugar de grandes figuras, de génios. Está provado que o marxismo não se dá bem com figuras sagradas e textos sagrados. Ele depende acima de tudo dos grandes movimentos sociais dos oprimidos. (Uma contraprova disto são os variados “marxismos” menores, produzidos por movimentos nacionais burgueses, que nunca conseguem abarcar as grandes linhas da luta de classes).

Mas isto levanta outra questão: porque teve que haver esta sucessão de avanços e recuos? Porquê as grandes revoluções populares que marcaram o século XX, dirigidas pelos comunistas e orientadas para a ditadura do proletariado e para o socialismo, não conseguiram ir além de um desenvolvimento capitalista sob comando do Estado e acabaram em capitalismo puro e simples? O marxismo tropeçou neste obstáculo e as respostas até hoje apresentadas são... pouco marxistas. As dezenas de partidos que hoje se reivindicam do leninismo, do stalinismo, do maoísmo, do trotskismo, dispõem de reduzidíssima influência, justamente porque querem responder aos desafios do presente sem ter uma resposta para o passado: Porque se tornaram a URSS, depois a China, capitalistas? Como pôde o movimento comunista tornar-se, em bloco, reformista? Eu diria, muito brevemente, que na Rússia como na China, ou em Cuba, ou no Vietname, a base económico-social ainda não permitia a passagem ao socialismo. Mas este poderá ser tema para outra conversa.

A actual fase de tateamento pode ainda durar alguns anos. Ultrapassá-la depende da crítica. Marx disse uma vez que “é precisa uma crítica implacável de tudo o que existe, uma crítica que não tenha medo das suas próprias conclusões”. Isto não se aplica só à crítica do capitalismo. Aplica-se também à crítica do nosso próprio caminho.

(Política Operária nº 111, Set./Out. 2007)



**Тов. Ленин ОЧИЩАЕТ
ЗЕМЛЮ ОТ НЕЧИСТИ.**

O camarada Lenine está a limpar a nossa terra de parasitas!